



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

POLÍTICA, MEMÓRIA E CIDADE:
As comemorações do III Centenário de Fundação da Capital Maranhense pelos Franceses em
1912

WENDELL EMMANUEL BRITO DE SOUSA

São Luís, MA

2016

WENDELL EMMANUEL BRITO DE SOUSA

POLÍTICA, MEMÓRIA E CIDADE:

As comemorações do III Centenário de Fundação da Capital Maranhense pelos Franceses em
1912

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social, como
requisito para obtenção do título de Mestre
em História Social.

Orientador: Profº. Dr. Antonio Evaldo
Almeida Barros

São Luís, MA.

2016

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Emmanuel Brito de Sousa, Wendell.

POLÍTICA, MEMÓRIA E CIDADE : As comemorações do III Centenário de Fundação da Capital Maranhense pelos Franceses em 1912 / Wendell Emmanuel Brito de Sousa. - 2016.
198 f.

Orientador(a): Antonio Evaldo Almeida Barros. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão, 2016.

1. Cidade. 2. Comemorações. 3. Memória. 4. Primeira República. I. Evaldo Almeida Barros, Antonio. II. Título.

WENDELL EMMANUEL BRITO DE SOUSA

**POLÍTICA, MEMÓRIA E CIDADE:
As comemorações do III Centenário de Fundação da Capital Maranhense
pelos Franceses em 1912**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social,
como requisito para obtenção do título
de Mestre em História Social.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Evaldo Almeida Barros (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

EXAMINADOR Prof. Dr. João Batista Bitencourt
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

EXAMINADOR Prof^a.Dr.^a Márcia Milena Galdez Ferreira
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

*“Hey, where is the monument?
To the dreams we forget?
We need a monument
And change will come
Yeah change will come
Is there anybody there? (Anybody there?)
Anybody there? (Anybody there?)
There?”*

Foo Fighters- The Feast and Famine

“Era uma vez na cidade.... um déjà vu vertical”

Celso Borges – O futuro tem um coração antigo

“A única coisa mais incerta do que o futuro é o passado. ”

Provérbio Soviético

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível, tornou-se de fato uma dissertação, graças ajuda de algumas pessoas, foram muitas! A elas minha profunda gratidão, respeito e amizade pela preocupação com rumos da escrita e com vida do próprio autor. Sim, escrever uma dissertação é um processo cotidianamente desafiador, estressante na maioria dos casos e inquietante o tempo todo. Escrever é como estar em uma montanha russa, tem seus altos e baixos e exige certa dose de adrenalina quanto a ritmo de escrita. Exige que seu coração esteja “oke” para a pressão dos prazos (eu tive sorte com o meu), com as cobranças do orientador (sorte dupla) e com as possíveis críticas das bancas (melhor não abusar da sorte!).

A única diferença entre escrever e andar em uma montanha russa é que você pode escolher embarcar ou não, minutos antes, em uma experiência de cinco minutos de pura adrenalina, no máximo você perderá alguma grana. É diferente quando se decide embarcar em uma escrita dissertativa, vontade não falta em desistir, mas caso aconteça você arrumará problemas por muito tempo. Além disso, prepare-se para longos anos – dois anos – ou rápidos dependendo de como anda os prazos, sempre eles! O certo é que diferente do brinquedo famoso, a diversão, o prazer em fazer aquilo não vem até nós. Você tem que ir atrás do seu próprio *luping* diário. Caso consiga, você, assim como eu, sobreviveu a esta experiência. O prêmio, mais que um título mestre, não sei se vale muito coisa hoje (FORA TEMER!!), são as experiências que adquirimos durante esse processo. Parte delas, as boas, sobretudo, se devem as pessoas que vamos encontrando no meio do caminho. Aliás, em tempos de escrita, o melhor verbo seria procurar. Por algum motivo ou razão, elas se preocupam, nos ajudam, são boas ouvintes e excelentes companhias de bar. Por falar em bar, chega de sofrência:

Este texto tem muito carinho e amor da minha família. Em especial, agradeço a minha mãe (Márcia) e irmã (Manu) pelo amor, torcida, atenção e saudade boa sempre presente nas nossas conversas por telefone. Mãe obrigado!!

A minhas tias e tios pelo apoio e torcida, em especial minha tia Mônica sempre disposta a tirar qualquer dúvida de português. Beijo e abraços a todos

A minha segunda família, Laiana. Obrigado pela paciência, carinho e amor durante esses anos. Sei que não foi fácil aguentar meu mau humor. Te amo!

Aos meus amigos de infância e faculdade pela permanência da amizade frente a distância e o tempo cada vez mais escasso.

Aos meus colegas de mestrado, em especial ao Marcelo, meu amigo dos tempos da graduação. Grato pela ajuda técnica e generosidade de um verdadeiro amigo. A Leide, um presente, agradecido pela amizade, leveza e simplicidade. Um encontro cinematográfico, sem dúvidas! Ah, valeu por apresentar o Cabiludo (Inácio), nerd, cinéfilo e gente fina!! Valeu Carbinas!!

Aos professores Marcus Baccega, Josenildo Pereira, Sandra Nascimento (PGCULT) e Regina Faria. Obrigado pelas contribuições, aulas e conversas; elas muito me ajudaram a construir e desconstruir ideias. Aos funcionários Jonathan e Ricardo obrigado pela disponibilidade e ajuda com as burocracias acadêmicas.

Aos professores João Bitencourt e Milena Galdez, por terem me acompanhando nos processos de qualificação e defesa. Suas leituras, críticas, questionamentos e provocações foram fundamentais para os rumos desse texto. Obrigado pela forma generosa que dividiram seus conhecimentos comigo.

Ao professor Manoel Martins, Manoelzinho, pelas primeiras críticas a este trabalho. Muito obrigado!

A pesquisadora Edinamária Mendonça, pela generosidade em me ceder uma cópia do Álbum do Tricentenário, pela conversa rápida em Niterói, onde pude perceber alguns horizontes para o trabalho, até então, não explorados. Além disso, sua dissertação me ajudou nas primeiras impressões e questionamentos acerca do objeto.

Aos funcionários do Arquivo Público e Biblioteca Benedito Leite, pela ajuda e disposição com a pesquisa. Sem auxílio de vocês não teria conseguido fazer meu levantamento documental. Gratidão.

Por fim, ao meu orientador, este trabalho só foi possível pela sua generosidade. Em uma conversa, à beira do rio Mearim, conheci Evaldo em 2013. Ele me apresentou as comemorações. Depois disso, através dele, estive na Escola da Terra, na África do Sul, no Maranhão

Quilombola e no Fábrica de Ideias. Quantas experiências boas vivi, quantas pessoas conheci graças a sua amizade, simplicidade, compaixão e solidariedade. Ngiyabonga!!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo uma análise das comemorações do III Centenário de fundação de São Luís pelos franceses enquanto políticas de memória. Seguindo os indícios das celebrações de 1912, percebemos uma concepção de cidade onde tempo e espaço coadunados, agenciam ideias-imagens acerca da urbe e, conseqüentemente, daqueles que a habitam. O contrato sentimentalista instituído por esses rituais, entre as práticas de incorporação e inscrição (repertório e arquivo); constitui-se como um importante laboratório para a problematização do passado, ou seja, de como ele foi percebido, reconstruído, inventado, esquecido e apagado. Sendo assim, compreende-se o caráter seletivo dessas evocações pretéritas descortinando o rito como um produto simbólico de comunhão social, mas como uma prática simbólica agenciada por grupos e instituições, cujo produto seria o resultado da articulação entre presente e passado. Nesse sentido, a minha hipótese é que as comemorações do tricentenário foi um investimento sócio-simbólico em imagens da urbe que estiveram próximas à ideologia republicana do centro político do país. Portanto, a investigação do contexto dessas evocações tendo a Primeira República como pano de fundo foi de suma importância para a compreensão das ritualizações. Contudo, para o entendimento das celebrações de 1912 investimos uma análise acerca dos principais rituais cívicos da capital e sua relação com o tempo e espaço. Um período em que as concepções de cidade, tempo e República passam a interferir no repertório cívico: personagens, datas e enredo. Um tempo em transfiguração, sobretudo através das políticas de memória do governo Luiz Domingues.

Palavras-Chave: Comemorações; Cidade; Memória; Primeira República.

ABSTRACT

The present work has as an objective an analysis of the commemorations of the III Centenary of foundation of Saint Louis by the French as policies of memory. Following the indications of the celebrations of 1912, we perceive a conception of a city, where time and space are in harmony with each other, organize ideas and images about the city and, consequently, those who inhabit it. The sentimentalist contract instituted by these rituals, between the practices of incorporation and inscription (repertoire and archive); Constitutes an important laboratory for the problematization of the past, that is, how it was perceived, reconstructed, invented, forgotten and erased. Thus, one understands the selective character of these past evocations by revealing the rite as a symbolic product of social communion, but as a symbolic practice organized by groups and institutions, whose product would be the result of the articulation between present and past. In this sense, my thesis is the celebrations of the tricentennial was a socio-symbolic investment in images of the city that were close to the republican ideology of the political center of the country. Therefore, the investigation of the context of these evocations having the First Republic as a background was of paramount importance for the understanding of ritualizations. However, for the understanding of the celebrations of 1912 we invested an analysis about the principal civic rituals of the capital and its relation with time and space. A period where the conceptions of city, time and Republic begin to interfere in the civic repertoire: characters, dates and plot. A time in transfiguration, especially through the memory policies of the Luiz Domingues government.

Keywords: Commemorations; City; Memory; First Republic.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Selo Estadual.....	70
Figura 2: Praça Gonçalves Dias.....	74
Figura 3: São Luís dados populacionais de 1890	75
Figura 4: São Luís dados populacionais de 1900	75
Figura 5: Romaria cívica em homenagem a Gonçalves Dias.....	79
Figura 6. Sacralização dos espaços em São Luís.....	85
Figura 7: Praça 1º de maio.....	95
Figura 8: Bandeira do Estado do Maranhão	113
Figura 9. Cartas Geográficas exibidas nas Exposições Estaduais (1912)	142
Figura 10. Divisa entre Maranhão e Piauí (Região do Delta do Parnaíba)	145
Figura 11. Avenida Maranhense.....	155
Figura 12. Implantação da Cruz	157
Figura 13. Mesa que presidiu a inauguração da Exposição comemorativa.....	161
Figura 14. Entrada principal da Exposição.....	170
Figura 15. Grupo de Visitantes.....	171
Figura 16. Sessão de Agricultura.....	173
Figura 17. Coleção de Arthur Azevedo	175
Figura 18. Mapa Geral das premiações da Exposição do III Centenário	177
Figura 19. Glorificação a Gonçalves Dias.....	183
Figura 20. “Popular maranhense “	185

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. Cidade-cemitério: Itinerário dos lugares de memória e comemorações na cidade de São Luís.....	24
2.1. Atenas sacralizada: Lugar de memória, estratégias de consagração e invenção intelectual na Primeira República no Maranhão.....	30
2.2. Vias de sacralização: mudanças na nomenclatura das ruas em São Luís.	47
2.3. Romaria fúnebre: rituais e sacralização dos espaços na cidade cemitério.....	58
2.3.1. Homem Culto: Gonçalves Dias símbolo do Maranhão na República	69
2.3.2. Dimensões simbólicas: sacralizando o espaço na cidade-cemitério.....	82
3. Terra em Transfiguração: Tempos, Rituais Cívicos e Repúblicas em São Luís.....	87
3.1. Entre atos: tempo e repertório nas ritualizações	91
3.2. “A nau Luiz Domingues”: paz e trabalho para o Maranhão.....	97
3.2.1. Luiz Domingues “(en)cena”: o governador nas ritualizações cívicas	105
3.3. Primeiros planos: um ensaio para as comemorações.....	117
3.4. Fundação Francesa: desconstruindo olhares e imagens.....	123
4. Um rito republicano.....	133
4.1. Ficções científicas: A comissão, o historiador e o geógrafo.	134
4.1.1. Ribeiro do Amaral: o historiador.....	137
4.1.2. Justo Jansen: o geógrafo.....	141
4.2. Jogo e Cena: incorporando os fundadores.....	149
4.3. A retórica das Exposições: Um presente para o futuro.....	165
5. Considerações Finais – Cidade entre a memória e o esquecimento	179
DOCUMENTAÇÃO.....	187
REFERÊNCIAS.....	188
ANEXOS.....	196

1. INTRODUÇÃO

Vivo há quase dez anos em São Luís, e não sei se é muito ou pouco para entendê-la.

Visitei São Luís pela primeira vez no ano de 2005. Eu, então com 17 anos, acompanhava minhas tias, Isabel e Mônica, juntamente com meu primo, uma criança de seis anos de idade. Não sabia ao certo o propósito da viagem. Se um dia soube, minha memória no processo de seleção tratou de relegá-lo ao esquecimento. Lembro-me da preocupação, dos olhares aflitos, da inquietação e da pressa com que nos dirigimos à rodoviária.

Da cidade, conheci apenas a Rua São Pantaleão e uma antiga casa de azulejos verdes pertencente a uma tia-avó de minha mãe. A residência conservava as rachaduras de um tempo distante e as fotografias antigas estavam em todos os cantos da casa para confirmar que alguém havia construído um passado por ali. Esse passado, convertido em vestígios, estava presente em todos os cantos da casa: o chão de madeira velha, as fotografias, móveis e livros. Tudo parecia contribuir para clima mental de retorno, de histórias que até então eu não conhecia.

Em um dos cantos da velha casa localizei a foto do meu avô que no seu tempo de juventude viveu em São Luís. Não foi difícil reconhecê-lo, era o mesmo rosto magro, o olhar sério e, ao mesmo tempo, sereno, desenhado pelas entradas laterais na testa devido ao pouco cabelo que possuía. Ali estava meu avô ou sua imagem, que não se diferia de suas outras fotografias que conhecia. Assim como sua imagem, meu avô não pode sentir a ação do tempo sobre seu rosto. As primeiras rugas, os primeiros cabelos brancos.

Sua fotografia encontrava-se em uma velha cômoda, em quarto escuro. Nele, conheci uma velha senhora, Marieta, ou vó “Êta” como chamávamos. Já debilitada pela idade e com pouca locomoção, passava a maior parte do tempo deitada em sua cama imersa a lembranças. Um passado vivido com expressões: fala e olhar que confessavam a ação da lembrança sob sua frágil existência. Tia Mônica tratou de iniciar as apresentações de forma clara: “O Walter Neto é meu filho”! Minha outra tia, Isabel completou: “E o Wendell é o filho da Márcia, a gêmea!” . A velha senhora arregalou os olhos e nos fitou por alguns segundos. Parecia curiosa e intrigada ao descobrir o rosto de dois membros da família desconhecidos. Logo após nos encarar, Vó Êta direcionou o olhar para o teto da casa e disse: “São netos do meu Walter! ”.

Meu itinerário foi curto na ilha, permanecemos na antiga residência por mais dois dias e no domingo à noite retornamos para Caxias sem eu ter esquecido aquela experiência.

Dois anos depois, me encontrava novamente em São Luís. Retornei a cidade em setembro de 2007, para cursar a graduação em História Licenciatura na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Diferentemente da primeira visita, sabia que minha estadia seria longa, não seria mais um visitante, não passaria poucos dias. Entretanto, sabia também que a velha senhora que vivia na Rua São Pantaleão não se encontrava mais na antiga casa de azulejos verdes. Nosso único encontro havia sido derradeiro.

O certo é que fiquei, fiz da cidade minha morada, conheci pessoas, lugares e um ofício, talvez um dos mais complicados. Não é uma das tarefas mais gloriosas, e, nem inglória, transitar por entre os tempos históricos, em figurar os mortos no presente, apenas necessária.

Hoje, me sinto parte da cidade, construí meus lugares afetivos em minhas memórias e esses espaços de afeição também a construíram, afinal, a memória é dos lugares. De fato, vejo São Luís hoje como uma possibilidade, como um espaço onde sentidos foram construídos. Mas nem sempre foi assim...

Também experimentei o lado difícil de viver em uma grande cidade com problemas estruturais. O trânsito caótico, a dificuldade de locomoção, de transitar pelos espaços. Logo percebi a difícil tarefa de ser um pedestre em São Luís, de ter acesso a lugares, de poder ter direito ao lazer sem gastar muito. O andar pelas ruas sempre em alerta é fruto da explícita desigualdade social de uma das capitais mais violentas do Brasil. Logo descobri que viver na cidade é possível, mas ter direito sobre ela exige outras demandas no campo da luta pelos direitos. Além disso, lembro-me da estranha sensação que sentia quanto à proclamação da cidade como berço de poetas, filhos da Atenas, da fundação francesa e até mesmo do bumba-meu-boi. Sim, para um caxiense acostumado a pular fogueira no São João, tal manifestação tida como expressão máxima da cultura popular do Maranhão, me parecia bem estranha.

Sobre a antiga casa na Rua São Pantaleão, retornei tempos depois a convite do meu tio. Havia sobrado pouca coisa da velha casa. A fachada tinha conservado os mesmos azulejos verdeados presentes em minhas memórias. Todavia, seu interior passara por um processo de mudança. A casa havia sido remodelada. Sobraram alguns móveis e retratos. Para poderem morar ali, meus tios teriam que, simbolicamente, conectar suas vidas àquela casa.

Ficou claro para mim que as rachaduras do tempo foram cobertas por uma boa “mão de tinta de sent-(c)-imento”. Aquela casa havia recebido um trabalho de memória, não bastava reformá-la somente em sua estrutura, foi necessário cobri-la de afeto. Cortiná-la de outras memórias. Todo aquele microcosmo que a envolvia de lembranças, recordações que inclusive eram dispositivos que acionavam as memórias da minha família, através do retrato do meu avô, haviam sumido. Cada aposento foi bombardeado por novos arsenais de recordação. Tive a

sensação de algo ter sido imediatamente deletado da minha mente, não conseguia mais me conectar àquela casa.

Hoje, lembrando as impressões que senti, faço alguns questionamentos sobre essa experiência. Seria eu vítima daquilo que Pierre Nora denomina como lugar de memória? Seria eu, produto do tempo, e, sobretudo, daquilo Huyssen chama de cultura de memória? Estaria eu, me conectando, artificialmente, às “minhas lembranças”? Talvez a casa de azulejos verdes possa servir como metáfora para este texto.

Se tais lembranças vieram no momento em que comecei a problematizar o tema, isso não se deu por razões meramente circunstanciais. Se eu as evoco não é por sentimentalismo ou nostalgia. É, sobretudo, porque tal fato delineia de forma singular a minha aproximação e relação com a cidade. Cidade essa, que experiencio cotidianamente, mas, sobre o qual também, me debruço enquanto objeto e análise histórica.

Tal fato pode ser compreendido através da nossa infundável busca de sentidos para as experiências que vivemos. Esses sentidos tornam-se possibilidades, orientações ao entendimento da dimensão espacial e temporal produzida pela memória. Entendo que a maneira como penso esse trabalho tenha relação íntima com minhas experiências, aquilo que Certeau (2013) sabiamente chama de lugar social. A forma como leio os vestígios no tempo, como os problematizo, como os conduzo, está ligada a dois eixos que apresentei anteriormente: memória e direito à cidade. Ambos os eixos, questões macro que serão desenvolvidas ao longo do texto – dividido em três partes, dialogarão em certos momentos, entre a lembrança/inclusão; mas em outros, haverá espaço para o conflito e silenciamento.

Fernando Catroga (2015), ao refletir sobre a relação da memória e o ofício do historiador, estabelece uma relação de simultaneidade. Recordação e historiografia lutam contra o esquecimento do passado. Seria ilícito pensar que o passado já “passou” para o historiador. Não admitir seu processo de construção e expectativas postas no inquirir da documentação seria partilhar uma visão engessada e determinista do tempo presente.

“Por consequência a memória do historiador é componente forte de experiências primordiais em relação ao espaço e ao tempo, húmus que, se pode obstar ao surgimento de interrogações, também fura censuras, trazendo a tona fragmentos do que está esquecido (CATROGA, 2015, p.70)

Nesse jogo de produção de sentidos aparece a cidade, sua memória, sua história. Que memórias? Que histórias? Ecoar São Luís tendo como tema as ritualizações cívicas é refletir sobre a ação e relação entre tempo e espaço, uma conexão fundamental para esta proposta. Tempo e espaço são categorias indissociáveis, em um mesmo espaço habitam tempos distintos, assim como, o tempo é sempre um produto construído a partir de um determinado

espaço. Sendo assim, compreendo *urbe* como um espaço-tempo saturado de imagens e possibilidades para a gênese de imaginários. A cidade se apresenta em imagens fixas, cartões postais, mas também se esconde em ruínas. A ação mnemônica “se constrói no esforço, na luta pela presença ou no combate à ausência de signos constituintes de sua identidade” (LOFEGO, 2004, p.22).

Assim, tomar a cidade como objeto é tentar interpretá-la como produto de articulações onde as tramas exercem um papel de definição na construção de sua história. Uma ideia de *urbe*, que possa construir uma imagem da cidade, não somente aquele produto do exercício lúdico e literário. Como objeto, seria necessário transitar por seus espaços, já que nem sempre essas manifestações ou produções temporais sobre o espaço se tornam visíveis. Ítalo Calvino (1990) já afirmava que a cidade não é uma só. Para além de sua dimensão concreta, a cidade esconde dos olhos desatentos, sua pluralidade simbólica.

O recorte desta pesquisa nos possibilita compreender essa relação a partir do eixo de problematização: 1912, tricentenário de fundação da capital maranhense, este funciona como uma ponta de iceberg. *Vestígio* de um tempo/espaço que *tem muito a dizer* a respeito do que se precedeu. Como ponta de iceberg, é um indício, estímulo para um mergulho no mar dos acontecimentos, das memórias, das histórias. O submerso, em alguns casos, se apresenta de forma clarificada, uma imagem corporificada, a ela não falta nada, e, em outros casos, imagens ainda em formação ou em definição; sem grande poder de visualização. Talvez esse seja o grande desafio do historiador que desnuda o espaço/tempo; compreender essas ações de corporificação de imagens, entre o(s) *porque(s)* e *como(s)* se processam, se cristalizam, são lembradas, mas também são esquecidas e silenciadas. Não ganham corpo.

Partindo de uma perspectiva foucaultiana, Albuquerque Jr. já sinalizava para esta questão quando afirma que investigando os sinais de constituição de um determinado saber, de um fato ou acontecimento, é que conseguimos apreender a dinâmica do seu aparecimento (2007, p.151).

Nesse sentido, tento perceber as comemorações de 1912 como um problema, significa tratar as comemorações como momento onde práticas e representações constituem-se como elementos ora em destaque, ora silenciados. Busco pensar as comemorações como ocasião que têm por objetivo cumprir o papel de hierarquização social através de projeções ligadas à ordem linear do tempo: passado/presente/futuro. São espaços onde tradições são inventadas ligadas ao projeto de modelagem identitária que asseguraria a manutenção da ordem social, assim como, uma extrojeção de valores e concepções do que seria a cidade.

Podemos afirmar que o espaço é um produto histórico, inserido em uma determinada concepção de tempo. Hartog dedicou algumas reflexões sobre a importância do tempo nas dinâmicas dos homens. Para o autor, a relação entre o tempo e as sociedades de certa forma parece pouco discutida ou negligenciada. Utilizando o conceito de ordens do tempo, Hartog sublinha o tema ilustrando a relação entre ambos.

Na palavra *ordem*, compreende-se imediatamente a sucessão e o comando: os tempos, no plural, *querem* ou *não querem*; eles se *vingam também*, *restabelecem* uma ordem que foi perturbada, *fazem às vezes de justiça*. *Ordem do tempo* vem assim esclarecer uma expressão, talvez de início um tanto enigmática, *regimes de historicidade* (HARTOG, 2014, p.17).

Para o autor, regime de historicidade pode ser compreendido de duas formas. “Em sua acepção restrita, como uma sociedade trata seu passado e trato do seu passado. Em uma acepção mais ampla, regime de historicidade serviria para designar a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana” (HARTOG, 2014, p.28). Aprofundando ainda mais a noção de regime de historicidade, Hartog compreende que ela deva servir como mecanismo para comparar concepções distintas de história, mas sobretudo, para pôr em foco o tempo, enquanto experiência, entre o presente e o pretérito.

Quanto à apropriação e à domesticação temporal, não se trata de refletir sobre essas questões pela via da abstração, mas compreender a lógica *dos vestígios no tempo e o tempo dos vestígios* nas dinâmicas que promovem a constituição de sentidos para o propositos e o receptor que lê ou ouve, inseridas na concretude das experiências vividas por qualquer sujeito (MARTINS, 2011, p. 12). Ou seja, todo sujeito – este ser que é sendo no tempo¹ – constrói sua consciência histórica, alimentando-se de processos históricos e socioculturais herdados, além de um conhecimento subjetivo individual.

Tem-se, portanto, agentes inseridos em uma temporalidade – independente das condições socioculturais em que estão inscritos – que de alguma forma objetam o registro e a preservação do vivido inseridos em uma lógica de percepção própria, em suma, aquilo que é importante não somente para si e seus contemporâneos, mas para futuras gerações.

Essa experiência nos permitiria lançar, dentro do recorte, um debate sobre as questões que envolvem a relação entre memória e a história, diálogos e conflitos. Que presente, que passado e que futuro as comemorações de fundação de São Luís em 1912 articulam através das ritualizações? Que tipo de histórias possíveis existem submersas, envoltas, nesse espaço-

¹Heidegger já indicava o papel pragmático das relações que envolvem o sujeito e a palavra. No constructo da fenomenologia do *ser*, o filósofo alemão afirma que esse ser que é sendo no tempo, é um nada criativo na medida em que vai construindo significados e sentidos às coisas através da palavra. O próprio ser nasce e morre pela fala na perspectiva heideggeriana. HEIDEGGER, Martin. **O Ser e Tempo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

tempo? Mais precisamente, a noção de regime de historicidade nos auxilia na compreensão desses eventos, ou seja, de um presente em busca de seu tempo histórico.

Em 1912, no entremeio daquilo que já não é, e daquilo que ainda poderá ser, o diálogo com Koselleck sobre as semânticas dos tempos históricos nos ajuda a compreender como o presente articula sua visão sobre o passado e o futuro. Essa articulação está relacionada a sua própria percepção no tempo. Analisando o conteúdo semântico de palavras como *revolução*, o historiador tentou perceber como cada presente articulou sua ideia de passado e futuro, cunhado nas expressões *campo da experiência* e *horizonte de expectativa*. A experiência seria sempre o passado construído na ótica de uma determinada contemporaneidade. Já a expectativa seria o presente futuro, para o que ainda não ocorreu, o que ainda não foi previsto. Tais colocações expostas por Koselleck contribuem para pensarmos como o presente narrou um determinado passado da cidade e projetou o futuro (2006, p.311).

David Lowenthal (1998), grande estudioso dos usos do passado, afirma que a memória é uma das formas que podemos conhecer o pretérito. Seu uso imaginativo transcorre pela ação do tempo. Portanto, tomar a memória como um acúmulo de experiências seria negligenciar o fator seletivo, inventivo, além do esquecimento parte integrante da dialética mnemônica. A memória seria articulada pelas necessidades do presente na criação de certas representações do passado. Candau desenvolve o conceito de metamemória. Para o antropólogo o termo indica para as questões da representação da faculdade da memória.

(...) A metamemória, que é, por um lado, a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela. Dimensões que remetem ao modo de afiliação de um indivíduo com o seu passado (...) Amememória é, portanto, uma memória reivindicada, ostensiva (...) Enfim, cada um de nós tem uma ideia de sua própria memória e é capaz de discorrer sobre ela para destacar suas particularidades, seu interesse, sua profundidade ou suas lacunas (CANDAU, 2014, p.23-24, grifo nosso).

O mesmo vale para o nível dos grupos ou sociedade, somente a emergência de uma memória evocada ou da metamemória pode ser objetivada. Candau concorda que a recordação tem um papel fundamental para a memória pessoal e social. Sobre a memória social, o antropólogo pondera que a expressão “memória coletiva” possa designar uma faculdade, pois, de fato, a única memória realmente comprovada é a individual. Portanto, através da afirmação, “a expressão “memória coletiva” é uma representação, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos” (CANDAU, 2014, p.24).

A memória, articulada pela relação entre o presente e o passado estabelece uma relação crucial na construção da identidade de um grupo. No sentido que auxilia na

continuidade do tempo histórico. Domesticando o passado, possibilita aos evocadores no presente se reconhecerem no tempo, situar-se diante dele e projetar-se no tempo. Portanto, seria importante pensar como um determinado tipo de passado selecionado foi legitimado para servir de sustentação para as demandas do presente em 1912.

Contudo, reorganizá-lo e (re)significá-lo às intenções de quem produz significa por os usos do passado na ótica do poder, através do que o pretérito está a serviço da hierarquização social de grupos e instituições. O “passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também, as oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989, p.9).

Diante dessas questões, resta-nos tratar dessas re-presentificações, ou dos efeitos performáticos do rito. Em primeiro lugar é preciso defini-lo. Segundo Catroga, não existe sociedades sem ritos, entendidos como “condutas corporais mais ou menos estereotipadas, às vezes codificadas e institucionalizadas, que exigem um tempo, um espaço cênico e um certo tipo de atores: Deus (ou antepassados), os oficiantes e os fiéis participantes do espetáculo” (CATROGA, 2010b, p.165).

O sentido atenta justamente para as interações entre os que protagonizam o rito e o acordo que os unifica, onde são organizados signos para a geração de uma carga simbólica e performática. Mas, ela só poderá surtir efeito dentro daquilo que o autor chama de *horizonte de crença*. O conceito opera com a finalidade por fim aos dramas e conflitos do presente.

Connerton também lança uma linha de argumentação para o estudo dos cerimoniais. Seguindo o que chama de *posição histórica*, o método consiste na compreensão do rito não somente através da sua estrutura interna, pois de alguma forma, não importa somente seu grau ancestral ou sua tópica sagrada; na verdade, eles foram inventados em algum período e o seu significado esta passível de mudança.

Investigar o contexto de rito não é estudar apenas sua informação adicional a seu respeito, mas sim colocar-nos em posição de obter maior compreensão do seu significado do que aquela que seria acessível a alguém que o interpretasse como um texto simbólico independente (CONNERTON, 1999, p.58)

Os historiadores que se debruçam sobre essa perspectiva têm demonstrado que se quisermos compreender os rituais temos que relacioná-los com o contexto que os produziu. Em outros trabalhos², especializados na temática, afirma-se que sempre quando instituições falidas,

²Para entender as comemorações do ponto de vista ritualístico (mitos, símbolos, heróis) trabalho com as noções de práticas inscritas nas problemáticas das tradições inventadas, propostas por Hobsbawm e Ranger. Ambos pensam as tradições inventadas através da invariabilidade do passado, enquanto práticas fixas que se repetem. Assim, as comemorações são pensadas enquanto complexos simbólicos hierárquicos de manutenção e ordem social. Ver HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das Tradições**: Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

para as quais se referem às tradições antigas, começam a desaparecer, ocorre uma produção maciça de novos rituais, com o intuito de estabelecer uma continuidade com o passado inventado.

Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a “invenção da tradição” um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea (HOBSBAWN, 2015, p.8).

Contudo, deve-se ponderar que o conceito de tradições inventadas proposto por Eric Hobsbawm, em alguns casos, tende a enxergar os rituais como uma mera invenção instituída pelo poder político, com o objetivo de manipular as massas. De fato, os usos e abusos dessa prática, devem ser levados em conta, entretanto, tomar o objeto apenas por essa ótica seria reduzir a condição humana a um mero esquema de naturalizações sem antes investigar o caráter específico das múltiplas experiências históricas. O que propomos aqui é entender as tradições inventadas no Maranhão, lê-se São Luís, dentro do contexto histórico onde foi possível compreender os rituais em sua complexidade, mesmo que, pretensamente, as celebrações evoquem uma certa unicidade comunal sobre o passado evocado.

Connerton afirma que, as representações do passado podem ocorrer através de palavras e imagens. As comemorações são um exemplo de manutenção do passado através de rituais. “Trata-se de reencenações do passado, do seu regresso sob uma forma representacional que inclui normalmente um simulacro da cena ou da situação recapturada” (CONNERTON, 1999, p.83). Nesse sentido, a memória é acionada através das performances corporais, encenar o passado no presente institui a memória no corpo. “As performances incorporadas têm sempre tido um papel central na conservação da memória e na consolidação de identidades em sociedades letradas, semiletradas e digitais. Nem todo mundo chega à “cultura” ou à modernidade por meio da escrita” (TAYLOR, 2013, p.21).

Connerton denomina dois tipos de práticas sociais, o primeiro caso é chamado de *prática de incorporação*. “Um sorriso, um aperto de mão, ou as palavras que se dizem perante alguém a quem nos dirigimos, são mensagens que um emissor, ou emissores, comunicam através da sua própria atividade corporal corrente, processando-se essa transmissão” (CONNERTON, 1999, p.84, grifo nosso). A incorporação esteja ela ligada a mecanismos intencionais ou sem nenhuma intenção, levada a cabo por ações individuais ou grupais é uma prática corporal na qual os corpos apoiam uma atividade específica, seja a memorização de

posturas, sejam práticas comportamentais ligadas às comemorações ou indicadas a modelação dos corpos no cotidiano, são um exemplo de incorporação.

O segundo tipo é nomeado como *prática de inscrição*. São dispositivos de armazenamento ou/e recuperação de informações – são exemplos produtos acionados pela escrita como: imprensa, enciclopédias, fotografias e computadores – não semente de captação, mas de conservação do que foi apreendido. Em geral os arquivos são os locais de conservação desses documentos, além de museus e galerias. Diana Taylor (2013), que escreve sobre performances na América Latina, define essas duas práticas inseridas entre o repertório e o arquivo, ou seja, entre o saber do corpo e o poder da escrita.

Repertório seria o conteúdo que daria substância a memória incorporada: “performances, gestos, oralidade, movimento, dança e canto (...) em suma, todos aqueles atos geralmente vistos como conhecimento efêmero, não reproduzível”. Para tal ação mnemônica o “repertório requer presença – pessoas participam da produção e reprodução do conhecimento ao ‘estar lá’, sendo parte da transmissão (...) O repertório ao mesmo tempo guarda e transforma as coreografias de sentido” (TAYLOR, 2013, p.49-50).

No Maranhão, as comemorações estão inseridas entre as práticas de incorporação e inscrição. Além da performance que o rito exige, algumas comemorações produziram materiais escritos com álbuns fotográficos e estudos científicos, por essa razão e por essas celebrações estarem entre o arquivo e o repertório, decidi chamá-las de práticas institucionais, devido ao envolvimento de setores do governo, instituições e agremiações em diálogo com o poder político. Além disso, o estudo da performance incorporada e sua relação com a memória nos permite entender que algumas manifestações culturais afro-maranhenses, então silenciadas, no início do século XX também se inscrevem como repertórios memorizáveis, ou seja, inconsciente ou não, batuques e danças se enquadram nessa perspectiva da memória do corpo.

O repertório é o tema e a incorporação consiste em como se conta esse tema. Michel de Certeau (2013), ao discorrer sobre a *operação historiográfica*, evidencia um diálogo de suma importância na compreensão dos eventos comemorativos, sobretudo ao destacar a necessidade de estarmos atentos ao lugar social daquele que produz o discurso. Tomemos emprestado esse conceito para pensarmos esses contextos de produção de narrativas performáticas acerca do passado da cidade. Certeau afirma que, é desse lugar que se instauram métodos, interesses, nos quais documentos e questões, que serão propostas, se organizam. Afinal, fazer história é uma prática (CERTEAU, 2013).

A respeito da temática, Hartog estabelece uma relação entre olhar e escrita. Na obra *Evidência da História – o que os historiadores veem*, Hartog constrói um estudo a respeito da

arqueologia do olhar do historiador. Para tanto, o autor afirma que existe uma história da visão através de um ponto de vista e de um lugar. A história da visão seria, na verdade, uma história do “visível e do invisível, de sua organização e do seu compartilhamento, passível de sofrer mutações de uma época para outra. “Assim, essa história, “com múltiplos componentes – científico, artístico, religioso, assim como político, econômico e social – seria também uma história da verdade” (HARTOG, 2013, p.143, grifo nosso). Para além de uma história da visão, segundo o historiador ela também é da audição. No sentido de que existem “olhares de historiadores, mas também “vozes” da história que, às vezes(...) são passíveis de se limitar a uma só voz” (HARTOG, 2013, p. 144).

As reflexões de Hartog servem para pensarmos que tipo de visão é construída acerca do passado da cidade evocado nas comemorações. O que mudou e permaneceu? A respeito das vozes da história sintetizadas em uma só, serve refletirmos sobre o papel de indivíduos ou grupos na assunção de discursos pretensamente atribuídos a totalidade coletiva, “a voz do povo”, mas que escondem particularismos seletivos daquilo que deve ser lembrado e esquecido. Várias vozes em uma só voz é um dos pilares do discurso comemorativo com o objetivo de criar um sentimento coletivo em torno de rituais legitimadores.

Em 1912, planejam-se as comemorações do tricentenário de fundação da capital maranhense. As solenidades são articuladas pelo Estado com o auxílio de intelectuais locais, como o historiador Ribeiro do Amaral e o geógrafo Justo Jansen. As comemorações foram objeto de estudo de Lacroix. A autora compreende o fato como primeiro momento de valorização e externalização das origens da capital São Luís. O lusitanismo como um dos componentes presentes na cultura e nos traços arquitetônicos da cidade é substituído pela valorização da presença francesa no Maranhão no século XVII, interpretada enquanto um momento de fundação da cidade, por conseguinte da civilização maranhense, iniciada assim em 1612.

Entretanto, a leitura do contexto em que se processaram as ritualizações de 1912 é de suma importância para a compreensão da imagem da cidade evocada. Entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, a cidade experimentou a intensificação de rituais cívicos coadunados à exaltação do passado local. Assim, uma investigação dos antecedentes – comemorações, rituais cívicos e monumentos inaugurados anteriormente ao certame – é de suma importância para esse trabalho. As comemorações, nesse período, estavam voltadas à glorificação de personagens ligados ao passado local. Basicamente, durante a Primeira República Gonçalves Dias concentrou as ações performáticas nas primeiras décadas em São Luís, ecoando o epíteto da Atenas Brasileira.

Nesse sentido, busco perceber as diversas relações harmônicas/desarmônicas nas ritualizações cívicas, historicizando as experiências à luz do contexto em que se apresentavam as relações sociais constituintes dos ritos civis. Os múltiplos discursos criaram múltiplas cidades ainda presentes no imaginário dos ludovicenses.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, detenho-me a fazer uma discussão entre memória e história para interpretar a construção de uma nova consciência histórica acerca da cidade sintetizada pelas comemorações do III Centenário de fundação de São Luís. O ano de 1912 será o eixo que norteará essas discussões. Assim, busca-se entender as práticas de evocação dos mortos que simbolicamente promoveram à assunção da cidade-cemitério. A partir do estudo de caso, proponho analisar o contexto que antecede a primeira comemoração (1912), como os ritos cívicos dedicados ao poeta Gonçalves Dias que se iniciam no final do século XIX, intensificando suas ações a partir da chegada de Fran Paxeco, luso que se notabilizou pelo apreço ao campo literário e pela intensa devoção ao republicanismo. Ademais, no início do século XX, observa-se a inauguração de uma série de monumentos em homenagem a figuras ilustres, os chamados *gênios da raça*. O objetivo é, sobretudo, entender como esses dispositivos, esses elos, funcionavam e evidenciavam as dinâmicas de representação social de ordem pública ao longo do tempo. Apesar de experiências distintas, os modos operacionais de ambos, são atravessados por uma linguagem “análoga, composta por [...] símbolos, heróis (individuais e coletivos) e ritos” (CATROGA, 2005, p.7).

No capítulo 2, estabeleço algumas reflexões acerca das transfigurações dos rituais cívicos na capital, o itinerário pela cidade-cemitério permitiu-me enxergar variações na ordem do tempo, novas concepções, a respeito da cidade, ecoadas através da sacralização de heróis locais. Nesse sentido, observo que o culto a Bequimão rompe com uma ideia de tempo, República e a identidade do ludovicense. Relaciono essas transfigurações com a ascensão de Luiz Domingues ao governo do Estado. Além da transfiguração no tempo a partir de novas concepções a respeito da República e sua relação com a memória e história local, o espaço também como via de sacralização sofreu com o trabalho de memória através de deslocamentos simbólicos espaciais como a inauguração da praça 1º de maio no Largo de San Tiago, região habitada por operários. Por fim, faço algumas considerações a respeito dos primeiros planos de realização das comemorações de fundação da cidade e a partir das considerações feitas no início do capítulo sinalizo para algumas interpretações, que considero questionáveis, das comemorações do III Centenário de fundação de São Luís em diálogo com as hipóteses e conclusões de Lacroix (2008). Minha hipótese é que a ode aos franceses representaria uma ode a República, suas concepções de trabalho, riqueza material e cientificismo.

No último capítulo, estabeleço uma discussão a partir de textos-imagens produzidos pelas solenidades de 1912, em especial, aqueles que se voltam à cidade nas comemorações do tricentenário, para entender o processo de construção de uma consciência histórica acerca da cidade de São Luís que rompesse com uma concepção de cultura baseada somente na erudição e letramento. Entendo como consciência histórica, formas de compreensão do passado pelo indivíduo, como a capacidade de ordenar suas ações cotidianas. As comemorações estariam nessa categoria como um espaço de expressão e formação da consciência histórica de um determinado grupo social (RUSEN, 2011). Desse modo, a figura do governador Luís Domingues é de fundamental importância nesse descentramento. A imagem franco-ateniense evocada no ritual estaria mais próxima aos desejos da República. O trabalho aparece como uma categoria importante, sendo evocada como uma qualidade pertencente ao espírito do maranhense. Foram organizadas exposições e um álbum de fotografias nos quais se percebe uma preocupação com a imagem da cidade. Nessas comemorações é possível observar as intenções de seus proponentes em criar uma linha tênue com o tempo no qual o passado, presente e futuro se articulam de forma didática. Catroga chama esse tipo de comemorações de *festas móveis na história*. As narrativas acerca do passado são de suma importância nas dinâmicas sociais. Aponto as concepções e tipologias históricas apresentadas nas solenidades e atendo para o modo como elas acionam símbolos e signos, mecanismos de função identitária.

2. CIDADE-CEMITÉRIO: Itinerário dos lugares de memória e comemorações na cidade de São Luís

Em nota introdutória de *Papeis Avulsos*³, Machado de Assis discorre acerca da estrutura da obra. O autor conclui que para um leitor desatento, poder-se-ia supor a falta de unidade entre os textos, como o próprio título aponta. Seria como se Machado tivesse reunido *papeis* sem propósito unitário, de forma desordenada, *avulsa*!

De certo modo, a afirmativa contém seu fundo de verdade, sem ser ela a verdade por completo. As crônicas ali reunidas, não estão como meros *passageiros* que decidem entrar em uma mesma *hospedaria*; mas se parecem como membros de uma mesma *família*, que a obrigação do pai os fez sentar a *mesa*.

A *advertência* de Machado nos inspira como metalinguagem para a construção deste capítulo, posto que a investigação não se formatou pela busca de uma *linha mestra*, ou seja, linear em seu escopo textual. O capítulo é em sua estrutura *estudos de casos*, mosaicos de experiências, percepções temporais; dinâmicas mnemônicas que de alguma forma se equilibram entre o diálogo e a divergência em *tramas secundárias*⁴.

Esses estudos de casos estão inseridos dentro de uma série de modificações simbólicas. Novos sentidos produzidos através do assenhoramento do passado, por um conjunto de práticas plurais. Ao longo da pesquisa, no trato com a documentação, observei uma intensa atividade mnemônica entre o final do século XIX e o início do século XX. Pois bem, seguindo os indícios no tempo foi possível visualizar essa movimentação em sua diversidade: lugares de memória, algumas publicações de cunho memorialístico, mudanças na toponímia de algumas ruas, celebrações de datas e heróis locais – o que de certa forma cambiou para a monumentalização⁵ de alguns espaços da *urbe*.

³ Publicado originalmente em 1882, *Papeis Avulsos* apresenta uma série de contos, e um autor em plena forma, em seu exercício de criação artística. A obra é composta por doze contos alguns mais conhecidos como O Alienista, e outros nem tanto como A chinela turca. MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Advertência*. In: **Obra Completa de Machado de Assis**, vol. II, Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1994.

⁴ Defino como *tramas secundárias*, práticas mnemônicas anteriores as comemorações de 1912. Acredito que tais manifestações se reapresentam no rito de forma descentrada, manifestações que não apresentam seu grau de centralidade, mas como elos de suporte que ajudam a compor a narrativa tricentenária.

⁵ Sobre o monumento, Knuss afirma que essas manifestações dão materialidade a memória. Além disso, existe um trabalho-ritual de sacralizar os espaços, de conectar “estruturas de sentimentos” ao espaço que se deseja simbolicamente construir vínculos. A monumentalização é um claro exemplo de como as memórias são socialmente arquitetadas. KNUSS, Paulo (coord.). **Cidade Vaidosa**: Imagens urbanas do Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

Faço essa escolha sem esquecer que essas práticas não se originam ou se iniciam nesse período⁶ e que de fato é possível observar esses atos em outros momentos, com outros recortes, em outras formas, mas, não da forma como me proponho investigar. O que não significa dar um caráter excepcional da proposta, de olhar os rastros do passado sob a velha dicotomia, do macro ao particular; ou de pensá-lo através da fórmula contextualização/ análise vertical. Se todo ponto de vista é a vista de um ponto⁷, chego a conclusão de que o todo está nas partes e vice-versa.

O capítulo discorre acerca dos movimentos mnemônicos ou políticas de memória, trata do uso político da memória socialmente construída acerca de um passado sobre a cidade de São Luís que esteve de acordo, não somente, com o novo regime recém-implantado, mas também com os anseios de grupos que o evocaram e construíram. Essa ação de retorno ao passado, através da memória, tem como objetivo, dentro de um contexto específico, a projeção para o futuro. Sem dúvida, a re(a)apresentação de um passado busca dar significado a novos papéis sociais na dissolução das antigas simbologias representativas, ademais, é sempre um movimento que tem como fim a criação de um futuro para o presente, de continuísmo e perpetuação através da história. Em São Luís, o que me intriga, num primeiro momento, são esses percursos simbólicos da capital maranhense inseridos dentro do contexto daquilo que chamamos de Primeira República⁸.

A implantação do novo regime trouxe consigo algumas questões de ordem prática, era necessário que o republicanismo implantado pudesse garantir a coesão política, social e cultural. Carvalho (2011), já as inquiria logo nas páginas iniciais da obra intitulada *Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*. O livro discorre sobre a ausência de uma participação popular na implantação do novo regime e das estratégias republicanas, o autor as chama de visões plurais da República no Brasil. Para garantir a legitimidade do novo regime, utilizou-se do caráter ideológico inventando um novo Brasil.

⁶Borralho já sinaliza para práticas mnemônicas ao tratar da obra de Antônio Henriques Leal: *Pantheon Maranhense* (1873-1875).

⁷Leonardo Boff, fala do trabalho de leitura, a impossibilidade de ler com outros olhares. Cada um lê com os olhos que tem, para entender o que estamos lendo é necessário compreender o contexto. Ler, significa reler, compreender e interpretar. Toda leitura é uma ação de releitura. Acredito que as reflexões do ex sacerdote possam nos servir para o campo das escolhas. O ponto de vista ou vista sobre um ponto é fundamental para a os caminhos da narrativa, afinal, a maneira instrumentalizamos nossa visão sobre o objeto traz consigo nossas percepções de mundo, mais também, a difícil tarefa de tornar nossas inquietações legíveis. BOFF, Leonardo. *A Águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

⁸ Ângela de Castro Gomez, ao tratar da nomenclatura *Primeira República* ou *República Velha*, afirma que a segunda opção foi utilizada por intelectuais pós-30 com o objetivo de legitimar os novos direcionamentos políticos do governo, então visto como revolucionário. GOMES, Ângela de Castro. **A república, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 22.

Essas visões ou imagens criadas a através da passagem de bastão do Império para a República, constituíram um componente fundamental para o ordenamento social. O civilismo passa ser uma possibilidade, contribuindo para a reatualização de sentimentos coletivos e a reafirmação da sacralidade do contrato social. Entre outras razões, compreende-se sua presença nos movimentos revolucionários, francês e americano⁹. Apesar de experiências distintas, os modos operacionais de ambos são atravessados por uma linguagem responsável pela criação de mitos de origem ou (re)fundantes, heróis e símbolos.

A ideia desses projetos políticos embasava-se no extravasamento ideológico – visões – imagens, mitos e símbolos. Tratava-se de penetrar no imaginário popular com imagens e configurá-lo com os ideais do civilismo republicano. É por meio do imaginário que “as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro” (CARVALHO, 2011, p.10).

No Maranhão, mais precisamente em São Luís, o mosaico ideológico se desenhava com diversas cores. Percebe-se que a condução do movimento de produção de sentidos e significados fora estimulada ora por políticas estaduais – ações do governo na adequação do Maranhão ao projeto republicano – a bandeira, o hino, o brasão estadual que remetiam a uma reconfiguração da identidade regional que se coligasse a República; ora por grupos localizados¹⁰, que em suas ações de pertencimento a um pretérito inventado, almejavam ocupar espaços de prestígio na arte e na burocracia regional. “É, uma espécie de ação de atribuir capital simbólico *post-mortem*, mas que retorna para si através da filiação física ou intelectual, ou seja, outra forma de valorização e apropriação da herança.” (NASCIMENTO, 2014, p.144).

Entendo que esses dois movimentos não estão distantes um do outro. Em certos momentos é possível visualizar a colaboração de intelectuais nas ações simbólicas do Estado, e, em outros, grupos localizados sendo legitimados pelo Estado através da apropriação de seu capital simbólico social pelo governo. Ademais, a complexidade dos movimentos põe em cheque a homogeneidade simbólica na República Maranhense, o que comprova uma intensa pluralidade alegórica¹¹. Percebo que em fins do Oitocentos e na gênese do novo século, a

⁹Segundo Catroga, a religião civil surge no contexto das Revoluções modernas, tento como primeiro teorizador Rousseau, cuja função reside na sacralização de uma coletividade. Com objetivo último legitimar a Nação. Ver em CATROGA, Fernando. **Nação, Mito e Rito**: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/ Museu do Ceará, 2005.

¹⁰Compreender a memória ou os seus usos sociais a partir de grupos localizados nos ajuda a entender os interesses, conflitos, mediações e relações entre imagem/identidade e evocação. A ideia de utilizar esse termo, também auxilia na leitura da geografia social, ou seja, a percepção de tempo e espaço, enquanto categorias primordiais para o entendimento das experiências dos grupos na assunção da *mneme*. Ver em HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**- arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

¹¹ As disputas intelectuais na Primeira República no Maranhão podem ser visualizadas no ensaio Antônio Lobo, de Babilônia a Atenas: As estratégias de construção da Nova Atenas em Os Novos Atenienses. Dorval Nascimento

maioria das ações mnemônicas tem por finalidade a produção de uma identidade regional reatualizando mitos e personagens.

Entretanto, penso que em São Luís todas essas iniciativas, sejam elas de cunho republicano, ou contextualizadas no período, partem de um exercício de rememoração e mitificação de um passado que estivesse de acordo com os anseios e reivindicações do presente. Essas ações corporificam ideias-imagens de si, da mesma forma que as sedimentam no local. O controle da memória tornou-se um importante artifício na manutenção da hierarquia social e na produção de uma identidade acerca da cidade e daquele que a habita. Nesse sentido, as modificações simbólicas, novos nomes para as ruas, comemorações e datas cívicas estariam enraizadas em um plano de projeção e manutenção do *status quo* social através da monumentalização¹² de certos espaços.

Portanto, a visualização dessas múltiplas experiências, dessas formas de se contar o passado ou lembrá-lo e sua relação com o espaço, podem revelar alguns aspectos da memória social enquanto confluência de passados em um passado comum a um grupo ou coletividade. A recordação individual partilhada pelo grupo é a base para as significações coletivas. A memória e as demandas do passado encontram-se em um contexto de (re)configurações em relação ao problema da *autobiografia* (identidade), ou seja, “de um passado que seja possível recordar e documentar” (ROSSI, 2010, p.25).

Para compreender essas construções, o melhor caminho será operacionalizar a memória social rompendo com determinismos¹³, sem que se possa negligenciar o caráter dialético da memória. A construção social do passado perpassa pelo fato de que as memórias sociais são “frequentemente o produto de uma construção política deliberada, mas também o

se centra na figura de Antônio Lobo, a partir da análise da obra *Os Novos atenienses* – subsídios para a história do Maranhão publicado em 1909. O texto do início do século, é definido pelo historiador com um exemplo de formulação de estratégias para a consagração através de uma política de consciência histórica literária maranhense. Retomaremos essa discussão no seguir das páginas. Ver em BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche. **Historiografia Maranhense**: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014.

¹² Segundo Catroga a palavra *monumentum* de origem indo-europeia exprime funções genealógicas que dão significado a memória, portanto tudo aquilo que convoca o passado e o perpetua, pode ser chamado de monumento. Na Antiguidade, mais precisamente em Roma, a palavra denotava dois significados: indicava obras comemorativas relacionadas a obras esculturais ou arquitetônicas, ou aplicava um sentido ao funeral através de edificações destinadas a perpetuar a memória de alguém. In: CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. **ArtCultura**, Uberlândia, v.12, n.20, p.163-182, jan.-jun. 2010, p.170.

¹³ Reporto-me a crítica as concepções de memória coletiva de Halbwachs. Ao enfatizar a natureza da memória social, o autor considera que recordação do ponto de vista individual, está sempre condicionada ao fato de pertencermos a um grupo. Logo, a identidade coletiva antecede a memória, aquela determina esta, assim, a identidade é interpretada como estável e coerente descartando o caráter dialógico. Sobre a memória social e suas interpretações ver o artigo de PERALTA, Elsa. **Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica**. Arquivos da Memória – Antropologia, Escala e Memória. Lisboa. Nº 2, (nova série), pp 4-23, 2007.

facto de que as construções mnemônicas encenadas pelos Estados são manifestadamente incoerentes com a ordem social, feita de tensões e conflitos” (PERALTA, 2007, p.7).

Ademais, a sacralização da morte passa ser uma categoria na produção de sentidos na capital maranhense. Kovács¹⁴ (2003), ao refletir sobre os estudos de Philippe Ariès, sinaliza a questão ao tratar dos significados da morte e sua presença no campo da experiência. Destaca que as primeiras reflexões acerca do tema apontavam para uma separação entre os mortos e os vivos a partir da cisão dos espaços destinados a morte e os lugares onde a vida acontecia. Tempos depois, o Estado passa a regular tais manifestações como a institucionalização: certidões de óbito e rituais civis de culto aos mortos. As modificações no sentido da vida e morte e, concomitantemente, sua relação, passam a ser acompanhadas pela individualização do morto, sua identificação e história.

Assim, muda-se o morto, de covas comunitárias para túmulos individuais ricos em detalhes. A crença no zênite do pós-morte dá lugar a perda e ao medo do esquecimento, ou seja, o culto aos mortos está relacionado a uma prática de “exteriorização de consciência de que o homem é um ser-para-a-morte (Heidegger) e afirmação do seu direito à memória” (CATROGA, 2010,p.170).

Na capital maranhense, podemos ter um vislumbre do culto aos mortos a partir da obra *Memórias: 1886-1900*, publicada em 1934 pelo poeta Humberto de Campos¹⁵. O texto tem o objetivo descortinar suas lembranças da infância e início da juventude. No capítulo XVI, intitulado “Surpresas da cidade”, Campos discorre sobre suas primeiras impressões de São Luís, quando acompanhado da mãe e irmã, deixa Miritiba com o objetivo de garantir sustento a família após a morte repentina do pai.

O capítulo, assim como o livro, não se prende a exatidão dos acontecimentos. O letrado em nenhum momento fala de datas. O que podemos deduzir é que tal fato ocorre na

¹⁴Em *Educação para morte: temas e reflexões* a autora dedica um primeiro capítulo para explicar as proposições e os sentidos da morte na obra de Philippe Ariès . In: KOVÁCS, Maria Júlia. **Educação para morte: temas e reflexões**. São Paulo: Casa do Psicólogo: Fapesp,2003.

¹⁵ Humberto de Campos, nasceu em Miritiba, atual Humberto de Campos, em 1886. Suas origens nos revela uma infância sem grandes luxos. Aos seis anos, como a morte do pai, Campos mudou-se para São Luís para trabalhar com o tio no comércio. Depois dez anos vivendo em São Luís, muda-se novamente para viver na capital paraense onde passa a exercer a profissão de jornalista. Aos 24 anos, publica seu primeiro livro de versos intitulado *Poeiras*. Dois anos depois, migra para capital federal onde continua a escrever nos principais periódicos do Rio de Janeiro. Em 1919, torna-se membro da Academia brasileira de letras. Em 1933, já com a saúde debilitada publica a primeira parte de suas memórias, vindo a falecer em 1934 em decorrência de uma cirurgia. No pós-morte o literato se envolveu em duas polêmicas, a primeira trata da revelação do conteúdo de seus diários secretos, onde Campos tece comentários ácidos a pares e figuras ilustres como Olavo Bilac e Machado de Assis. A segunda, o envolve indiretamente, com a publicação do livro *Crônicas Além-Túmulo*, obra psicografada por Chico Xavier atribuída ao autor ocasionando uma disputa judicial entre o médium e a viúva do escritor. Nada foi comprovado, e o caso se tornou inconclusivo.

última década do século XIX já que a biografia do autor afirma que Campos chega a São Luís com seis anos de idade. A princípio, o autor se detém a explicar as causas do falecimento do pai, ocorrido após uma parada cardíaca na casa do amigo Lino Granda que sempre o hospedara em suas viagens a capital maranhense para tratar de negócios.

No seguir das lembranças narradas, Campos rememora a visita que fez aos amigos do pai. O escritor se recorda das suas impressões ao provar uma sopa de macarrão pela primeira vez. Sobre outros ocorridos, afirma não ter uma memória precisa, apenas uma nítida lembrança das suas impressões ao visitar o cemitério para *beijar a sepultura* do pai falecido. Vamos à recordação:

Eu ignorava, inteiramente, que os mortos tivessem seu dia, e que, nessa data os vivos se recordassem deles. Nunca ouvira falar em tal cousa, em Miritiba, onde, quando morria uma pessoa, ninguém mais se lembrava de que havia morrido antes. E sucedeu que a nossa visita, em São Luiz, á necrópole da cidade, se verificasse precisamente no dia de Finados.

Ao chegarmos ao portão, espantou-me, logo, o movimento. E maior foi, ainda, o meu pasmo, quando transposta a entrada vi ferver a onda humana; os túmulos cobertos de flores, os jazigos de mármore ou caiados de novo, e toda aquela gente, que ia e vinha sem nenhuma lágrima, sem uma evidente demonstração de tristeza. Creio mesmo que havia música; música triste, de funeral, mas música. E a música pareceu naturalmente de festa, aos meus ouvidos acostumados ao choro das harmônicas monótonas, das falas tímidas e dos violões solitários(...) Tal foi, em suma, à impressão geral dessa visita, que, de regresso a casa do tio Brasil, eu tinha a convicção de que o cemitério era, positivamente, o lugar mais alegre do Maranhão (CAMPOS, 1934, p.100-101).

Através da memória de Campos temos uma representação do 2 de novembro¹⁶, o dia oficial de culto aos mortos. Essa ação pública ganhou contornos comemorativos e celebrativos, ativados por um senso de dever cívico. Maurice Barrès, um dos elaboradores do projeto de modelação da identidade francesa, defendia a noção de enraizamento identitário, ou seja, do prolongamento ancestral através da ligação entre vivos e mortos. Sua concepção de pátria seria forjada a partir do ensino de história e cemitérios (DETIENE, 2013; HARTOG, 2013).

O cenário descrito da necrópole ludovicense, como um lugar cheio de pessoas, túmulos ornamentados com flores e a presença de uma banda de música reforçam ainda mais o caráter comemorativo da data cívica¹⁷. Evidente que estamos tratando de uma representação

¹⁶ Falarei mais sobre o decreto Nº 155-B, DE 14 DE JANEIRO DE 1890 que institucionaliza os dias das festas nacionais, tendo o 2 de novembro como dia de consagração aos mortos.

¹⁷ Para fazer uma comparação, pesquisei o 2 de novembro através de relatos encontrados nos periódicos, e, de fato, a celebração era acompanhada de toda uma ritualística com performances musicais no local e um intenso comércio necropial que pode ser observado nos anúncios de jornais como da Pacotilha. Santos, velas e cruzes eram vendidos nesse período com os mais variados preços o que nos inclina a refletir sobre o caráter hierárquico, particular e ao mesmo tempo coletivo do culto. Em 1903, ano de uma severa peste, o culto aos defuntos foi proibido

que assume o caráter de fato, assim como os fatos, também, constroem-se através de representações (ALBERT, 2012). Por esse motivo, a teatralização e estetização do espaço cemitério nos leva a crer que fatos e representações devem ser tomados em conjunto para a compreensão de um determinado acontecimento. Para tanto, um dos fios possíveis para a compreensão dessas representações é o entendimento das práticas mnemônicas, consubstancialmente a desnaturalização do espaço-tempo enquanto categorias espontâneas ou de uma possível genealogia que tenha como suporte o biológico e/ou histórico.

O elo existente entre morte e memória na São Luís entre o fim do Oitocentos e o início do Novecentos pode ser sintetizado através das reflexões de Fernando Catroga. Segundo o autor, todo cemitério tem seu cariz monumental, assim, invertendo a ideia, penso que toda construção monumental tem muito de cemitério. Portanto, refletindo sobre as impressões de Campos a respeito de sua visita ao cemitério, acredito que ela possa nos servir como metáfora para o contexto simbólico da cidade. Contexto esse, que criou novos sentidos para os espaços da *urbe* através de uma política memorial, revestida por um discurso saudosista, melancólico e mítico. O investimento na sacralização desses lugares ou zonas simbólicas através do culto a um passado glorioso – animadas pelo elo entre vivos e mortos – chamo de *cidade-cemitério*.

Esses quadros de memória – *frames* – que apresentaremos no seguir das páginas, de alguma forma dialogam com a noção de experiências individuais moldadas por atividades socialmente significativas. É sobre essas atividades que trato neste capítulo, processos plurais e voláteis. São mapas, que dizem como indivíduos inseridos em grupos enxergam o passado e fazem dele exemplo para o presente e projeção para o futuro em um determinado momento.

A memória deverá, portanto, ser entendida como o resultado da intersecção de histórias pessoais e sociais, concebendo o indivíduo enquanto agente interpretativo autônomo, embora sempre sublinhando que o acto de interpretação individual está sempre relacionado ao universo cultural no qual o indivíduo está inserido. Em suma: a construção do passado, embora assentado sempre em quadros de significação em contextos culturais específicos, não deixa também de estar moldado pelas experiências emocionais e pelas expectativas pessoais de cada indivíduo (PERALTA, 2007, p.9).

2.1. **Atenas sacralizada:** Lugar de memória, estratégias de consagração e invenção intelectual na Primeira República no Maranhão.

gerando um impasse entre autoridades e a população da capital. A impossibilidade simbólica de ligação entre vivos e mortos, interrompe o sentido de continuidade. Simultaneamente, a ideia de uma continuação ou permanência através do tempo, torna-se um problema a medida que, somente a ritualística, formas de reprodução e transmissão, pode reavivar. Um exemplo, que demonstra que tanto vivos e mortos podem ficar órfãos.

Grande parte da historiografia maranhense que se deteve sobre os rumos identitários de São Luís na Primeira República discorreu e refletiu a respeito da atuação de um “grupo literário” que se autodenominou “Os Novos Atenienses”¹⁸. A escolha do nome fazia referência a uma leitura mítica de um passado “glorioso”, de um Maranhão projetado através das glórias literárias de seus filhos e de sua capital, São Luís, em plena efervescência cultural. A ideia de um passado glorioso foi acompanhada de uma interpretação a respeito do tempo presente enquanto decadente e letárgico, mergulhado em profunda decadência. Para tanto, o resgate dos valores do passado, através da literatura, seria fundamental para romper com o atraso e o pessimismo que acompanhava

os últimos anos.

Como estratégia, os letrados demarcaram sua atuação no campo regional, com ações vinculadas a uma ideia de ressurgimento literário, edificando representações ligadas a um passado glorioso que os vinculava ao grupo de intelectuais maranhenses, cuja projeção no Oitocentos fez-se criar em São Luís a imagem de Athenas Brasileira¹⁹ (MARTINS, 2006, p.111; NASCIMENTO, 2011 (a), p. 1).

Esses Novos Atenienses, como intitulados por Antônio Lobo, se despuseram a uma “grande arrancada” com o objetivo de reagir contra a “tristíssima e caliginosa noite” em que estava mergulhado o Maranhão, tentando “um rejuvenescimento literário” e, para tal, deram realce à apatia presente e ressaltaram o “máximo brilho e esplendor” do passado glorioso (LACROIX, 2008, p.59).

O grupo esteve ativo nas mais variadas funções exercendo cargos em todas as instâncias: no campo político, administrativo, informativo e educativo. Nascimento problematiza a visão do ressurgimento literário defendido e cristalizado por alguns escritores locais como Mario Meireles. Para o autor, a historiografia local, absorveu “representações que exatamente os ‘novos’ puseram em circulação, como estratégia de acumulação de capital simbólico” (NASCIMENTO, 2011, p.241).

¹⁸ São eles: Antônio Baptista Barbosa de Godóis, Antônio Francisco Leal Lobo, Antônio Lopes da Cunha, Aquiles de Faria Lisboa, Domingos de Castro Perdigão, Domingos Quadros Barbosa Álvares, Fran Paxeco, Inácio Xavier de Carvalho, José Maranhão Sobrinho, José do Nascimento Moraes, José Ribeiro do Amaral, Justo Jansen Ferreira, Manuel de Béthencourt, Raimundo Lopes da Cunha e Raul Astolfo Marques. Indico o trabalho do professor Manoel de Jesus Barros Martins: **Operários da saudade: Os novos atenienses e a invenção do Maranhão**. Edufma: São Luís, 2006.

¹⁹ São eles: Gonçalves Dias, João Lisboa, Odorico Mendes, Sotero dos Reis, Gomes de Sousa. Sobre o grupo e a questão da invenção da Athenas brasileira recomendo a tese de doutorado do professor Henrique Borralho. BORRALHO. José Henrique de Paula. **Uma Athenas Equinocial: A literatura e a invenção de um Maranhão no império brasileiro**. 01. ed. São Luis: EdFunc, 2010.

Para entender a trama dos fatos, o historiador dialoga com Bourdieu e sua noção de campo²⁰, o que o condicionaria na leitura do lugar social onde esses personagens se encontravam e como a literatura poderia ser uma via para a consagração e acumulação do capital social-simbólico.

O viver das letras, em São Luís, tornou-se impossibilidade nos primeiros anos da República, na medida em que os meios de obtenção de prestígio literário esbarram na ausência de um mercado consumidor. Tal fator condicionante fez com que a carreira literária estivesse acompanhada de outras atividades. Em sua maioria, os que se autoproclamavam herdeiros da geração gonçalvina ocuparam funções secundárias na máquina estatal. Os “novos” circularam entre cargos de direção da Biblioteca Pública, lecionaram na escola Normal e Liceu Maranhense, bem como, concorriam nas páginas de alguns periódicos da época.

Esses tinham como horizonte a projeção de sua arte no âmbito nacional, o que de fato não ocorreu, tendo como referência maranhenses que fizeram carreira na capital federal, Rio de Janeiro, sem terem inicialmente alcançado fama em sua terra natal²¹. Coelho Neto, os irmãos Arthur e Aluísio Azevedo e Humberto de Campos eram as referências prediletas, modelos de possibilidade para a elite das letras. A glória através da pena!

Rearranjos de impossibilidade, conquista e reconhecimento fizeram desses intelectuais braços discursivos das oligarquias locais, atuando muitas vezes em lados opostos, tinham por objetivo o vislumbre de ocupar algum cargo na burocracia do estado²², como exemplo podemos citar a ruptura entre Antônio Lobo e Nascimento Moraes. Dessa cisão parte do grupo migrou da Oficina dos Novos (1900) para a Renascença Literária (1901) sob a direção de Moraes²³.

O frágil cenário intelectual maranhense nas primeiras décadas do século XX construía-se dependente de três concepções: “do campo político estadual; dos esquemas de

²⁰ Sobre o diálogo com Bourdieu, Nascimento propõe investigar o objeto do ponto de vista material. O trabalho inclina para o entendimento dos meios de produção intelectual disponíveis e criados em um contexto histórico específico e simbólico. NASCIMENTO, Dorval do. Nosso céu não tem estrelas: O campo intelectual maranhense na Primeira República. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH – São Paulo, julho 2011. 2011.

²¹ O caso mais famoso é o de Aluísio Azevedo ao lançar *O Mulato* (1888) em São Luís, obra que recebeu críticas em âmbito local e conagração na Corte após o lançamento.

²² Algo ainda bem comum em terras maranhenses.

²³ Nascimento Moraes será uma personagem interessante para esta narrativa. Adianto que apesar de ser um ferrenho crítico da concepção de Nova Atenas sob liderança do grupo Lobo, o autor de *Vencidos e Degenerados* (1915) parecia partilhar das mesmas concepções de seu adversário. Sobre a disputa, concordo com Nascimento que a questão central é a concorrência por posições no campo intelectual, não uma explicação generalista: burguesia “capitalista/ elite branca” *versus* “classes sociais em ascensão”. Na disputa discursiva, Lobo era o dominante e Moraes o oposto. Na administração Paulo Ramos, Moraes será o braço discursivo do Estado Novo no Maranhão. Ver em BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche. **Historiografia Maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014.

estilo e consagração oriundos do campo literário nacional; e dos esquemas de pensamento e explicação científica vinculados à Europa, especialmente, à França” (NASCIMENTO, 2011, p.243).

Entretanto, a produção literária de certa forma razoável – quantitativa e qualitativamente – possibilita afirmar que de fato os “novos” estiveram envolvidos no exercício da pena. Ao longo de mais de três décadas participaram da formação de grupos, instituições e agremiações literárias²⁴ e não literárias, como também, a fundação de clubes sociais e sociedades cívicas.

A jornada de fundar a Nova Athenas, o ressurgimento de um prestígio outrora vivido, leva a crer, antes de qualquer coisa, em um jogo discursivo de reafirmação de papéis através da imagem de um passado mítico literário. A ideia-imagem, ou a construção da auto-imagem, pode nos auxiliar a compreender as dinâmicas sociais no período. Os portadores dessa ideia-imagem comportam-se como eleitos ou condutores desse legado, acerca disso Rossi reflete sobre a relação entre imagem, memória e evocação.

(...) imagens evocam num sentido bem diferente daquele óbvio e tradicional da psicologia. São espirais que descerram um acesso à trama metafísica da realidade, que mostram uma via para a profundidade do ser. Emblemas, divisas, imagens e selos se tornam símbolos de coisas inefáveis. O artista da memória não é mais o construtor de uma técnica útil aos oradores e advogados; é parecido com o mago, com o sacerdote da nova religião hermética ou “egípcia” (2010, p.17-18).

O uso do pretérito-imaginário, a *Athenas brasileira*, enquanto cânone, elenca *frames* positivos para a construção identitária do grupo, a ação criou uma outra imagem-experiência-temporal do presente enquanto impossibilidade e do futuro como incerteza²⁵. Essas

²⁴ Refiro-me a fundação da Oficina dos Novos em 1900, agremiação literária base genealógica do pensamento dos Novos Atenienses. O objetivo do grupo era de cultivar o passado glorioso maranhense como elemento chave para garantir a legitimidade da produção de seus membros. Participaram de sua fundação Antônio Lobo, Fran Paxeco, Astolfo Marques, João Quadros e Nascimento Moraes. Gonçalves Dias foi escolhido como o patrono. Após divergências entre os membros, foi criada outra agremiação a Renascença Literária composta por nomes como Nascimento Moraes, Inácio Xavier de Carvalho, Leôncio Rodrigues, George Gromwell, Otávio Carvalho, Leslie Tavares. Segundo Borralho, formação renovada da Oficina dos Novos ampliou sua atuação, alguns membros passaram a debater sobre temas relacionados a Sociologia, Geografia, Etnologia, História Literária e Pedagogia tendo Sousândrade como presidente honorário e Antônio Lobo, incentivador da juventude. Ver os trabalhos: BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão**. São Luís: Café&Lápis, 2011, p.66 / MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Operários da saudade: Os novos atenienses e a invenção do Maranhão**. Edufma: São Luís, 2006.p.176-177.

²⁵ Segundo Martins, o discurso de decadência solidifica-se no início do século XIX nos trabalhos dos cronistas Raimundo José de Sousa Gaioso, Francisco de Paula Ribeiro, Antônio Bernardino Pereira do Lago, Manuel Antônio Xavier e João Antônio Garcia de Abranches. O esquema de pensamento orientou a reflexões de intelectuais durante todo o século XIX e seguiu orientando as ideias no início do século XX a respeito do Maranhão. Ver o primeiro capítulo da dissertação de Martins intitulado de **MISSAS NEGRAS- IMAGENS DA DECADÊNCIA**. In: MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Operários da saudade: Os novos atenienses e a invenção do Maranhão**. Edufma: São Luís, 2006.p.27-86.

manifestações advindas dos “novos” sempre estiveram entrecruzadas entre um discurso de decadência e esperança. O imaginário social do período instituiu de forma quase patológica de pessimismo referente ao presente que se apresentava enquanto apático e um não horizonte para o futuro.

A consciência de crise que perpetuou todo o discurso desses intelectuais e políticos, por outro lado, facilitou na exploração desses sentimentos através de narrativas que criaram uma memória a respeito da cidade descolada, temporalmente, da história. As políticas mnemônicas desses indivíduos se utilizavam de fatos históricos reconfigurados para atender às necessidades da época, construindo mitos e filiações acerca do espaço em que habitam²⁶. O resgate do prestígio político, social e cultural de São Luís, lê-se Maranhão, deveria ser adquirido através do exemplo dos “heróis ausentes” tendo os “novos” como representantes dos valores outrora esquecidos.

Esses sentidos ou as interpretações imaginativas remetem aos dinamismos históricos da condição humana²⁷. Para serem compreendidos necessitam serem lidos à luz do contexto em que foram processados, constituídos por intenções e motivações. Para tanto, as relações pragmáticas, usuário e signo, não podem ser encarados como fatores dados. Cada grupo social apresenta sua ideia sobre as questões que estão inseridas em seu cotidiano. O que determinada coletividade define, não só no campo da descrição ou normatização, mas o imaginário é um componente importante dessa perspectiva. Os fenômenos históricos de forma geral apresentam dinamismo e complexidade.

(...) elaborado e consolidado por uma colectividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais. Todas as colectividades tem os seus modos de funcionamento específicos a este tipo de representações. Nomeadamente, elaboram os meios da sua difusão e formam os seus guardiões e gestores, em suma, o seu “pessoal”. O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida colectiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem a mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais, etc. O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder (BACZKO, 1985, p. 309-310).

²⁶ Segundo Skinner, atos de fala ou discursos acerca de um passado mítico necessitam de uma análise contextual, exposta através da sua historicidade, motivações e intencionalidades das coletividades que as legitimam e promovem a união de uma determinada formação social. Heidegger já indicava o papel pragmático das relações que envolvem o sujeito e a palavra. No constructo da fenomenologia do ser, o filósofo alemão afirma que esse ser que é sendo no tempo, é um nada criativo na medida em que vai construindo significados e sentidos às coisas através da palavra. O próprio ser nasce e morre pela fala na perspectiva heideggeriana. In: SKINNER, Quentin. *Motivos, intenciones e interpretación*. INGENIUM. Revista de historia del pensamiento moderno. Nº 1, enero-junio, 2009, 77-92. HEIDEGGER, Martin. **O Ser e Tempo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

²⁷ ARENT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

A partir dessas reflexões, o imaginário estaria no centro da criação do sujeito e do social-histórico, em oposição ao paradigma moderno²⁸. Segundo Castoriadis, o paradigma da modernidade impossibilita compreender o social-histórico em sua dimensão criadora. Os critérios de leitura social e histórica posta pela cientificidade moderna implicam em uma leitura reduzida do ser, impossibilitando a reflexão acerca do imaginário social-histórico e seu potencial criacional²⁹.

Aqueles que falam de “imaginário” compreendendo por isso “espetacular”, o reflexo ou o “fictício”, apenas repetem, e muito frequentemente sem o saberem, a afirmação que os prende para sempre a um subsolo qualquer da famosa caverna: é necessário que (este mundo) seja imagem *de* alguma coisa. O imaginário de que falo não é imagem *de*. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de “alguma coisa”. Aquilo que denominamos “realidade” e “racionalidade” são seus produtos (CASTORIADIS, 1982, p.13).

A retórica messiânica fez dos “novos” os profetas da boa nova ou, mais precisamente, da boa velha. Desse modo, para alcançar o estatuto de verdade, em um contexto de “crise”, precisa-se recorrer a herói (s), indivíduos imagem e semelhança dos evocados.

A narrativa (re)criadora do mito transformou os intelectuais da Primeira República em herdeiros diretos da geração gonçalvina. Para a funcionalidade, assunção ao regime de verdade, não bastaria uma produção literária sólida como assim ocorreu. Para a legitimação de si, os “novos” se destinaram a evocação/criação de lugares sagrados e personagens que legitimavam sua construção identitária. A arte da memória foi utilizada como forma de demarcação de espaços de atuação e consagração social.

Folheando páginas de jornais e revistas escritos no Maranhão em meados do século XX, podemos escutar vozes do passado e encontrar textos (re)criadores e propagadores de mitos e ideologias construídos sobre aquelas glebas, instituindo um Maranhão e um maranhense singulares, sedimentando um conjunto de discursos que além de representar, agem no sentido de inscrever e propagar o real. Desde já, é importante pontuar a necessidade de questionarmos a idéia de identidade (maranhensidade, Maranhão, ser maranhense, identidade maranhense). Identidade é “uma repetição, uma semelhança de superfície”. Ora, a região não é natural, é preciso mesmo que a desnaturalizemos, é necessário que procuremos momentos em que ela

²⁸Castoriadis define como paradigma moderno a leitura do social-histórico cientificamente como bases: econômicas, estruturais e funcionais. LOSADA, Manuel. IMAGINÁRIO RADICAL: a proposta de Castoriadis à atual crise dos paradigmas no campo das ciências naturais e sociais. **Boletim Interfaces da Psicologia da UFRural/RJ**, 2009.

²⁹Castoriadis estabelece uma linha de pensamento entrecruzado, sem abdicar às aplicações determinadas pela lógica conjuntista-identitária (determinidade) conjugando-as no campo das significações (indeterminidade). “É por causa disso que o mundo instituído deve ser pensado junto com o mundo instituinte; a dimensão código (regras) da linguagem deve ser inseparável da dimensão da língua (criação de significações)”. In: CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

se define enquanto tal, ocasiões em que pretende tomar um “corpus” (BARROS, 2006, p.157, grifo nosso).

Em relação à esfera nacional, o projeto de consagração intelectual estava distante. Contudo, a presença desses letrados nas diferentes instâncias políticas e culturais possibilitou aos *polígrafos*³⁰ um espaço de atuação e, conseqüentemente, a circulação de suas ideias ou ideais acerca do Estado. Segundo Barros (2006), a compreensão do contexto em que se produziu uma ideia-imagem de Maranhão move-se pelo entendimento da concepção de cultura³¹ vigente no período. Para o autor, cultura no início do século XX em terras maranhenses, orienta-se, sobretudo, através das noções de arte e literatura, como reflexo de uma civilização culta. Nesta perspectiva, poderia entender-se que as estratégias de consagração, nas quais a evocação de um passado ou recriação deste, tido como glorioso, pode auxiliar nossa compreensão acerca dos referenciais de demarcação da identidade local.

O interessante ao observar parte das abordagens a respeito dos “novos” é que elas descolam o Maranhão ou, mais propriamente, a capital São Luís, de qualquer leitura republicana do período. A tese é que para além de um movimento literário os “novos” trouxeram consigo concepções republicanas próximas à leitura portuguesa. Nesta perspectiva, é relevante observar a atuação de Fran Paxeco na articulação da Oficina dos Novos. Discípulo do republicanismo braguiliano, Fran Paxeco incorporou alguns esquemas de pensamento do teórico para os rumos do civismo no Maranhão.

Para Braga, as sínteses afetivas deveriam estar coligadas ao espírito dos intelectuais, com destaque a escritores que desempenharam papéis de suma importância à nação portuguesa. Uma adaptação das teorias de Rousseau e Comte para o civismo lusitano. O primeiro apontava o papel dos dirigentes na condução da religião civil; já o segundo, compreendia que os caminhos do civismo estariam nas mãos dos sacerdotes positivistas. Ao optar pelos escritores, Paxeco e Braga instituíram uma concepção de contrato através do sentimento. Uma política de memória cujo alicerce estaria no culto aos grandes homens, portanto, mais que um movimento literário

³⁰ Termo utilizado por Nascimento para traduzir o campo de atuação plural em que investiram os “novos”. NASCIMENTO, Dorval do. Nosso céu não tem estrelas: O campo intelectual maranhense na Primeira República. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH – São Paulo, julho 2011. 2011.

³¹ A luz de Certeau, Giard conclui-se que a cultura “requer uma atividade, um modo de apropriação, uma adoção e uma transformação pessoais, um intercâmbio instaurado em um grupo social”(2012, p.10). O produto cultura é singular a um meio e estabelece sua concepção própria. O caso maranhense, no início do século XX possibilita-nos entender que em articulação com um passado inventado, a expectativa de se caminhar nas fronteiras entre duas culturas é praticamente nula. Esses esquemas de afirmação e demarcação social implicam na exclusão dos chamados “estrangeiros”. Indivíduos ou grupos que são direcionados para a outra esfera da memória, o esquecimento através do silenciamento, apagamento e condenação. Entretanto a emergência de uma cultura no plural nos possibilita acessar os vestígios na poeira do esquecimento. Trataremos dessas questões na segunda parte da obra. CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 2012.

argumento que os “novos” absorveram leituras e aspectos do positivismo português. Além disso, deve-se considerar o discurso de decadência instituído por eles, como parte integrante do republicanismo de inspiração lusa.

O primeiro lugar-referência que demarcou a identidade local sob a atuação da ideologia dos “novos” foi a Biblioteca Pública. O então diretor, em exercício, Antônio Lobo³², em seu relatório destinado ao governador João Gualberto Torreão da Costa disserta sobre suas ações à frente da instituição. Começamos então pelo final do documento como o início de nossas re(a)apresentações.

Lobo aponta os vários problemas estruturais do prédio onde se instalara a biblioteca. Para o diretor, a solução seria alojar o acervo em outro local, ou seja, a biblioteca deveria funcionar em outro espaço que estivesse fora dos perigos e da degradação que acometera alguns títulos apontados no relatório como *perdas inestimáveis*.

Idealizada por Antônio Pedro da Costa, conhecido por Barão de Pindaré, em 1826, a fundação da Biblioteca Pública só ocorreu dois anos depois em 1829. Sua abertura ao público efetivou-se em 1831, depois da recusa imperial de enviar fundos para o empreendimento maranhense, ocupando a parte superior do Convento do Carmo na Rua do Egito. Após um período de sedentarização, a instituição se alojou em vários locais até ser transferida, em 1895, para a Rua da Paz, onde atualmente funciona a Academia Maranhense de Letras, na administração de Ribeiro do Amaral.

Somente em 1898, a Biblioteca Pública é reaberta ao público sob a jurisdição de Antônio Lobo. O referido texto, escrito em janeiro de 1900, ao governador, é destinado a esclarecimentos acerca das atividades e ocorrências do ano de 1899. Em uma retórica de convencimento, Lobo cita inúmeros autores para dar legitimidade a suas ações e desejos. Como dito anteriormente, a preocupação central do diretor seria a preservação das obras, entretanto, seria necessária a construção de um prédio que atendesse aos novos padrões bibliotecários da época.

No jogo discursivo, o relator afirma o seu compromisso diante do destino da Biblioteca, empreendendo esforços na conservação das obras, atividades destinadas ao público e aquisição de novos acervos. A ideia de reforma ou transferência da instituição para um espaço

³²Antônio Francisco Leal Lobo, nasceu em São Luís em 4 de julho de 1870. Foi membro e idealizador da Oficina dos Novos, e, mais tarde, da Academia Maranhense de Letras. Atuou como escritor, jornalista, professor, poeta e tradutor. Na burocracia maranhense exerceu os cargos de Oficial de Gabinete do Governo do Estado, da Biblioteca Pública Benedito Leite, do Liceu Maranhense e da Instrução Pública. No dia 26 de julho de 1916 suicidou-se em sua residência, o fato foi atribuído as inúmeras perseguições políticas que culminaram com tal tragédia. Contudo, não seria a morte o um mecanismo utilizado pelo escritor para a glorificação tão desejada?

que estivesse de acordo com os padrões modernos indicaria a tentativa de (re)significá-la aos padrões neo-atenienses. A Biblioteca seria um reflexo da Nova Atenas: civilizada, culta e moderna; um lugar de afirmação para a geração gonçalvina. A perda desse espaço representaria, do ponto de vista simbólico, fissuras no projeto de construção indentityária desses indivíduos.

(...) o desempenho fiel e escrupuloso dos meus deveres, tais como o compreendo e o interesse extremado que, como maranhense, tomo pelos destinos de uma instituição que constitui um dos mais poderosos elementos de cultura intelectual, base segura de toda a civilização e todo o progresso (LOBO, 1900,p.4)

Lobo assume sua “maranhensidade”, seu dever perante o Estado, guardião das tradições culturais (arte e literatura) de forma fiel e escrupulosa. A preservação da Biblioteca representaria a confirmação do progresso, civilização e da cultura intelectual no Maranhão. Estariam naquele espaço as definições materiais do que é ser maranhense, preservá-la significaria a manutenção do legado ateniense. Sem dúvida, o que está em jogo no discurso de Lobo é a manutenção do seu papel social no campo regional, seu esforço para a conservação dos bens culturais representa simbolicamente seu elo com o passado. Seus esforços enquanto esteve à frente da instituição tinha como objetivo conservá-la. Tais ações o projetariam como protetor das tradições locais.

Adiante, o diretor elenca os problemas da sede. Dentre eles, o local necessitaria de sérias reformas em caráter de urgência, as deficiências na estrutura poderiam acarretar um grande problema para o futuro. Para o letrado, a ameaça não seria somente aos cofres públicos, mas também, representaria perda de suas funções e de seu significado. Que significado seria esse?

Para o então diretor a situação da Biblioteca refletiria na falta de interesse da sociedade para com a instituição. Lobo descreve situação como um estado na letargia em que se encontrava o cenário maranhense. Em seu relatório, é possível identificar uma das facetas discursivas dos novos atenienses: o presente como impossibilidade e o futuro como incerto. No trecho a seguir Lobo explica que tais reformas que aplicou na Biblioteca teriam dois objetivos. O primeiro, tratava-se das questões estruturais, dar a Biblioteca um aspecto moderno correspondente ao legado-pretérito artístico e literário do Maranhão; o segundo, retornemos as considerações feitas no relatório:

Para desfazer essa impressão e tentar ao mesmo tempo despertar o espírito público um certo interesse pelo exame e solução dessas questões, reagindo assim contra a campanha do obscurantismo ferrenho e tacanho, estreitamente apegado á rotina imbecil e esterelizante que tem sido a causa de todo o nosso atraso, abrindo esta triste solução de continuidade que nos separa do Maranhão intelectual e culto do passado(...) (LOBO, 1900,p.5-6).

Já discurremos anteriormente sobre a questão do presente como impossibilidade, recorrente na retórica decadentista dos “novos”, o exemplo acima confirma tal fato. O pessimismo para com o presente é representado através do uso de expressões negativas. Contudo, o jogo do discurso de Lobo dá vazão a outro aspecto da retórica dos “herdeiros” de Gonçalves Dias: a esperança e o messianismo, o diretor se apresenta, através de suas medidas, como um iluminado. Suas habilidades têm por objetivo atingir os incrédulos, animá-los para o soerguimento do Maranhão tão distante do passado glorioso.

Questionamo-nos, anteriormente, qual seria o significado atribuído à biblioteca por Lobo. Pois bem, o espaço seria o elo entre a glória do passado e a expectativa de um futuro promissor para o Maranhão. O seu conteúdo simbólico nos possibilita compreender as articulações entre o campo da experiência e o horizonte de expectativa, da mesma forma que é possível compreender suas utilizações sociais e políticas (KOSELLECK, 2006, p.104).

No local estaria a *Athenas Brasileira* materializada com seu conjunto de obras, jornais e revistas. Lobo idealizava a biblioteca como um mecanismo onde o passado, ou aquilo que se fala dele, convoca um futuro, ou aquilo que se pensa sobre; a instituição seria um espaço para a educação, um local sagrado para o (re)nascido de uma nova sociedade. Para tanto, o diretor dedicou seus esforços não somente ao campo estrutural, reformas e aformoseamento do espaço; como também, em seu relatório, é possível visualizar investidas no campo social.

A primeira dessas investidas seria a promoção de *conferências* com o objetivo didático, “feitas em linguagem simples e clara, ao alcance de todas as inteligências, acompanhadas de projecções luminosas por meio de uma lanterna especial, dos objetos sobre que versarem” (1900,p.21, grifo nosso). O objetivo inicial era promover o local e, claro, educar e instigar o público aos hábitos culturais ditos civilizados, transformando a biblioteca em um espaço de irradiação dos valores e concepções de cultura. Um fator que elucida a proposta do escritor é a exposição de figuras para melhor apreciação do tema exposto.

A relação entre fala e imagem expõe o caráter didático da iniciativa. Em diálogo com Palumbo o filósofo italiano Paolo Rossi, utilizando como exemplo os *Índices* de 1599 e 1564, que impediam a circulação das escrituras sagradas em língua vulgar e o ato de pregar por parte dos leigos. Como alternativa para o caso, imagens foram utilizadas pelo clero na propagação da fé cristã. O semiótico teria uma importante função, na transmissão da História Sagrada, como “um instrumento útil de doutrinação ou, pelo contrário, um meio perverso de idolatria, que afasta da fé verdadeira e do conhecimento autêntico, desviando-a para formas sub-reptícias de saber e para uma piedade emotiva e dramática” (PALUMBO *apud* ROSSI, 2010, p.85).

Em 13 de outubro de 1909, o jornal vespertino Pacotilha lança uma nota sobre as celebrações do descobrimento da América ocorridas na Biblioteca Pública. Antônio Lobo e seus confrades estariam à frente da organização de palestras sobre a temática. Além da oratória, haveria espaço para divertimentos culturais como poesias e uma banda de música.

A data de hontem

Effectuou-se, como estava anunciado, no salão da Bibliotheca Publica, uma sessão commemorativado 12 de outubro de 1492, dia, mez e anno em que Colombo aportou a Guanahi (...). Esta homenagem foi promovida pela Universidade Popular Maranhense.

Tomou a palavra, em primeiro lugar o nosso confrade Antonio Lobo, que dissertou, durante meia hora, com eloquencia e erudição, sobre o facto que se celebrava(...)

Seguiu-lhe, depois o Dr. Araujo Costa, o qual, com a fluência habitual, discreteou sobre o arrojado commettimento e as consequências que dele provieram.

Falou depois o nosso companheiro Fran Paxeco, que fez um resumo do que era a geografia na antiguidade (...)

Orou após o professor Domingos Barboza, tribuno brilhante, que empolgou o auditório com imagens felizes. Tratou da projectada canonização de Colombo, destacando os que pleiteiam por essa tardia sagração os que rendem ao audaz mareante o seu preito sincero e desinteressado.

Antonio Lopes recitou um esplendido trecho do grande parnaziano, José Maria Heredia, filho de Cuba, uma das ilhas visitadas por Colombo na sua primeira viagem.

A tradução da poesia é do notável maranhense Raimundo Corrêa.

A assistenciaapplaudiucalorosamente todos os que falaram.

A sala da Bibliothecaregorgitava de ouvintes, comparecendo muitas familias.

Fizeram-se escutar, antes de ter começo a sessão, duas bandas de muzica.

A festa espiritual que ontem se realizou, dando novos alentos á tarefa da Universidade Popular Maranhense, veio demonstrar, mais uma vez, que o nosso publico estima estes saraus e nunca lhes recusa o seu apoio (PACOTILHA, 13.10.1909 grifo nosso).

As conferências, intercalando fala e imagens, indicam a possibilidade de comunicação e transmissão das verdades da civilização e progresso através de uma “erudição pedagógica”. A prática doutrinatória assinala, também, o reforço da hierarquia social, de um conhecimento das “letras sagradas” destinado a “sacerdotes” ou “eleitos” (ROSSI, 2010, p.85-86). Ademais, são indícios de uma cidade em franca desigualdade social em que o letramento funciona como uma categoria de distinção e hierarquização social.

A segunda, seria uma sala de estudos destinada às “senhoras”. Para atrair o público feminino Lobo fez uma campanha para convencer as famílias da importância das mulheres em ambientes destinados à educação. Segundo ele, “educar a mulher é garantir a educação completa dos filhos, porque é dela que a criança recebe, ao alvorecer de sua inteligência, as primeiras noções que lhe servirão de base para estudos futuros e conseguir seu apoio à causa das bibliotecas públicas” (1900, p.26, grifo nosso).

As medidas do letrado possibilitam perceber a principal função da instituição: de gestora de um futuro glorioso para o Maranhão através do doutrinamento, consubstanciado em uma noção de cultura filiada aos modelos europeus e norte-americanos. Os referenciais se

tornam claros no desfile de autores do norte do mundo; em sua maioria discursos referentes a trabalhos científicos a respeito da importância das bibliotecas como instituições-legado para a civilização. O diretor, idealizava este projeto de Biblioteca para Maranhão, uma instituição-monumento que irradiasse toda a atividade intelectual.

O desejo de monumentalização, por parte de Lobo, através da Biblioteca estaria ligado a uma série de práticas com o intuito de garantir estabilidade, coesão e concretude ao projeto identitário dos “novos”. O apelo à ideia de monumentalização atendia também a necessidade de controle de tempo e espaço através de um passado que legitimasse uma herança cultural, ou seja, assunção de uma nova cultura fundada em *ruínas pretéritas*. (HUYSEN,2000)

Não obstante, o prédio tornou-se um espaço que legitimaria as práticas dos letrados e reafirmava seu papel social. Ali se poderia ver, em suas prateleiras, o passado glorioso do Maranhão. Neste caso, Certeau estava certo ao refletir que o ato de ver era uma das características do imaginário. “O desenvolvimento do imaginário é a recíproca de uma *civilização* em que se multiplicam os voyeurs e os contemplativos” (CERTEAU, 2012, p.43). O projeto de biblioteca e, conseqüentemente, de Maranhão, reforçaria a construção identitária de Lobo e seus confrades como intelectuais, visionários e eleitos, capazes de soerguer o Maranhão. Afinal, para existir basta ser visto.

Além disso, a monumentalização do local nos inclina para outra problemática. A sua transformação em lugar de memória³³. Os lugares de memória, na esteira de Nora, deveriam projetar-se como uma contra-memória em relação a um fenômeno mnemônico forjado. Um espaço crítico que aponta as contradições mnemônicas: sua homogeneidade, comunhão e seleção urdidas por relações de poder. No entanto, o momento sócio-histórico pautava-se pela “obsessão pela memória”, isso fez com que o lugar de memória se tornasse um instrumento de recordação (VENTURINI, 2008).

A partir desse conceito chave, Nora estabelece uma distinção entre história e memória. A memória representaria o espontâneo, já a história teria a memória sob suspeita em sua (re)construção (incompleta) daquilo que não existe mais. O trabalho da história não teria compromisso como o que ocorreu, mas sim, em anular o ocorrido. A memória esfacelada se liga ao sentimento de ruptura com o passado. Os locais de memória teriam por função o

³³ Resultado dos estudos iniciados na década de 80, período considerado como a “onda da memória” pelo historiador Pierre Nora. O final do século XX, é marcado por uma série de medidas voltadas para o campo mnemônico, como a construção de memoriais e museus. Pierre Nora, em 1984, se propôs a problematizar o fenômeno da memória, estabelecendo o conceito de lugar de memória, a legenda também batiza uma coletânea de estudos sobre o tema.

continuismo sentimental na ausência de outros meios de memória. “Sem dúvida um criticismo generalizado conservaria museus, medalhas e monumentos, isto é, o arsenal necessário ao seu próprio trabalho, mas esvaziando-os daquilo que, a nosso ver, os faz lugares de memória” (NORA, 1993, p.9).

Por motivos óbvios, a Biblioteca enquanto lugar de memória seria um local onde a construção utópica da cênica simbólica deveria garantir, por meio da teatralização e estetização, a legitimidade retórica dos “novos” instituída no conteúdo semântico da palavra “nós”. “Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade” (NORA, 1993, p.13). Não surpreende que a localidade seja produto cultural daquilo que Nora chama de *sociedades-memórias*, portanto, sua assunção enquanto lugar de memória estaria em conexão a um grupo que busca no passado legitimidade ou crítica do presente.

Enquanto espaço que articulava a recordação, a memória ativada pela Biblioteca seria experienciada de forma natural e espontânea, como se todos os indivíduos partilhassem dos mesmos sentimentos e fatos evocados. Por isso, para que o trabalho se tornasse eficaz, foi necessário uma série de discursos legitimadores, uma retórica que possa animar o espaço e envolvê-lo de significado. Não por acaso, a essência nostálgica provocada por esses espaços onde artefatos se acumulam na artificialidade da recordação³⁴. A exemplo de como o discurso anima o lugar, retomemos a questão da Biblioteca agora sob a gestão de Domingos Perdigão³⁵.

O homem à frente da *Sociedade Festa Popular do Trabalho* soube dar continuidade ao discurso de Antônio Lobo. Mesmo não sendo classificado como um dos “Novos Atenienses”, Perdigão seguiu paralelamente os passos dos de seus contemporâneos, partilhando de suas ideias e ideais. Não por acaso, esteve à frente das comemorações do tricentenário da fundação de São Luís, em 1912. Após as celebrações, Perdigão continuou concorrendo a cargos na burocracia juntamente com os golçalvinos da terceira geração³⁶.

³⁴ Astolfo Serra, em texto componente do panfleto *Glorificação a Gonçalves Dias*, afirma que a popa do navio francês *Ville Boulougne* que naufragou na costa maranhense ceifando a vida do poeta timbira, se encontra depositada na Bibliotheca Pública. A afirmativa comprova a funcionalidade do órgão como uma espécie de museu, depositário de artefatos “sagrados” da Athenas Brasileira, objetos que legitimavam a retórica dos “novos”. *GLORIFICAÇÃO A GONÇALVES DIAS*, 1904, p.33.

³⁵ Voltaremos falar de Domingos Castro Perdigão no capítulo destinado as comemorações dos trezentos anos de fundação da capital maranhense.

³⁶ Segundo Martins a terceira geração de atenienses seria a mesma denominada de os Novos Atenienses. In: MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Operários da saudade**: Os novos atenienses e a invenção do Maranhão. Edufma: São Luís, 2006.

O documento que temos acesso, de 1915, é o relatório da Biblioteca Pública, do ano anterior, referente a gestão de Perdigão. Em um texto mais enxuto que o de Lobo, Perdigão descreve suas ações em 1914: compra, doação e assinaturas de livros e revistas. Além disso, o relator enfatiza a importância do acervo como um bem cultural para o Maranhão, “entre os quais figuram os quadros de pintura a óleo e os muitos livros deixados pelo nosso immortal poeta Dr. Antonio Gonçalves Dias” (PERDIGÃO, 1914, p.4). Do texto nos interessa seu discurso inicial, uma descrição das inúmeras atividades: agremiações e instituições surgidas através da Biblioteca. Nesse sentido, o discurso de Perdigão se coaduna ao de Antônio Lobo, ambos se utilizam da retórica para construção de um sentimento de filiação através dos vestígios de um passado selecionado com o objetivo de fortalecer suas ações.

Realmente, desde de 1898 que vem se notando o soerguimento da intellectualidade maranhense, tendo por centro a Bibliotheca Pública.
Foi aqui que se fundou a –Sociedade Civica Commemorativa de Datas Nacionaes – e a – Oficina dos Novos como que para indicar que o Maranhão renascia intellectualmente procurando crear um phanlange de ilustres homens como aquellos que já haviam coberto de gloria grangreando-lhe o cognome de – *Athenas Brasileira*. Também aqui tem inicio a – Academia Maranhense de Letras – e a – Universidade Popular Maranhense –, onde eram lidas, pelos nossos conterraneos, mais ilustres, belíssimas conferencias sobre assumptos, os mais transcendentaes, com as quaes transmitiam ao auditório seus altos conhecimentos nas sciencias, nas artes e nas letras e eram atentamente ouvidos, apreciados e a aplaudidos. (PERDIGÃO, 1915, p.4)

Para além da compreensão de que a obsessão pela memória é um dos fatores gênese que explicam os lugares de memória, o conceito remete sua ligação com as artes da memória, ou seja, a retórica teria um papel de direcionamento para ativação e significação desses espaços. O lugar significa a localização de certos objetos os quais o orador, no ato da fala, tem por função organizar imagens de forma seletiva que agenciem sentidos para um grupo. Nesse sentido, tanto o discurso de Lobo como o de Perdigão estabelecem uma concepção retórica de selecionadores daquilo que deve ser lembrado. Não obstante, o trecho do relatório de Perdigão evidencia o discurso propagandista das ações da geração gonçalvina. “Se o lugar do orador é sempre um artefato, o lugar, de acordo com Nora, não é jamais dado simplesmente: ele é construído e deve mesmo ser constantemente construído³⁷” (HARTOG, 2014, p.165).

A Biblioteca, modelada pela retórica monumental dos diretores, condiciona vidas no tempo e no espaço, aciona sobre o local seu caráter seletivo. O tempo de lembrar constrói uma aliança com o passado através da imitação e comparação, aquilo que Hartog define como

³⁷Para François Hartog: “Cabe, assim, ao historiador dos lugares de memória encontrar, as imagens agentes de Cícero, mas ao contrário do orador que escolhia os lugares para memorizar seu discurso, o historiador parte dos lugares para reencontrar seus os discursos, dos quais foram suportes”. In: HARTOG, François. **Regimes de historicidade- presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

inventário de semelhanças. Afinal, a *Athenas brasileira* é pensada enquanto uma utopia, pronta para ser imitada pelos “herdeiros da pena”. Perdigão utiliza do método comparativo para legitimar as ações de seus pares tendo como marco a administração de Antônio Lobo. Além disso, o desejo monumental incide com o objetivo de eternizar-se, de fincar raízes na história e na memória daqueles que vivem em São Luís. Sobre esse querer, Rossi sinteticamente já afirmava que “os homens acreditam estar falando do ser e acabam falando dos entes” (ROSSI, 2010, p.19).

O espaço seria um “lugar comum”, com funções materiais, funcionais e simbólicas, um presente passado para a geração gonçalvina. Como “lar da cultura” maranhense, a Biblioteca seria o *lócus* para as políticas de memória dos operários da saudade. “De modo que somente ainda estão vivos (agentes) os lugares retomados, revisitados, remodelados, rearranjados” (HARTOG, 2014, p.165). O caráter seletivo do discurso de Perdigão evidencia não somente o que deve ser lembrado, como também o que deve ser esquecido.

O tempo da memória não se constrói apenas pela lembrança, mas também, pelo esquecimento. Existem muitas razões para provocar os esquecimentos, lembremos que memória também é alteridade. Portanto, apagar não se relaciona somente com o rever dos conceitos e ideias ao longo do tempo. Apagamento, no sentido ludovicense pode confundir, ocultar ou afastar de uma realidade ou experiência vivida.

(...) a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p.370, grifo nosso).

O relatório, porém, evidencia a fragilidade da Biblioteca Pública enquanto lugar de memória. Por ser um espaço que necessita constantemente de articulação, renovação e ritualização, a perda desses mecanismos de ativação, *imagens agentes*, significaria a perda de sua função enquanto lugar onde é possível falar de memória. Como restos de memória, onde os particularismos adentram a esfera pública, necessitam serem organizados em arquivos, celebrados em rituais, lembrados em discursos carregados de uma nostalgia, porque não são construções naturais (NORA, 1993).

Nos ultimos anos, porem, tornou-se menos intenso o amor pelas letras, no Maranhão, e a biblioteca publica já não oferecia mais grandes atractivos, não porque tivessem sido já sobejamente lidos os oito mil e tantos volumes que ainda possui, mas porque ninguém procura faze-la lembrada do publico, que n'ella encontrará em todos os ramos do saber humano. (PERDIGÃO, 1915, p.4)

A ausência de atividades na Biblioteca ocasionou, consequentemente, sua perda de sentido. “Quanto maior é a memória armazenada em bancos de dados e acervos de imagens, menor é a disponibilidade e a habilidade da nossa cultura para se engajar na rememoração ativa” (HUYSEN, 2000, p.68). Desabitada das ações que possibilitaram assunção como um lugar de memória através das políticas mnemônicas dos “novos”, a Biblioteca, na hipótese mais positiva, passou a ser a lembrança de um lugar (HARTOG, 2014).

A falta de atividades na Biblioteca³⁸ poderia ser explicada pela inoperância do então diretor. Sobre essas informações ou afirmações, será difícil responder devido a pouca documentação disponível que trata das administrações da instituição. Seria afirmação de Perdigão uma desculpa para ineficiência de sua gestão? O certo é que, no final da primeira década do século XX algumas ocorrências podem explicar a falta de políticas mnemônicas na instituição.

O primeiro fator decorre do falecimento de Benedito Leite, em 1909, responsável pela estabilidade e dominação da governança estadual durante anos. O ex-senador republicano foi um dos patrocinadores e incentivadores das políticas neo-atenienses, de fato, a articulação política entre os “novos” e os governantes era positiva para ambos, pois se serviam dos mesmos rituais, retórica e espaços para a legitimação do poder, hierarquia social e política. Em vida, Leite foi um dos incentivadores da política dos “novos”. Na morte, passou a ser evocado por eles como símbolo político, figura erudita e incentivador das letras³⁹.

Após seu falecimento, o cenário de possibilidades para os intelectuais foi ampliado na administração de Luís Domingues (1910-1914) e Herculano Parga (1914-1918). Ambos procuraram construir um projeto de dominação próprio estabelecendo um diálogo com outros setores devido à falta de proximidade com as oligarquias locais. É no governo do primeiro que existe um descentramento de ações conjuntas com as iniciativas dos “novos”. O então governador estabelece um diálogo com outros setores, o que levará Domingues a ter algumas

³⁸ Ao longo da pesquisa, por exemplo, percebi um movimento de retorno ao local com uma série de atividades, entre as décadas de 40 e 50, que visaram guarnecer a importância da instituição através de dispositivos mnemônicos. Nesse período é construído o prédio onde a instituição permanece até hoje, em frente a praça Deodoro, batizada de Biblioteca Pública Benedito Leite. O batismo, deve-se ao fato da imagem criada em torno do político como um protetor das causas educacionais no estado, além disso sua reativação entre o final do século XIX e início do XX é atribuída aos incentivos de Leite, que no período, havia controlado as tensões políticas na jovem república maranhense. Não obstante, uma exposição comemorativa do centenário de seu nascimento foi organizada em 1957 na Biblioteca. Uma série de documentos pessoais, jornais, revistas e telegramas foram expostos em homenagem ao político. Para maiores informações recomendo uma pesquisa no acervo do Arquivo Público e da Biblioteca Pública.

³⁹ No último tópico do capítulo iremos investigar o culto cívico, para tanto, haverá espaço para a problematização de alguns monumentos construídos nesse período, dentre eles, está a estátua de bronze em homenagem a Benedito Leite, inaugurada em 1910.

indisposições com Antônio Lobo e seus confrades⁴⁰. Nesse período, por exemplo, Nascimento Moraes – dissidente do grupo – desloca-se da oposição para situação. O polemista dedicou sua obra mais famosa, *Vencidos e Degenerados* (1915), a Domingues. Segundo o autor o então governador contribuiu com auxílios para a feitura do livro (NASCIMENTO, 2014).

O segundo fator deve-se a novas investidas em outros espaços. É possível encontrar o rastro dos “novos” em comemorações cívicas intensificadas no período pela inauguração de alguns monumentos como a pirâmide de Bequimão (1910), o monumento a Benedito Leite (1912), o Busto de Odorico Mendes (1913) e por último a inauguração do monumento em homenagem a João Lisboa (1918). Além disso, ao que parece, a criação da Academia Maranhense de Letras⁴¹, em 1908, descolou as atenções dos “novos” para este novo empreendimento. Segundo Martins, “jovem instituição ganhou dinamismo a partir de 1916, quando foram reformados os estatutos, escolhidos os patronos para as cadeiras originais (20) e entronizados como membros fundadores” (MARTINS, 2006, p.178, grifo nosso). Através da academia, outras instituições foram criadas como a Faculdade de Direito (1918) e o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão em (1925), consolidando o projeto de “eternizar-se na história”.

A acirrada disputa intelectual propiciou atuação desses intelectuais em diversas frentes. O caso da Biblioteca Pública é um exemplo de articulação de um espaço que pudesse legitimar um pretérito glorioso. A alvorada dos “novos” e sua (re)invenção foi referendada pela fabricação de um passado que tivesse imagem e semelhança de acordo com a necessidade de ascensão no plano intelectual. O componente semântico, que envolvia a Biblioteca, incluiria outras instituições como AML e o IHGM. Nascimento põe em cheque o projeto de história e memória do grupo, tão artificial quanto às imagens evocadas por eles, a Biblioteca é um exemplo de instituição-cemitério a serviço de uma construção identitária.

⁴⁰Observa-se a presença dos polígrafos em diversos cargos do governo Luís Domingues. Antônio Lobo, por exemplo, era o inspetor geral da Instrução Pública. Contudo, Domingues ao que parece, mantém uma certa distância, principalmente do líder do grupo. Nas disputas por espaço de atuação com Barbosa de Godóis, caso conhecido como a *questão dos livros*, Lobo acusa Luís Domingues de perseguição política através de notas publicadas pelo Diário da Tarde. Para o letrado tais notícias teriam sido implantadas pelo próprio governador. Sobre a *questão dos livros* ver: LICAR, Ana Caroline N. C. Barbosa de Godóis: A Escripta rudimentar. In: BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche. **Historiografia Maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014. Acerca da discussão entre Lobo e Luís Domingues ver **o Diário Oficial**: 03,04,05,06,07,08 de junho de 1911.

⁴¹Borrallho afirma que a ideia de fundar uma academia de letras surgiu em 1902. O mesmo autor, entende que a instituição passa a ser uma extensão da Oficina dos Novos. Tendo como patrono o poeta Gonçalves Dias e como sócios: Antônio Lobo, Ribeiro do Amaral, Barbosa de Godóis, Domingos Barbosa, Corrêa de Araújo, Armando Vieira da Silva, Astolfo Marques, Alfredo Assis de Castro, Inácio Xavier Carvalho, Godofredo Viana, Fran Paxeco e Clodoaldo Freitas. BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão**. São Luís: Café&Lápis, 2011, p.66.

Não há evidentemente uma atuação heroica dos literatos maranhenses no período, que supostamente reergueram a vida literária do Estado e refundaram os templos gloriosos de Atenas. Nenhum dos intelectuais que teve atuação no campo regional alcançou consagração nacional, nem produziu qualquer obra que tivesse atingido notoriedade dentro dos cânones literários dominantes (NASCIMENTO, 2014, p.149).

2.2. **Vias de sacralização:** mudanças na nomenclatura das ruas em São Luís.

Nas páginas iniciais da obra, *Breve História das ruas e praças de São Luís*⁴², obra produzida no contexto da comemoração dos 350 anos de São Luís, Domingos Vieira Filho⁴³ discorre acerca das dificuldades de se fazer um levantamento histórico dos logradouros da *urbe*. Os problemas, segundo o autor, estão relacionados à falta de documentação, mas sobretudo, pela constante alteração nos nomes das ruas ao longo da história da cidade.

O principal efeito causado pela constante mudança, segundo o autor, é a falta de orientação, ou seja, uma confusão gerada depois que as nomenclaturas das ruas foram “mudadas à força para nomes de ilustres desconhecidos que em sua maioria não se sabe o que fizeram para merecer a honra de batizar um logradouro público.” (VIEIRA FILHO, 1972, p.9)

O folclorista não era o único a reclamar da toponímia dos logradouros. Voltemos no tempo, mais precisamente para o ano 1918. O jornal era Pacotilha e o artigo já indicava que o problema é um pouco mais antigo do que se imaginava.

COISAS & LOISAS

As denominações de nossas ruas têm dado muito relambório verbal ou escrito. Querem uns, acuados perante a esquisitice dos rótulos que guardam algumas dessas artérias, haja uma substituição geral dos nomes. Outros, mais conservadores, de cada vez que se troca o letreiro de uma rua com um nome de santo por outro em que se inscreve o nome de um maranhense ilustre, ficam de olhos em alvo, a pedir a Deus por tamanha ofensa á côrte celestial.

O facto é que não se chegou a um acordo a respeito dessa questão, de maneira que os nossos *edis* não sabem mesmo o que hão de fazer para contentar os numerosos habitantes desta lial cidade de S.Luís.

Não é fácil também chegar a um critério: se por um lado a denominações exdrúxulas, a cidade têm muitos nomes brilhantes, nos anais, na sua história, para homenagear, por outro não convém esquecer que uma das preocupações, das modernas *urbes*, neste problema, é a conservação de um desses apelidos tradicionais criados

⁴²Breve História das ruas e praças... tem por objetivo contar um pouco da história dos nomes de alguns logradouros de São Luís. Dividida entre ruas e praças, o autor se propõe a contar um pouco da história de alguns logradouros da cidade. Além disso, de forma didática se propõe a explicar a origem dos nomes de algumas ruas e praças de São Luís. A obra ainda recebeu uma segunda edição em 1971, com o acréscimo de mais logradouros. VIEIRA FILHO, Domingos. **Breve história das ruas e praças de São Luís**. Maranhão: Gráfica Oficial do Estado, 1971.

⁴³ Domingos Vieira Filho (1924-1981), foi jornalista, advogado e famoso folclorista. Foi membro da Academia Maranhense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

espontaneamente pelo povo, dos quais muitos são mais significativos do que se pode á primeira vista supor.

Há uma coisa, porém, que desde já convém ir evitando. São as substituições de nomes tradicionais por outros de sujeitos vivos (...)

O sistema de transigir com homenagens assim precipitadas gerou inconvenientes ridículos, em cidades, onde foi uma vez aplicado. Ainda hoje, no Rio de Janeiro, constitui um problema sério a identificação de sujeitos cujos os nomes foram expostos às esquinas das cidades: políticos sem história, poetas mais ou menos anônimos, repórteres, proprietários, todos eles desapareceram da tradição como poalha volante e indistinta. (PACOTILHA, 12/07/1918 grifo nosso)

Os dois escritos, em seu tempo, partilham de uma mesma questão: as ruas como instrumento para reconhecimento e a orientação de um pretérito que esteja de acordo com uma determinada consciência histórica da *urbe*. Claro que essa consciência histórica não permanece solidificada no tempo, pelo contrário, é um processo de construção temporal contínua.

Em alguns casos essa consciência histórica⁴⁴ acerca da cidade é produzida por articulações políticas, como mudanças na toponímia das ruas. Esse critério de mudança se altera a partir de novas percepções acerca da cidade e do que ela deveria ser. A exemplo de São Luís, algumas das ruas mais antigas já receberam entre dois ou três nomes distintos. Trata-se de um mecanismo de perpetuação baseado em uma genealogia consubstanciada em fatos e personagens, entre o campo experiência e horizontes de expectativas.

A rua passa ter uma função importante nas dinâmicas sociais. Se toda cultura tem seu drama específico, rituais e cerimônias, este palco a partir do século XIX passa a ter a rua como suporte no externar dessas manifestações. Um espaço de possibilidade para a cidade e aqueles que habitam; uma forma de reconhecimento e reforço de tradições inventadas. Entretanto, a rua é também um lugar da alteridade, espaço da exclusão e controle social⁴⁵. Nesse sentido, um ambiente regido sob o signo da diferença e da desigualdade. Seria necessário

⁴⁴A respeito da consciência histórica, Catroga reflete sobre o papel da memória coletiva nesse processo de construção. Se podemos afirmar que o indivíduo recorda, somente através da metáfora podemos concluir que as sociedades recordam. A alteridade tem um papel importante na analogia entre tempo subjetivo e ao que passou a ter sentido na vida coletiva. Tal fato ajudaria a explicar a constituição da consciência histórica moderna – representações anamnéticas, grandes narrativas e reconstituições historiográficas – em sua raiz sedimentada em uma perspectiva judaico-cristã do tempo. Santo Agostinho seria o pioneiro em sua ideia de “horizontes de expectativa” sedimentados em “campos da experiência”. O presente histórico seria o constante encontro entre a recordação e esperança. In: CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

⁴⁵Retomarei algumas questões referentes as ruas de São Luís na segunda parte do trabalho quando me dedico a questão do direito a cidade e suas formas de inclusão e exclusão. Sobre isso, adianto que no início do século XX, o governo se utiliza de alguns decretos instituídos nos códigos de postura como forma de coibir algumas práticas tidas como subversivas, lê-se manifestações e tipos comportamentais relacionados aos negros libertos. Para alguma curiosidade que possa a vir despertar recomendo esse estudo: SELBACH, Jeferson Francisco. Mobilidade urbana nos Códigos de Postura de São Luís – MA. In: **Mobilidade urbana em São Luís/ ALCÂNTARA JR., José O.; SELBACH, Jeferson Francisco (orgs.).** – São Luís – MA: EDUFMA, 2009.

reconquistar esses espaços, se não pela via estrutural, pelo menos por meio de práticas simbólicas⁴⁶ que pudessem traduzir um sentimento de homogeneidade e coesão social.

Como inquietações iniciais, penso que o diálogo entre a obra de Viera Filho e os apontamentos do articulista da Pacotilha possam nos ajudar a desenvolver uma linha de pensamento acerca da questão dos nomes das ruas. Ambos os textos, evidenciam o caráter corriqueiro da prática de substituição nominal dos logradouros ao longo do tempo. Certamente, esse fenômeno é de suma importância para a compreensão das concepções ou ideias acerca da cidade em um determinado período.

Assim, o diálogo com Bresciani é de fundamental importância, à medida que a autora afirma que o espaço urbano é “um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo” (BRESCIANNI, 1998, p.237). No caso das significações que me debruço, elas estão localizadas em São Luís, mais precisamente entre os anos de 1898 e 1912. Nesse período, observa-se ações na mudança nos nomes de algumas ruas e praças da cidade.

Partindo das ações regulamentativas, novas legendas para ruas e praças, compreendo São Luís como *urbe*, possuidora de uma semântica conceitual generalista. Como conceito⁴⁷ social e político, a cidade pode ser provedora de horizontes, bem como pode limitar experiências. Através de seu significado polissêmico, entender a cidade é também compreender o tempo da cidade e o tempo na cidade.

São Luís é entendida como um texto⁴⁸, cuja narrativa é escrita através de uma concepção de tempo que investe sobre o espaço e significações. Nesse segmento, o presente

⁴⁶Me reporto as reformas urbanas ocorridas na administração Pereira Passos, então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, capital federal. As reformas tiveram dois destinos espaciais, o antigo porto e o centro da cidade. Além do caráter estrutural a modernização dos espaços tinha por objetivo higienizar socialmente esses espaços através do deslocamento das populações negras dessas regiões. Para tanto, não bastaria somente reordenar a arquitetura urbana implodindo os cortiços do centro. Seria necessário que tais reformas viessem constituídas de simbolismos. A Avenida Central, teria por função inaugurar uma nova concepção de rua, seria ela uma região destinada ao consumo e representação da vida moderna. A área não seria mais manifestação do atraso, perigo e subversão. O empreendimento se assemelharia em sua estrutura física e simbólica aos *boulevard*, apontado como um dos mecanismos que põe fim das disputas pelo direito da cidade. Sobre as modificações estruturais no Rio de Janeiro no início do século XX, ver *In: SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: História da Vida Privada no Brasil: da Belle Époque à era do Rádio / coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Nicolau Sevcenko. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998(a). Sobre estudos voltados as modificações sociais e culturais da via pública recomendo ver PECHMAN, Robert Moses; KUSTER, Eliana. Maldita Rua _.* In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12, 2007, Belém. Anais... Belém: ANPUR, 2007.

⁴⁷Segundo Koselleck, “todo conceito se prede a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos cotem uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo que são polissêmicos”. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Puc-Rio. 2006.p.108.

⁴⁸Huyssen afirma que a cidade como livro ou texto, é uma categoria pensada a partir das representações da urbe no século XIX. Além disso, inúmeros produtores de sentido instituíram na cidade um olhar particular. A discussão parte da relação entre imagem e imaginário, do último como modelado de uma paisagem representativa do espaço urbano. A relação imagem/imaginário tornou-se um clássico na historiografia do urbano através do diálogo com a

vivido na cidade, “reabilita o passado da urbe, material e imaterial, para que nela as pessoas se reconheçam e identifiquem, ancorando suas referências de memória e história” (PESAVENTO, 2005, p.14). Contudo, o presente da cidade não aciona somente através de uma ideia pretérita, existe tempo, dentro do tempo para se projetar expectativas futuras, planos e estratégias para a renovação da *urbe*.

Nesse sentido, no artigo da Pacotilha, o autor expõe um embate entre aqueles que eram a favor da mudança de todos os nomes das ruas – revisionistas – e os que lamentavam a substituição nominal dos logradouros, chamados de saudosistas⁴⁹. As legendas eram conhecidas pelo forte apelo popular: referências ao culto religioso e ao pitoresco. Vieira Filho elenca alguns desses nomes em *Breve História...: Rua da Forca Velha, Beco das Aguas Verdes, Rua das Mangueiras, Travessa da Siqueira, Rua do Precipício, Rua da Paz, Rua da Empreza ou do Norte, Beco do Zé Coxo, Largo do Carmo, Rua Formosa, Travessa do Sineiro, Largo das Mêrces, Rua do Sol, Rua do Alecrim, Rua do Trapiche*, dentre outras.

Tais modificações nominais visavam romper com a nomenclatura popular e religiosa de alguns espaços da cidade, conseqüentemente, promover a secularização⁵⁰ desses locais. Além disso, visavam enquadrar-se no reaparelhamento ideológico republicano e a aspectos urbanos modernizantes. Em São Luís, tais modificações, nesse período, não atingiram de maneira intensa a estrutura física do aparelho urbano⁵¹, como em outras cidades da federação. Portanto, tais regulamentações apresentaram-se somente no campo simbólico.

Esses indícios podem apontar ideias e concepções da *urbe* no período. Ademais, evidenciam outro aspecto, a visão do passado no imaginário local a partir do batismo de algumas vias com nomes de maranhenses “ilustres”. Uma identidade modelada, por exemplo,

literatura, arquitetura e cinema. In: HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**- Arquitetura, Monumentos, Mídia. Rio de Janeiro:Aeroplano, 2000.p.90.

⁴⁹ A tônica lusovicense nos remete ao momento de incertezas em que vive personagem Custódio no livro Esaú e Jacó de Machado de Assis. Custódio é dono de uma confeitaria no Rio de Janeiro. No estouro das notícias sobre o cenário político do 15 de novembro, o personagem vive o dilema, não sabe se mantém o nome *confeitaria Império* ou promove a mudança para *confeitaria República*. No fim, decide por *confeitaria Custódio* por achar que o nome não o envolveria em querelas com simpatizantes de ambos os regimes. Sobre o episódio ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. “**Drama cívico entre bolachas e cafezinhos**”. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 1. Nº 5. Novembro, 2005.

⁵⁰ Segundo Anselmo Borges a secularização pode arrastar consigo um caráter religioso. Entretanto, defini-la é um dos desafios para que se debruce sobre essas problemáticas. Existem sentidos plurais para a secularização com cinco significados fundamentais: eclipse do sagrado, autonomia do profano, privatização da religião, retrocesso das crenças e práticas religiosas, mundanização das próprias Igrejas. O segundo sentido, é o que tem maior importância, pois se debruce sobre as coisas ditas seculares. BORGES, Anselmo. PREFÁCIO. In: CATROGA, Fernando. **Entre deuses e Césares- secularização, laicidade e religião civil**. Coimbra: Almedina,2010, p.8.

⁵¹No limiar do século XX São Luís passou por alguns melhoramentos no aparelho urbano como o calçamento de algumas ruas e as vias sofreram um processo de regulamentação. Entre 1902 e 1906, algumas reformas foram implementadas na região onde se concentravam o palácio do governo, episcopal e prefeitura. Nasce a Avenida Maranhense, obra o francês Charles Thays, com seus passeios, chafariz e canteiros.

por vultos que inspiram o presente e projetam o futuro. Stuart Hall apresenta o caráter construtivo da identidade negando-a como um núcleo estável. “É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas” (HALL, 2000, p.109).

Outra possibilidade é de perceber as fronteiras sociais da capital maranhense a partir da demarcação simbólica desses espaços, que vias seriam importantes, quais espaços deveriam ser frequentados e evocados. José D’Assunção Barros trata da importância do espaço para os estudos históricos. Para o autor, as dimensões físicas se interconectam com as simbólicas produzindo o que compreendemos como espaço.

[...] o espaço humano é, em qualquer período histórico, resultado de uma produção. “O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço”. O homem, que devido à sua própria materialidade física é ele mesmo espaço preenchido com o próprio corpo, além de ser espaço também está no espaço e produz espaço (BARROS *apud* GUEDES JR, 2011, p.03).

Longe de ser uma prática exclusivamente ludovisense, movimentos revolucionários e de ruptura política tendem a se apropriar dessa prática como forma de legitimar e construir uma memória que representasse em fatos e personagens uma sintaxe do período. Como exemplo, poderíamos citar o caso francês com a alteração dos nomes de palácios após a Revolução Francesa. Como casos recentes, podemos citar a dissolução da cortina de ferro e a substituição dos símbolos da União Soviética, incluindo monumentos, nome de praças e ruas. O mesmo pode se dizer na África do Sul pós-apartheid (BARROS, 2013) e na América Latina com fim das ditaduras militares.

Se é possível destacar as universalidades das práticas de substituição e renomeação das ruas ao longo do tempo, é importante perceber o entrelaçamento dessas práticas com a experiência local. “A perpetuação da história oficial pode ser verificada na denominação das vias públicas de todo o Brasil, mas as cidades, onde o batismo efetivamente ocorre, costumam imprimir, por conta de sua própria história, contornos específicos a esse processo” (DIAS, 2000, p.105). A preocupação desses agentes é em produzir registros históricos ou uma concepção histórica específica do que deveria ser lembrado.

A tabela, a seguir, ilustra o processo de modificação dos nomes de alguns logradouros de São Luís:

RUAS E PRAÇAS DE SÃO LUÍS (1894 – 1912)		
ANTERIOR	MODIFICADO	ANO DA MUDANÇA
Caminho da Boiada	Rua Senador João Pedro	1894
-----	Rua 18 de Novembro	1894
Praça Bolivar	Praça Gomes de Castro	1894
Largo do Diamante/do Quartel do Corpo de Infantaria do Estado	Praça da República	1894
Largo dos Amores	1º: Largo dos Remédios	1894
	2º: Praça Gonçalves Dias (parte norte)	1900
-----	Praça Odorico Mendes ⁵²	1901
Largo do Carmo	Praça João Lisboa	1901
Rua da Paz	Rua Colares Moreira	1901
Rua da Empresa/do Norte	Rua Francisco Marques Rodrigues	1901
Rua do Retiro/da Independência	Rua Barão de Itapary	1903
-----	Av. Silva Maia	1903
Largo do Palácio	Av. Maranhense	1904
Rua da Formosa	Rua Afonso Pena	1906
Rua do Sol	Rua Nina Rodrigues	1906
Rua do Trapiche	Rua Portugal	1906
Rua da Mangueira/Forca Velha/Travessa Siqueira/Beco das Águas Verdes	Rua Artur Azevedo ⁵³	Início do século XX
-----	Rua Manuel Beckman ⁵⁴	Início do século XX
Rua dos Remédios	Rua Rio Branco	1910
Largo de Santiago ou São Tiago	Rua 1º de Maio	1910
Largo do João Velho do Vale/Praça da Assembléia/Praça Jardim Público 13 de Maio/Praça da Pracinha	Praça Benedito Leite	1910
Travessa do Sineiro/Beco do Teatro	Travessa 5 de Outubro	1912
Largo das Mercês	Praça Luíz Domingues	1912

Tabela com as mudanças de nomenclaturas das ruas e praças de São Luís ocorridas no período de 1894 à 1912.

⁵²Segundo Vieira Filho, a praça surgiu depois que a prefeitura adquiriu um terreno para ser construído um logradouro. A praça foi assim denominada a partir da Resolução nº 14, de 28 de julho de 1901.p.141.

⁵³Não existem informações nos periódicos e em obras a respeito da história dos logradouros da cidade. Acredito que os esforços para o batismo da via tenham ocorrido logo após a morte do teatrólogo em 1908. Na dúvida, sigo as conclusões de Domingos Vieira Filho.

⁵⁴Rua pavimentada no início do século, sem dados precisos creio que o batismo seja anterior a construção da praça e do obelisco em homenagem ao famoso Bequimão em 1910.

No quadro acima, estão as modificações nominais das vias públicas. A tabela contém as legendas antigas – nomes em sua maioria ligados ao campo religioso e ao cotidiano – assim como o ano da alteração e o nome escolhido para a re-nomeação. Nota-se a opção pela escolha de datas, fatos e personalidades⁵⁵, em sua maioria nascidos no Maranhão. A opção por personalidades maranhenses revela-se de suma importância, não só pelo fato de instituir através de nomes locais referências para uma história local específica. Penso que exista uma tentativa dos setores locais em conter tensões e indisposições entre gregos e troianos – republicanos e monarquistas. Assim, a opção por nomes e datas locais estaria de acordo com essa política de boa vizinhança, o que remete novamente ao drama shakespeariano vivido pelo confeitoiro Custódio.

Ainda seguindo a análise nos rastros do artigo escrito na Pacotilha, em 1918, o autor indica o problema da substituição de nomes tradicionais por indivíduos ainda vivos. Esses sujeitos – poetas, políticos e jornalistas – considerados pelo autor sem história, provocando, desse modo, inconvenientes e falta de identificação coletiva com os nomes expostos. Na tabela, apenas Luiz Domingues, Itapary, Afonso Pena e João Pedro Belfort, encontravam-se vivos no ano em que os logradouros foram legendados com os nomes do então governador do Maranhão, o famoso Barão do Império, o presidente e o senador da República, respectivamente. Os outros exemplos reforçam a ideia da morte como uma categoria importante. Somente o morto possui história e o merecimento a evocação. “Não surpreende, assim, que todo o dever de memória tenha de passar pela evocação (ou restituição) dos nomes próprios: a nomeação faz sair do esquecimento o evocado, renovando-lhe o rosto e a identidade” (CATROGA, 2010, p.169).

Já comentamos da estreita relação existente entre morte⁵⁶ e memória. Candau discorre acerca da memória enquanto um dispositivo definidor de representações. Segundo o antropólogo, o sujeito fabrica sua memória se filiando a um passado que constrói sua identidade em franca relação com os quadros sociais que as corporificam nas filiações. No meio coletivo, Candau afirma que um grupo não lembra através de estruturas culturais ou socialmente estabelecidas, ou seja, uma pequena ou maior fração consegue coletivizar lembranças. Portanto,

⁵⁵Catroga afirma que tais homenagens a *grandes homens*, fez com que o campo religioso e as expectativas transcendentais viessem a coexistir como uma espécie de religião cívica, dimensão publicizada a partir do século XIX, auxiliada pelo positivismo de Comte. CATROGA, Fernando. **Culto aos mortos como poética da ausência**. ArtCultura, Uberlândia, v12, n.20, 2010.

⁵⁶ Em relação a morte e evocação, existe um sentido prático nessa relação. Na ritualística, teatralização e estetização da evocação, aquilo que falta é sempre um fator que garante a legitimidade do rito. A ausência, ou sua poética estrutura a prática mnemônica, por isso a morte, o morto, ou aquilo que falta ascende como um aporte na estruturação do retorno, ou aquilo que Catroga diz uma *re-presentificação do ausente*. In: CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

a metamemória exerce um papel fundamental na organização e representação de lembranças coletivizadas.

De fato, em sua acepção corrente, a expressão “memória coletiva” é uma representação, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo. Essa metamemória não tem o mesmo estatuto que à metamemória individual: nesse caso é um enunciado relativo a uma denominação – “memória” – vinculada ao que se designa – uma faculdade atestada – “como a etiqueta em relação à garrafa”, enquanto no que se refere ao coletivo é um enunciado relativo a uma descrição de um compartilhamento hipotético de lembranças (CADAU, 2014, p.24-25)

Considerando uma forma de produção de sentidos esses enunciados, fatos, datas e personagens, evocados em nomes de ruas, demarcam e instituem uma “memória coletiva” da capital maranhense acompanhada do reconhecimento de uma identidade local⁵⁷, podem fazer-se presente na vida cotidiana dos indivíduos. É claro que esta atividade não se limita somente a nomeação de logradouros, seria necessário todo um trabalho de educação e rituais cívicos⁵⁸ para garantir a materialização do ausente.

(...) porque o tempo pode diluir o significado das homenagens e tomá-las pouco mais do que uma placa na rua. Para que não se perca o sentido que moveu a nomeação, é imprescindível o acompanhamento permanente de outros processos de informação e educação, como o ensino de história e as festas cívicas (...) Se o conteúdo histórico do nome da rua não é conhecido pelo transeunte, é porque esses outros mecanismos não estão sendo eficientes.

A despeito de eventuais limitações, a tendência de buscar perenizar nomes e eventos, longe de ser hábito desta ou daquela localidade, pode ser verificada em qualquer lugar do mundo e é adotada por governos de ideologias diversas. (DIAS, 2000, p.103-104)

Não obstante, educação e rito cívico se fazem presentes tanto em momentos de justificativa para a renomeação das ruas e praças quanto para legitimar a homenagem e a própria ritualística evocada. Em São Luís, por exemplo, em sessão da câmara municipal foi aprovada a resolução Nº 14 de 28 de junho de 1901. A data, comemoração a adesão do Maranhão a Independência, é utilizada como mecanismo para a fabricação de personagens a serem lembrados.

⁵⁷ Para Candau, a relação entre “memória coletiva” e identidade no compartilhamento de um passado comum deve ser um questionamento recorrente para historiadores, sociólogos e antropólogos. Sobre a questão da identidade seu aporte conceitual é algo difícil de ser definido. Para o autor poderíamos, antes de tudo, defini-la como uma representação. A partir dessa definição poderíamos entender como indivíduos se percebem, imaginam e se definem através de genealogias biológicas e históricas. In: CANDAUI, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014, p.25-26.

⁵⁸ Trataremos mais da ritualística cívica no tópico seguinte onde priorizo a análise dos rituais, textos e monumentos.

A câmara municipal da capital, reunida em sessão extraordinária, para comemorar a data de hoje, duas vezes memorável para o estado:
 Considerando os serviços dos ilustres maranhenses. Manoel Odorico Mendes e João Francisco Lisboa, glórias altíssimas do nosso estado e honras imarcessíveis de intelectualidade e da política do Brasil;
 Considerando que um dos melhores meios de generalizar e propagar a educação cívica é perpetuar os nomes dos grandes homens em inscrições da máxima publicidade:
 Resolve dar á praça nova, que fica entre as ruas das Hortas e a rua dos Remédios, a denominação de praça Odorico Mendes, e ao antigo largo do Carmo, onde residiu por longos anos o autor da *Vida do padre Antônio Vieira*, o nome de praça João Lisboa (1918, p.78).

A escolha por Lisboa⁵⁹ e Mendes⁶⁰ ilustra aspectos de uma construção de quadros de heróis para a República Maranhense. Além disso, ambos deveriam servir como exemplo para a população. Em outro aspecto, essas ações visavam à construção de uma imagem não somente da cidade, mas, sobretudo, um extravasamento ideológico do que seria o Maranhão, uma civilização forjada sob a erudição de seus *vultos*. Mas não só de exemplos locais se construiu simbolicamente o civilismo maranhense, nesse sentido, personagens ligados à esfera nacional como Barão de Rio Branco⁶¹ recebeu devida atenção de setores da população.

Em 12 de abril de 1910, a rua dos Remédios passou-se a chamar rua Rio Branco, pela resolução nº 31. O estadista é lembrado nas páginas de *Breve História...* como um hábil negociador, diplomata, que soube, com sua influência, ampliar as fronteiras brasileiras. Após a mudança da legenda, Rio Branco, que na República, exerceu até o seu falecimento o cargo de Ministro das Relações Exteriores, passou a ser glorificado. As homenagens ao diplomata se inscrevem no mesmo ano de alteração nominal, no dia 20 de abril de 1910. O logradouro tornou-se palco para um cortejo cívico. À frente da organização estavam intelectuais como Domingos Barbosa⁶². O caráter educacional do evento é destacado com a participação dos alunos das escolas Normal e Liceu Maranhense. Vamos à nota da Pacotilha.

⁵⁹Nascido em Pirapemas, em 1812. Atuou como jornalista, político e historiador. Residiu durante anos no Largo do Carmo onde observou e representou o cotidiano da cidade em muitas de suas obras. Já debilitado, viajou para Lisboa com o objetivo de reunir documentos sobre a vida do padre Antônio Vieira. Faleceu na capital portuguesa em 1827. O maranhense é patrono da Academia Brasileira de Letras e Maranhense.

⁶⁰Nasceu em São Luís em 1799, foi político, tradutor e poeta. Ficou conhecido por ser o primeiro tradutor das obras de Virgílio e Homero. Faleceu em 1864 em Londres. No ano de 1905 a praça que o homenageia recebe um busto do tradutor com a assinatura do escultor Rodolfo Bernadelli.

⁶¹José Maria Paranhos Júnior, mais conhecido por seu título de nobre, Barão de Rio Branco, nasceu no Rio de Janeiro em 1845, exerceu o ofício da política entre o Império e a República sem perder o prestígio adquirido. Após a instauração do regime republicano continuou a adotar o nome de Rio Branco. Foi seguidamente ministro das Relações Exteriores dos governos: Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca. Faleceu em sua cidade natal em 1912.

⁶²Domingos Quadros Barbosa é natural de São Bento interior do Maranhão (1880). Ainda jovem ocupou um cargo de importância no governo Benedito Leite. Foi colaborador de alguns jornais e revistas da capital maranhense. Foi também diretor da Imprensa Oficial do Estado. Figura presente em eventos cívicos, Barbosa era conhecido como um orador de talento. Faleceu no Rio de Janeiro em 1946.

RIO BRANCO

Esteve brilhantíssima, imponente, a festa de hontem, em honra do glorioso ministro das relações exteriores.

Do meio dia em diante, quando começaram a fechar as cazas de comercio, notava-se grande animação nas ruas principaes.

A antiga rua dos Remédios, hoje Rio Branco, tinha o mais agradável aspecto, toda embandeirada, numa bizarra combinação de cores, sob um céu que se esmerou em conservar-se lucilante, azul, encantador.

O insigne ministro do exterior era alvo de homenagens verdadeiramente grandiosas e espontâneas.

Empenharam-se todas as classes sociaes em auxiliar a comissão promotora; o governo estadual e o municipal deram-lhe o seu apoio, e o povo, á tarde, demonstrou que as festas lhe interessavam diretamente (PACOTILHA, 21/04/1910).

A notícia do periódico discorre de maneira geral sobre o cortejo cívico. Nota-se o esforço do jornal para atribuir a manifestação um caráter coletivo, uma celebração onde classes distintas, instituições e governos –estadual e municipal – trabalharam para a sua realização. A necessidade de ilustrar uma aspiração coletiva e espontânea em torno da figura de Rio Branco revela-se de fundamental importância para a legitimação do evento, sobretudo, para a ânsia dos evocadores que desejavam uma cidade alinhada ao processo civilizacional da República brasileira. Igualmente, a dicotomia entre o velho, a antiga rua dos Remédios, e o novo, Rio Branco, no texto carrega um conteúdo semântico que positiva a mudança de legenda através da descrição da rua no momento da procissão cívica.

Esses exemplos nos encaminham para discussão acerca da construção da imagem de São Luís. Em construção, a imagem apela para signos visuais, imagens-lembranças da cidade acionadas por práticas que modelam de significados o espaço urbano. Para tanto, deve-se a uma associação com o imaginário que constrói uma ideia metafórica da cidade, essa ideia é a imagem, ou seja, o imaginário retrata uma concepção acerca do urbano em formas, volumes, localização e tempo (FERRARA, 2008).

Portanto, o caso Rio Branco, a via era o principal trajeto entre a praça Gonçalves Dias, que no início de século XX tornou-se local de procissões de culto ao poeta do exílio, e o largo do Quartel ou praça da Independência⁶³, importante logradouro com intensa movimentação de pessoas. Metaforicamente, Rio Branco, conhecido por sua habilidade na negociação e ampliação das fronteiras brasileiras, demarca a via que une a dois logradouros importantes da cidade: o primeiro, relacionado ao passado literário do Estado ligado à concepção mais regional; e o segundo, a um importante fato político de âmbito nacional. A rua “dimensiona na imagem de uma avenida ou beco. Pela percepção coletiva da imagem, ensina-

⁶³ Segundo Vieira Filho, o largo do Quartel passa a ser conhecido também como praça da Independência no ano 1865. Atualmente, a praça homenageia o primeiro presidente republicano Deodoro da Fonseca.

se a identificar o poder que organiza a cidade e dela se utiliza para perpetuar-se” (FERRARA, 2008, p.199).

Institucionalizados os logradouros, principalmente, aqueles em que foram conferidos aos mortos, como a praça Gonçalves Dias e João Lisboa, garantem a estabilidade do poder que o produziu através de ações que visam instituir sobre esses lugares sentimentos coletivos, assim como em crenças e valores ao ato coletivo. Essas ações ou práticas não podem ser dissociadas de uma pedagogização do espaço, de expor através das nomenclaturas uma história que indica modelos, lugares e personagens a serem lembrados.

De maneira geral, as modificações nominais em ruas e praças são frutos da apropriação dirigida do espaço, onde o novo emblema estaria de acordo com as novas configurações simbólicas da República e atendendo a uma concepção local do que seria a cidade. A apropriação social do espaço em São Luís investiu sobre ele significações, ideias-imagens, associadas a uma simbologia urbanística norteando o espaço para uma apropriação dirigida a velhos lugares travestidos de lugares novos (GÁRCIA, 2008).

Retornando a tabela, para uma visão panorâmica, as ruas e praças de São Luís que sofreram modificações podem ser divididas em três grupos. Uma toponímia destinada a homenagear *personalidades*: **Afonso Pena, Barão de Itapary, Benedito Leite, Arthur Azevedo, Colares Moreira, Francisco Marques Rodrigues, Gonçalves Dias, João Lisboa, Manuel Beckman, Luís Domingues, Nina Rodrigues, Odorico Mendes, Rio Branco, Silva Maia, Senador João Pedro e Gomes de Castro**. O segundo grupo, definido como uma nomenclatura destinada a homenagear *datas e acontecimentos*: **rua 5 de outubro, rua 18 de novembro e a praça 1º de maio**. Por último, legendas destinadas a homenagear *lugares* e a *identidade local*: **Rua Portugal, praça da República e Avenida Maranhense**. A análise desses grupos nos permite compreender as dinâmicas urbanas, assim como, as referências históricas escolhidas com as alterações.

Identificamos, nos três grupos de nomes, articulações que relacionam valores que compõem a semântica e o espaço urbano condensados na nomenclatura das ruas. Essas articulações, associadas aos rituais cívicos, visavam modificar o comportamento e as apropriações do espaço urbano. Em São Luís, as articulações são legitimadas por uma concepção de história que deveria acionar lembranças-imagens da cidade. É claro que o processo de modelação da imagem da cidade responde a uma hierarquia simbólica seletiva. Na capital maranhense, isso não foi diferente. Os principais largos foram legendados com nomes referentes à história e identidade local. O largo dos Remédios tornou-se praça Gonçalves Dias, o do Carmo praça João Lisboa e o largo do Palácio foi nomeado de Avenida Maranhense.

Em outros locais, o espaço evoca a memória do personagem, como a rua Manoel Beckman próxima ao local onde supostamente o Bequimão havia sido enforcado. O mesmo confere a antiga rua do Sol, nomeada rua Nina Rodrigues evocando o período em que o médico possuía um pequeno consultório no local. Em outros casos, a toponímia reverencia a institucionalização de datas importantes como o dia do trabalho (1º de maio), a adesão do Maranhão a República (18 de novembro), proclamação da República portuguesa (5º de outubro).

A tópica histórica dos nomes nos possibilita traçar uma linha reta, onde personagens, datas e acontecimentos indicam que imagem foi construída de São Luís utilizando o passado como dispositivo de afirmação simbólica do espaço. Em um sentido geral, através da toponímia das ruas, podemos pensar que São Luís foi imaginada como uma cidade republicana⁶⁴, letrada, erudita, branca e sob forte influência portuguesa. A articulação dessas características entendidas como positivas constrói um elo coletivo. O conteúdo simbólico dos nomes constrói uma relação entre identidade social e identidade espacial. “O discurso dominante manipula, intensamente, a associação entre a positividade do lugar e a positividade da identidade social coletiva” (GARCÍA, 2008, p.171).

Para tanto, o controle da cidade encontrará nas práticas de incorporação e sacralização de espaços, tidos como sagrados, momento para a valorização da história local enraizada no culto aos mortos ilustres. É o que veremos nas páginas a seguir.

2.3. **Romaria fúnebre:** rituais e sacralização dos espaços na cidade cemitério.

Além da mudança nos nomes das ruas, as comemorações cívicas tornaram-se um instrumento para legitimação do regime republicano ao destacar datas, fatos e personagens. A função desses eventos parecia ser a de construir uma memória sintetizada em marcos referências, na qual fatos, datas e personagens no rito comemorativo assumem o papel de modelos exemplares, promotores da educação cívica e da organização social. Desse modo, muitas datas transformaram-se em celebrações comemorativas, rituais com objetivo de promover, em torno da República, uma coletividade através do elo com fatos minuciosamente selecionados.

⁶⁴ Quando faço essa afirmação não me refiro somente as referências diretas ao regime republicano, mas sobretudo, a adaptações ou reciclagem de personagens. Como exemplo podemos citar Manuel Beckman, personagem da história colonial maranhense, o Bequimão passa a ser cultuado como herói, gênese do espírito republicano maranhense. Voltaremos a falar do Bequimão nas páginas seguintes.

O caráter seletivo do calendário republicano após o fim do Império nos inclina a concluir como esses eventos de alguma forma são mudados, reforçados ou apagados mediante a sua relação com grupos ou instituições que ideologicamente reforçam sua autoridade através dessas celebrações. Como exemplo, poderíamos citar o 12 de outubro, data que permaneceu no calendário republicano, mas que sofreu mudanças significativas quanto ao seu repertório. No Império, a data celebrada estaria relacionada à coroação de D. Pedro I como imperador do Brasil. Nos tempos da República, a efeméride esteve relacionada às comemorações do descobrimento da América. Acerca das datas e seus significados Circe Bittencourt afirma:

As memórias relacionavam-se aos feitos dos monarcas, criadores da nação: o 7 de setembro, o 29 de junho, o Dia de São Pedro, o santo protetor dos Pedros, imperadores brasileiros. O 7 de Setembro manteve-se após a fase republicana, modificando-se os homenageados e a concepção dos responsáveis pela criação da nação, enquanto o 29 de junho perdeu a importância política, mantendo-se como festividade religiosa. Tiradentes, alçado a herói nacional após a implantação do regime republicano, não era personagem mencionado sequer nas aulas de História no decorrer do período imperial do século XIX. (BITTENCOURT *apud* MOURA, 2008, p.24)

Um ano após sua instituição, o regime republicano efetuou o decreto nº 155B⁶⁵, responsável pela criação do calendário republicano. A medida tinha por objetivo construir um sentimento nacional através de algumas festas onde o espírito da fraternidade republicana deveria animar e mobilizar grupos em torno do novo regime:

O Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando: que o regimen republicano basêa-se no profundo sentimento da fraternidade universal; que esse sentimento não se póde desenvolver convenientemente sem um systema de festas publicas destinadas a commemorar a continuidade e a solidariedade de todas as gerações humanas; que cada patria deve instituir taes festas, segundo os laços especiaes que prendem os seus destinos aos destinos de todos os povos;

Decreta:

São considerados dias de festa nacional:

- 1 de janeiro, consagrado á commemoração da fraternidade universal;
 - 21 de abril, consagrada á commemoração dos precusores da IndependenciaBrazileira, resumidos em Tiradentes;
 - 3 de maio, consagrado á commemoração da descoberta do Brazil;
 - 13 de maio, consagrado á commemoração da fraternidade dos Brasileiros;
 - 14 de julho, consagrado á commemoração da Republica, da Liberdade e da Independencia dos povos americanos;
 - 7 de setembro, consagrado á commemoração da Independencia do Brazil;
 - 12 de outubro, consagrado á commemoração da descoberta da America;
 - 2 de novembro, consagrado á commemoração geral dos mortos;
 - 15 de novembro, consagrado á commemoração da Patria Brasileira.
- Sala das sessões do Governo Provisorio, 14 de janeiro de 1890, 2º da Republica. - Manoel Deodoro da Fonseca. - Ruy Barbosa. - Q. Bocayuva. - Benjamin Constant

⁶⁵Publicado originalmente na coleção de leis do Brasil de 1890. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-155-b-14-janeiro-1890-517534-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Botelho de Magalhães. – Eduardo Wanderkolk. – Aristides da Silveira Lobo. – M. Ferraz de Campos Salles. – Demetrio Nunes Ribeiro (1890).

O calendário republicano esboçava a tentativa de controle do tempo, dar a ele significado e forma, à medida que serviria como um dispositivo orientador, para o que deveria ser celebrado no novo regime. Como é possível observar, algumas datas foram obliteradas no processo de transição, o 23 de julho, data em que se comemorava a maioridade de D. Pedro II foi apagado do calendário. Já o 7 de setembro dia da Independência, foi mantido, porém, enquadrado a ideologia republicana.

Além disso, o calendário priorizou a invenção de novas datas de celebração como o 13 de Maio. A memória oficial instituída pelo republicanismo pensava esta data como momento de comemoração da fraternidade entre os brasileiros. O dia escolhido faz menção à abolição da escravidão, mas o que se destaca é um suposto encontro fraterno entre os brasileiros, que deveria marcar o novo regime republicano. Há, claramente, aqui a tentativa de apagamento ou esquecimento das desigualdades sociais presentes no período (a exemplo daquela entre negros e não negros). O ato comemorativo tinha como objetivo cristalizar uma ideia de nação composta por agentes iguais e fraternais.

Outro momento de celebração criado pelo calendário foi o 21 de Abril, tempo de celebrar os precursores da Independência do Brasil. À frente das representações está Tiradentes, o que sinalizava uma busca pelo mito das origens dos ideais republicanos brasileiros. Não existe regime que não se debruce sobre a devoção aos seus heróis. Há casos em que eles aparecem de forma quase espontânea através do apelo popular, em outros se torna necessário fabricar uma simbologia que liga personagem ao espírito do novo regime.

No caso do Brasil, a ausência de participação civil e de maneira geral a ausência de participação popular fez com que os republicanos buscassem um representante em outros períodos, um personagem que pudesse representar a tópica hagiográfica brasileira. A opção por Tiradentes também reside no fato de que, distante dos fatos e acontecimentos recentes, seria mais fácil a modelação de sua memória por parte dos republicanos. José Murilo Carvalho afirma que em momentos como esses é que a figura do herói se torna importante, já que a falta de uma participação popular na implantação do regime desloca esforços para as mobilizações simbólicas. Nesse sentido, quem atendia aos predicados míticos que os republicanos queriam instituir era o inconfidente⁶⁶ (CARVALHO, 2011, p.55-57).

⁶⁶ Ocorreu que no início existiu uma grande mobilização na panteonização dos heróis do 15 de novembro. Foram eles glorificados em jornais, folhetos, monumentos e rituais cívicos. O marechal Deodoro era o nome mais coerente para compor a frente como herói máximo da República. Havia em sua imagem fatores contribuintes para afirmá-lo como representante simbólico do Brasil. Contudo, pesava sobre a imagem do velho militar sua ligação com a

Em São Luís, assim como em outras capitais da federação, as comemorações republicanas ingressaram na vida da cidade. O 15 de novembro passou a ser comemorado, seu repertório instituía o acontecimento como uma revolução pacífica, responsável pelo rompimento com os atrasos do passado (Império). Em 1904, marcados os 15 anos de República, a programação dirigida pelo Clube Militar da Guarda Nacional e Classes Congêneres organizou um cortejo civil e militar pelas ruas da cidade. À frente da procissão, um carro com uma mulher representando a República, logo em seguida, oficiais do exército acompanhavam o cortejo a cavalo e em carros. Além dos oficiais, fizeram-se presentes membros da Escola de Aprendizes Marinheiros e o Corpo de Bombeiros.

Em uma das delegações, encontrava-se presente “o retrato do marechal Floriano Peixoto, belamente ornamentado, havendo por de traz da interessante alegoria a celebre phase do consolidador da República – *A bala!*” (PACOTILHA, 15/11/1904). Por volta das 10 horas da manhã o cortejo foi dissolvido no Largo do Quartel, conhecido também como praça Deodoro. A programação seguiu com palestras no Clube Militar e no teatro São Luís.

A ideia desses cortejos nacionais quando dirigidos ao âmbito local é tornar a ausência uma presença. Distante da capital federal os organizadores utilizaram-se da simbologia e teatralização da performance para o “fazer crer” da celebração. A representação feminina da República e o retrato de Peixoto formaram dispositivos animadores e legitimadores do rito. Ademais, o trajeto do cortejo, finalizado no largo do Quartel, praça Deodoro, sinaliza para construção de uma memória do movimento vinculada aos militares.

Para além das orientações cívicas nacionais, no Maranhão, preocupou-se em criar datas cívicas que estivessem articuladas com a história local. Ao longo do trato com a documentação, percebemos uma sinalização para duas datas: 28 de julho (adesão do Maranhão a Independência) e o 18 de novembro (adesão do Maranhão a República). A primeira festividade, já reverenciada no período imperial ganhou contornos republicanos com o alvorecer do novo regime. A data tornou-se o momento para a educação cívica, ou seja, a

Monarquia. Focou-se em Benjamin Constant, mas sem sucesso devido a indefinição de sua imagem entre o nem militar, nem popular. Diante dos impasses, Tiradentes se apresentou como figura possível. O inconfidente era uma figura conhecida pelos republicanos, havia uma mobilização na assunção de sua memória por parte de alguns clubes republicanos no império. Após a instalação do novo regime, Tiradentes tronou-se presente na ritualista republicana, sua imagem e semelhança similar a de cristo delineou o inconfidente como símbolo do sacrifício pelos ideais republicanos. CARVALHO, José Murilo. **Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.p.65

mobilização de civis aos novos sentimentos republicanos, como no exemplo a seguir, quando alunos e professores⁶⁷ tornam-se participantes das celebrações.

No cortejo, que foi enorme, notavão-se 11 estandartes designativos dos onze institutos do ensino primário que a municipalidade mantém nos limites da cidade.

As professoras e professores acompanhavão seus respectivos alunos, que em ordem bem disposta, depois de reunidos na Escola Publica da rua Grande, desfilaram quase ás 2 horas em direção á Camara.

A veriação que se reunia em sessão extraordinária comemorativa de grande dia estadual que ante-hontem passava, estava a espera da chegada das creanças da escolas, para o que suspendera a sessão, depois de em mensagem se haver congratulado com o governador do Estado, pelo aniversario da Independencia do Maranhão (...)

Recebidas festivamente ao som de duas bandas de musicas postadas n porta do edificio, as escolas, empregaremos este termo por ser mais expressivo, tiveram ingresso no salão da Camara, seguidamente, com os seus estantartes de cores verdes e amarela, e as suas respectivas professoras e adjuntas.

Foi com effeito agradável essa entrada, assim como antes o desfilar do cortejo (PACOTILHA, 30/07/1900).

A cerimônia continuou com a entrega de *buquets* para os chefes de Estado e aos organizadores das solenidades. Além das homenagens, discursaram o inspetor de ensino Alberto Pinheiro que sintetizou os motivos da participação das escolas no evento. Em seguida, discorreram representantes dos municípios, alguns alunos e professores representando suas agremiações. Logo em seguida, foi a vez do intendente municipal Colares Moreira, Antonio Lobo e Dias Vieira. O redator da Pacotilha faz algumas ponderações após a retirada das crianças da Câmara dos vereadores.

Dirigindo a sahida das escolas do edificio municipal, sr. Alberto Pinheiro fel-as passar pela frente do palácio, onde estava numa das janelas o sr. Dr. Governador do estado com sua exma.familia.

D'ahi se encaminharam para a Escola da rua Grande, debandando-se em seguida. Era imponente o cortejo; o dia apropriado para um exercício da instrução civica, fazendo nascer nos espíritos infantis a identificação do individuos com as glorias da pátria...

Infelizmente, porem, foi o que não vimos em tudo isso, parecendo-nos que a nota predominante foi exatamente oposta a esse sentimento que exalta.

O facto que o dia recordava, a emancipação da antiga província do domínio da metrópole, foi esquecido, nossa preocupação em render homenagens aos órgãos do poder legislativo e municipal (PACOTILHA,30/07/1900 grifo nosso)

A nota da Pacotilha a respeito das comemorações de adesão do Maranhão a Independência revela as intenções dos organizadores. As comemorações tinham por objetivo legitimar simbolicamente o atual poder político que articulava as celebrações, do que, uma

⁶⁷A educação cívica teria um papel importante na formação do novo cidadão. Sobretudo, porque era através do civismo que o cidadão aprendia a amar o Brasil. Para tanto, alguns estudiosos investiram sobre o tema algumas questões. Não bastava somente educar através de forma direta, no espaço escolar. A educação deveria se apresentar de forma indireta: comemorações, dias nacionais e cantos patrióticos. Para mais informações: GOMES, Ângela de Castro. República: educação cívica e história da pátria: Brasil e Portugal. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

ritualística direcionada a rememoração do evento a qual a data cívica almejava. Essas estratégias de memória estavam consensualmente de acordo com parte da comunidade ou grupo político recorrendo a uma mudança no tom do repertório para que ali se pudesse haver um momento de propaganda para a captação de lealdades por parte dos cidadãos. Nesses casos explícitos, fica claro que as comemorações estão a serviço das questões que envolvem o jogo político. Resta ao passado evocado, atender as reivindicações daqueles que o proclamam.

Entretanto, as atividades cívicas em São Luís foram intensificadas com a criação da *Associação maranhense comemorativa de datas nacionais*⁶⁸ em 1901. Martins e Borralho atribuem a Oficina dos Novos o suporte para o direcionamento ideológico dos demais organismos inaugurados como Centro Artístico Operário e Eleitoral (1900) e a associação supracitada. Certamente, o novo organismo sofreu influência dos “novos”. É possível percebê-los na articulação das reuniões e formação da associação. Nomes como os de Fran Paxeco e Antônio Lobo figuram em publicações nos periódicos. Contudo, não acredito em uma secundarização da instituição em detrimento da Oficina, penso na associação como mais um campo de possibilidades de atuação para os *polígrafos* como um espaço autônomo para com outros objetivos e fins. Nesse sentido, as bases para a organização da instituição foram garantidas com a publicação da obra: *Instrução cívica* de Barbosa de Godois⁶⁹.

Lançada em 1900, a obra é dedicada às alunas da Escola Normal. Godois explica que ao assumir a cadeira de instrução cívica, no ano anterior, enfrentou dificuldades na coleta de materiais que pudessem dar suporte as suas exposições sobre o tema. Para solucionar o problema, passou a produzir resumos dirigidos sobre determinadas temáticas para servirem de apoio na aprendizagem de suas alunas. São, basicamente, esses resumos que deram origem a obra.

Dividida em 25 capítulos, *Instrução Cívica* segue um modelo de organização e narrativa tradicional, do geral ao local; uma análise positivista dos principais fatos e personagens da história universal e regional. Os capítulos finais do livro se dedicam as

⁶⁸ Anteriormente, no mesmo ano, é possível encontrar o nome de *Sociedade Comemorativa das Datas Nacionais*, a mudança ocorre através de sua institucionalização e abertura a um número maior de membros. Além disso, a alteração para *Associação maranhense*... está relacionada ao fato da agremiação ter direcionado seus esforços na construção de datas, fatos e principalmente personagens locais a serem lembrados e glorificados. Na direção da Sociedade Comemorativa, Barbosa de Godois acompanhado de Francisco Serra e Antônio Lobo. Antes de ter se deslocado para Biblioteca, algumas reuniões foram presididas na sede da sociedade 13 de maio. O local, ao que parece, não foi escolhido de forma aleatória, já que o 13 de maio simbolizava as comemorações da fraternidade dos brasileiros. Nada mais simbólico para uma associação criada para promover o culto cívico através da construção de um sentimento coletivo.

⁶⁹ Antônio Batista Barbosa de Godois, ludovicense nascido em 1860. Foi professor, político e historiador. Seus estudos sobre história do Maranhão renderam a publicação de dois volumes a respeito do tema. Simpatizado as ideias republicanas, participou ativamente na consolidação do regime no Maranhão. Faleceu no Rio de Janeiro em 1923.

personalidades e datas nacionais. A partir do capítulo 21, Godois se propõe ao estudo de personagens locais. Segundo o autor “é justo que se dê lugar aos grandes vultos do Maranhão (...) Elles não constituem apenas glorias da antiga província em que nasceram; horam igualmente a glorificação de todo o Brazil” (GODOIS, 1900, p. 206, grifo nosso). *Instrução cívica* é a primeira obra que identificamos e que ilustra uma preocupação na construção de heróis locais. O quadro representativo dos vultos era formado por nomes como: **Gonçalves Dias, Odorico Mendes, João Lisboa, José Candido de Moraes e Silva, Gomes de Souza, Sotero dos Reis, Feliciano Antônio Falcão e Belarmino de Mattos**. Todos eles reelaborados pelo espírito republicano.

A obra fundante orientou a nova agremiação para as questões relacionadas à histórica local. Godois tornou-se um dos diretores da associação ao lado de Fran Paxeco⁷⁰ responsável pela propaganda e interlocução com os jornais para a divulgação das atividades da organização. Em suas primeiras medidas, a associação nomeou como presidente honorário Sousândrade, velho defensor dos ideais republicanos, além de uma maciça propaganda nos jornais para a adesão de novos sócios.

ASSOCIAÇÃO MARANHENSE COMMEMORATIVA DAS DATAS NACIONAIS

A disposição de quem se quiser inscrever sócio fundador desta patriótica sociedade, continua, na Bibliotheca Publica, o livro para esse fim destinado.

Pessoas de todas as classes sociaes, em grande numero, teem com o seu nome ido sancionar a idéa em tão boa hora inspirada.

A comissão organizadora pede-nos que noticiemos também são admitidos senhoras como sócias.

Foram nomeados sócios honorários o Diario do Maranhão, a Pacotilha, o Federalista, o Jornal da Manhã, os Novos, a Revista Elegante e o Jornal dos Artistas (PACOTILHA, 06/05/1901)

⁷⁰Fran Paxeco ou Manuel Francisco Paxeco nasceu em Setúbal cidade portuguesa em 1874 tendo falecido em Lisboa em 1952, aos 78 anos. No tempo de juventude o jovem Paxeco participou de atividades literárias escrevendo para alguns órgãos da imprensa portuguesa. Em missões diplomáticas esteve nas cidades de Liverpool e Cardiff na Inglaterra. No Brasil, esteve nos estados do Para e do Maranhão. Nos trópicos tentou estabelecer uma linha de diálogo entre Brasil e Portugal através da literatura, quando esteve a frente na organização do congresso literário luso-brasileiro. Além do apreço pelo campo literário, o luso também era conhecido por sua forte devoção ao republicanismo. No Maranhão, seu campo de atuação esteve ligado a essas duas perspectivas. Foi grande incentivador da fundação de clubes literários e referência quanto as questões republicanas. Admirador de Teófilo Braga, homem forte do positivismo e dos primeiros anos do republicanismo em Portugal, organizou celebrações em sua homenagem e a sua pátria no tempo que residiu na capital maranhense. Para mais informações sobre Paxeco, recomendamos o ensaio: BITENCOURT, João Batista. Um agitador nos trópicos – Fran Pacheco e o Maranhão: subsídios históricos e geográficos. BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche. **Historiografia Maranhense**: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014.

A chamada para os novos sócios na Pacotilha exprime uma tentativa de mobilização em torno das celebrações. Como mecanismo promotor do civismo, seria importante o alcance das mais variadas classes sociais, bem como um apelo dirigido às mulheres para a vinculação à instituição. Além disso, a nomeação de jornais e revistas como sócios honorários tornou-se uma estratégia para a divulgação das futuras atividades do grupo. Outra estratégia instituída pela diretoria foi à possibilidade dos novos membros de se tornarem sócios fundadores o que, possivelmente, poderia angariar um número significativo de associados. Contudo, o sentimento de fraternidade propagandeado pela nova instituição escondia a hierarquia instituída; concentrada nas mãos de poucos homens letrados, ocupantes de cargos na burocracia, militares e políticos.

Em 3 de julho de 1901, o chefe da propaganda, Fran Paxeco, envia uma nota para *Pacotilha* sinalizando para a construção de um quadro cívico de maranhenses notáveis. Segundo o texto, reproduzido no periódico, além da organização de comemorações relacionadas às datas cívicas, nacionais e estaduais, seria necessário destacar os feitos dos homens da terra, não somente os mortos, como também os que ainda permanecem vivos. O interessante também é que para Paxeco, as bases doutrinárias da associação ainda não estavam definidas. Acredito que a composição social dos membros possa ter contribuído para impasses e concepções ideológicas distintas, tendo em vista, que as visões de República e, concomitantemente, as visões de Maranhão deveriam se aliar a lógica social e cultural desse grupo. Vamos à nota:

Os maranhenses notáveis

(...). Por agora, visto que não nos congrega a firmeza ou a sistematização de uma doutrina, mas sim apenas o alvo de lembrar aos pósteros, para sua edificação, os que lidaram pelo engrandecimento da Pátria, cuidemos dessa segunda fase da evolução humana, em que nos achamos transitoriamente.

Em proposta aparte se apresentará à discussão a lista das festas a fazer, estadoaes, nacionaes, e universaes. Aqui somente queremos assinalar os maranhenses notáveis, mortos e vivos, afim de com seus nomes construir um quadro especial(...)

E foi assim que, dos Mortos, colhemos uma galeria dos maranhenses ilustres – Manuel Odorico Mendes, José Candido de Moraes e Silva, Feliciano Antonio Falcão, João Francisco Lisbôa, Gonçalves Dias, Gomes de Souza, Sotero dos Reis, Custódio Alves Serrão, José da Silva Maia, Frederico José Corrêa, Candido Mendes de Almeida, Bellarmino de Mattos, Henriques Leal, Carvalho Leal, Dias Carneiro, Marques Rodrigues, Gentil Braga, Trajano Galvão, Francisco de Sá, Joaquim Serra, Almeida de Oliveira, Cesar Marques, João Pedro Dias Vieira, Victor Lobato, Hugo Leal, Celso Magalhães, Teofilo Dias, Adelino Fontoura, Vianna Ribeiro.

E de trinta o numero dêstes eleitos, destes immortaes maranhenses, destinado a formar a placa animadora dos esforços da Associação Cívica (PACOTILHA, 03/07/1901).

Em seguida, Paxeco elenca um subgrupo de maranhenses mortos denominado de *escritores menores*. Seus componentes não teriam alcançado prestígio literário, ou permaneceram, como afirma o português, na escola de aprendizagem de todo literato, o

jornalismo. Em suas palavras os jornalistas “permanecem aprendizes da profissão de escritor público, assim como há talentos que atravessam a vida a pronunciar e prometer grandes composições e não legam à posteridade um único atestado do seu mérito” (PACOTILHA, 03/07/1901, grifo nosso). Na sublitteratura elencada pelo luso, figuram nomes como Antônio do Rego, Raimundo José de Souza Gaiozo, Manuel Jansen Pereira, Francisco Vilhena, Frederico Colin, Fabio Reis, Augusto Britto, dentre outros. Nas chamadas belas artes nomes como João de Deus Serra, Pedro Alexandrino de Souza e Sergio Marinho.

No quadro dos vivos, maranhenses que alcançaram o prestígio nacional como Sousândrade, Arthur Azevedo, Aluísio Azevedo, Raimundo Corrêa, Teixeira Mendes, Coelho Nette, Sá Viana, Nina Rodrigues e Viveiros de Castro. Ademias, autores conhecidos como didáticos: Barbosa de Godois e Justo Jansen. Além dos ensaístas e promessas literárias como Graça Aranha, Antônio Lobo, Ribeiro do Amaral e Dunchee de Anbranches.

Paxeco expõe suas intenções ao propor tal iniciativa. A galeria de notáveis composta por maranhenses mortos e vivos deveria servir como um estímulo aos membros da agremiação, principalmente aos mais jovens. A seleção de vultos que ilustraria as paredes da sede do organismo objetivaria a produção de sentimentos de comunhão e, sobretudo, identificação. Um claro exemplo de estratégias de inclusão afetiva, ou seja, pôr na mundividência e na racionalidade política um tipo de sacralidade a transmutar o novo cidadão em um ser que constrói ou é construído em torno da pessoalidade e o comunitarismo.

(...) Este quadro, repartido em Mortos e Vivos, composto com devotamento e carinho do estudioso, que só procurou a imparcialidade, uma vez discutido, aprovado e corrigido, ilustrará, uma das paredes dos salões da Associação Cívica Maranhense, apontando por esta maneira aos seus membros, e em particular aos moços, aqueles dos seus coestadanos que mais honraram a Família e a Pátria⁷¹, frisando-lhes ao mesmo tempo, em lição eterna, que o melhor meio de garantir uma recordação perene da passagem pelo planeta, o maior motivo da existência – é batalhar pelo engrandecimento moral, intelectual e político da Humanidade.

Não nos desalentaremos nessa peleja. Todos os que nos hoje evocamos com saudade e veneração padeceram os mesmos apodós e vitupérios (PACOTILHA, 03/07/1901 grifo nosso).

⁷¹Família e Pátria tornam-se categorias importantes no plano da secularização. Segundo Hasen, no estudo da literatura chamada de cívico-pedagógica e sua relação com a infância na Primeira República, o termo pátria foi mais utilizado na literatura cívica da Primeira República do que o termo nação. Segundo autora pátria estaria relacionada em primeiro lugar a terra. Como categoria relacionada a natureza ou território, seu conteúdo semântico se relacionaria a mecanismos animadores do patriotismo. No que se refere a família, seguindo a esteira de Hansen, o órgão é concebido como fundamental para a formação dos futuros cidadãos da pátria. No caso maranhense, o quadro dos notáveis, funcionaria como dispositivos animadores para as duas entidades santificadas no discurso de Paxeco. Para mais informações: HANSEN, Patrícia Santos. **Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica na construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. Tese de doutorado em História. Universidade de São Paulo. 2007.

Ao fazer tal conexão, o diplomata também pretendia dar legitimidade aos seus confrades, principalmente às “promessas da terra”. Não obstante, o *exemplum* dos patriotas letrados, mortos e vivos, instituía uma retórica de regeneração através da valorização dos antepassados, os *immortales*, e dos seus seguidores através de um esforço pela renovação por meio da *lição eterna* do defunto. Para tanto, o contrato sentimentalista deveria ser mediado pela ausência e a saudade desses heróis⁷². Ademais, a recorrência do luso a argumentos *jurisracionalistas* como forma de legitimação de suas ações. A tônica do discurso aparentemente se constitui no plano secular distanciando o político do teológico. Contudo, cabe aqui apresentar, no exemplo acima, uma proposta de inversão no campo do modelo *juridivinista*, uma prática que envolve o processo de divinização do homem que denota na compreensão do “ser humano não só como *homem racional*, mas também como *homo loquens*, *homo ludens* e *homo symbolicus*” (CATROGA, 2010a, p.99).

Pois bem, dada uma breve explanação sobre as iniciativas cívicas no Maranhão, discorreremos sobre o culto cívico aos mortos nesta terra, mais precisamente uma análise dessas atividades na capital do estado. A investigação será centrada nos ritos aos vultos da terra já falecidos como **Gonçalves Dias**, **João Lisboa** e **Manuel Beckman**. A hagiografia cívica maranhense⁷³ é construída com o objetivo pedagógico de extravasar as qualidades dos grandes homens para a formação das almas dos filhos da pátria, além de exteriorizar sua aliança com o novo regime republicano. Os rituais eram cariz funerário, no sentido de construir e preservar uma memória do morto que estivesse coadunada aos interesses dos vivos.

Em 25 de abril de 1911, o *Diário do Maranhão* lança uma nota a respeito da exumação dos restos mortais de João Francisco Lisboa. O objetivo era a transladação dos restos mortais do Timon situados no cemitério municipal, atual cemitério do Gavião, para ser depositado no antigo Largo do Carmo, mais precisamente na praça que recebera o seu nome. Na exumação do corpo, com ares cerimoniais, estiveram presentes autoridades como os chefes de polícia, higiene, intelectuais da imprensa, o presidente da Academia Maranhense de Letras e curiosos.

⁷²Discípulo do republicanismo bragueliano Fran Paxeco incorporou alguns esquemas de pensamento do teórico luso para os rumos do civismo no Maranhão. Para Braga, as sínteses afetivas deveriam estar coligadas ao espírito dos intelectuais, com destaque a escritores que desempenharam papéis de suma importância para nação. Uma adaptação as teorias de Rousseau e Comte para o civismo lusitano. O primeiro apontava o papel dos dirigentes na condução da religião civil. Já o segundo, compreendia que os caminhos do civismo estariam nas mãos dos sacerdotes positivistas. Ao optar pelos escritores, Paxeco e Braga, instituíram uma concepção de contrato através do sentimento. Uma política de memória cujo alicerce estaria no culto aos grandes homens. LEAL, Ernesto Castro. A ética positivista de Teófilo Braga: virtude moral e dever cívico dos centenários. In: **Revista Estudos Filosóficos** nº11. 2013. P. 33-44.

⁷³ Optei pelo uso do termo hagiografia por considerar que permitiu o culto cívico aos heróis locais. O termo é utilizado em uma vasta literatura a respeito do tema.

João Lisboa

A exumação dos restos mortaes

Realisou-se hoje, ao meio dia, no cemitério municipal, a exumação dos restos do grande escriptor maranhense João Francisco Lisboa, sendo o acto assistido por auctoridades, representandtes da imprensa e outras pessoas gradas. O caixão foi conduzido a pulso para a capela do cemitério, onde permanece entre círios ardentes. Em seguida, todos os presentes se dirigiram ao escriptorio da administração do cemitério, onde foi lavrado o seguinte auto:

Aos vinte e cinco dias do mez de abril de mil novecentos e onze na capital de S. Luiz do Maranhão, no Cemiterio Municipal, ao meio dia onde se achavam presentes o dr. Antonio José Pereira Junior, chefe de policia, dr. Juvencio Odorico de Matos, diretor da Repartição de Higiene, professor Ribeiro do Amaral, João Lima, Mariano Gomes de Castro, José Nascimento Moraes, representantes da impresa, José de Jesus Furtado, administrador do Cemitério, Ezequiel Parada, tenente Marçal Silva e outras pessoas, todas abaixo assignados, o dr. Chefe da policia ordenou ao administrador do Cemiterio para indicar o em que se achava o cadáver de João Francisco Lisboa, o que foi emprimido pelo mesmo, designando o jazigo perpetuo na fila direita da entrada e situado entre os jazigos de laurentina Costa Moreira e Francisco Costa Gomes declarando ser ali o logar onde fora sepultado o referido cadáver. Mandou então o chefe de policia proceder a escavação, que foi dirigida e assistida pelo dr. Juvencio Odorico de Mattos, á frente de uma turma de desinfectores, sendo o serviço feito com todas as cautelas (...) Aberta a sepultura foi descoberto o caixão dos restos mortaes do laureado maranhense sendo conduzido a capelo do Cemiterio Municipal pelos sr. Dr. Juvencio de Mattos, professor Ribeiro do Amaral, João Lima, dr. Pereira, Junior, Mariano Gomes de Castro e Nascimento Moraes.

(...) O caixão, que é de chumbo, mede 1 met. E 45 cent de comprimento, 30 cent de altura e 45 cent. de largura.

– Conforme já noticiámos realizar-se -á amanhã, ás duas horas da tarde, trasladação dos restos mortaes do grande escritor nacional, do cemitério municipal para a praça que tem o seu nome.

O féretro será transportado em carreta especial, que sera acompanhada por um piquete de cavalaria e puchada por s. exe. O sr. Governador e mais autoridades.

Comparecerão a essa homenagem todas as autoridades civis e militares, toda a classe estudantal e é de se esperar que o povo maranhense, vibrando mais uma vez de patriotismo, se apresente a tomar parte nessa manifestação civica ao maior escritor nacional de sua época. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 25/04/1911 grifo nosso).

O fato representa algumas características da ritualística cívica maranhense no início do século. Em primeiro lugar, o culto aos vultos, ou exemplos de honra à pátria republicana no Maranhão voltou-se para a panteonização dos mortos em especial dos homens das letras. O passado tido como glorioso assume, novamente, o papel na articulação das possibilidades do presente e os horizontes do futuro. Além dos ritos funerários em homenagens aos notáveis, as políticas de memória aos homens do passado materializaram (metamemória) em bronze e mármore a ausência criando o que chamo de cemitérios simbólicos, *lugares de memória* e *saudade*, espalhados por vários locais da cidade, em geral, localizados em praças que receberam ao longo da primeira década do século XX o nome dos homenageados, como o caso João Lisboa.

Tal iniciativa pôs-se em resposta a uma consciência de finitude (morte) dos evocadores, não somente material (corpo), mas sobretudo, simbólica (espírito) das expectativas

em horizontes cada vez mais distantes⁷⁴. Não por acaso, da morte, ou daquilo que entendemos sobre ela só conhecemos sua semiótica – ritos, teatralização e estetização – “os discursos tanatológicos serão sempre uma fala de (e sobre) os vivos” (CATROGA, 2010b, p.164).

Ainda sobre a temática, Ramalho afirma que as romagens a cemitérios ou locais simbólicos construíram um culto a personalidades que obtiveram, de certa forma, destaque no passado. Além disso, tais manifestações de fé tinham por objetivo o distanciamento do cidadão comum. As evocações, “de carácter político e afectivo pretendiam mostrar o orgulho no passado e na herança histórica que deixaram seus contemporâneos. Por isso a veneração dos heróis ausentes” (RAMALHO, 2015, p.40, grifo nosso). As representações e reconhecimento desse legado do morto ilustraram a contribuição do mesmo para um determinado grupo social ou político.

Esses ritos simbólico-funerários, sistemas de incorporação, podem ser definidos como celebrações de espaços, ou seja, uma internalização dos ritos organizados em torno de monumentos aos mortos em determinados locais. Em São Luís, essa geografia do culto, ou os cemitérios simbólicos, não foram organizados de forma aleatória estavam depositados em locais que, de alguma forma, garantiriam a legitimidade da performance, bem como o maior número de espectadores. Deste modo, os rituais cívicos aliados à monumentalização de certos espaços, a pôr em santidade e glorificação os vultos do passado, estariam a tratar de negociar e esconder a decomposição em sentido plural do morto, “de modo a que a sociedade dos vivos possa não só gozar da proteção dos seus maiores, mas também reconstruir a ordem social que a morte pôs em causa” (CATROGA, 2010b, p.166). Por isso, a perspectiva do ritualismo torna-se importante para materialização e construção do *contrato sentimentalista*, à medida que ele dissimula, simula e conserva práticas simbólicas.

2.3.1. *Homem Culto: Gonçalves Dias símbolo do Maranhão na República*

Vimos que em suas primeiras medidas a Associação Cívica Maranhense tratou de construir um quadro de notáveis. Segundo Mata (2000), todo culto cívico está associado a heróis⁷⁵, principalmente, em momentos de rupturas, onde o culto cívico emerge como uma

⁷⁴Catroga afirma que apreender de forma inaceitável a corrupção da existência é um dos mecanismos essenciais na apreensão do tempo. Nesse sentido, do homem “entre um futuro que ainda não é e um passado que já não existe” (CATROGA, 2010, p.164). In: CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. *Art Cultura*, Uberlândia, v.12. n.20, 2010.

⁷⁵A título de exemplo, na Revolução francesa o herói evocado foi Marat, instituído como santo e mártir. Nos Estados Unidos os chamados founding fathers são cultuados como a gênese da nação. Em Portugal as glorificações ao poeta Luís de Camões estavam aliadas ao sentimento de defesa das colônias portuguesas em 1880. Recomento

alternativa. Daí o porquê esses personagens tenham alcançado ao quadro das exemplaridades nesses períodos. No Maranhão, a hagiografia cívica ou o discurso de virtudes não estariam tão distantes do seu sentido mais amplo, ou seja, um gênero literário que “privilegia os atores do sagrado (...) e visa à edificação (a exemplaridade) (...) A retórica desse monumento está saturada de sentido, mas do mesmo sentido. É um túmulo tautológico” (CERTEAU, 2013, p.300, grifo nosso). Nesse sentido, os rituais estariam a serviço de exteriorizar as qualidades do homenageado e de narrar àquilo que é exemplar. No Maranhão, com a secularização, coube aos vultos do passado à assunção ao quadro cívico através de sua sacralização.

O primeiro nome a ser evocado pela hagiografia cívica maranhense foi o de Gonçalves Dias. Nome de maior projeção, o cantor timbira tornou-se símbolo maior da República no Maranhão. Segundo Barros, o poeta foi “o edifício mítico das letras maranhenses. Não à toa usa-se como sinônimo de “terra ateniense” a expressão “terra gonçalvina”. Em diversas festas, especialmente as cívicas, ele é lembrado, seu busto é espaço de rememoração, de reatualização da crença” (2006, p.168).



Figura 1. Selo Estadual

Fonte: Pedidos para a realização de festejos (1912)

como leitura o livro de Fernando Catroga para a compreensão dessas experiências. CATROGA, Fernando. **Nação, Mito e Rito: religião civil e comemoracionismo** (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/ Museu do Ceará, 2005. Além do trabalho de Sérgio da Mata, uma reflexão sobre a religião civil. MATA, Sérgio da. Passado e Presente da Religião Civil. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, nº 23, Jul/00, p.180-20.

Para além das práticas de incorporação, o repertório do poeta contava com práticas de inscrição na tentativa de conectar a imagem do cantor timbira a da cidade e consequentemente do estado, como no exemplo acima. De certo modo, o monumento ao poeta tornou-se imagem-síntese da cidade. Sobre a questão, a imagem construída diz respeito à “hierarquia dos seus predicativos, um sistema de ordem que comunica um código, um modo de entender, avaliar e valorizar a cidade”. Para além, “a imagem hierarquiza o espaço urbano na medida em que é sua referência” (FERRARA, 2008, p.199, grifo nosso). Essas práticas institucionalizadas, rituais e textos tinham como objetivo atingir a perspectiva coletiva, com a meta de doutrinar ao poder de quem esteve à frente dessas ações, bem como a perpetuação delas.

As instituições recém-fundadas, *Oficina dos Novos* e *Associação Cívica Maranhense*, trataram de elegê-lo como símbolo. O poeta seria um exemplo a ser seguido por seus membros simbolizado como a manifestação mais pura do maranhense. As agremiações tomaram para si, com auxílio do governo, a responsabilidade de organização de algumas homenagens ao poeta timbira. Todas contornadas para atender as exigências simbólicas do regime republicano⁷⁶.

Em Instrução Cívica, primeira obra a elevar Gonçalves Dias sob o título de ilustre, Godois (1900) narra a vida do poeta estabelecimento pontos a serem copiados e lembrados como referenciais e marcas de civilidade. Tal atribuição de qualidades é uma das características principais da narrativa cívica que é “a combinação dos atos, dos lugares e dos temas indica uma estrutura própria que se refere não essencialmente “àquilo que passou”, como faz a história, mas “aquilo que é exemplar” (CERTEAU, 2005, p.290).

De forma messiânica, Godois constrói um Gonçalves Dias predestinado. Em primeiro lugar, o professor relaciona o seu nascimento a Independência do Brasil, ocorrida meses antes, como um fator determinante na sua escrita. Nascido em um sítio nas proximidades da cidade de Caxias, no interior do Estado, *lá* o poeta teria tido seu primeiro contato com natureza, em especial, as palmeiras tão evocadas em seu poema mais conhecido A Canção do Exílio.

Na interpretação do autor o poeta teria sido aquele quem soube de forma mais profunda cantar os valores da Pátria exaltando a terra natal em especial a natureza. Essa temática, segundo o autor, tem por influencia os dois primeiros estágios de vida do poeta. O

⁷⁶ Memória e saudade ao poeta já eram sinais antigos de devoção a Gonçalves Dias em São Luís. Ainda no Império, o investimento na sua lembrança produziu textos publicados nos periódicos locais, livros e o famoso monumento inaugurado em 1874.

nascimento, e, parte da infância, vivenciada no interior como fatores determinantes para sua poesia libertadora dos valores clássicos.

Esses dois factos como se reflectem na vida de Gonçalves Dias. A emancipação da província encontra correspondência em sua cooperação eficaz para a emancipação da poesia brasileira da escola clássica: o sussurro das arvores e o trinar dos pássaros, ora alegre e ora dolente, se representam no seu lyrismo incomparável (GODOIS, 1900, p.206).

Da poesia emancipadora, através da liberdade política e da exaltação da natureza, a valores poéticos adquiridos da união dos “três principais factores ethnicos da nossa nacionalidade, de que ele era um produto, como descendente de europeu e de mameluca. A influência das raças n’ele fundidas estimulou-lhe o estro para poesias americanas” (GODOIS, 1900, p.207). Nas palavras do intelectual, a origem étnica do poeta, a fusão das raças branca (europeia) e negra (africana), seriam fatores para a criação de uma poesia que representasse essa mistura, que versasse sobre o povo americano originário dessa fusão.

Nesse sentido, vida e obra estariam em perspectiva ao pensamento científico-biológico da época em relação ao passado, em que as origens raciais baseadas em um “pressuposto metafísico com amplitude considerável: a de uma analogia, correspondência ou paralelismo entre a vida do indivíduo singular e a vida da espécie humana” (ROSSI, 2010, p.135). Ainda sobre sua obra poética, o livro trata os versos de Gonçalves Dias como “desprovidos de qualquer ideologia política, despidendo-se de qualquer ação propagandista da abolição, assim como não pretende o fazer do indianismo o caráter distintivo da poesia brasileira” (GODOIS, 1900, p.135). Para o autor, o único compromisso do poeta era efetivamente com os arrebatamentos poéticos, cultivando sua latinidade.

A 3 de novembro de 1864, pela madrugada, como o naufrágio d’esse brigue francez, o Maranhão perdia o seu grande poeta, sem poder ao menos guardar-lhe as cinzas. Na vespera, pelas seis horas da tarde, ao serem avistadas as costas do Maranhão, Gonçalves Dias, transportado para o tombadilho, havia derramado lagrimas de comoção...
Santas lagrimas d’um filho estremecido que quase moribundo, revia, de longe embora, sua terra querida, que ele tanto engrandecera com seogenio (GODOIS, 1900, p.109)

Barbosa de Godois finaliza sua narrativa cívico-romântica evidenciando a forte ligação do poeta com o Maranhão. O desejo de retorno, o possível choro ao ver de longe a costa maranhense auxilia na retórica, transformando o poeta timbira em mártir⁷⁷. A retórica do

⁷⁷ Sobre a questão do retorno, Certeau afirma que existe um tempo na narrativa do herói em que ele se exila em um espaço de provação e depois retorna santificado a fazer milagres, a agradecer a todos com a revelação. É possível encontrar esse modelo narrativo nos discursos de virtude acerca de Gonçalves Dias. Sua viagem a Europa, reconhecimento de suas virtudes, retorno ao Brasil, a revelação de sua nova poesia e o sacrifício na tentativa de retorno ao lugar onde nasceu. CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense. 2013.

convencimento narra sua jornada diante da morte, o sacrifício. Mesmo doente, o poeta cruza o Atlântico para morrer no lugar onde nasceu. A construção semântica do poeta através de suas origens revela as intenções de atribuir a ele predestinação, heroicidade e amor a terra como fonte de suas virtudes (CERTEAU, 2005).

Em termos comemorativos a glorificação em homenagem a Gonçalves Dias também reativou novos lugares. A vida do poeta renascia em seu local fundador: o antigo largo dos Remédios, já mencionado anteriormente⁷⁸, que a partir de 3 de novembro de 1900, passa a se chamar praça Gonçalves Dias. De fato, o local foi o cemitério simbólico de maior culto na capital, além do acolhimento dos rituais de saudade em homenagem ao poeta, o local será o ponto de partida ou o de chegada de muitas romarias cívicas⁷⁹. Em frente ao seu túmulo simbólico (monumento), havia recitais de poesias, discursos exaltando suas qualidades e espetáculos musicais. Sem dúvida, a praça que acolheu o monumento ao poeta era um local não só de um contato simbólico com as virtudes do morto, mas, sobretudo, que legitimava as mais variadas incorporações performáticas de afirmação sócio-simbólicas. A sacralização⁸⁰ do local permitia animar e, ao mesmo tempo, era animada por ele, constituído por estruturas de sentimento⁸¹.

⁷⁸Retomar o segundo tópico do primeiro capítulo onde discorro sobre as modificações das nomenclaturas de ruas e praças da capital maranhense. Em especial recomendo análise da tabela com tais mudanças.

⁷⁹Em uma das primeiras celebrações cívicas organizadas a Associação maranhense cívica... promoveu as comemorações do 13 de maio de 1901, conhecida como o dia da fraternidade entre os brasileiros. O local escolhido para o ponto de partida do cortejo foi a praça Gonçalves Dias de onde discursou no pé da estátua Fran Pacheco sobre o tema. A escolha do local, não foi aleatória, já que passou a ser recorrente sintetizar a figura do poeta as três raças brasileiras. Em primeiro lugar, a sua descendência biológica era sempre exaltada como expressão máxima da brasilidade. Mestiço, filho de europeu com a mestiça Vicência Ferreira. Em segundo lugar, o poeta soube assaltar a beleza do indígena. O cortejo cívico que circulou por outros pontos como o então Largo do Carmo, Rua Grande, Largo do Palácio, rua Grande e Largo do Quartel (praça Deodoro) contou com um carro alegórico intitulado de LIBERDADE seguido por oficiais e civis pelas ruas e praças da capital fazendo paradas em lugares estratégicos onde discursaram alguns intelectuais.

⁸⁰A respeito do tema Catroga, afirma que as comemorações cívicas sacralizavam o tempo e o espaço do local. O autor elenca uma série de locais que sofreram esse processo como a estátua em homenagem ao poeta Camões, inaugurada em 1867. O local foi escolhido para a primeira comemoração camoniana em 1880 e outros vários cortejos cívicos como o Dia da Raça em 1924. Assim como o monumento a Camões, outros lugares foram elevados ao sagrado, como o mosteiro dos Jerônimos, onde dormem as cinzas de Vasco da Gama, eleito ao altar cívico do pátria, além da Torre de Belém, praça do Império e o espaço de Sagres. CATROGA, Fernando. **Nação, Mito e Rito: religião civil e comemoracionismo** (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/ Museu do Ceará, 2005.

⁸¹Termo cunhado por Raymond Williams para se referir ao conteúdo do pensamento, tido pelo autor como histórico, encontrando abrigo e formalização nas obras de arte, peças teatrais e filmes. Um dos traços recorrentes de sua presença está nos repertórios, convenções ou dados estilísticos-formais que constroem a estrutura de uma determinada obra. Penso que para as comemorações o termo tenha validade, a medida que, os rituais são movidos por determinadas convenções teatrais e estéticas. WILLIAMS, Raymond. **Tragédia moderna**. São Paulo: Casac&Naify, 2002.



Figura 2. Praça Gonçalves Dias
Fonte: Álbum Ilustrado do Maranhão 1899

É certo que o culto maior ao poeta pode ser explicado através de seu sucesso e projeção nacional reconhecidamente maior do que qualquer outro literato maranhense. Também é de acordo que o poeta, sua história e sua literatura concorriam em igualdade como pontos preponderantes para sua escolha como *homem culto*, a síntese da alma do Maranhão, mesmo com sua forte ligação ao Império. Contudo cabe aqui um estudo semiótico ou psicológico do apego sentimental a esse cemitério simbólico.

Em *Fachada da Inserção*, Camêlo aponta para o isolamento geográfico da cidade entre o final do século XIX e início do século XX, mais precisamente até a década de quarenta. A autora recorre a depoimentos acerca do deslocamento e possíveis viagens para o interior do estado, bem como, a uma análise cartográfica referente a ilha de São Luís e continente. Em um estudo comparando os mapas da cidade entre o final do século XIX e primeira metade do século XX a historiadora concluiu que o difícil acesso a capital, possível somente por via fluvial, pouco modificou a dinâmica urbana da cidade.

A via marítima, muito utilizada no século XIX, tanto no desembarque de escravos africanos como no embarque à Europa de alguns moradores mais abastados, tem atividades para o primeiro caso encerradas e, para o segundo, diminuídas. Recorrendo ao censo de 1890 e ao Recenseamento de 1900 é possível apontar a estagnação do crescimento da população de São

Luís em relação aos demais municípios maranhenses. O não crescimento populacional ia de encontro com os crescentes índices de muitas capitais no período republicano⁸².

MUNICIPIOS MUNICIPES	DISTRICTOS DISTRICTS	PAROCHIAS PAROISSES	Population des paroisses			Population des munes População dos municípios
			Ho- mens Hom- mes	Mu- lheres Fem- mes	Total	
	98 1º districto.....					
	99 2º districto.....	47 N. S. da Victoria.....	2702	3228	5930	
	100 Conceição.....	48 N. S. da Conceição.....	3843	4931	8774	
	101 S. João Baptista.....	49 S. João Baptista.....	2871	3797	6668	
42 S. Luiz (capital).....	102 Cutim.....	50 Santa Philomena do Cutim	336	379	715	29308
	103 Vinhaes.....	51 S. João Baptista dos Vi- inhaes.....	1279	1359	2638	
	104 S. José dos Indios.....	52 S. José dos Indios.....	464	447	911	
	105 Bacanga.....					
	106 Guatapiranga.....	53 S. Joaquim do Bacanga...	1846	1826	3672	

Figura 3. São Luís dados populacionais de 1890

Fonte: Senso republicano de 1890

S. Francisco.....	6.278	6.465	12.743
S. João dos Patos.....	2.504	2.443	4.947
S. José dos Mattões.....	5.909	6.151	12.060
S. Luiz.....	13.046	16.429	29.475
S. Luiz Gonzaga.....	4.257	4.213	8.470
S. Vicente Ferrer.....	4.167	4.508	8.675
Turyassú.....	3.196	3.204	6.400

Figura 4. São Luís dados populacionais de 1900

Fonte: Resenseamento republicano de 1900

Comparando as duas imagens, a primeira referente ao censo republicano de 1890 e, a segunda ao recenseamento de 1900 percebemos a estagnação populacional de São Luís, com uma população estimada em 29.500 habitantes. Se formos comparar com Caxias, localizada no interior do estado, utilizando a mesma documentação, a tese de Camêlo torna-se ainda mais coerente. Entre 1890 e 1900 a cidade sofreu um surto populacional indo de 19.443 habitantes para 34.363 habitantes. Sobre o silêncio a respeito do isolamento da capital por parte de muitos estudiosos a historiadora faz algumas reflexões. “É possível que o seu reconhecimento como ligação com o continente só no final do século XX evidencie um isolamento que comprometeria a ilha como a *expressão cultural do Maranhão*” (CAMÊLO, 2012, p.47).

⁸² Vale ressaltar que muitas pessoas deixaram a cidade rumando para outras localidades devido ao surto de epidemias que assolaram São Luís entre o final do século XIX e o início do século XX. Esse dado de evasão, é bem curioso, pois possibilita levantar a hipótese de impossibilidade urbana. Enquanto outras capitais ganham outros contornos com a intensa presença de migrantes em busca de melhores condições de vida. Em São Luís a dinâmica é totalmente o inverso.

Qual seria a relação entre o isolamento e o culto ao poeta? Coincidência ou não, elevar como expressão simbólica máxima do Maranhão o poeta que cultuou a saudade da terra não seria, também, uma expressão de retorno ao passado, da saudade do tempo em que a cidade estabelecia conexões com outros locais com mais intensidade? O culto ao poeta não seria uma forma de se conectar, também, com a federação e com os demais locais no interior do estado, haja vista sua origem interiorana? O paradigma de retorno ao passado idealizado não estaria enraizado nessa experiência de isolamento? O certo é que a força do simbolismo do culto cemiterial ao monumento do poeta que contempla o mar pode estar relacionada com a experiência do exílio. O culto a cidade que não existe mais, ou que de fato nunca existiu⁸³.

O 3 de novembro, data do falecimento do poeta, transformou-se em um evento cívico em glorificação ao cantor do exílio, entidade máxima das letras maranhenses. É no poeta da saudade que irá se concentrar todas as virtudes que serviriam de exemplo para maranhenses na ótica de seus evocadores. De fato, é possível observar no colhimento dos documentos a recorrência das celebrações do 3 de Novembro na capital maranhense, a ponto de Alfredo Fernandes declarar: “O culto cívico é, pois, uma realidade em nossa terra” (Glorificação a Gonçalves Dias, 1904). Segue o exemplo da Pacotilha a respeito do tema:

Gonçalves Dias

Ainda hoje é para os maranhenses um dia consagrado a morte.

Hontem prestamos a homenagem tradicional e colectiva aos que anos de nós pagaram o tributo á lei do aniquilamento; hoje destacamos um d'entre os mortos e à sua memória veneranda entoamos o *Te Deum* da posteridade lhe glorificando o nome.

Gonçalves Dias, o primoroso poeta dos Tymbiras, é o morto que hoje revive, na imaginação dos maranhenses, para recebe-lhes o preito febricitante de admiração pelo seu gênio e de reconhecimento pela gloria que lhe deu à terra natal com as produções do seu poderoso espírito.

A mocidade, prompta sempre a render homenagem aos graúdos vultos da pratria, tornou o dia d'hoje para fazer-lhe mais uma apoteose.

A ella incorporão-se todas as classes, imprimido á manifestação um caracter maior do que o preito da juventude: dando-lhe o cunho d' um preito de todo o Maranhão ao seu grande poeta.

Feliz idéia foi essa (PACOTILHA, 03/11/1900).

⁸³ Em se tratando de projeto republicano, Gomes em um estudo comparado entre o Brasil e Portugal aponta para caminhos distintos entre as visões brasileiras e lusas. Para o Brasil seria necessário superar o “atraso” dos séculos anteriores. Vários fatores contribuíram para a letargia do país, clima e meio, além da herança da escravidão que dificultava a inserção do país nos parâmetros ditos modernos das condições socioeconômicas. O referido “desprezo pelo trabalho” não havia cessado com fim da escravidão, seria necessário uma educação que se voltasse para a disciplina do trabalho. No caso português, a questão da “decadência” em que o país mergulhou depois da fragmentação do mundo com a dissolução do império luso, fez com que Portugal passasse a cultuar o passado glorioso tendo Camões como o grande representante da alma portuguesa. O poeta soube cantar as glórias de Portugal. No caso maranhense, creio que o projeto republicano se assemelha muito ao de Portugal, se o tempo evocado, no caso, luso foi a gesta dos descobrimentos, no Maranhão a imagem da Atenas brasileira passa a figurar no discurso de intelectuais e políticos. GOMES, Ângela de Castro. República, educação cívica e história da pátria: Brasil e Portugal. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

As homenagens ao poeta insinuam-se através do símbolo funerário, função do imaginário na recusa da morte. As comemorações a Gonçalves Dias seria um mecanismo de compreensão dessas sociabilidades no plano simbólico: “estratégias de legitimação dos vários poderes, como as tensões resultantes da gradual autonomização da memória histórica do ideal de imortalidade transcendente” (CATROGA, 2010b, p.170). Esses rituais circulariam em torno de certas temáticas e mitos de unificação. Nesse sentido, o caso do poeta timbira estaria relacionado não só no plano da ausência naturalizada do morto, mas, sobretudo, dependeria da criação dessa ausência através do túmulo simbólico (monumento) e discursos positivados que ajudariam no ressuscitamento do morto.

As celebrações, de maneira geral, se apresentavam em caráter oficial, contavam com o patrocínio do governo e membros de agremiações. Sua estrutura seguia o mesmo ritual, uma romaria cívica que partia de determinados pontos da cidade cruzando ruas e praças em direção ao monumento do poeta onde proferiam-se discursos ao pé da estátua. Esses ritos de homenagem tinham a tendência de se tornarem repetitivos tanto na performance quanto no repertório. O objetivo que caracterizava esses tipos de rituais era promover uma continuidade com o passado, ou uma reivindicação de continuísmo com algum fato ou personagem do pretérito. No caso do poeta, a continuidade com sua imagem fica explícita quando as comemorações reverberavam uma ligação com uma ideia de passado glorioso sintetizado na *Athenas Brasileira*.

De todas as comemorações, a de maior mobilização ocorreu no ano de 1904. Data em que marca o sexagésimo aniversário de morte do poeta. A ocasião foi descrita pelos jornais como uma verdadeira *sagração póstuma* em prol das *glórias e tradições literárias*. A organização das celebrações ficou a cargo da nomeada Comissão Central sob a direção de nomes como: Joaquim Fernandes, Hermilio Ferreira, Astolfo Marques, Vespasiano Ramos, Correia de Araújo, Agostinho Reis e Luís Carvalho.

Além do tradicional cortejo cívico pelas ruas da cidade, as celebrações contaram com a distribuição de convites cívicos, ampla divulgação dos jornais e a participação simultânea de outras cidades do interior do Estado como Caxias e Barra do Corda, além da capital federal, Rio de Janeiro, que anos antes homenageara uma de suas ruas com o nome do poeta. Ademais, as escolas Modelo e Normal, destinaram um estudo especial de instrução cívica para tratar de vida e obra de Gonçalves Dias. A grande preocupação da Comissão Central era a ampla participação popular, já que recebera apoio de intelectuais, militares, políticos e da comunidade escolar para a grande romaria cívica. Para tanto, tratou de estabelecer um diálogo com a Associação Comercial “pedindo que conseguisse que ó commercio a grosso da capital não

abrisse suas portas no próximo dia 3 de novembro, afim de que os respectivos funcionários pudessem tomar parte na festa a celebrar-se nesse dia” (PACOTILHA, 01/11/1904).

A iniciativa da comissão revela uma das principais características das comemorações de rua. Suas atividades tinham por objetivo a quebra da rotina diária, quando seria possível aos participantes espaço para a confraternização e vivência social. As celebrações ao poeta trazem consigo o caráter festivo, momento de liberdade para o culto e contemplação, oscilando entre o *crível* e o *incrível*.

Por outra via, o momento revestido de caráter simbólico condicionava os que ali estavam a partilhar sentimentos expressando suas emoções através de toda uma performance teatral que pudesse ligar ao ausente. Contudo, Ramalho faz algumas ponderações para esse tipo de festividade. Apesar do caráter popular, e de uma efetiva participação de diversas classes sociais, o palco rua poderia ser uma construção de grupos políticos investindo sob a celebração um caráter ideológico⁸⁴(2015, p.37).

A romaria cívica iniciou por volta das sete horas da manhã, logo após a queima de fogos em diversos locais da cidade. Além disso, o cortejo foi acompanhado pelas bandas de música do 5º e 35º Batalhão, Corpo de Infantaria do Estado, Artistas e Anilense que logo após a queima de fogos se dirigiram a estátua do poeta onde foram tocados os hinos maranhense, brasileiro e republicano. Em seguida, as bandas se dividiram descendo cada um por uma rua, sendo elas: Afogados, Paz, Grande e as duas últimas bandas pela Rua de Santana reunindo-se na praça João Lisboa.

Após a reunião das bandas com o resto da população, a romaria partiu seguindo uma ordem. O primeiro grupo era composto pela banda de música do 5º Batalhão, alunos da escola Normal e Modelo, do município e estado, escolas particulares, Liceu, membros de agremiações literárias todos com seus estandartes. O grupo carregava consigo um andor “levando uma coroa de louros, que a infância do Maranhão oferece ao genial poeta. Este andor será carregado pelas alunas de diversos collegios” (PACOTILHA, 31/10/1904).

O segundo grupo, formado pela banda de música do 35º Batalhão, Oficialidade da Guarda Nacional – Clube Militar e Classes Congeneres, Oficiais da Guarnição Federal, Corpo de Infantaria do Estado, escola de Aprendizes Marinheiros e Corpo de Bombeiros. Com eles,

⁸⁴É possível até localizar a pluralidade dos discursos dentro de grupos e instituições. Como exemplo, cito a publicação *Glorificação a Gonçalves Dias* pela Oficina dos Novos. O livreto, com textos, depoimentos e poesias relacionadas ao poeta representa um Gonçalves Dias múltiplo, do verdadeiro cristão que soube entender os nativos, presente no texto de Nina Rodrigues ao poeta mestiço presente no texto de Astolfo Marques. Há de salientar, que essa perspectiva plural se adequa dentro do discurso hagiográfico, onde a vida do herói constrói por virtudes múltiplas. Para maiores informações indico a pesquisa da obra que se encontra na Biblioteca Pública Benedito Leite.

um andor “levando um pedaço do navio em que naufragou Gonçalves Dias. Este andor será carregado pelos alunos do Externato Gonçalves Dias” (PACOTILHA, 31/10/2015).

O terceiro grupo, acompanhado da banda dos Artistas era composto pelo centro Artístico, Centralidade Operaria, Representantes do Operaria de Fabricas e Companhias Industriais.

O quarto, com a presença da banda de música Anilense, foi acompanhado pela Sociedade Dramática, Clube dos Anexos, Sociedade Recreativas, Clube dos Ciclistas e Clube da Ginastica, todos a cavalo.

E, por fim, a banda do Corpo de Infantaria do Estado acompanhou o governador do Estado, membros da municipalidade, além de civis e militares que acompanharam as autoridades políticas. Fizeram-se presentes, ainda, membros da imprensa da capital e do interior, juntamente com a Oficina dos Novos. Logo em seguida fechou o cortejo os membros da comissão central.

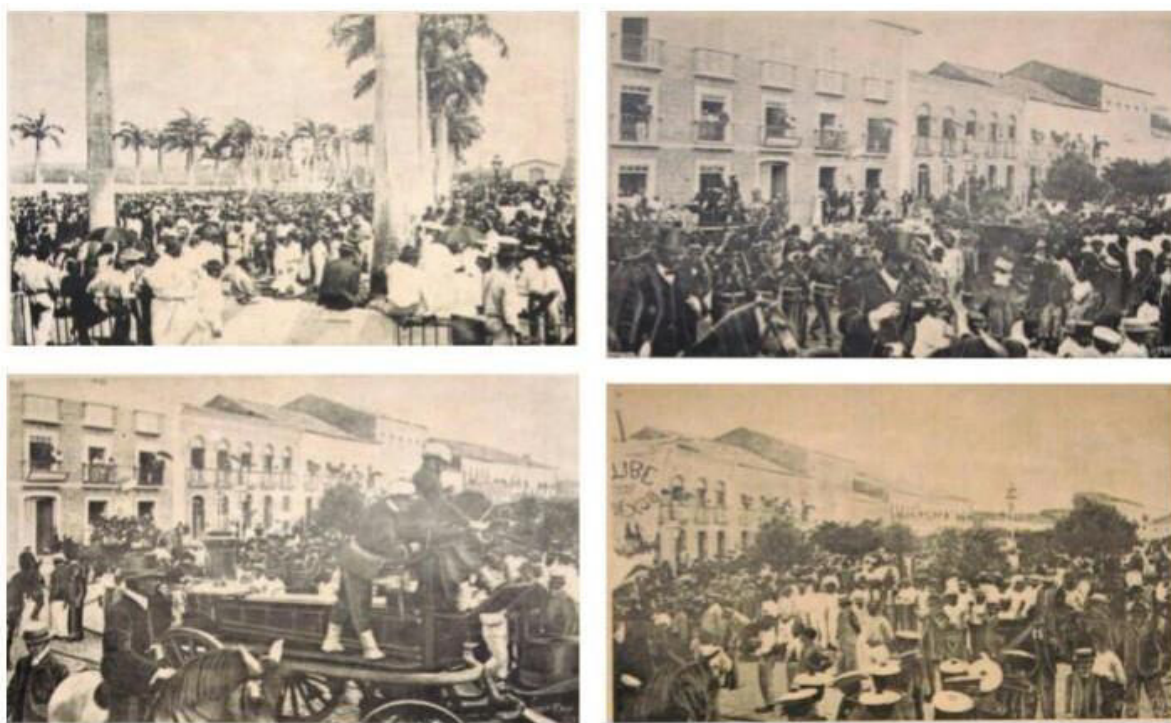


Figura 5. Romaria cívica em homenagem a Gonçalves Dias
Fonte: Revista do Norte (1904)

A estrutura da romaria é uma tentativa de representação⁸⁵ de todas as categorias sociais da cidade. De estudantes a autoridades políticas, o importante era reunir todos os grupos

⁸⁵ Nesse sentido, dialogo com Connerton ao compreender que o sentido de representação está ligado aquilo que ela representa.

em torno do culto ao poeta. O caráter cívico-educativo dessas celebrações se faz presente em associação com uma memória personalizada na qual a rememoração do poeta ou de suas virtudes estaria a servir de referência no presente, tornando-se um sinal para a descoberta de projeções futuras. Além mais, o culto direcionado ao poeta visava manter no presente a memória do cantor da saudade, buscando-se “reviver” as tradições e promover o ensinamento ao povo da cultura histórica⁸⁶ do estado.

Além das representações sociais e o sentimento de fraternidade e comunhão que almejavam construir a comissão comemorativa, alguns outros pontos merecem destaque. Em primeiro plano, faço menção a organização do cortejo dividido em blocos. Seria o texto performático e, conseqüentemente, seu repertório uma representação da hierarquia social simbolicamente teatralizada na solenidade? Seria o horizonte de crença uma idealização social, uma representação que estaria projetada para o futuro?

Se procedermos a uma leitura decrescente dos blocos percebemos que os últimos na verdade são os primeiros. O bloco formado por autoridades políticas, membros da imprensa na companhia dos associados, a Oficina dos Novos, o que de fato representaria não somente uma aliança entre Estado e operários, mas, sobretudo, uma concepção hierárquica na qual o papel do letrado seria de fundamental importância para a construção da ideia-imagem da cidade e, substancialmente, do Estado. Além disso, os membros da Oficina construíram sua imagem de herdeiros e atores do exercício sacerdotal de divulgação desses valores.

Como segundo plano, os andores carregados pelas crianças, a coroa de louro e um fragmento do navio traziam consigo simbologias. A primeira, a do triunfo e vitória, o poeta representaria a suprema glória da alma do Maranhão. A segunda referia-se à ausência, o sentimento de perda. Sem dúvidas, o fragmento representou um caixão simbólico que conduziria o poeta ao cemitério de mármore. Sobre os objetos e sua relação com o santo, Certeau (2013) utiliza o termo *tópica hagiográfica*. Segundo o historiador, a reminiscência está associada a uma série de objetos relacionados ao santo. No caso do cantor timbira, o fragmento do navio que vitimou o poeta seria um dispositivo que aciona a lembrança, que liga os fiéis ao “calvário” do evocado.

Evidentemente, a romaria que percorreu as principais ruas da cidade tinha um destino final, o seu local fundador: o monumento ao poeta localizado no antigo largo dos Remédios.

⁸⁶ Já mencionamos em tópicos anteriores o conteúdo semântico da palavra cultura no Maranhão e sua ligação com a erudição e letramento sintetizados na ideia-imagem da Atenas brasileira.

Junto a estátua falaram Antônio Lobo e alferes do 5º batalhão de Infantaria, Flávio e Belteza.

Usaram igualmente a palavra dois alunos do Externato Gonçalves Dias e do collegio 15 de novembro – um recitando bellissima poesia, outro oferecendo uma corôa, que foi depositada aos pés da estátua (PACOTILHA, 03/11/1904).

Um dos elementos-chave nesse tipo de cortejo cívico é o seu desfecho com discursos, como se fossem comícios. Ramalho afirma que tal prática se inscreve em raízes históricas que, embora secularizado, relaciona-se com outros cortejos de matriz religiosa, momento em que o fiel externaliza sua fé aos demais. Essa relação com o campo religioso se confirma na medida em que os participantes dessas romarias cívicas confirmam sua lealdade a algo ou alguém que de alguma forma poderá modificar sua vida para melhor. Ademais, esses espaços de fala tinham um local sacralizado, “onde se reafirmavam os valores e se defendia a unidade em torno dos objetos que os levavam aquele lugar simbólico” (RAMALHO, 2015, p. 46).

No seguir das comemorações, pela tarde, a Praça Gonçalves Dias foi palco do segundo ato das comemorações dedicadas ao poeta. Por volta das dezesseis horas, bandas de música entoaram o hino do Maranhão para a colocação da pedra comemorativa em frente à estátua do poeta.

A solenidade da colocação da Pedra Commemorativa, que foi assistida pelas autoridades civis e militares, representantes dos municípios do interior e de diversa corporações da capital, effectuou-se ás 6 horas da tarde.

O sr. Governador do estado depositou no cofre para isso destinado, um exemplar da polyanthéa Gonçalves Dias e dois de cada jornal da capital que dedicou a sua edição de hontem á data da morte do cantor do *Tymbiras*.

Deitado o alludido cofre no logar competente, foi, pela Comissão Central, colocada a Pedra Commemorativa, que é de mármore acinzentado, tendo gravada em letras douradas, a inscripção por nós publicada há dias.

(...) Pronunciou ligeira alocação alusiva ao acto, o dr. João Nepomuceno Machado, representante de Caxias.

De outros oradores que usaram a palavra, três apenas conseguimos ouvir: o dr. Domingos Americo, o talentoso poeta Corrêa de Araujo, que recitou vibrante poesia, e um representante da colônia syria (PACOTILHA, 04/11/1904).

Na pedra comemorativa, sepultada em frente ao monumento ao poeta, estavam inscritos os seguintes dizeres: PEDRA COMMEMORATIVA em glorificação a Gonçalves Dias – III- XI- MCMIV. O sentido da monumentalização está associado à prática de legitimidade, ou seja, recorre-se a memória do morto com o objetivo de se perpetuar a memória de um grupo ou indivíduo. Nesse sentido, ficam claras as intenções dos evocadores no texto do poeta Viriato Corrêa.

(...) Invejei-o como vivo, mas invejei-o também depois de morto, aurelado pela Fama, immortalizado pelo Monumento, eternizado pela Immortalidade. (...) E desejei que todo aquelle povo me fitasse demoradamente quando eu estivesse a deitar meu preito

para ficarem sabendo que eu era alguma coisa homem já tinha aspirações na vida, porque já sabia compreender um Poeta (Glorificação a Gonçalves Dias, 1904).

A sobrevivência memorial é uma das facetas na aspiração individual de corromper a decomposição do corpo. Tal iniciativa da comissão tinha por objetivo não somente salvar ou rememorar Gonçalves Dias, mas eternizar posições históricas de seus evocadores. Portanto, mais que o rito de rememoração, as celebrações ao poeta timbira tinham como objetivo reafirmar o papel dos evocadores como herdeiros dessas qualidades. Estabelecer um continuísmo com a imagem evocada através da celebração.

2.3.2. Dimensões simbólicas: sacralizando o espaço na cidade-cemitério

O pantheon fúnebre maranhense emulou o culto aos “grandes homens” postos a serviço de práticas de afirmação identitárias inseridas dentro das categorias: povo, nação, civilização e cultura. Nomes como os de João Lisboa e Manuel Beckman foram comemorados, celebrados e ritualizados. Segundo Catroga, a sobrevivência não depende da grandeza do morto.

[...] mas mais de um julgamento póstumo, baseado numa escala de méritos decorrente da construção da sua exemplaridade como antepassado; ou seja, do presumível contributo que o finado terá dado para a consolidação de uma família, para o prestígio de um lugar, para o progresso de uma associação, de uma classe, de um ideário, de uma Nação, da Humanidade (CATROGA, 2010b, p.178).

Os ritos de conservação, de maneira geral, seguem a risca as práticas de incorporação com uma ritualística comum. Em São Luís, a maioria eram comemorações de rua, baseadas em cortejos cívicos, sacralização de espaços e discursos de exaltação da figura do morto. Portanto, a individualidade não é um fator preponderante, o que interessa no campo simbólico cívico são as contribuições que a rememoração do morto pode trazer para determinados grupos, classes e governos. “Os mesmos traços ou os mesmos episódios passam de um nome próprio a outro”. Nesse sentido, “as combinações desses elementos flutuantes, como palavras e joias disponíveis, compõem tal ou qual figura e lhe atribuem sentido. Mais do que o nome próprio, importa o modelo que resulta dessa “transgiversação”, mais do que a unidade biográfica” (CERTEAU, 2013, p.297).

De fato, existiu um padrão entre os repertórios comemorativos de Bequimão, Lisboa e Dias; exaltados nas performances destinadas aos vultos da terra. Não obstante, em algumas comemorações, como aquelas destinadas à memória de adesão do Maranhão a independência no dia 28 de julho, esses três personagens são amiúde evocados. O cortejo cívico, composto em sua maioria por militares, dirigiu-se aos monumentos dos três “imortais”.

De acordo com o programma seguia-se a festa civica junto no o grande mártir da nossa independência.

Já por essa ocasião era a grande massa popular que enchia as redondezas da parte do cães onde se acha o monumento de Bequimão.

Alli se achavam, há bastante tempo, as alunas das escolas Normal e Modelo, escolas estadoaes, municipaes e particulares, Liceu Maranhense, diversas familias, representantes de varias associações e da imprensa. Todas as alunas traziam belos ramilhetes de flores naturaes para enfeitar o monumento.

Seguiu a brigada para Avenida Maranhense de onde saio em passeio (...) pela praça João Lisboa, onde se prestou constigencias onde se vae erigir um monumento á João Lisboa (...) praça Gonçalves Dias onde se prestou contigencia ao terreno (Diário do Maranhão, 29/07/1911)

Apesar das similitudes, os discursos a respeito dos novos vultos tornam-se distintos seguindo o propósito daqueles que os evocavam. É importante salientar que a partir de 1910, com o governo de Luís Domingues, as comemorações cívicas ganharam novas formas de incorporação. Além disso, uma série de monumentos foi inaugurada, conseqüentemente, novos espaços da cidade foram animados através do monumento e rito.

Se, anteriormente, o governo do Estado se apresentava como um mero coadjuvante nos rituais muito mais voltados para grupos e instituições, na administração Domingues, o governo se apresenta na linha de frente da maioria das celebrações como promotor e protagonista das celebrações. São muitos os casos em que é possível visualizar o governador ditando os rumos da cena ritualística. O governador revistava as tropas, inaugurava monumentos e reconfigurava a cidade com novos exemplos⁸⁷.

É dele a iniciativa de construção do monumento a Bequimão, pirâmide localizada no parque 15 de novembro no cais da Sagração⁸⁸. Inaugurado dia 30 de julho de 1910, o monumento ao “rebelde” contou com a presença de autoridades civis, militares, instituições escolares, intelectuais e curiosos. A simbologia de Bequimão consistiria em transformá-lo em mártir da liberdade, personagem que ofertou sua vida para libertar o Maranhão. Além disso, a

⁸⁷ Falarei mais a respeito dos rumos simbólicos na capital maranhense, em especial, a partir do governo Luíz Domingues ao longo do próximo capítulo.

⁸⁸ Como curiosidade, recentemente reascendeu um intenso debate a respeito do então esquecido monumento. Segundo o pesquisador e membro do IHGM Elges Lima a base da pirâmide pertenceria ao pelourinho da capital que esteve localizado no antigo largo do Carmo, atual praça João Lisboa. O artefato foi destruído em 1889 por republicanos maranhenses. Acredito que a leitura feita a partir da “descoberta” seja equivocada pelo menos para os rumos do debate histórico. O artefato, segundo esses pesquisadores, seria o mais antigo “monumento” da capital. Que seja! Acho inclusive bem perigoso elevar a categoria de monumento um artefato que representou a violência a um seguimento populacional que ainda sofre com os resquícios da escravidão. Contudo, o viés simbólico se apresenta uma leitura rica para o debate histórico mesmo que o olhar ainda seja preliminar diante dos fatos. Se o pelourinho representava o poder, ordem e repressão municipal aos cativos. Utilizar sua base de sustentação para a pirâmide de Bequimão, simbolizaria o sacrifício do herói na tentativa de libertar o Maranhão. Contudo, acredito que o “pelourinho” de Bequimão possa de alguma forma subverter o sentido propondo como produto simbólico final a vitória da liberdade e justiça simbolizada na República. Se for comprovado, admito que a estratégia é bem interessante do ponto mnemônico. Em especial para uma geração nascida no século XIX cuja memória do pelourinho ainda era recente.

comemoração tinha um público alvo. O herói deveria servir como exemplo aos militares maranhenses. Para tanto, a inauguração do monumento seguiu a pompa militar e com a presença do governador.

Antônio Lobo discursou a respeito das glórias da terra, dentre elas o comemorado personagem. Barbosa de Godois compôs a letra da música em homenagem ao rebelde, que foi cantada pelas alunas da Escola Normal. O monumento estava ornamentado por vasos de flores e uma placa como os dizeres: “Manuel Bequimão e o povo maranhense 28 de julho de 1910; Aqui foi enforcado Bequimão 2 de novembro de 1685” (PACOTILHA, 1/08/1910). Já no dia de finados, data da morte do mártir, o monumento também era revestido de toda uma ritualística fúnebre. Novamente, o então governador Luiz Domingues se coloca a frente como promotor das homenagens. Segue na nota: “O governador do estado mandara decorar com flores, durante todo o dia de manhã, com as bandeiras da União e do Estado em funeral, o monumento que assinala, o local onde foi enforcado nesse dia, em 1685, o mártir da liberdade Bequimão” (PACOTILHA, 01/11/1910).

Outro nome evocado era o de João Francisco Lisboa jornalista e historiador maranhense. O cortejo cívico do cemitério municipal, a praça onde os restos mortais do Timon seriam depositados, foi marcado pela presença das escolas Normal e Modelo, além de alunos do município e estado. Autoridades políticas, militares e civis estiveram presentes, assim como membros da Academia Maranhense de Letras. O local, que recebera anos antes o nome do jornalista, estava ornamentada para receber o morto. Elevaram um palanque para os discursos em homenagem ao ilustre.

O hino do Maranhão foi proferido pelas bandas de música, sempre presentes nessas celebrações. Oraram o presidente da Academia Maranhense de Letras Ribeiro do Amaral. Em seguida, Antônio Lobo, Viriato Corrêa e, por fim, o governador Luiz Domingues.

Povo do Maranhão!
Abre-se aqui o coração da Patria Maranhense para recolher os despojos do filho que a sublimou.
Não são despojos de morte são relíquias de gloria. Não vivem da forma humana que se desfaz com a morte, os espíritos de elição; os de João Francisco Lisboa vive na eternidade de suas obras (PACOTILHA. 27/04/1911).

Além de Bequimão e João Francisco Lisboa, Odorico Mendes (1913) foi novamente homenageado com um busto e uma festa cívica em comemoração ao retorno de seus restos mortais a São Luís. Outro que passou pelo mesmo processo de sacralização foi Benedito Leite (1912). De maneira geral, esse processo de sacralização dos espaços da urbe, intensificado a partir do governo Luiz Domingues, sinaliza para uma reflexão acerca das políticas de memória

que tinham como objetivo, sob a ótica simbólica, associar imagens a lugares. A planta de Justo Jansen, produzida para as comemorações do tricentenário de fundação da cidade de São Luís pelos franceses, aponta para esses locais de culto, monumentos ou cemitérios simbólicos.



Figura 6. Sacralização dos espaços em São Luís
Fonte: Planta da cidade de São Luís (1912)

Segundo Paul Ricoeur, associar a imagem a lugares requer um rigoroso sistema de organização. O filósofo francês delimita a ação de duas formas: a primeira, estaria relacionada a seleção dos lugares; a segunda, estaria relacionada a imagens que queremos lembrar em relação aos lugares escolhidos. “As imagens assim armazenadas são consideradas fáceis de evocar no momento oportuno, a ordem dos lugares preservando a ordem das coisas” (RICOEUR, 2012, p.76).

Um recorte da planta da cidade de São Luís produzida por Justo Jansen aponta os principais lugares de memória da capital. Um processo que se iniciou com políticas mnemônicas voltadas para a renomeação de ruas e praças da capital e culminou com a monumentalização e ritualização de algum desses lugares. As áreas em verde do mapa – referentes a praças – foram as que sofreram as maiores intervenções.

Do ponto de vista espacial não havia grandes distâncias entre um monumento e outro, o que facilitou os pontos de parada entre esses lugares durante as romarias cívicas. Além disso, a distribuição espacial desses monumentos e a seleção dessas imagens refletem e produzem uma organização simbólica da cidade. Essas simbologias, de certa forma, tornaram esses espaços referência para os seus evocadores. Isso significa que esse processo nada tem de “natural”, ele é, sobretudo “artificial” e “construído”. Esse investimento simbólico no espaço estava endereçado a um grupo social que buscava reafirmação de si através dessas imagens sacralizadas e sepultadas nesses lugares.

Ricoeur acentua essas questões, ao tratar das arbitrariedades da escolha desses lugares e a manipulação dessas imagens evocadas. Sobre a imagem do filósofo reitera que mais que evocar o passado ou a lembrança de determinado personagem ou fato esses momentos são destinados à apreensão de saberes, organizados em um espaço mental, ou seja, são momentos de reafirmação do vivo através do morto. Uma transferência de qualidades e habilidades selecionadas pelos evocadores.

3. TERRA EM TRANSFIGURAÇÃO: Tempos, Rituais Cívicos e Repúblicas em São Luís

O certame destinado às comemorações do tricentenário de fundação da capital maranhense, ocorridos entre os meses de setembro e novembro de 1912, configurou-se de forma distinta das comemorações que, em anos anteriores, percorreu ruas, sacralizou espaços e animaram monumentos em homenagem aos maranhenses ilustres criando sentimentalmente uma relação cemiterial com a *urbe*.

Morte-luto-lembrança agenciaram papéis sociais criando em torno do esquema tradições e identidades já antes exaltadas, diga-se, a ideia-imagem da *Athenas Brasileira*, que revelaria um maranhense dito e visto como culto e letrado. Ao mesmo tempo, ocorreram tentativas de aproximar o esquema simbólico maranhense de outras ideias-imagens, através de ritualizações que visavam reproduzir simbologias próximas das que foram determinadas pelo centro político do país, como comemorações por ocasião do 28 de julho e do 18 de novembro. Por mais distintas e distantes que estivessem, ambas bebiam do cânone republicano e da possibilidade de (re)invenção de tradições guarnecidas pelo próprio contexto. Esses esquemas de (re)presentificação do ausente, daquilo que falta, abriram precedentes para que mito e história, em certos casos, pudessem exercer a mesma função.

O que chamei de *Cidade-Cemitério*⁸⁹ traduziu-se em tentativas de (re)escrita e simbolização do tecido urbano de São Luís – mitos e tradições inventadas – através de ritualizações que visavam sacralizar o tempo e espaço. Tratava-se de exemplos ou momentos em que a *história-externalizada*, a partir de práticas de incorporação, convocou o(s) mito(s) para que ele(s) criasse(m) um horizonte para o futuro. Aquilo que Rancière comumente chama de *territorialização* ou *geografização* do sentido, ou seja, “o solo é a inscrição do sentido, o túmulo é a passagem das vozes” (2014, p.101).

O itinerário pelas ruas, praças, lugares de memória e cortejos cívicos da capital, descritos e analisados no capítulo anterior, nos possibilitou enxergar as variantes e transfigurações de um contexto que permitiu um novo remodelamento simbólico de grande parte da cidade. Nesse sentido, a Cidade-Cemitério possibilitou compreender que as *políticas de memória* em torno da cidade eram bem mais plurais do que até então a historiografia local

⁸⁹Tais manifestações mnemônicas tinham como objetivo rememorar, através do rito, momentos pontuais. Personagens, lugares e datas funcionariam como vetores para uma ideia romantizada de resgate das “gloriosas tradições” ou transfiguravam para outras formas de repertório, algo que será abordado com maior substância neste capítulo. O investimento no comemorativo, para este caso, implica em uma analogia ao culto cemiterial destinado aos mortos devido ao teor fúnebre desses fenômenos.

havia discutido a respeito do tema. Se não, elas fogem de uma perspectiva que cristalizou a leitura do tecido urbano de São Luís como a “casa de Antônio Lobo” e seus asseclas na Primeira República. No entanto, como veremos, esta é uma questão bem complexa.

Deixo claro que quando falo de pluralidade, refiro-me a ações dentro do processo de sacralização da cidade, em especial, os rituais cívicos. Portanto, elas estão dirigidas à performatividade das práticas de incorporação. Essa opção metodológica facilitou a análise, principalmente nos casos em que os mesmos sujeitos incorporavam papéis sociais diferentes, conduzidos de acordo com o repertório exigido pelo rito.

Ainda no campo metodológico, percebemos que a discussão não trata somente de uma pluralidade contextual, mas, sobretudo, que, do ponto de vista historiográfico-analítico – especialmente quando discutimos século XX no Maranhão – ainda há muitas fissuras; questões a serem problematizadas, estudadas e divulgadas pelos historiadores.

Dissemos que em São Luís, no período que denominamos de Primeira República, o debate em torno do imaginário e da identidade local, na maioria dos casos, se restringiu a reflexões acerca da atuação dos “Novos Atenienses” e seu projeto republicano sintetizado no mito da *Athenas Brasileira*. Vimos que o grupo ganhou destaque em inúmeras obras, seja como tema principal, ou como ponto de partida de um escopo discursivo à problematização de outros objetos, obras que, sempre partem da discussão da “Nova Athenas” para percorrer caminhos distintos. Entretanto, nos últimos anos, alguns escritos estabeleceram outro olhar sobre o tema. Interpretações que buscaram fugir do esquema simbólico criado por Antônio Lobo e seus seguidores, reapresentando a temática sob outras perspectivas⁹⁰, mas que ainda necessitam de uma dessacralização no campo da memória e imaginação social⁹¹.

Com efeito, o olhar acerca dos novos atenienses e o respeito aos esquemas representativos criados pelo grupo tem relação com o triunfo dessa narrativa mítica a respeito da cidade a partir de uma política de memória vitoriosa, o que, de certa forma, fez com que fosse respeitada a própria leitura mítica que o grupo fazia de si e de suas ações. A *Athenas Brasileira* se tornou síntese da memória urbana de São Luís, evocá-la de tempos em tempos guarneceu posições sociais e estabeleceu filiações orientadas por um caráter relacional com a imagem evocada. Não é coincidência alguma que, após sua morte, Antônio Lobo tenha ganhado um busto e uma praça com o seu nome em 1918.

⁹⁰Optei por não fazer nenhuma menção a qualquer autor ou obra que discuta o tema, pois acredito já ter feito isso no capítulo anterior.

⁹¹Devo confessar que esta obra não foge desse estigma.

O triunfo da memória neoateniense, consubstancialmente produziu apagamentos no que diz respeito a outros contornos simbólicos. Além disso, o projeto também eclipsou a análise sobre essas transfigurações do rito cívico local, algo que, de certa forma, sombreou o contato que outros grupos mantiveram com a memória e os símbolos sobre a cidade. Assim, atribuiu-se aos “novos” o protagonismo dos rumos identitários da *urbe*. Consequentemente, associou-se múltiplos esquemas simbólicos a ideia-imagem da *Athenas Brasileira* construída pelos intelectuais. Essa leitura fez confundir alhos com bugalhos, pelo menos no que se refere às ritualizações cívicas.

Como disse, a questão é bem mais complexa do que parece. Explico, as ritualizações são conduzidas pela incorporação: repertório e performatividade. Por outro lado, repertório e performance são indícios do caráter relacional dos grupos com a memória evocada, ou seja, a “teatralização” é conduzida pelo modo como grupos agenciam o passado em um determinado contexto. Portanto, o horizonte de crença, o produto final é sempre o resultado de uma ação, um trabalho, uma política, uma provocação. Em resumo, depende muito de como essa lembrança, seja ela de um personagem, fato ou data, se articula com os interesses de seus evocadores.

Sendo assim, uma leitura engessada pelo mito, por exemplo, compreenderia as ritualizações a Odorico Mendes (1913) em sintonia com a ideia-imagem da *Athenas Brasileira* por se tratar de uma evocação ao tradutor de Virgílio e Homero. Contudo, se formos para as práticas de incorporação do ritual veríamos que a evocação estaria voltada para a lembrança da sua atuação política, de um civismo embrionário com as coisas da pátria no período do Primeiro Reinado e não uma ode às suas glórias literárias. O repertório da Glorificação a Odorico Mendes investia em simbolismos mais próximos da ideologia republicana do centro político do Brasil e em uma ideia-imagem que fugia dos esquemas de representação neoateniense. A cena performática tratou de criar o tom que relacionasse o personagem a causa republicana através do vetor político, não literário.

Da mesma forma, se investimos o olhar na participação de Antônio Lobo – um dos idealizadores da “Nova Athenas” – na inauguração da pirâmide de Bequimão (1910)⁹², veremos que, apesar de certo destaque, sua atuação desempenhou um papel secundário dentro das ritualizações direcionadas, sobretudo, aos militares e a exposição da figura do governador Luiz Domingues. Na performatividade, a ideia era que Lobo representasse o papel social do corpo civil “teatralizando” uma ligação sentimental desta parcela da população com as evocações ao

⁹² Antônio Lobo foi escolhido como um dos oradores da comemoração ao Bequimão. Falou das glórias do Maranhão e fez uma síntese histórica da vida do homenageado. Consultar a PACOTILHA 01/08/1910.

mártir maranhense. Algo muito comum nas ritualizações cívicas é sua tentativa de criar, em torno da lembrança evocada, momentos de comunhão coletiva e pertencimento.

Havia também ali, um jogo performático cujo objetivo era criar uma atmosfera de legitimidade. Até aquele momento, o intelectual era respeitado por seus pares, tinha a autoridade da fala e do gesto. Em 1910 ainda existia um diálogo próximo entre Lobo e o governador Luiz Domingues⁹³. Os anos posteriores serão marcados por acusações de perseguição política por parte do escritor. Domingues não era o primeiro e nem seria o último a se envolver em contendas com o intelectual. De fato, polêmicas e desentendimentos foram recorrentes na biografia de Antônio Lobo⁹⁴. O certo é que o episódio distanciou o escritor do então governador e, conseqüentemente, o tirou de cena do palco cívico da região.

Mas porque essas reflexões são importantes para se pensar, por exemplo, as comemorações de fundação da capital maranhense em 1912? Ora, a maioria das interpretações acerca do certame compreenderam o legado francês como um complemento da ideia-imagem da *Athenas Brasileira*. Não vejo por essa ótica, principalmente, se formos para análise das práticas de incorporação das ritualizações em 1912. O conteúdo simbólico vai mais além se compararmos com as ritualizações neoatenienses. Essa fissura, entretanto, não determinou a rejeição da Athenas enquanto uma das imagens definidoras de São Luís. O que ocorreu foi uma abertura para novas concepções e imagens inseridas em uma visão de República, diferente das ritualizações anteriores, que direcionaram o campo simbólico para outros repertórios e performances.

Essa leitura das práticas de incorporação nas comemorações de 1912 me permitiu levantar indícios para uma investigação mais apurada do contexto em que se processaram os ritos cívicos maranhenses. A partir do final da primeira década do século XX é possível perceber outras transfigurações no processo de sacralização e remodelamento simbólico da

⁹³Antônio Lobo foi um dos organizadores e membro da comissão de recepção a Luiz Domingues, representou a classe dos jornalistas em 1910. No mesmo ano, tornou-se uma espécie de porta voz informal e mestre de cerimônias do governo Domingues. Além disso, em seu aniversário, Antônio Lobo ganhou inúmeras homenagens e uma grande festa em comemoração a data. O então governador Luiz Domingues o homenageou com o título de “príncipe da literatura maranhense”. Como prova dos serviços prestados, o governador nomeia como chefe da Instrução pública e diretor do Liceu Maranhense. Cargos que ocupou até o ano de 1911 quando por desentendimento com o governador acabou por renunciar. Sobre a questão, recomendo a consulta aos periódicos: Pacotilha e Diário Oficial.

⁹⁴Ao longo de seu percurso como uma das figuras influentes na capital maranhense, Antônio Lobo se envolveu em inúmeras polêmicas. Segundo Cardoso (2013) além da troca de farpas com Nascimento Moraes, Lobo se desentendeu com Manuel Bethencourt, Inácio Xavier de Carvalho e Fran Paxeco. Os surtos de perseguição e polêmicas que envolveram o intelectual podem ser explicados a neurastenia. Doença que o acompanhou e pode ter levado ao suicídio. Para mais informações ver: CARDOSO, Patricia Raquel Lobato Durans. **LOBO X NASCIMENTO NA “NOVA ATENAS”**: literatura, história e polêmicas dos intelectuais maranhenses na Primeira República. Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Maranhão. 2013.

cidade. Tais mudanças refletem no contexto republicano de reconfiguração ideológica na tentativa do regime em absorver os valores do mundo capitalista burguês, o que culminaria em uma experiência da *Belle Époque*.

No Maranhão, o governo Luiz Domingues⁹⁵ instituiu novos rumos para os rituais cívicos locais com o investimento maior em uma simbologia que pudesse conectar os rumos identitários do Estado ao do centro político do país. Essas políticas de memória a partir do governo Domingues permitiram o investimento na sacralização de novos personagens, datas e acontecimentos. As comemorações de fundação da capital maranhense pelos franceses estava, assim, inserida nesse contexto de transfigurações e descentramento de imagens antes sintetizadas como símbolo do Maranhão e seu povo: além da Athenas Brasileira, passa-se para outras simbologias que pudessem acompanhar os rumos ideológicos da República brasileira. É nesse contexto que os franceses entram em cena.

É preciso ainda esclarecer que estas transfigurações não decretaram o fim dos rumos simbólicos idealizados por Antônio Lobo e demais. Os “novos” continuaram investindo no campo simbólico a partir da sua institucionalização com a criação da Academia Maranhense de Letras em 1908. Ainda eram figuras de prestígio e voz nos jornais da capital. No entanto, do ponto de vista das ritualizações cívicas, sua atuação perdeu força na condução simbólica das celebrações agora mais próximas de uma política de Estado que objetivava dar contornos mais próximos ao centro político do país. As propostas levaram a uma concepção de República distinta do clima de decadência do presente e ode ao passado glorioso perpetuado pelo discurso dos “novos”.

3.1. **Entre atos:** tempo e repertório nas ritualizações.

Como dito anteriormente, o contexto das ritualizações cívicas em São Luís apresentou algumas transfigurações, mudanças e rupturas. As nuances devem-se muito a composição ideológica das ritualizações ocorridas na capital que, de certa forma, contribuíram para incorporações mais plurais do ponto de vista do repertório e da performance. A pluralidade ritualística permitiu no trabalho de análise da documentação, a visualização de concepções de República para o Maranhão. Consequentemente, foi possível traçar linhas interpretativas para essas variantes através da lógica de como esses grupos se relacionavam com a memória

⁹⁵O próprio governador as utilizou como estratégia, dentre outras, para fortalecer sua imagem em um contexto de tensões políticas no Estado com a vacância de uma figura política aglutinadora de consensos após a morte de Benedito Leite.

evocada. Em larga escala, a partir da investigação dos repertórios externados nas ritualizações, defini esses enredos em duas visões ou interpretações através das comemorações cívicas ocorridas na capital.

A primeira composição, chamo de enredo *luso-maranhense*⁹⁶. Esse repertório esteve presente, principalmente, nas ritualizações organizadas por agremiações literárias com forte apoio de outros setores sociais e cujo eixo centrava-se basicamente em um chamado a “restauração de tradições”⁹⁷ sintetizado na ideia-imagem da *Athenas brasileira*. Do ponto de vista social, projetava nos homens das letras, a responsabilidade pela doutrinação do novo cidadão e a predestinação em modificar a realidade local. Além disso, seus rituais trataram de elevar ao panteão cívico figuras ligadas a literatura local. Algo bem similar a experiência portuguesa que, em fins do Oitocentos, elevou o poeta Luís de Camões como representante maior da “alma portuguesa”. Já em São Luís louvaram Gonçalves Dias como espírito máximo das glórias maranhenses.

Por conseguinte, essa perspectiva estabeleceu uma noção de tempo regressivo, de idealização e retorno ao passado tido como ideal e tragicamente perdido. Ademais, imagens ou lembranças provocadas por essas comemorações cívicas reforçaram em torno do presente um sentimento de desilusão, ressentimento e impossibilidade⁹⁸. A solução seria olhar para o passado, em especial aquele sintetizado pelo recém-criado quadro cívico maranhense, enquanto *exemplum* de qualidades a serem seguidas pelo novo cidadão. A perspectiva era que no drama cênico, performance e repertório comemorativo pudessem transformar o passado em um futuro possível.

⁹⁶ Enredo inspirado nas concepções teóricas de Teófilo Braga, considerado o pai do positivismo e um dos idealizadores da República portuguesa. No Maranhão, considero a influência de Fran Paxeco – republicano e discípulo de Braga – como fundamental para formação dos Novos Atenienses e dos cultos cívicos no início do século XX com forte apelo a rememoração das glórias do passado através da memória dos literatos maranhenses de projeção nacional. O enredo local, se assemelha ao modo como muitos intelectuais portugueses pensavam o país no final do século XIX, período considerado de atraso, mas sobretudo, de nostalgia ao lembrarem dos tempos de glória. Nesse contexto, intelectuais como Teófilo Braga defendiam que o passado seria a resposta solucionar os problemas do país.

⁹⁷ Hobsbawm afirma que a impossibilidade de conservar o passado vivo enquadrava grupos a favor da restauração de tradições – algo comum desde o período romântico – no que considera de *tradições inventadas* por considerar que não seria necessário recuperar ou inventar tradições se os velhos modelos ainda se fazem presentes no meio social. In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das Tradições**: Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

⁹⁸ Recomendo a leitura de artigo *Ruínas Verdes: tradição e decadência nos imaginários sociais* do professor Wagner Cabral da Costa. O autor apresenta, um debate de como a noção de tradição e decadência permeou o imaginário social maranhense na constituição de uma identidade ou imagem para o Maranhão e seu povo. O artigo discute as nuances em torno dessas duas concepções que estiveram presentes nos discursos literários, políticos e acadêmicos. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida; NERIS, Cidnalva Silva Camara; BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos; BARBOSA, Viviane de Oliveira; SALES, Tatiane da Silva; NERIS, Wheriston Silva (Orgs.). **HISTÓRIAS DO MARANHÃO EM TEMPOS DE REPÚBLICA**. São Luís. Edufma; Jundiá, Paco Editorial: 2015.

Todavia, o traço comemorativo que contornou certos espaços da cidade, sacralizando-a, traduziu-se em uma imagem da *urbe* bem mais plural do que até então já foi apresentada⁹⁹. A incorporação ideológico-cívica do centro político do país abriu espaços para transfigurações nos ritos comemorativos da capital e, conseqüentemente, a invenção de novos repertórios, narrativas e performances. A elevação de Bequimão (1910) a esfera simbólica como um herói republicano e sua importância para os militares¹⁰⁰ já indicava que do ponto de vista simbólico e social a cidade tomava novos rumos no seu horizonte de crença.

Além disso, o culto ao Bequimão sinalizava uma busca por uma identidade que não percorresse somente o caminho do letramento, elemento chave buscado no repertório memorial oitocentista, mas que estivesse intimamente ligada aos rumos simbólicos da república brasileira. Portanto, o repertório narrativo em torno do mártir maranhense estava muito mais conectado a função simbólica de Tiradentes¹⁰¹, se compararmos com Gonçalves Dias, apesar do maior apelo sentimental em torno do culto ao poeta timbira.

De um ponto de vista macro, salvo do teor fúnebre e heroico de ambas as celebrações, existem aspectos que as distanciam e direcionam para caminhos opostos. Se por um lado a lembrança melancólica do cantor das palmeiras, até aquele momento, sedimentava uma ideia de tempo regressivo, por outro, o culto a Bequimão proporcionou uma percepção temporal progressiva do mesmo. A mudança já era um indício de que a relação passado-presente-futuro não seria da mesma forma como ocorria no rito gonçalvino¹⁰². Essa nova concepção chamo *brasileira-maranhense*.

Deste modo, as ritualizações cívicas ao herói – considerado o primeiro a lutar pela independência econômica do Maranhão – tinham como horizonte de crença um passado que já

⁹⁹ Refiro-me a leitura que alguns trabalhos acadêmicos fazem sobre o período sintetizando o texto urbano ao mito da Atenas brasileira sem considerar as pluralidades, disputas e negociações simbólicas ocorridas na Primeira República.

¹⁰⁰ Em texto intitulado *Ordem do dia* Luiz Domingues fez um itinerário da trajetória de Bequimão e oferta seu exemplum como um conjunto de características indispensáveis aos militares como: nobreza, heroísmo, coragem, desapego e devotamento a Pátria. A quem deseja analisar as representações do rito, recomendo iniciar pela apreciação do artigo publicado na Pacotilha intitulado *O monumento a Beckman* em primeiro de agosto de 1910.

¹⁰¹ Ao tratar do culto a Tiradentes e a disputa em torno do herói síntese da Primeira República, José Murilo de Carvalho aponta o apelo geográfico entorno da simbologia do inconfidente. Segundo o autor, Tiradentes tinha uma apelo sentimental em um determinado espaço geográfico que a partir do século XIX era visto como centro político do país. Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro foram as três capitânicas que o “Cristo Cívico” buscou tornar independente. Um outro, fator que contribuiu para a sua escolha, o sentido de sacrifício em torno de sua morte o que o difere de outros “heróis” em disputa simbólica pelo posto. A não conclusão dos planos dos inconfidentes permitiu que único derramamento de sangue tivesse sido de seu líder. Para mais informações acerca do debate entorno do herói republicano recomendo a leitura do capítulo: TIRADENTES: UM HERÓI PARA A REPÚBLICA. In: CARVALHO, José Murilo. **Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁰² Sobre o debate a respeito do tempo e suas variantes de percepções, recomendo a leitura do capítulo intitulado: O tempo peregrino. In: CATROGA, Fernando. **OS PASSOS DO HOMEM COMO RESTOLHO DO TEMPO/ MEMÓRIA E O FIM DO FIM DA HISTÓRIA**. Coimbra: Almedina, 2009.

“passou”. Na linearidade da narrativa ritualística, o esquema civilização *versus* barbárie inferioriza o passado tido como opressor, o que positivava o presente e, conseqüentemente, em uma cadeia evolutiva, projetava expectativas ao futuro. Talvez a música de Ignacio Billio – composta para a inauguração do monumento ao libertador – possa servir como exemplar para as considerações aqui apresentadas.

Ao Beckman
Onde as creanças, pálidas, tremiam
ante o supplicio deshumano, atroz
venhão as creanças ledas e sorriam

E’ outra a scena ! Em vez de luto há festa !
E’ a alegria a nota de semblante!
E em vez da força um monumento atesta
As luzes novas – num porvir distante. (PACOTILHA, 01/08/1910)

Nas estrofes acima, a composição de Bílio brinca com o jogo de sentidos opostos: tristeza/felicidade; luto/festa; velho/novo; sofrimento/resistência; esquecimento /lembrança. O poema compara duas cenas: a de execução de Bequimão marcada pela dor e a tristeza e a cena da comemoração pautada pelo entusiasmo da festa e o triunfo da lembrança. Em uma leitura mais aprofundada, as crianças representariam o futuro. Um futuro interrompido pela execução de Bequimão e um horizonte de expectativa positivado através da celebração de sua memória. As marcações dos versos reforçam uma ideia de tempo no sentido crescente das expectativas.

Além disso, a uma clara atmosfera de evolução social e cultural no poema de Bílio. A República seria a razão dessa distinção entre passado e presente. Bequimão foi vítima da opressão de seu tempo, tempo esse que tratou de esquecer-lo. O novo regime trouxe a possibilidade e o vislumbre de um futuro melhor através da liberdade conquistada. Além disso, graças à liberdade, outrora inacessível, foi possível a assunção da lembrança do mártir.

Essa lembrança provocada de Bequimão positivava o regime republicano, assim como projetava o Maranhão às estratégias simbólicas do centro político do país. Além disso, entregava uma herança republicana primitiva para o maranhense forjada no sangue, até então, simbolicamente mais próximo aos esquemas identitários da ordem da pena. Outrossim, a nova ritualística foi responsável pela sacralização do tempo sedimentado no progresso, evolução e civilização através da convicção de um presente-futuro por meio da República.

Para além de uma ideia de tempo progressivo através da assunção da lembrança de personagens ou datas que direcionaram São Luís e conseqüentemente o Maranhão, esse novo enredo possibilitou o descentramento simbólico no campo espacial com a sacralização de locais

da *urbe* que tivessem ligação com as camadas mais populares. Foi o que ocorreu com a inauguração da Praça 1º de Maio, renomeando o antigo Largo de Santiago em 1910.



Figura 7. Praça 1º de maio

Fonte: Planta da cidade de São Luís capital do Estado do Maranhão (1912)

A região do entorno da praça era cercada por fabricas. Através do mapa produzido por Justo Jansen¹⁰³, podemos contar cinco empreendimentos dessa natureza. O antigo Largo de Santiago também estava próximo a um dos limites da cidade fazendo fronteira com o rio Bacanga. Localizava-se próximo ao cemitério municipal, ao matadouro público e o hospital dos lázaros.

Era uma região, conjuntamente com a do Desterro, reconhecida por ser uma área em que viveram pessoas de uma classe social inferior: pescadores, operários, lavadeiras e sapateiros. Os personagens de *Vencidos e Degenerados*, de Nascimento Moraes, transitam por esses espaços da cidade¹⁰⁴. Do ponto de vista geográfico, a construção da praça no local foge

¹⁰³ Justo Jansen Ferreira nasceu em Caxias em 1864. Iniciou seus estudos na mesma cidade, tendo concluído na capital, São Luís. Kursou medicina na Bahia juntamente com Nina Rodrigues. Após o termino dos estudos acadêmicos na Faculdade de medicina, Jansen viajou para França onde foi aluno do astrônomo Camille Flammarion. Além de médico, exerceu a função de geógrafo e cartógrafo. Sua polivalência garantiu a Jansen a participação em inúmeras agremiações científicas no Brasil e fora dele. Atuou como professor no Liceu Maranhense ministrando a disciplina de Geografia. Foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) e membro da Academia Maranhense de Letras (AML). Publicou artigos e livros com o viés geográfico. Faleceu na capital maranhense em 1930.

¹⁰⁴ Publicado em 1915, o livro *Vencidos e Degenerados* é um documento histórico importante para a compreensão das dinâmicas sociais na cidade de São Luís. Moraes delimita as expectativas e frustrações dos personagens a dois acontecimentos que trouxeram profundas consequências aos destinos dos personagens traçados pelo escritor. A Abolição de Escravatura (13 de maio de 1888) e a Proclamação da República (15 de novembro de 1889) representariam eixos explicativos para estagnação das relações econômicas, políticas, sociais e culturais, sobretudo para as populações negras que habitavam os bairros e centros periféricos da cidade. A obra se deteve a representar a luta de personagens “vencidos” / “degenerados”, cujas, esperanças ruíram em tempos de república. Em sua maioria, eram eles ex-escravos, negros e mestiços que transitavam por cortiços e tavernas. O sobre a obra e suas

de qualquer acaso possível. Apesar da falta de uma documentação que trate da distribuição social no período em São Luís, tudo indica que tenham vivido muitos operários na região do entorno da praça devido à proximidade com as fábricas.

A praça foi inaugurada em 1º de maio de 1910. A programação da festa do trabalho seguiu duas frentes: a primeira, com ritualizações localizadas na Praça Gonçalves Dias; a segunda, na Praça 1º de Maio. O relevante em problematizar essas frentes ao compararmos as duas celebrações é que havia distinções do ponto de vista social nos dois festejos cívicos, apesar dos jornais relatarem a comunhão entre as classes sociais ao redor das festas.

A opção por duas festas é intrigante já que do ponto de vista espacial indicavam distinção. A praça Gonçalves Dias era cemitério simbólico de maior apelo entre as elites. Foi durante muito tempo o único espaço simbólico onde se realizou inúmeras comemorações para além dos ritos em homenagem ao poeta. O próprio roteiro do festejo parecia simbolicamente descontextualizado com a própria proposta das comemorações: homenagear o proletariado. Basicamente o que se viu foi uma queima de fogos destinado às famílias que se encontravam na praça em homenagem a data.

Em compensação, o outro festejo investiu em ritualizações com forte apelo institucional devido a presença de políticos, militares, clérigos, civis e até o mais simples popular como destaca a nota do diário Pacotilha. Além disso, a utilização de símbolos nacionais e regionais (bandeiras e hinos) deram as celebrações um tom mais oficial, se compararmos com a primeira.

Após as considerações do presidente da comissão Domingos Barbosa, o governador Luiz Domingues retirou a bandeira nacional que cobria a placa de inauguração. “Vivas prolongados ao governador do Estado e à terra maranhense, ao operariado e à República, reboaram por toda a praça” (PACOTILHA, 02/05/1910). Outras autoridades seguiram para pontos distintos da praça acompanhados de membros da comissão e espectadores.

O bispo diocesano retirou a bandeira do Maranhão que cobria a placa com a inscrição: *Salve o 1º de maio*. O capitão Moreira de Almeida retirou a bandeira nacional com as armas do Tiro Maranhense que cobria a placa com a inscrição: *O trabalho vence tudo*. Já outra placa coberta com a bandeira estadual foi inaugurada pelo intendente do município Mariano Lisboa com a inscrição: *Glória ao trabalho*.

representações do espaço urbano de São Luís recomendo a leitura da dissertação de mestrado de Adriana de Araújo. In: ARAÚJO, Adriana Gama de. **Em nome da cidade vencida**: A São Luís republicana em José Nascimento de Moraes. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2011.

A ritualística lembrava aos participantes através do uso dos símbolos nacionais e regionais, que o trabalho era uma bandeira republicana e maranhense. Lembrava, também, aos participantes e espectadores da hierarquia social, da ordem e do poder. A narrativa revelava seus personagens postos em escala. Primeiro, o chefe de Estado, depois a igreja, os militares e o chefe municipal. Todos representaram o trabalho em sua forma positiva, mas também, nas entrelinhas do rito, disseram que era preciso obedecer à ordem, a hierarquia e o poder representado pelas autoridades.

Coube ao operário Tancredo Cordeiro agradecer em nome da categoria as festividades que ali se realizaram. O mesmo operário propôs a construção de um monumento a Minerva no centro da praça. Para finalizar, o governador mostrou solidariedade com a causa operária sendo aplaudido pelos presentes.

Tempo, espaço e ritualizações convergiram em algumas problematizações que apontam para heterogeneidade dos rituais na capital maranhense, sobretudo, a partir de 1910 quando as ritualizações investiram na sacralização de novos personagens, espaços e repertórios. Essas modificações no campo simbólico interferiram diretamente na percepção do tempo.

3.2. “A nau Luiz Domingues”: paz e trabalho para o Maranhão.

Essas variações na ordem do tempo e no esquema simbólico maranhense deveram-se muito a chegada de Luiz Domingues¹⁰⁵ ao governo do Estado em 1910. Sua ascensão ao posto de governador foi marcada por polêmicas e disputas políticas no campo regional muito em virtude da morte de Benedito Leite, político maranhense de maior influência na região, em solo francês, no ano de 1909. A morte do oligarca gerou uma intensa disputa acerca do posto de governador do Estado entre o vice de Benedito Leite, Arthur Colares Moreira e Mariano Martins Lisboa Neto, presidente da Assembleia Legislativa.

¹⁰⁵ Luiz Antônio Domingues da Silva nasceu em Turiaçu no Maranhão em 1862. Seu avô materno foi ministro do Tribunal de Justiça no Império, o tio foi o barão de Tromai e o irmão José Domingues da Silva, foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão fundado na Primeira República. Estudou em um internato em Recife, onde também se tornou bacharel na Faculdade de Direito em 1883. Seus anos acadêmicos foram marcados pela defesa na causa abolicionista chegando a trabalhar como redator nos periódicos *O Abolicionista* e *Revista Acadêmica*. Em 1884 candidatou-se pela primeira ao posto de deputado geral pelo Maranhão onde foi derrotado. Logo em seguida, foi eleito deputado provincial pelo Partido Conservador sob a influência de Viveiros de Castro. Com o fim do Império, Domingues filiou-se ao Partido Católico que teve atuação efêmera no novo cenário político brasileiro. O partido logo se uniria aos partidos Nacional e Republicano Constitucional. Após ter exercido o cargo de governador do Estado (1910-1914) foi novamente eleito deputado federal em 1915, posto que exerceu pela primeira vez no ano de 1892. Além das atividades políticas, Luiz Domingues atuou como advogado e cuidou dos negócios da família. Faleceu no Maranhão em São Luís em 1922. Para a situação política maranhense que elevou Domingues ao governo do Estado recomendo a leitura: **Grupos Políticos Estrutura Oligárquica no Maranhão** do professor Flávio Reis.

Segundo Reis (2007), a República no Maranhão, desde seu nascedouro, foi arregimentada através do “situacionismo”, ou seja, marcada pelas articulações políticas entre grupos que, opostos ou não, garantiram a estabilidade da oligarquia maranhense, ou seja, “utilização patrimonial do aparelho do Estado” (p.83). Um cenário que não difere muito do regime político anterior. Essa situação criou em torno da República um sentimento de pessimismo e decepção por parte dos antigos defensores do regime.

Contudo, a disputa em torno do poder estadual modificou a ordem política maranhense ameaçando a estabilidade do esquema situacionista. Enquanto Collares Moreira, sem o apadrinhamento de Leite, enfraquecia suas possibilidades de assumir o governo do Estado, José Eusébio, por quem Mariano Lisboa articulou o impedimento do vice de assumir o cargo, aproximou-se dos municípios para um possível apoio a sua candidatura. O objetivo era enfraquecer Moreira e fortalecer o seu nome na disputa dentro do partido. Como terceira via, a candidatura de Urbano Santos era uma possibilidade, mesmo sem grande apelo na região.

O impasse político encontrou desfecho com a intervenção federal. Aspirando as próximas eleições presidenciais, Nilo Peçanha, que assumira o cargo de presidente da República com a morte de Afonso Pena, passou a interferir dentro do jogo de forças regionais em busca de apoio político. No Maranhão, a aliança com Costa Rodrigues – opositor da dupla Eusébio/Lisboa – buscou uma alternativa que solucionasse os impasses e agradasse gregos e troianos.

A solução pacificada para o caso foi a indicação de Luiz Domingues para assumir o governo. O nome do então deputado agradava as frentes que disputavam poder executivo no Estado. O então deputado maranhense era visto como alguém que não iria se subordinar a interferências externas, o que favoreceria o grupo minoritário de Costa Rodrigues. O episódio ocasionou um novo desenho para oligarquia maranhense que favoreceu o personalismo do poder e tornou conflituosos os momentos de renovação e sucessão no campo político (REIS, 2007).

Para receber o novo comandante do Estado, formou-se uma comitiva que se encarregou de organizar as celebrações em comemoração a chegada do político em São Luís. Os jornais da região, cada qual representando um grupo político, trataram de apresentar Domingues como um candidato apartidário e eleito pelo povo. A própria montagem da comissão tratou de se auto-representar como democrática e de “caracter exclusivamente popular, sem côr política de espécie alguma” (PACOTILHA, 07/01/1910).

Ainda no Rio de Janeiro, Luiz Domingues cedeu entrevistas a jornais onde discutia suas medidas de governo, compareceu a reuniões com a comunidade maranhense e com o

próprio presidente Nilo Peçanha com o objetivo de conseguir apoio incondicional a sua gestão. O apoio federal significaria mais recursos financeiros para o Estado e patrocínio para algumas medidas consideradas pelo político como fundamentais. Como reforço dessa parceria, que lhe garantiria apoio político para as próximas eleições, Nilo Peçanha tratou de turbinar a imagem política de Domingues em seus últimos momentos na capital federal ao promover um cortejo cívico que o acompanhou até o embarque para São Luís como evidencia a nota a seguir:

Dr. Luiz Domingues

Foi verdadeiramente pomposo o embarque do dr. Luiz Domingues.

Trazindo de sua residência, na Tijuca, em automóvel do Estado, em companhia do general Bento Ribeiro, chefe da casa militar do presidente da Republica, o ilustre governador do Maranhão foi acompanhado por grande sequito de automóveis, nos quais, além dos representantes maranhenses no congresso federal, se via grande numero de pessoas grades e familias da alta sociedade.

No cãesPharoux, onde tocaram trez bandas militares, era avultado o numero de amigos e admiradores do ilustre politico maranhense, notando-se os representantes de todos os ministros, o presidente da Camara, o general Pinheiro Machado, muitos deputados e senadores, altas patentes do exercito e armada, jornalista e membros da colônia maranhense.

(...) No << Ceara>> seguem também o senador José Euzebio e os deputados Costa Rodrigues e Dunshee de Abranches (PACOTILHA, 19/02/1910).

O desembarque na capital maranhense ocorreu sob festas, em 27 de fevereiro de 1910. Domingues subiu a rampa do Palácio acompanhado de políticos rivais como o senador José Euzébio e Costa Rodrigues, o que reforçava a imparcialidade construída durante o pleito. A comissão de boas-vindas preparou inúmeras homenagens ao novo governador. Na Avenida Maranhense 52 meninas vestidas de branco e com faixas quadricolor representando todos os municípios do Estado aguardavam o futuro governante. Uma das crianças aproximou-se do político e declamou palavras de otimismo e esperança a Domingues e sua gestão. Segundo Hasen (2007), no campo cívico, a criança sempre era uma referência do futuro. Nas celebrações ao novo governador, faziam referência ao futuro dos municípios e, de maneira geral, do próprio Estado, assim como, simbolizavam o estágio inicial da vida biológica, de modo que as 52 meninas representavam um “novo começo” para região a partir do governo Domingues.

O roteiro de posse seguiu com a sua programação. No dia seguinte, o governador compareceu ao Congresso Legislativo onde prestou compromisso para com o Estado. Em seguida, o corpo de infantaria lhe prestou juramento. À noite deu-se início aos “festejos populares” organizados pela comissão de recepção. Os organizadores ornamentaram a Avenida Maranhense com bandeiras e a companhia de gás ficou responsável pela iluminação do local. Várias bandas de músicas garantiram o divertimento do público, enquanto a orquestra dos irmãos Pargas se apresentou no palácio do governo. Houvera inúmeras projeções

cinematográficas ofertadas pelo cinema Pathé, primeira sala fixa da capital. A primeira projeção fixa exibiu a fotografia do novo governador entre as bandeiras do Brasil e do Maranhão.

A chegada de Domingues despertou otimismo nos mais variados setores sociais e um certo sentimento de união e coletividade social devido a construção de sua imagem de parlamentar independente, sem relações de subserviência com as oligarquias locais. Sua biografia o aproximou, inclusive, de setores marginalizados e personagens que estavam no entremeio social. Nascimento Moraes e Astolfo Marques, intelectuais negros que atuaram como escritores e jornalistas nas primeiras décadas do século XX, publicaram obras em homenagem ou dedicadas ao governador¹⁰⁶.

Contudo, a compreensão era de que em todo o Estado havia muito trabalho a se fazer, tudo ainda estava em seu estágio inicial. A lógica desse discurso movia-se pelo entendimento de que durante os quase 20 de anos de República, o cenário maranhense pouco se modificou, aliás, retrocedeu diante da lógica republicana. Era preciso adequar-se às normas do regime, romper com o passado. Para tanto, era preciso que novas medidas pudessem alavancar a economia do Estado e resolver o problema da famosa dívida flutuante. O próprio Domingues reconhecia que a questão econômica deveria receber atenção especial. Em jantar com a classe política o governador discursou aos seus pares prometendo solucionar o problema.

(...) O Maranhão não pode permanecer n'esta situação de avarento, que, de andrejos, montaguada a seu thesouro. Já hoje é a própria dignidade, batida pelo descredito, que nos aguilha á desforra, pela afirmação da nossa opulência. A produção e o transporte, eu vol-os anuncio como objectivo de meus maiores cuidados, a preocupação capital de meu governo, a minha mais afagada esperança de gloria. O Estado do Maranhão não pode continuar com a renda de município, e esta mesma mais extorquida que arrecadada(...) (PACOTILHA, 07/03/1910).

A fala era o indício das medidas iniciais que seriam tomadas pelo governo. Melhorias dos transportes e da produção já apareciam como uma das preocupações da gestão muito antes de Domingues assumir o cargo. Ainda no Rio de Janeiro, o parlamentar defendia melhorias na produção agrícola e industrial da região. Para tanto, seria necessário qualificar o

¹⁰⁶ Acredito que o passado abolicionista de Domingues tenha despertado entusiasmo de Marques e Moraes. Ambos prestam homenagens a Domingues. Em 1910 Astolfo Marques publica o livreto intitulado “O Dr. Luiz Domingues”. A obra trata do processo eleitoral que culminou com a “eleição” de Domingues, uma síntese bibliográfica e uma coleção de discursos feitos no período em que atuou como parlamentar. O impresso encontra-se disponível para consulta na Biblioteca Benedito Leite. Já Nascimento Moraes, como mencionado anteriormente, publica em 1915 sua obra mais famosa Vencidos e Degenerados, ficção que dedica a Luiz Domingues. Inclusive, até o governo Paulo Ramos, onde ocupou cargos públicos, o governo Domingues era uma referência de gestão para o polemista e crítico assíduo dos governos posteriores. Para mais informações: NASCIMENTO, Dorval do. Antônio Lobo, de Babilônia a Atenas: As estratégias de construção da Nova Atenas em Os Novos Ateniense. BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche (orgs). **Historiografia Maranhense**: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014.

transporte das mercadorias, principalmente, no fluxo interior-capital. Além disso, a navegação fluvial teria sofrido pela falta de investimento dos últimos anos. E, em São Luís, o porto, por onde as mercadorias saíam e chegavam, necessitava de reformas que pudessem modernizar e facilitar a chegada de navios.

Havia um entendimento, principalmente por parte do próprio governador, que seu plano econômico somente daria certo se encontrasse resguardo e apoio local. Para tanto, o governo buscou, no campo das relações políticas e sociais, pacificar o clima de instabilidade, disputas e pessimismo na região, ocasionado pela morte de Benedito Leite. Recortando outra parte do discurso aos seus pares políticos, Domingues ressaltou a importância do funcionamento das instituições republicanas no Estado para que seu plano de governo pudesse sair do papel. Em uma retórica de convencimento, o governador tenta indicar a categoria de que seu governo estava a serviço de um bem maior: a paz e a prosperidade para o Estado.

Não é, entretanto, um programma meu esse que venho de expôr-vos, nem do partido em que militei, nem do que chefia o meu eminente amigo o dr. Costa Rodrigues, sinão de todos nós em conjuncto. A sua execução havemos todos empenhado, por igual, a própria honra, em beneficio do Estado, já extenuado e envilecido das refregas partidárias.

E maldicto seja o que ouse affrontar esta santa Cruzada. Como um só homem, defenderemos o nosso ideal, que é a reivindicação para o nosso Estado do logar que o valor de seus filhos e a opulência de seu solo lhe assignam na comunhão brasileira (PACOTILHA, 07/03/1910).

Domingues sabia que pisava em solo arenoso, qualquer descuido resultaria no rompimento do acordo político o que comprometeria seu governo. Era preciso sempre lembrar seus pares de seu compromisso através da imagem de um governo apartidário e comprometido com as causas locais. Basicamente, o primeiro ano de governo Domingues foi marcado por essa “paz” política. O acordão se manteve firme, o que contribuiu para que as promessas, divulgadas pelo político, recebessem o apoio federal e local.

Como primeiras medidas, o governo Luiz Domingues visou enxugar a máquina pública com o corte de algumas “regalias” ou “*empregomania*”¹⁰⁷: retorno dos funcionários afastados, clientelismo e o fim da utilização do telégrafo por funcionários e outras pessoas; além da extinção de alguns cargos públicos como o de chefe de gabinete. Alguns jornais chegaram a noticiar que o então governador optou por abrir mão de seus honorários. Do plano de contenção de gastos, Domingues partiu para o investimento em setores considerados

¹⁰⁷ Termo utilizado por alguns jornais da capital que criticavam a política de ocupação de cargos públicos em troca de apoio político.

primordiais para o crescimento econômico. Os investimentos se concentravam em dois eixos: agricultura e indústria.

O setor agrícola foi o que mais recebeu atenção no início de seu governo. Domingues obteve apoio federal para instalação de colônias agrícolas no Maranhão, localizadas no município de Turiaçu¹⁰⁸, terra natal do governante. As colônias agrícolas eram sonho antigo das elites e dos políticos maranhenses. Ainda no regime imperial, a então província lança uma espécie de panfleto em favor da vinda de imigrantes para a região, intitulado: A PROVÍNCIA DO MARANHÃO E A IMIGRAÇÃO (1888).

A cartilha era um estudo demográfico, social e econômico do Maranhão, uma apresentação das potencialidades locais, uma propaganda e um apelo à instalação de uma política de imigração no Estado. Nesse sentido, o papel do imigrante seria o de transformar todo esse potencial em riqueza através do aumento da produção. A associação imigrante/progresso era vista como ponto de fundamental importância para solucionar os problemas econômicos do Estado.

Com o fim da escravidão, ocorreu o desaparecimento das estruturas fundiárias levando a falência parte da elite agrária local. Algumas regiões experimentaram a lógica das pequenas lavouras direcionadas a uma cultura de subsistência. A nova estrutura se chocava com o modelo de produção da lavoura sulista, o que desagrava as elites locais cujos referenciais sempre partiram de uma lógica externa.

Consequentemente, havia também todo um discurso que desqualificava os modos de produção baseados na pequena lavoura e a força de trabalho desses grupos, em sua maioria composta mestiços e negros. Segundo essa lógica, ao contrário do imigrante, esses grupos não estariam habituados com o novo sistema de relações econômicas e sociais, seria preciso educá-los para o trabalho. Em certo sentido, esse discurso esconde um desejo por parte das elites locais de “embranquecer” o Maranhão através da imigração europeia. Para tanto, além das questões que envolviam as relações de trabalho, existia uma outra preocupação, já sinalizada pelo guia do imigrante de 1888, era preciso povoar o “espaço vazio” do Estado¹⁰⁹.

¹⁰⁸De início o plano era que as colônias pudessem receber imigrantes europeus, cinco mil ao todo. Pelo levantamento que fiz, mesmo com a escassez de informações, acredito que o plano inicial não tenha obtido sucesso. Até onde investiguei, e pelo que a historiografia sugere, a alternativa maranhense pode ter apelado ao fluxo migratório de cearenses. Pacotilha 09/03/1910.

¹⁰⁹No final, o panfleto conclui que a imigração seria fundamental na potencialização das riquezas locais e que o Estado estava preparado para receber o imigrante. Inclusive, sugere que os italianos seriam ideias, pois estariam mais habituados as condições climáticas do Estado. A cartilha reitera que mesmo sem apoio da corte, a província já realizava experiências com a montagem de colônias na região de Pedreiras no Médio Mearim. Entretanto não informa a respeito dos colonos. É interessante notar que a região ao longo do século XX recebeu uma grande leva de migrantes nordestinos. Creio que essa tenha sido a alternativa encontrada pelo governo maranhense.

Portanto, a imigração estava relacionada com trabalho, embranquecimento e povoamento da região. Essa tríade “progressista” defendida pelo menos desde o Império, baseada nos modos de produção do sul do país, acreditava que o imigrante pudesse modificar positivamente o contexto econômico local. O governo estadual incorporou esse discurso, contudo, com as colônias de Turiaçu ainda em fase de testes, buscou alternativas para as outras regiões do Estado.

Em parceria com o congresso, o governador obteve autorização para o consentimento de permissões a quem pudesse oferecer condições vantajosas ao Estado para a exploração de produtos naturais da região¹¹⁰. Ademais, Domingues lança o plano de loteamento das terras devolutas, regiões livres ocupadas por pequenos agricultores, cuja produção basicamente estava voltada para sua subsistência. Além do lucro com a venda das terras, o objetivo era inserir na região um modelo de produção agrícola baseado na produção em larga escala. O governador, também, concederia prêmios de um conto de reis ao agricultor que obtivesse a quantia anual de dez contos de reis, utilizando mais técnicas em seu cultivo.

Na indústria, Luiz Domingues abriu linhas de crédito para o setor com objetivo de incentivar a abertura de novos empreendimentos e proteger as que já estavam em atividade. Dirigiu atenção para os transportes com incentivo a navegabilidade dos rios, buscando garantir auxílio a novos investidores no setor¹¹¹. Inaugurou a estaca zero da via férrea que ligaria São Luís ao município de Rosário, como primeiro trecho da linha São Luís-Caxias¹¹². Realizou reformas no porto de São Luís e promoveu as limpezas dos rios Mearim e Itapecuru com o objetivo de melhorar a navegabilidade dos rios.

Na educação, construiu novas escolas no interior do Estado e reorganizou a inspetoria de ensino, órgão responsável pela fiscalização e regulamentação das normas educacionais na região. Na capital, reformou os prédios da Escola Normal e Modelo considerados pelo próprio governante em estado crítico de conservação e higiene. Assim como ocorreram reformas em prédios do ensino primário na capital.

As reformas não se restringiram somente aos prédios educacionais da capital. Até o ano de 1912, várias intervenções urbanas visaram aformosear e garantir segurança e higiene aos prédios públicos de São Luís. Ocorreram, também, reformas quanto ao despejo do esgoto.

¹¹⁰Em artigo publicado pela Pacotilha em 11 de abril de 1910 o Congresso Legislativo, baseado na lei, concedeu a Pedro Paes Barreto autorização para a montagem e exploração de uma indústria extrativista de óleos, laticínios, fabricação de conservas de frutas, peixes e mariscos. Além do serviço de abastecimento de água durante cinco anos.

¹¹¹Promoveu as limpezas dos rios Mearim e Itapecuru com o objetivo de melhorar a navegabilidade dos rios. Pacotilha, 20/05/1910

¹¹²Realizou estudos para a criação de outra ferrovia que ligasse a capital a região tocantina. Pacotilha, 22/03/1910.

Segundo o próprio do Domingues, sem tais investimentos na higiene a cidade “continuará exposta aos perigos das fossas fixas e do despejo, até das fezes, nas ruas, como dia e noite aqui se pratica” (DOMINGUES, 1912, p. 101).

As medidas do governo caíram nas graças da imprensa local. Os jornais festejaram os primeiros meses da gestão Domingues. Apontavam o político como um governante do povo e conhecedor das tradições maranhenses. A referência ao “novo” era constante em matérias nos periódicos: *novo governo*, *novas medidas*, *novo governador*. Neste caso, o termo não estaria relacionado ao início da nova gestão, mas acredito que sua utilização estaria relacionado à construção da imagem de um governo que se apresentava de forma diferente dos anteriores, construídos como marcados pelos conchavos políticos e partidarismos. *A Pacotilha*, jornal que pertenceu ao grupo Costa Rodrigues, replica um artigo publicado no *Diário de Minas*. Escrito por Francisco Serra, o texto tratou de uma análise dos primeiros meses do governo Domingues. A citação a seguir corresponde a algumas características mencionadas.

(...) O novo governador da terra de João Lisboa é o symbolo das aspirações de liberdade e progresso dos 800 mil cidadãos que habitam aquellas férteis regiões desprezadas.

A sua candidatura nasceu do povo, do povo que soffria, que definhava, que morria, no meio de um parasitismo doloroso e de prepotências açambarcadores.

Luiz Domingues é o novo Messias.

E que Luiz Domingues não é um producto exclusivo de amigos, como tantos outros que por ahi se agarram ás posições rendosas, explorando-os e servindo-se deles para os grandes gestos e os estudados lances theatraes: – Luiz Domingues, antes de ser politico, foi um homem simples, formado em Direito e lavrador.

Foi assim que o fizeram governador.

Ditoso povo!

Ditoso povo, que acordou de um sono mórbido e foi buscar o homem de precisava, não o que merecia. Um povo como este é um heroe que desperta, ainda cheio do amor aos feitos sublimes dos antepassados e crente no futuro (PACOTILHA, 13/06/1910).

O escrito se inscreve no contexto de “paz”, política estabelecida pelo acordo entre os oligarcas maranhenses. Para Costa Rodrigues, que não poupou elogios à administração Domingues através do seu jornal, era interessante o cumprimento do acordo, visto as dificuldades que enfrentou no processo de transição política que culminou para a indicação do nome de Luiz Domingues. Além disso, a propaganda em torno do “novo” governador, reconhecido nos jornais como um homem simples e trabalhador silenciava a trama política de sua eleição.

O próprio acordo entre os grupos políticos locais proporcionou a Domingues certa autonomia na implementação de sua política de Estado com o objetivo de reordenar a economia maranhense sob orientação republicana: industrialização, colônias agrícolas, transportes e

modernização da produção. Tais investimentos na área eram considerados de fundamental importância para a economia.

O texto de Francisco Serra também emula um discurso de liberdade e salvação através da eleição do novo governador. O Maranhão de terras férteis sofreu com o descaso político. A vitória do povo era representada pela ascensão de Domingues ao posto. Um repertório bem similar ao discurso da vitória de José Sarney por parte dos jornais ligados ao político em 1966¹¹³. Indício de que talvez esse conteúdo narrativo não seja tão recente.

3.2.1. *Luiz Domingues “(en) cena”: o governador nas ritualizações cívicas.*

No início do governo Domingues, sua autonomia e sua capacidade de diálogo com inúmeros setores sociais explicam-se não somente pela via do acordo político de pacificação, mas, sobretudo, pelo investimento do próprio governador na posituação de sua imagem política, e, conseqüentemente, de sua gestão. O “plus” em sua imagem muito contribuiu, inclusive, para que o acordo permanecesse firme pelo menos nos primeiros anos de governo.

Como primeira medida, Domingues criou um gabinete especial para a divulgação das atividades do governo. A função desse era despachar as medidas, leis, correspondência ou qualquer ação do novo governante aos jornais locais. A iniciativa tornou o governo um personagem presente nas páginas dos jornais. A ideia era construir uma imagem de uma gestão democrática, patriota e transparente. Qualquer passo do governador era divulgado através de uma espécie de agenda de governo.

Domingues também abriu espaço para receber visitas. Seguindo sua agenda, nota-se que o final da tarde era destinado a encontro com os diversos setores sociais. Políticos, professores, alunos, jornalistas e operários foram recebidos pelo governador. Esses encontros, em sua maioria, eram momentos em que os visitantes rendiam homenagens ao político; essas homenagens aparecem nas páginas dos jornais reconhecendo e reafirmando as qualidades do novo governante.

As visitas, também, tomaram o sentido inverso, o governador excursionou por São Luís durante os primeiros meses de sua gestão¹¹⁴. Visitou a redação dos jornais locais, escolas,

¹¹³Faço referência aos discursos a respeito da eleição de José Sarney ao governo do Estado em 1966. Os jornais locais interpretaram o momento como símbolo da liberdade e independência maranhense frente aos anos do controle político ditatorial de Victorino Freire. Para mais informações sobre o tema: COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: O poder oligárquico de Victorino a Sarney**. São Luís: Edufma, 2006.

¹¹⁴Do ponto de vista social a vida do governador foi intensa, sobretudo, nos primeiros anos de governo. Luiz Domingues promoveu jantares, comparecia a palestras, acompanhado de sua esposa, era uma figura presente nas missas de domingo sempre citado com destaque pelos jornais. Era um personagem presente na organização dos

instituições; acompanhou de perto as reformas no cais da Sagração e visitou o subúrbio da cidade. Em excursão pela região do Anil, foi recebido com honras de Estado pelos moradores da região; o objetivo era visitar a fábrica Rio Anil e acompanhar de perto o itinerário da empresa.

Ressalta-se que a excursão da região do Anil seguiu o seguinte percurso: o governador partiu da Avenida Maranhense em direção à região do Anil acompanhado por um grupo de políticos e jornalistas¹¹⁵; chegou ao local por volta das nove horas da manhã onde foi recebido pela banda de música Anilense que executou o hino nacional assim que a comitiva chegou à localidade; depois de uma visita ao Cutim do Padre, região próxima ao Anil, a comitiva dirigiu-se à fábrica.

Todas as secções do importante estabelecimento se achavam funcionando, de modo que o chefe de Estado teve oportunidade de apreciar de *visuo* productivo trabalho dessa fabrica (...)

Na ocasião, trabalhavam 660 pessoas de ambos os sexos e algumas crianças.

Ao chegar a sessão de estamparia, o sr. Dr. Luiz Domingues ficou visivelmente surprehendido, sendo-lhe ofertadas quatro peças de fino morim, fabricadas na ocasião, carimbando-a, á sua vista, duas com a inscrição – Silva dr. Luiz Domingues, – 19 3. 10, e duas outras – << A' exma. Sra. D. Aureliana Domingues da Silva. Lembrança – 19 3 10.

No álbum dos visitantes, que lhe foi entregue, o sr. Luiz Domingues escreveu o seguinte:

<< E' a primeira vez que leio impresso meu nome num artefacto de uma fabrica. Quando ao Rio de Janeiro chegou a noticia de minha eleição para o cargo de Governador do Estado, os meus conterrâneos offereceram me, numa estatua de bronze, o symbolo da Paz e do Trabalho. E' o mesmo o desta Fabrica. Aqui se faz na Paz, pelo Trabalho, a grandeza desta Terra, pelo que, como governador, lhe trago a expressão de toda a gratidão do povo maranhense e de minha parte a segurança de tudo, tudo, absolutamente tudo, farei para não desmerecer da impressão do meu nome no seu artefacto (PACOTILHA, 19/03/1910).

O depoimento de Domingues acerca do presente ofertado pela empresa se nutre muito da ideologia progressista do século XIX, discurso que também pertencia ao regime republicano. Paz e trabalho eram *slogans* do mundo moderno, simbolizavam a livre concorrência pacífica e conferiam ao trabalho valor, sobretudo, no mundo fabril. A crença era que o espaço da fábrica seria a manifestação concreta do progresso material de uma região. O fetiche pela mercadoria exposto pelo governante indicava a celebração ao artifício da técnica, uma ode aos modernos artifícios de produção.

festejos religiosos. Tais medidas, citadas, acima podem ser verificadas na coluna da Pacotilha intitulada: *O governo do Estado*. A coluna com informações das ações implementadas pelo governo foi publicada diariamente ao longo do primeiro ano de governo em 1910, reaparecendo ao longo do ano posterior, se a constância do primeiro ano.

¹¹⁵ Fazia parte da comitiva Pereira Junior, Mariano Lisboa, José Eusébio, Araújo Costa, Lemos Viana, Costa Rodrigues, Arthur Moreira, Vianna Vaz, Antônio Bricio, Joaquim Francisco dos Santos, José Jorge, Abílio de Noronha, José Lentini e Astolfo Marques. Para mais informações consultar a nota *Um passeio ao Anil*, 19 de março de 1910, Pacotilha.

Além da capital e seus arredores, Domingues realizou algumas viagens pelo interior do Estado. O primeiro destino foi à cidade natal do governante, o município de Turiaçu, onde em sua homenagem, uma das ruas da cidade foi batizada em seu nome. O roteiro se repetiu na maioria das localidades por onde visitou: Alcântara, Guimarães, Cururupu, Santa Helena, Pinheiro, Macapá, S. Bento, S. Vicente Ferrer, Cajapió, Viana, Penalva, Monção, Engenho Central, S. Pedro, Villa do Paço e São José de Ribamar¹¹⁶.

As visitas de Luiz Domingues em São Luís a órgãos de imprensa, instituições, escolas e fabricas reforçaram sua imagem de estadista, homem atento às questões da região. Assim ocorreu em suas incursões ao interior do Estado, as visitas aos municípios foram momentos de reforço de sua imagem através da via da sacralização. O batismo de ruas e praças com o nome do governador positivaram a gestão Domingues e através de comemorações que renomearam ruas e praças com o seu nome. O governador em cena, encena através do gesto e da fala. Domingues aproveitou esses momentos como forma de reforçar sua imagem política de homem do povo, patriota e republicano.

Essas estratégias utilizadas pelo governador obtiveram resultado. Domingues estava em todos os lugares, inclusive nos mais inusitados. Muitos se aproveitaram de sua popularidade para obter algum benefício. Nas páginas destinadas a propaganda e publicidade de serviços, produtos e estabelecimentos do jornal Pacotilha o proprietário do *Elixir Prodigioso Marques*, publica uma carta de Luiz Domingues endereçada a Cezar Marques. Na missiva, Domingues conta ao amigo médico que um operário da fábrica de seu sogro sofria de úlcera e outras complicações de saúde e que devido à falta de médicos no município de Pindaré corria risco de vida.

Para salvar, segundo Domingues, um dos melhores operários da fábrica deu ao trabalhador o elixir. Segundo o emissor, depois do segundo frasco o enfermo obteve uma melhora considerável; já, a partir do quarto frasco considerou o trabalhador curado de suas complicações. Domingues termina o texto agradecendo ao amigo por ter curado – através do remédio – um de seus operários.

A notícia foi publicada em 14 de agosto de 1910, Cezar Marques morre no Rio de Janeiro em 1900. Portanto, acredito que após sua morte algum membro da família tenha assumido a produção e distribuição do medicamento. Com a popularidade de Luiz Domingues

¹¹⁶Muitos desses municípios seguiram o exemplo de Turiaçu e batizaram uma de suas vias ou praças em homenagem a Domingues. A capital São Luís, em 1912 batizou o Largo das Mercês com o nome de praça Dr. Luiz Domingues com a Resolução nº 77 em dois de outubro da Câmara municipal.

em alta, o proprietário publica a carta endereçada ao médico e escritor maranhense como artifício publicitário para alavancar as vendas¹¹⁷.

Para além de garoto propaganda, Domingues foi personagem em uma das *fitas* exibidas no Ideal Cinema. O ano de 1910 não foi marcado somente pela posse de Domingues, mas também foi importante para a prática cinematográfica local com a instalação das primeiras salas fixas em São Luís. A partir do cinema Pathé, o primeiro da cidade, outros empresários passaram a investir no ramo da exibição.

Esses espaços seguiam o mesmo esquema das salas fixas em outros lugares do mundo. Não eram somente lugares onde se podiam ver as fitas animadas, mas funcionavam cafés, promoviam jantares e carnavais. Eram também estabelecimentos onde o expectador se mantinha informado dos assuntos locais. Foi nesse contexto em que o Ideal Cinema criou o Ideal Jornal. Em seu terceiro número, foram exibidas cenas do cotidiano local filmadas por Luiz Braga.

O film apresenta alguns dos exercícios do Outeiro da Cruz, e o dr. Luiz Domingues e outros cavalheiros, no terraço do Liceu Maranhense, por ocasião dos festejos do 7 de setembro, sendo o quadro final uma apoteose ao governador do estado e ao diretor daquele estabelecimento de instrução (PACOTILHA, 14/10/1910).

Segundo Jean-Claude Bernadet o mercado cinematográfico brasileiro era dominado pelos filmes importados. O que se assistiu no Brasil até a I Guerra Mundial foram produções vindas da França e Itália, chamadas de ficções do primeiro cinema. Contudo, mesmo com um período de domínio europeu, os primeiros cineastas brasileiros não deixaram de filmar questões do cotidiano local que fugiam do alcance dos produtores estrangeiros.

Desenvolveu-se uma produção de documentários – “naturais” como eram chamados – e de cinejornais. É esse tipo de produção que abasteceu o mercado brasileiro com fitas locais. Segundo o mesmo autor, os documentários e cinejornais “abordam assuntos locais, futebol, carnaval, as quermesses, a melhoria das rodovias, as inaugurações”. Além disso, davam destaque a “uma figura política, alguns grandes acontecimentos políticos, a revolução de 1924, de 1930, sempre apresentados do ponto de vista de quem fica no poder” (BERNARDET, 2009, p.38).

Foi nesse contexto de produção que Luiz Domingues foi filmado por Luiz Braga, não sabemos ao certo se houve algum incentivo do governador para que tais imagens fossem feitas¹¹⁸. Poderíamos tratar como um caso de um simples registro de uma atividade cívica, mas

¹¹⁷ A carta foi escrita por Luiz Domingues em 1881.

¹¹⁸ No ano seguinte Luiz Braga fez outros registros na cidade como: o cortejo dos restos mortais de João Lisboa do cemitério municipal para o Largo do Carmo/Praça João Lisboa e o festejo de São Benedito.

acredito que o quadro final exibido pelo jornal uma “apoteose” ao governador e ao diretor da instituição indicam as intenções do “cineasta”.

O destaque a imagem de Domingues, no quadro, descrito pelo jornal evidenciam de um lado aquilo que Bernardet aponta como acontecimentos apresentados através do ponto de vista do poder, e, por outro, indicam as intenções do estabelecimento em manter boas relações com o governo estadual. Acredito que as políticas de Estado do governo Domingues tenham facilitado, de início, a aventura das salas fixas em São Luís. Mesmo assim, havia o risco do investimento, pois ainda existia uma precariedade nas exibições. A distribuição de fitas na região era inconstante e o próprio mercado consumidor ainda era pequeno. Para esses empresários do cinema, era sempre importante contar com o apoio do governo.

O investimento na construção da sua imagem política fez de Domingues um sujeito onisciente. O governador estava em todos os lugares, no nome de praças e ruas, nos jornais, em anúncios de medicamentos e nos cinemas da capital. Entretanto, foi no drama cênico do teatro simbólico-cívico maranhense onde o governador encontrou formas de fortalecer seu poder e personalizar as ações do governo do Estado. Como apontei no capítulo anterior, é significativa a interferência direta do governador nas comemorações cívicas¹¹⁹.

De 1910 até 1914, a atividade cívica na capital ocorreu de forma intensa. O próprio Domingues reconheceu a importância de se comemorar os feitos nacionais e locais em livro escrito ao Congresso Legislativo do Estado acerca do biênio de sua gestão em 1912. As celebrações, de fato, pareciam fazer parte da sua política de Estado.

Anteriormente, os governadores eram uma espécie de mecenas, interferiam indiretamente apadrinhando grupos no patrocínio dos ritos cívicos, ou quando não, eram meros coadjuvantes dos repertórios encenados. O político, recém-chegado da capital federal, compreendeu a importância de tais rituais para a manutenção de seu *status quo*, e, de forma direta, se utilizou da força simbólica dessas ritualizações¹²⁰.

¹¹⁹Além comemorações destinadas ao tricentenário da capital maranhense sob a administração Luiz Domingues ocorreram outras ritualizações de sacralização da cidade. Além da alteração no nome de ruas e praças, recomendo uma consulta a tabela da página (52), alguns monumentos importantes foram inaugurados nesse período. São eles a pirâmide de **Bequimão (1910)** e a estátua em homenagem a **Benedito Leite (1912)**. Além disso, dois cortejos fúnebres para transladação dos restos mortais de **João Lisboa (1911)** do cemitério municipal para a praça que recebera seu nome localizada no antigo Largo do Carmo e a glorificação de **Odorico Mendes (1913)** sendo depositados seus despojos na praça que recebera seu nome em 1905.

¹²⁰Apontei no capítulo anterior o protagonismo cênico-cívico de Luiz Domingues. O caráter oficial das comemorações possibilitou ao governador visibilidade maior nas ritualizações. Além do protagonismo, o governador atuou nos bastidores criando comissões para a organização de celebrações cívicas a maranhenses ilustres. A exemplo, podemos citar a idealização das comemorações e construção de um monumento em homenagem a Bequimão; glorificação a Benedito Leite, evento que marcou a inauguração da estátua em sua homenagem em 1912 e a transladação do corpo de Odorico Mendes, a pedido de Domingues, de Londres para São Luís. O evento foi marcado por uma comemoração cívica em homenagem ao político e escritor em 1913.

Fernando Catroga afirma que de maneira direta ou indireta o Estado se torna um incentivador da religião civil. Segundo o autor, seja através da representação da entidade (Estado) ou na sua forma personalizada (chefe de Estado) o poder político produziu e reproduziu sua ideologia através de crenças, mitos e rituais. Estas por sua vez, reforçam “a legitimação do contrato (Rousseau), ou, de uma maneira mais abrangente, se sacralizar o poder, ou se enfatizar o carisma de seus líderes” (CATROGA, 2010a, p.136).

Diferente do antecessor, Benedito Leite, a política da eleição de Domingues apresentava algumas características peculiares. Se, por um lado, o acordo entre os coronéis o tornou uma unanimidade, por outro colocava o governador entre as trincheiras da política local. Suas ações deveriam agradar tanto a maioria quanto a minoria. Tal posição, dependendo do momento, fortalecia ou fragilizava o governador. Portanto, o trabalho¹²¹ de manipulação da memória, através das ritualizações, ajudaria na manutenção e controle da estabilidade política no Maranhão, e, ao mesmo tempo, seria uma forma de autonomia encontrada que pudesse projetá-lo de forma dissonante do acordão entre os coronéis do Estado.

Problema importante no período do compromisso é que ambos os governadores eleitos de comum acordo entre a maioria e a minoria, Luiz Domingues (1910/1914) e Herculanô Parga (1914/1918), tentaram seguir uma linha política de fortalecimento próprio. Este é um traço que parece compor a política oligárquica, principalmente quanto as fricções entre grupos e facções permanecem latentes: os ocupantes do executivo estadual tentam formar “maquinas políticas” próprias, o que, no caso, equivalia a transgredir os limites impostos pelo acordo para uma ação independente e tentar se afirmar como chefe político regional. (REIS, 2007, p.89)

Para além do uso político da memória, tudo indica que exista o fator experiência ou trajetória de vida, que no caso de Domingues, mescla com seu percurso político, tendo em vista, seu início prematuro nos quadros da política regional ainda no Império. O político maranhense viveu a maior parte da vida fora do Estado¹²², especialmente no Rio de Janeiro. Acompanhou de perto a inauguração de monumentos, criação de calendários cívicos e o repertório das ritualizações da capital federal. Ele mesmo, no tempo que viveu em solo carioca, chegou a

¹²¹Noção instituída por Paul Ricoeur, cujo objetivo é pensar a memória pelo viés da rememoração desvinculando-a de uma concepção naturalista. A rememoração seria uma ação, portanto um trabalho de memória. Além disso, a categoria seria importante para aqueles que se debruçam acerca dos usos e abusos da memória exercitada. In: RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2007.

¹²²As visitas de Luiz Domingues ao Maranhão eram bem corriqueiras. Na análise da documentação encontrei algumas viagens a São Luís destinadas ao lazer e descanso familiar. Em outras de ordem política, o político é mencionado na inauguração de uma escola primária em Turiaçu, sua terra natal. O fato é que para as demais regiões do Estado, políticos como Luiz Domingues, eram meros desconhecidos. Fiz um levantamento ao longo de 15 anos no jornal a Pacotilha, no impresso constam algumas ações de Domingues e visitas extraoficiais ao município de Turiaçu.

organizar reuniões da colônia maranhense em sua residência para comemorar a adesão do Maranhão a República.

Certamente, a presença de Domingues no cerne do debate político-ideológico fez com que o então governador maranhense propusesse nas ritualizações, concepções e arranjos identitários mais próximos a simbologia republicana do centro do país. Tais proposições deram as celebrações um caráter oficial, mantendo uma constante na estrutura, no que se refere ao repertório das celebrações. Tais modificações foram sentidas principalmente nos rituais destinados à lembrança de fatos ou personagens locais antes sob total domínio mnemônico e ritualístico de agremiações. Portanto, as performances cívicas, sob o jugo do executivo, construíram-se pelos excessos dos símbolos nacionais¹²³ que incorporaram ao repertório comemorativo maranhense ideais de progresso através da República¹²⁴.

As bandeiras nacional e maranhense estavam presentes como adornos cênicos. Assim como os hinos nacional e maranhense também faziam parte na composição e marcação dos rituais, tocados no início e fim dos cerimoniais. A presença desses símbolos tinha como objetivo dar legitimidade em duas esferas: A primeira, o trabalho de memória teria como sentido conectar fatos e personagens locais a República, em tornar possível a assunção de sua presença; por conseguinte, a segunda teria um viés de legitimar os evocadores, dispositivos que os autorizavam e davam legitimidade a suas falas.

O hino e a bandeira têm simbolicamente representado ideais de patriotismo, filiação, lealdade, dever e, de forma geral, um resumo esquemático dos valores de um determinado país, região ou grupo. Esse tipo de representação baseou-se na naturalização da estética simbólica como forma de reforçar a interação social e regional dentro de uma territorialidade regida sob um viés político, aquilo que chamamos de soberania nacional.

¹²³A maioria dos ritos coordenados pelo governo estadual apostaram nos excessos dos símbolos nacionais e regionais. A bandeira nacional e maranhense estavam presentes como adornos cênicos. Assim como, o hino nacional e maranhense também faziam parte na composição e marcação dos rituais, tocados no início e fim dos cerimoniais. A meu ver a presença desses símbolos tinha como objetivo dar legitimidade em duas esferas. A primeira, o trabalho de memória teria como sentido conectar fatos e personagens locais a República, em tornar possível a assunção de sua presença. Por conseguinte, a segunda teria um viés de legitimar os evocadores, dispositivos que os autorizavam e davam legitimidade a suas falas.

¹²⁴Recomendo uma análise das glorificações aos vultos da terra no governo Luiz Domingues. **Benedito Leite (1912)** e **Odorico Mendes (1913)** foram incorporados ao ethos comemorativo como espíritos patrióticos. A ideia de contribuição histórica para a região tornou-se base para a evocação através de cerimônias e monumentalização dos espaços. O interessante dentro dessa perspectiva é a ideia-imagem dos repertórios apresentados nos cerimoniais. Se o velho oligarca era visto como o primeiro a trazer o progresso para o Maranhão através de inúmeras ações como o investimento na educação. Odorico Mendes saíria de uma esfera literária para uma imagem mais política. Visto como um homem de ideais sólidos, Odorico Mendes soube fazer frente ao autoritarismo do imperador D. Pedro I guarnecendo a liberdade, qualidade esta, vista como um prenúncio de um ideal republicano. Ambos os papéis se encontram digitalizados no site da Biblioteca Pública para consulta.

Hobsbawm aponta que a importância desses sinais reside juntamente nas suas indefinições ou na missão de universalizar seus sentidos.

No Maranhão, a produção da bandeira e do hino do Estado ocorreu em momentos distintos, conseqüentemente, distintos também foram suas representações do que seria a região e seu povo. Além disso, indicavam visões ou imagens ideologicamente modeladas por concepções republicanas pertencentes a governos ou grupos. Nesse sentido, o diálogo com Benedict Anderson torna-se importante tendo em vista a ação do imaginário na produção desses bens simbólicos. A bandeira, o hino e, até mesmo, o mapa seriam resultado do que o inglês define como *comunidade política imaginada*.

Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (...) Na verdade, qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas. (ANDERSON, 2008, p.32-33)

O estilo, ou a maneira como são imaginadas incide em outra discussão, a de finitude. Para Anderson, as comunidades imaginadas são limitadas justamente pela forma de como cada uma se pensa ou imagina. Portanto, os símbolos maranhenses, são exemplos dessa finitude. Ademais, são objetos que tinham como finalidade exteriorizar uma espécie de “camaradagem horizontal” mesmo que o cenário social do período, possa nos levar a um caminho contrário dessa perspectiva. De maneira geral, a utilização desses símbolos nas ritualizações maranhenses tinha como objetivo representar a comunhão não somente dos presentes, mas de todos aqueles que pertenciam à região.

A bandeira do Maranhão foi o primeiro símbolo a ser criado logo após a instituição do novo regime. O pavilhão foi obra do poeta Sousandrade¹²⁵, um dos primeiros defensores do republicanismo na região. A iniciativa deveu-se ao decreto nº6, de 21 de dezembro de 1889, que autorizava o então governador do Estado, Pedro Augusto Tavares Júnior, a criação de uma bandeira para o estado que simbolizasse a autonomia do estado e seu pertencimento a federação.

¹²⁵ Joaquim de Sousa Andrade, ou Sousandrade nasceu em Guimarães em 1833. Formou-se engenheiro pela Universidade de Paris e em letras pela Sorbone. Reza a lenda que sua adesão ao republicanismo ocorre com a recusa do Imperador Pedro II em patrocinar seu projeto mais ambicioso O Guesa. A obra dividida em três partes e demorou anos para ser concluída. Publicou seu primeiro livro de poesia em 1857 intitulado Harpas Selvagens. Em 1870, transfere-se para os Estados Unidos onde passa a ser colaborador do periódico Novo Mundo em Nova Iorque. Em 1890, retorna ao Maranhão onde exerce alguns cargos na burocracia local, também se candidatou a senador pelo Maranhão, mas desistiu do objetivo. Além disso, lecionou como professor de latim no Liceu Maranhense. Morreu em 1902, em São Luís, na miséria e sem grande prestígio na região que mais se orgulha da sua tradição literária.

O modelo adotado pela bandeira maranhense foi claramente inspirado no pavilhão norte-americano. A inspiração também nos revela a respeito das concepções republicanas de seu proponente. Sousandrade viveu parte da vida nos Estados Unidos onde se aproximou dos ideais republicanos dos norte-americanos. O poeta idealizou para o Brasil um modelo de República que estivesse próximo a dos vizinhos do norte. Não é coincidência que o *layout* escolhido para simbolizar o Estado tenha forte inspiração na bandeira americana.



Figura 8: Bandeira do Estado do Maranhão

No aspecto geral, o desenho é composto de nove listras intercaladas no sentido horizontal por três diferentes cores: são quatro listras brancas, três encarnadas e duas pretas. No canto superior esquerdo um quadrado azul e no seu centro uma estrela. Ao mesmo tempo em que afirmava a soberania e afirmação política do Estado, bandeira maranhense, coligava-se ao imaginário republicano ao “attender pelas cores ás três diferentes raças que compõem a sua população, raças hoje fundidas e fraternizadas na prossecução de um destino idêntico e comum” (COLEÇÃO DE LEIS DO ESTADO DO MARANHÃO, 1889).

O branco (europeu/português), o preto (africanos) e o vermelho (nativos); representavam a fraternidade e união das raças através da transposição de cores na bandeira maranhense. Essa representação simbólica do pavilhão maranhense relaciona-se intimamente com a visão de República do pai de “O Guesa”. Ao assumir cargos na burocracia política, após seu retorno definitivo ao Maranhão, Sousandrade tratou de pôr em prática algumas ideias que

julgou ser benéficas para que os ideais simbolizados pela bandeira não ficassem somente no campo das representações.

Como chefe da intendência municipal de São Luís em 1890, tratou de realizar reformas no ensino com o objetivo de atingir os menos favorecidos. Nesse período, em que de forma ativa participou dos primeiros passos do novo regime no Maranhão, fundou escolas mistas e ofertou ensino para operários. Além do mais, participou da comissão que elaborou a nova constituição maranhense. Sem dúvida, era uma das poucas figuras públicas com ideias sólidas, ideologicamente falando, no que diz respeito a um projeto republicano para o Maranhão. A bandeira maranhense, talvez possa ser a síntese dessas concepções republicanas defendidas e idealizadas pelo poeta.

Apesar de ter sido um dos primeiros produtos simbólicos da república maranhense, de maneira geral a bandeira do Estado foi pouco explorada nos primeiros anos após a sua criação. Talvez porque, sua simbologia, enquanto expressão de uma democracia racial e composição e formação social do povo maranhense estivesse distante das agendas de governo dos antecessores de Domingues.

Ao assumir o governo do Estado, ordenou que a bandeira do Estado estivesse hasteada no Palácio do Governo durante seu expediente. As demais repartições públicas aderiram à medida. A partir de então, o uso da bandeira do Estado tornou-se recorrente e seu significado dependia do contexto em que era utilizada. Contudo, era inegável a exploração de sua simbologia com o objetivo de reforçar a autoridade do governador.

Sobre o hino estadual, foi no governo Domingues que adotou uma letra para o hino maranhense. A lei Nº 552, DE 30 DE MARÇO DE 1911 determinou uma concorrência pública para a definição da letra. O vencedor receberia um conto de reis como prêmio. O hino, enquanto melodia, de autoria do maestro Antônio Raiol¹²⁶, era executado em algumas festas cívicas da capital maranhense. A letra escolhida foi a de autoria de Barbosa de Godois. Segundo Meireles o autor já possuía uma certa experiência em composições de hinos cívicos, tendo escrito a letra do hino em homenagem a adesão do Maranhão a Independência.

HINO DO MARANHÃO

I

Entre o rumor das selvas seculares,
Ouviste um dia no espaço azul, vibrando,

¹²⁶ Antônio Reis Raiol nasceu em São Luís em 1855. Ainda criança cantava em igrejas da capital. Com 24 anos viajou para o Rio de Janeiro para participar de concurso que selecionaria tenores. Ao vencer o concurso, ganhou uma bolsa de estudos para graduar-se na Itália. Em 1891 retorna para o Maranhão. Em 1901 criou a Escola de Música do Maranhão. Segundo Mario Meireles foi nesse período que o maestro teria feito a melodia do hino maranhense.

O troar das bombardas nos combates,
E, após, um hino festival, soando.

Estrilho

Salve Pátria, Pátria amada!
Maranhão, Maranhão, berço de heróis,
Por divisa tens a glória
Por nome, nossos avós.

II

Era a guerra, a vitória, a morte e a vida
E, com a vitória, a glória entrelaçada,
Caía do invasor a audácia estranha,
Surgia do direito a luz dourada.

III

Quando às irmãs os braços estendeste,
Foi com a glória a fulgir no teu semblante
E foi sempre envolta na tua luz celeste,
Pátria de heróis, tens caminhado avante.

IV

Reprimiste o flamengo aventureiro,
E o forçaste a no mar buscar guarida
Dois séculos depois, disseste ao luso:
- A liberdade é o sol que nos dá vida.

V

E na estrada esplendente do futuro,
Fitas o olhar, altiva e sobranceira,
Dê-te o porvir as glórias do passado
Seja de glória tua existência inteira.

(Barbosa de Godois)

A composição escolhida, de maneira geral dialoga com a soberania do Estado e o enraizamento de um sentimento pátrio para com a terra. As estrofes de Godois desenhavam inúmeras batalhas pela posse do território. Tratam da expulsão dos invasores: franceses, holandeses e portugueses. O hino é um épico pela liberdade, heroísmo, fraternidade, glórias passadas e amor a pátria, características indispensáveis e corriqueiras em tempos de República e na construção identitária de qualquer território pertencente à federação.

O apelo a ritualizações mais próximas do jogo cênico-cívico nacional trouxe consigo uma concepção mais historicista às celebrações através da participação de Ribeiro do Amaral¹²⁷. O intelectual atuou como consultor das ritualizações cívicas, um sujeito autorizado.

¹²⁷Ribeiro do Amaral nasceu em São Luís em 3 de maio de 1853 e faleceu na mesma cidade em 30 de abril de 1927. Foi educador grande parte de sua vida exercendo a função de professor de História e Geografia do Liceu Maranhense, onde também esteve como diretor. Além disso, fundou o Colégio São Paulo onde também lecionou. Foi diretor da Imprensa Oficial e colaborador do Diário Oficial. Ribeiro do Amaral era um homem arquivo, grande colecionador de documentos sobre Maranhão. Parte desse acervo, os jornais, se encontra na Biblioteca Benedito Leite para consulta. Na República, publicou várias obras e artigos nos jornais entre o final do XIX e início do século XX todas relacionadas ao Maranhão principalmente sob a temática histórica. Apesar de uma produção intensa e diversificada a respeito da história do estado sem dúvida sua obra que recebeu mais atenção foi A fundação do Maranhão em ocasião das comemorações do tricentenário da capital maranhense em 1912. A obra ganhou edições póstumas sendo a mais recente a publicada em 1911. Ribeiro do Amaral foi presidente da Academia Maranhense de Letras e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Além de consultor, no governo Luís Domingues – de quem era amigo – Ribeiro do Amaral foi diretor da Biblioteca Pública entre os

O suporte histórico dado por ele legitimou, por exemplo, as celebrações e a construção da pirâmide de Bequimão. Como historiador, o professor produziu estudos para as comemorações cívicas. Dentre as obras, encontra-se o seu mais famoso estudo *A fundação do Maranhão*¹²⁸ (1912). O trabalho foi elaborado para as comemorações do tricentenário da capital. Além do livro, o então diretor da Biblioteca Pública redigiu o manuscrito para as celebrações de glorificação a Odorico Mendes em 1913.

O papel social exercido por Ribeiro do Amaral em algumas ritualizações cívicas inseriu-se em um contexto de utilização de “saberes científicos” como forma de legitimar a reinvenção do passado. Esse fenômeno percorreu toda a Europa durante o século XIX como reflexo de um momento de ruptura das formas tradicionais de sociabilidade. O contexto, requeria o fabrico e a imposição de novos consensos com o objetivo de conectar os sujeitos-cidadãos aos novos projetos políticos. Para tanto, a memória passou ser utilizada como dispositivo de sociabilidade e, em muitos casos, sob a tutela dos historiadores.

No caso maranhense, a função de Ribeiro do Amaral está associada a um conjunto de ações cujo objetivo era de popularizar essas novas interpretações sobre o passado local regimentadas pelos novos valores republicanos. O contexto reflete em uma historiografia compromissada em legitimar práticas de incorporação (ritualizações cívicas) através do caráter científico atribuído ao ofício historiográfico. Nesse sentido, suas ações desempenhadas enquanto historiador, possibilitaram a (re)invenção de tradições e mitos. O objetivo era conectar Maranhão a República a partir de um legado histórico simbolizado na rememoração de “heróis” e momentos que traduzissem a grandeza da região.

Contudo, considero que este movimento não seja somente voltado para fora. Existe dentro do conteúdo simbólico das ritualizações uma dimensão doutrinária, pedagógica e educativa a ser trabalhada a partir do repertório teatralizado. Dessa forma, havia um duplo sentido nas ações. O fato é que não se trata somente de um movimento de projeção, mas também, de um movimento interno de transmissão dos valores a partir da socialização do passado remodelado através das ritualizações.

Podemos utilizar o mesmo esquema de duplo sentido para pensarmos o papel da historiografia como legitimadora de novos eixos simbólicos. Se, por um lado, a conexão entre

anos 1910 e 1913. A partir do governo Domingues, o professor passa ser figura de destaque no teatro cívico da capital como autoridade reconhecida por todos quando ao tema história do Maranhão.

¹²⁸ A respeito da obra, adianto que uma espécie de ensaio, do que viria a ser o texto, foi publicado em uma série de artigos intitulados O Maranhão Histórico no Diário Oficial em 1911. A grande questão entorno da relação entre a obra e comemoração é se as comemorações do tricentenário foram legitimadas pela obra do professor, ou se, ocorreu o inverso. Não teria sido as comemorações, praticas que instituíram um regime de verdade a obra de Amaral?

a memória social e a historiografia permitiu que as ações de Ribeiro do Amaral estivessem a serviço das políticas mnemônicas, ou seja, repertórios e performances cívicas, por outro, ocorreu uma socialização dessa memória a partir de práticas de inscrição, investigações e publicização de escritos interligados as ritualizações.

O arquivo e o repertório têm sempre sido fontes importantes de informação, sendo que cada um excede as limitações do outro em sociedades letradas e semiletradas. Além disso, eles, em geral, trabalham em conjunto. Inúmeras práticas nas sociedades mais letradas requerem tanto a dimensão arquivística quanto a incorporada (...) Temos apenas de pensar em Colombo cravando a bandeira espanhola no “Novo Mundo”, ou em Neil Armstrong ficando a bandeira estadunidense na lua. Os materiais do arquivo dão forma à prática incorporada de inúmeras maneiras, mas nunca ditam totalmente a incorporação. (TAYLOR, 2013, p.51)

Portanto, essas práticas institucionais, ocorridas em São Luís no governo Luiz Domingues, postas a serviço da sacralização do tempo – *comemorações* – e espaço – *lugares de memória*, embebidas e apoiadas por leituras historiográficas, tinham como objetivo enraizar horizontes de crença mais próximos da simbologia republicana do centro do país.

Nesse sentido, as dimensões das políticas de memória maranhense e seu funcionamento como metamemória – uso ideológico-político – desnudaram seu cariz essencialista e apontam caminhos para uma análise dos processos de construção, negociação e manipulação da memória social maranhense no período.

3.3. **Primeiros planos:** um ensaio para as comemorações.

No que tange as comemorações de fundação de São Luís, o aspecto manipulativo foi detectado nas primeiras tentativas de realização do evento. Os planos de comemorar a fundação da cidade pelos franceses apareciam em notas soltas nos jornais da capital a partir de 1908. O objetivo da proposta era que se celebrasse o centenário de João Francisco Lisboa juntamente com o tricentenário de fundação de São Luís em 1912.

O que intriga é que essas propostas aparecem quatro anos antes. Um movimento muito anterior e muito distante das datas requeridas. Além disso, outro dado significativo a respeito dessas manifestações é que elas sinalizavam o desejo de maranhenses residentes na capital federal¹²⁹. O fato é um indicio que levanta algumas questões a respeito do contexto.

¹²⁹ Faço referência ao artigo publicado pela Pacotilha no dia 21 de agosto de 1908, intitulado História do Maranhão. A nota informa aos leitores da capital os planos da Sociedade Maranhense Beneficente, agremiação fundada no século XIX no Rio de Janeiro, de organizar as comemorações em homenagem ao centenário de nascimento de João Francisco Lisboa conjuntamente com as comemorações de fundação de São Luís pelos franceses em 1912.

Acredito que exista uma relação de duplo benefício, do regional ao nacional. Em ambos os campos, o controle da memória, aquilo que deveria ser comemorado, fortaleceria a posição social e simbólica dos proponentes na capital federal, assim como, no Maranhão.

No Brasil, ao longo da Primeira República, se assistiu uma série de celebrações destinadas aos centenários como: As comemorações do VI Centenário do Descobrimento (1900), O Centenário de Abertura dos Portos (1908) e o Centenário da Independência (1922). Em artigo destinado a reflexões acerca das festas cívicas no período, Lúcia Lippi afirma que essas grandes celebrações tinham como objetivo de funcionarem como uma espécie de marcadores identitários no tempo (datas e acontecimentos).

Esses dispositivos instituídos através do calendário cívico e animados pelas ritualizações representariam uma determinada mensagem ou um complexo de informações a serem transmitidas através da incorporação com objetivos externos e internos¹³⁰. O objetivo seria de positivar o regime através da metamemória, ou seja, a socialização de uma memória histórica, representada e (re)apresentada sob forte influência político-ideológica do regime.

A mesma autora afirma que a primeira grande celebração ao regime republicano, IV Centenário do Descobrimento do Brasil, foi imensamente prejudicada pela crise econômica e política pela qual passava o país. O fato contribuiu para que se reduzisse drasticamente a “pompa” do cerimonial. Mesmo assim buscou-se transmitir uma imagem de Brasil que encontrava força na sua miscigenação. No entanto, houve ali pouco espaço para as práticas de incorporação. Basicamente, o momento serviu para o lançamento de inúmeras obras a respeito da união e fraternidade social advinda com o novo regime aproveitando a celebração do fato¹³¹. Um exemplo da sobreposição do arquivo referente ao repertório performático.

Inicialmente, o mesmo se assistiu as comemorações de fundação de São Luís em 1912. Apesar de um movimento externo de maranhenses a favor das comemorações, o que se viu por parte dos intelectuais residentes foi à divulgação de futuros trabalhos científicos com a temática Maranhão, que seriam lançados no período. Algumas obras, de fato, saíram do campo especulativo como o famoso livro de Ribeiro do Amaral **A fundação do Maranhão** lançado

¹³⁰Lippi afirma que as comemorações em tempos republicanos tinham dois objetivos. O primeiro seria uma dimensão moral. Garantir uma imagem positiva do país a partir de uma cultura cívica que aproximaria o Brasil das demais Nações praticantes. Já o segundo, teria uma dimensão interna, voltado para educar o novo cidadão. Criar um horizonte de crença entorno do novo regime. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.14, n.26,2000.

¹³¹Além das obras, foram lançados outros produtos comemorativos como selos, moedas e cartões postais que faziam referência as celebrações. Esses objetos auxiliavam na circulação dos símbolos e imagens republicanas, respondiam a uma tentativa de criar um elo de proximidade e vínculo com o evento mesmo para aqueles que não se faziam presentes na capital federal. Além disso, existia o fator da celebração que precisa recordar, mas merecia ser recordada, à medida que, esses objetos funcionariam como uma memória da celebração em si, de seus promotores e do próprio regime.

no encerramento das comemorações. Outros, porém, a meu ver bem mais interessante para esta pesquisa, ficaram na promessa.

Em 18 de abril de 1910 Pacotilha replica nota do jornal Folha do Dia (Rio de Janeiro) sobre as próximas investidas científicas de Justo Jansen. O então professor de Geografia do Liceu Maranhense e representante do estado nos congressos de Geografia e Higiene, realizados na capital federal, estaria a escrever um livro de História e Geografia intitulado **O Maranhão em 1912**. A obra seria lançada em ocasião das comemorações de fundação da capital maranhense e do nascimento de João Francisco Lisboa. Seu conteúdo seria um apanhado da história, riquezas e situação atual do estado naquele período¹³².

Basicamente, de início, os residentes da capital optaram pelas práticas de inscrição através da produção de obras que funcionariam como futuros arquivos (bens materiais) em contraste com um grupo de conterrâneos que vivia no Rio de Janeiro. Sobre o caso há algumas hipóteses a serem levantadas. Dentre elas, além de uma cultura republicana, as comemorações se relacionavam a mecanismos de prestígio social. Se participar desses eventos – principalmente aqueles com certas restrições ao público – era considerado um prestígio, maior seriam os privilégios adquiridos pelos organizadores.

A tomada de dianteira através do anúncio nos jornais pela Sociedade Maranhense Beneficente, ainda em 1908, indicava que o grupo almejava guardar sua posição de organizador do evento antes que outras agremiações tomassem o posto. Cedo ou tarde isso iria acontecer. Comemorar a fundação da cidade, consequentemente, o próprio Estado, seria inevitável, principalmente devido à onda revisionista proporcionada pelo regime republicano.

Vale ressaltar que no período republicano, muitos grupos utilizaram-se do trabalho de memória como forma de angariar novas posições sociais. No Maranhão, o apelo à memória foi um artifício utilizado por muitos polígrafos. No Rio de Janeiro, as disputas pelo poder e posições de destaque eram mais intensas. A construção ou ressignificação da identidade do Maranhão e seu povo seria de fundamental importância na reafirmação de posições sociais e simbólicas.

Portanto, ordenar o passado através do que deve ser lembrado e esquecido no sentido coletivo possibilitaria o controle da memória e, consequentemente, do horizonte de crença. “A memória – independentemente de eventual controle empírico de seu conteúdo –

¹³² Acredito que a obra nunca tenha sido publicada pelo professor. Nenhuma menção a ela foi feita pelos periódicos no ano de 1912. Nos arquivos públicos da capital, também não aparece nada nos catálogos e listas documentais.

desempenha um papel determinante tanto no *modus cogitandi* como no *modus agendi* dos indivíduos” (MARTINS, 2011, p.19).

Nesse sentido, o fator experiência cotidiana no Rio de Janeiro influenciou diretamente nas políticas de memória do grupo. Isso porque a vida na capital federal sofreu algumas modificações nos primeiros anos do século XX. Parte dessa mudança deveu-se as intervenções urbanas ocorridas no Rio de Janeiro que de alguma forma modificaram a relação dos habitantes com a cidade. *O Rio civiliza-se*¹³³ e o clima mental, por parte das elites, era que finalmente os trópicos haviam alcançado os valores europeus, moldado ao estilo francês.

Do ponto de vista simbólico, o governo federal corresponde a essa euforia organizando a primeira grande Exposição Internacional em comemoração ao centenário de Abertura dos Portos as Nações Amigas no Rio de Janeiro em 1908¹³⁴. Interpretou-se o fato como a independência econômica do Brasil através das primeiras negociações comerciais com outros países livre do monopólio português. A Exposição Internacional organizada cem anos depois seria o efeito dessa abertura comercial. A ideia era que a comemoração significasse a evolução econômica do país. O Brasil seria uma nação industrializada, moderna e civilizada.

Não foi à toa que o grupo de maranhenses, aqueles que viveram na *Belle Époque* carioca, buscaram novas simbologias que pudessem reafirmar e garantir certo prestígio na capital federal. Comemorar Lisboa, visto como um dos primeiros historiadores em um período marcado pelo cientificismo, e a fundação francesa, em momento em que o regime adere certos padrões econômicos, sociais e culturais europeus tendo o modelo francês como orientação, funcionaria como uma adequação simbólica à nova ideologia republicana. A agremiação que demarcava sua identidade através da origem de seus membros restaria criar novos eixos representativos – no campo regional – que pudessem traduzir essa orientação

Isso porque até 1910 o calendário cívico regional maranhense era composto por poucas ritualizações que conectavam a história local ao regime republicano. Basicamente, as

¹³³Frase síntese do entusiasmo das elites no período das reformas urbanas no Rio de Janeiro. A mesma eternizou Figueiredo Pimentel, considerado o primeiro colunista social do país. Em sua coluna intitulada Binóculo, publicada na Gazeta de Notícias, Pimentel foi uma espécie de agitador cultural do período. Organizou passeios públicos, idas aos cinemas e festas. O colunista também funcionava como uma espécie de censor daquilo que se distanciava do projeto *burguês-civilizador*, eram frequentes seus ataques ao mau comportamento, à estrutura física de parte da cidade e aos mais pobres. Tratei do tema em um dos tópicos da minha monografia de conclusão de curso: SOUSA, Wendell Emmanuel Brito de. **LUZ E SOMBRAS NAS PROJEÇÕES: O cinema na São Luís moderna (1897-1914)**. Monografia em História Licenciatura. Universidade Estadual do Maranhão, 2012.

¹³⁴Além da participação de outros países como Portugal, todos os Estados componentes da federação se fizeram presentes no certame. O Maranhão ganhou uma galeria onde expôs seus produtos e objetos. Um dos mais famosos foi o Álbum do Maranhão de 1908 de autoria do fotógrafo Gaudêncio Cunha. Sobre a obra existem uma dissertação que trata de um estudo aprofundado das fotografias. Segue as referências: SILVA FILHO, José Oliveira da. **TRAMAS DO OLHAR: a arte de inventar a cidade de São Luís do Maranhão pela lente do fotógrafo Gaudêncio Cunha**. Dissertação de Mestrado em Histórias e Culturas. Universidade Estadual do Ceará. 2009.

ritualizações cívicas da capital estavam centradas nas comemorações ao três de novembro. Como vimos no capítulo anterior, Gonçalves Dias se tornou a imagem-síntese do Maranhão e seu povo. O culto ao poeta timbira estava relacionado à experiência decadentista do presente por parte das elites locais sob orientação ideológica portuguesa.

De fato, as políticas de memória investidas sob a imagem do poeta eram bem maiores se compararmos com as manifestações mnemônicas a outros personagens que passaram pelo mesmo processo de sacralização anterior ao governo Domingues. A eles, no máximo, couberam ações de investimento simbólico inferior, como o batismo de ruas e praças e alguns artigos publicados nos periódicos locais relembrando suas contribuições e o legado social para o estado. Mas ao que parece a vida na capital federal exigiu aos maranhenses novos rearranjos identitários.

O assunto é retomado anos depois, em um longo texto publicado na Pacotilha em 1911 de autoria de Nogueira da Silva¹³⁵ um dos membros da Sociedade Maranhense Beneficente. No artigo, o autor comenta a aprovação da lei estadual que garantiria a ereção de um monumento em homenagem a João Lisboa, previsto para ser inaugurado no ano seguinte em comemoração ao seu centenário de nascimento. O articulista diz ser dele a autoria do projeto de criação de um monumento ao escritor após conversas com outro conterrâneo em um dos salões da Exposição de 1908. Para tanto, além da reivindicação, o autor lança a lembrança do seu outro projeto. O título, por si só, já é bem sugestivo.

Uma reivindicação
e uma lembrança

E possível que tomem isto como a mais profunda manifestação de desmedida vaidade. Entanto, não é.

Move-me simplesmente o meu grande e sempre vivo apego ao Maranhão e às suas coizas, tanto políticas e industriais, como artísticas e literárias. É tanto não é uma questão de mera vaidade que, se eu não tivesse de apresentar aos meus patrícios, áquelles que ainda não foram vítimas do <egoísmo do estomago> e se mantem habitantes dessa formosa parte do Brazil, certo que não pretenderia agora esta reivindicação.

Trata-se da estatua de João Francisco Lisboa, o grande maranhense, de cuja a ereção me cabe a primazia da ideá; e trata-se da comemoração do tricentenário da fundação da cidade de São Luiz, que teve lugar a 8 de setembro de 1612, e que constitue a lembrança, que eu ouzo trazer á apreciação dos maranhenses, governados e governantes.

(...) Embora, tivesse eu mais tarde voltado a me ocupar do mesmo assunto, chamando para ele a atenção de todos, nada de positivo logrei.

¹³⁵Sobre o personagem, não encontrei nenhuma documentação que pudesse esclarecer algumas informações sobre o ano em que nasceu ou que profissão exercia na capital federal. As únicas pistas a seu respeito foi o transito em periódicos como: Jornal do Brazil (Rio de Janeiro) e Pacotilha (São Luís); onde publicou seus artigos. Além disso, parecia ser uma figura conhecida entre os conterrâneos que residiram na capital federal: escritores, políticos e burocratas.

Essa, agora indiferença, ou que melhor nome tenha, eu levei sempre à conta de inexequibilidade da idéa. Mais idosos, mais práticos, mais conhecedores que eu da capacidade patriótica do nosso povo, lançaram, ainda que sem prévio conchavo e como que institivamente, o meu projeto num discreto, mas invencível esquecimento. (...) Ai fica a reivindicação. A lembrança, a que linhas acima me referi, eu a consubstancio na ampliação da medida agora tomada pelo Congresso do Maranhão, mandando erguer uma estatua a João Francisco Lisboa, de modo a ser feita a comemoração do tri-centenario da fundação da cidade de S. Luiz. (PACOTILHA, 08/05/1911)

O fragmento anterior pode ser interpretado como indício das marcas do tempo e dos desejos de quem o escreveu. Primeiramente, acredito que exista uma relação estreita entre memória e reivindicação. De certa forma, a relação entre essas duas categorias se apresenta na citação de forma dúbia. À medida que reivindicar a paternidade de construção do monumento ao jornalista pode ser entendido como uma ação de lembrança contra o esquecimento de quem a propôs, como a lembrança da fundação francesa possa ser um ato de reivindicação em torno do fato como forma de adicioná-lo ao calendário das ritualizações cívicas locais.

Além disso, o discurso do maranhense é um claro exemplo de uma das particularidades da retórica republicana. O artifício da negação das vontades individuais pelo dever cívico ao público, a nação, pátria ou região. Sendo mais claro, esse recurso é um mecanismo utilizado para que não se perceba que nele se escondia muito mais benefícios individuais, do que propriamente um censo de dever social.

Apesar de outros rumos terem sido tomados, durante os preparativos para a celebração de fundação da capital maranhense, parte do escopo comemorativo proposto por Nogueira da Silva foi acolhido pela comissão organizadora, em especial o item número 5 que propunha a realização de uma Exposição regional de produtos locais¹³⁶. Todavia, nada foi creditado ao propositor, nem mesmo depois que reclames foram publicados no jornal local de maior circulação da época. Seu horizonte de expectativa e projeção fora marcado pela chaga do esquecimento.

O caso Nogueira da Silva¹³⁷ é um indício de como em um determinado contexto o passado é articulado pelos seus proponentes. Além do mais, a proposta de comemorar a

¹³⁶Além da Exposição, as comemorações Lisboa/fundação francesa tinham como programação a inauguração do reivindicado monumento a Lisboa, exposição de jornais e inauguração de um monumento em homenagem a fundação francesa. Para análise da programação e o artigo completo de Nogueira da Silva recomendo consultar Pacotilha 08/05/1911.

¹³⁷Se as comemorações, ou aqueles que a organizaram, esqueceram de um dos seus primeiros propositores. Não podemos dizer que ocorreu da mesma forma com Nogueira da Silva. Pelo menos foi que pensei, quando finalizei o levantamento documental nos jornais e não encontrei uma menção ao reivindicador. No processo de busca pela documentação que trata do certame não encontrei as três Cartas Geográficas produzidas por Justo Jansen para as comemorações do tricentenário de fundação da capital maranhense (1912) nos arquivos locais. Consegui localizar as três cartas geográficas via internet. As duas primeiras, o mapa da cidade e da ilha de São Luís, localizei no

fundação pelos franceses é um exemplo de apropriações, controles e disputas pela memória. Sentidos construídos e depositados em determinados acontecimentos pretéritos que instituiriam um *horizonte de crença*.

3.4. **Fundação Francesa:** desconstruindo olhares e imagens.

Nas páginas anteriores apresentamos o contexto em que se processaram as comemorações de 1912. Temos argumentado que há transfigurações e pluralidade de rituais ocorridos em São Luís. A hipótese tornou-se mais clara, quando nos debruçamos sobre as ritualizações ocorridas na gestão Luiz Domingues. Ao assumir o cargo de governador do Estado, ele trouxe consigo concepções simbólicas do centro político do país.

Além disso, o personalismo de sua gestão buscou firmar alianças com outros grupos. Essas, por conseguinte, foram a porta de entrada para assunção de uma ideia de cidade fundada pelos franceses, que correspondia ao contexto em que o revisionismo histórico, através das ritualizações, possibilitou o contato com novas simbologias que buscaram redefinir a imagem de São Luís, consequentemente, do próprio Estado.

As políticas de memória, também, contribuíram para um descentramento do eixo simbólico local, basicamente sintetizado na ideia-imagem da Athenas brasileira. Tais ações possibilitaram o preenchimento do mapa simbólico local com outros personagens, datas e fatos que pudessem servir de orientação e legitimar grupos, agremiações e instituições.

Diante desse contexto, acredito que a análise das comemorações do tricentenário de fundação de São Luís possa tomar um caminho distinto das interpretações historiográficas já feitas a respeito do tema. O imaginário local ainda é alimentado por um intenso debate a respeito da fundação da cidade. As vésperas do oito de setembro, além das comemorações organizadas pelo município, instituições como Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) e Academia Maranhense de Letras (AML) realizam debates, conferências e mesas redondas sobre o tema. Do ponto de vista acadêmico, o ensaio publicado pela professora Maria de Lourdes Launde Lacroix intitulado *A FUNDAÇÃO FRANCESA DE SÃO LUÍS E SEUS MITOS* em 2000¹³⁸, tornou-se a obra mais famosa e polêmica sobre o tema.

inventário Nogueira da Silva disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional. De fato, o maranhense residente na capital federal soube preservar a memória do certame mesmo sendo esquecido por ele.

¹³⁸Publicado pela EDUFMA, o livro ganhou outras edições acrescidas de novos ensaios a respeito da mitologia fundacional em 2002 e 2008. Possuímos a última edição estruturada em três partes, que segundo a própria autora, sedimentou-se pela correção e ampliação do material anteriormente publicado. O material agregado obra, é

Através do escrito, a historiadora questiona a fundação da cidade pelos franceses. Lacroix defende que a efêmera passagem dos gauleses pela região não produziu marcas significativas no espaço urbano e na cultura local da região. Apenas o nome dado ao forte permaneceu batizando a cidade. O estudo prossegue para o que a historiadora chama de *indelévels marcas lusitanas*. A estrutura arquitetônica, o nome das ruas, assim como o regimento de leis e decretos seriam marcas da herança portuguesa em São Luís, o que reforça sua tese de que a cidade foi fundada, estruturada e simbolizada a partir do domínio lusitano.

Outro argumento levantado por Lacroix diz respeito às produções historiográficas locais. Segundo ela, durante um longo período diversos autores descon sideraram a presença francesa na região como fundante atribuindo aos portugueses à paternidade da cidade¹³⁹. Segundo a autora, o episódio toma outro sentido no final do século XIX quando Ribeiro do Amaral atribui à passagem francesa na região como elemento fundante da *urbe*.

Lacroix chega as suas conclusões para o caso. A fabricação do mito francês seria produto do que chama de *invenção das tradições*. Com a República, no Maranhão buscaram-se novos símbolos que ressaltassem “suas peculiaridades e coesão social” (LACROIX, 2008, p.81). A autora define dois eixos explicativos para a compreensão do mito francês em terras maranhenses. O primeiro, seria o que ela chama de o *século do galicismo*: período em que os costumes franceses fizeram-se presentes no cotidiano da ilha influenciando novos comportamentos e ideias, o que teria legitimado novas interpretações acerca da cidade e sua origem.

Já o segundo fator, seria o que define como *ideologia da singularidade*, busca por novos elementos identitários que pudessem reforçar a diferença e particularidades do Maranhão e do maranhense. A exaltação as coisas da terra, segundo a autora, seria um ponto de fuga ao sentimento de decadência produzido pelas elites locais e difundido por elas. O apego às singularidades seria um indício de uma profunda aversão às mudanças em uma sociedade cuja mentalidade aristocrática e racista eclipsou profundas cisões na estrutura econômica e social da região (SOARES, 2000). A origem francesa possibilitaria, do ponto de vista simbólico, uma aproximação às concepções modernizantes do capitalismo industrial do século XIX.

composto por dois artigos referentes ao antigo forte construído pelos franceses e outro destinado a pirataria francesa no período colonial.

¹³⁹Apesar de concordar com alguns posicionamentos da historiadora, acredito que a tese defendida por ela não possa ser sustentada através desse argumento. Consolidado o domínio português na região seria muito difícil alguma obra de cariz histórico mencionar os franceses como fundadores da cidade. A historiografia durante muito tempo serviu como um vetor para construir a história dos vencedores ou da nação. Portanto, não me surpreende a ausência de uma outra interpretação que fugisse da versão lusitana da origem da cidade até o século XIX.

Fundação francesa de São Luís, sem dúvida é uma obra importante pelo pioneirismo da leitura social e psicológica do tema. Além disso, proporcionou um intenso debate não somente por questionar as origens da capital maranhense, mas, sobretudo, por propor reflexões sobre os processos de modelação da identidade local a partir da relação entre a memória coletiva e produção historiográfica local. No entanto, faço algumas ponderações a respeito da análise e conclusões levantadas pela escritora.

Partilho da mesma opinião que o episódio se enquadra naquilo que Eric Hobsbawm conceitua como invenção de tradições. A República exigiu uma rápida resposta para as transformações sociais onde as velhas tradições de certa forma tornaram-se incompatíveis ou distantes do novo plano simbólico proposto pelo regime. Para tanto, buscou-se dentro de novas ritualizações a fabricação de uma ancestralidade que legitimasse instituições políticas e grupos através de uma continuidade histórica.

Contudo, se as comemorações do tricentenário de fundação da capital maranhense foram o espaço de cristalização da origem francesa de São Luís, a obra de Lacroix peca por explorar muito pouco o evento em si. O capítulo intitulado A INVENÇÃO DA TRADIÇÃO destina pouquíssimas páginas para a análise do certame. A autora preocupa-se muito mais com as investigações em torno do arquivo – em especial os escritos de Ribeiro do Amaral¹⁴⁰ – do que propor uma análise minuciosa do rito comemorativo.

Tais escolhas conduzem a um debate acerca dos rituais e narrativas míticas como condutores de valores culturais. Ambas as fórmulas seriam escolhas ou alternativas simbólicas bem próximas umas das outras sob uma visão generalizada do tema ignorando as distinções e especificidades entre rituais e narrativas míticas¹⁴¹. Contudo, Connerton salienta que a partir do momento em que visualizamos as distinções entre ritual e narrativa mítica, “somos levados a ver que o ritual não é apenas uma maneira alternativa de exprimir certas crenças, mas que certas coisas só podem ser expressas através do ritual” (1999, p.62).

Comemorar a fundação da cidade – apesar dos escritos de Amaral – indicava que a utilização do recurso performático, como um dispositivo mnemônico, tinha por objetivo a produção de sentidos. As ritualizações de fundação ajudariam na criação de uma memória

¹⁴⁰ O papel desempenhado por Amaral foi relevante na cristalização da tradição francesa para cidade. Entretanto, acredito que autor e obra tenham função dentro do jogo simbólico de assegurar a publicização do trabalho de memória das ritualizações entorno da fundação da cidade em 1912. Inclusive a obra se encaixa como um produto da comemoração legitimada pela performance e repertório das celebrações.

¹⁴¹ Sobre a questão, Duvignaud aponta a eficácia da gestualidade dos ritos em comparação com os mitos narrados. Segundo o autor, a teatralização do mito engaja os espectadores a vida imaginária através de uma rede de comunicação, em uma espécie de “socialização dos sentidos”. In: DUVIGNAUD, Jean. **Festas e Civilizações**. Universidade Federal do Ceara, Rio de Janeiro: Tempo brasileiro. 1983.

coletiva em torno do certame, conseqüentemente, legitimaria a evocação dos franceses como fundadores da cidade. Essa “formula de emoções” proposta pelo rito daria materialidade ao conteúdo externado de maneira eficaz.

Esta maneira de “dizer”, através do “nós”, é eficaz porque fugiria de qualquer suspeita de manipulação ou falseamento dessa memória à medida que era legitimada por uma ideia de coletividade. Portanto, o ato performático funciona não somente como um dispositivo mnemônico (lembança), mas, sobretudo, como substância para educar e transmitir os sentidos de continuísmo com o passado evocado.

Pois bem, se o espaço destinado às comemorações é secundário, a República tem um papel nulo nas investigações apresentadas. O regime atua dentro das considerações de Lacroix como um contexto que possibilitou novos simbolismos, entretanto, desconsidera as influências da ideologia republicana do centro político do país no agenciamento de novas tradições como, por exemplo, o legado fundacional francês para a cidade e, conseqüentemente, uma nova ideia-imagem para o Maranhão¹⁴².

Se a cidade foi, ou não, fundada pelos franceses acredito que o fato em si – sua concretude real – não interessa para este estudo, apesar de indiretamente contribuir para discussão a respeito do tema. Como disse, sigo minha leitura por outros caminhos. Uma perspectiva mais próxima da levantada por Eric Hobsbawm ao refletir sobre as influências simbólicas da Revolução Francesa em outras regiões.

Adaptando para um contexto local, o significado da passagem dos franceses pelo Maranhão não reside nos três ou quatro anos em que estiveram empenhados no sucesso da França Equinocial em terras maranhenses, mas nas conexões entre os fatos e as perspectivas

¹⁴²Lacroix compreende a República como um momento onde cada região buscou firmar novas identificações. No caso maranhense, elenca o grupo Novos Atenienses como grande formador dos debates acerca da identidade local. Antônio Lobo e Ribeiro do Amaral, seriam os nomes de maior destaque. De fato os “novos” contribuíram para a consolidação de algumas imagens a respeito da região e seu povo. Contudo, como exposto anteriormente, é preciso “ler” o grupo como um produto da invenção de tradições. Se compararmos as concepções de Lobo com as defendidas pelo certame de 1912, veremos certo distanciamento de concepções e continuísmo como o material simbólico evocado. Muito deve-se a um contexto que apresentou maior pluralidade de ações e disputas no campo simbólico. A chegada de Luís Domingues ao governo do Estado modificou as relações que intelectuais como Lobo haviam consolidado com o poder público. Apesar de ocupar cargos na administração de Domingues, ficou claro o desconforto do polígrafo com algumas medidas tomadas pelo governador. Lobo inclusive acusa Luís Domingues de perseguição política em notas lançadas nos jornais da capital. Em tom mais apaziguador o governador buscou a conciliação, uma estratégia para manter-se firme diante de uma conjuntura política frágil. Essa postura do político fez com que houvesse um diálogo com intelectuais e grupos que anteriormente estavam a margem do ponto de vista social e simbólico. Nascimento Moraes, de oposicionista passa para as trincheiras da situação. Astolfo Marques, intelectual negro que vivia no entremeio social, ocupou cargos na administração pública enquanto o governador esteve no cargo. No caso de Ribeiro do Amaral, seu papel social como historiador do governo auxiliou o Luiz Domingues em ritualizações estavam mais próximas do centro do político do país. Mesmo pertencente às classificações lançadas por Antônio Lobo, sua atuação consubstanciou para que de certa forma, se distanciasse de concepções ideológicas do inventor da Nova Athenas. Inclusive, creio que existiu uma confluência de pensamento muito maior entre Fran Paxeco e Lobo do que com Ribeiro do Amaral.

geradas em torno do episódio pelos animadores, ou seja, o modo como essa passagem surgia aos olhos dos promotores e a esperança depositada nessa (re)leitura.

Ora, seguindo essa linha de raciocínio, a investigação das ritualizações de 1912 é de fundamental importância para a compreensão dos sentidos evocados através da memória da fundação francesa. Além mais, a ideologia republicana tem um papel importante nesse processo da composição mnemônica. Ao contrário dos eixos explicativos propostos por Lacroix – *galicismo* e *singularidade* – creio que a composição das celebrações direcionaram os sentidos do rito para uma ancestralidade que estivesse mais próxima dos ditames republicanos, o que me leva a crer que tanto *galicismo* e *singularidade* tenham um valor mais residual do que correspondam à centralidade da questão.

Segundo Hansen (2007), o modelo liberal-oligárquico do centro do país incorporou ao Brasil um plano de desenvolvimento que resultou no que comumente chamamos de *Belle Époque*¹⁴³. O objetivo seria promover a “regeneração” da nação através da criação de um “novo povo”. O projeto visou abarcar todas as esferas da vida pública no sentido de modificar a estrutura urbana das cidades, a economia e as relações sociais¹⁴⁴.

Schwarcz (2012), contribui para a discussão ao compreender o momento como a consolidação do Sudeste como principal eixo econômico da República. Cidades como Rio de

¹⁴³ Segundo Jean-Yves Mérian o termo *Belle époque* não era conhecido ou professado entre os franceses no início do século XX. Ele foi inventado logo após a I Primeira Guerra Mundial para simbolizar um período de paz entre as nações europeias. Além disso, traduziu-se em um momento de conquistas sociais para as classes menos favorecidas na França principalmente a partir da terceira República. Contudo, o autor salienta que o inquestionável progresso científico, tecnológico e econômico se limitou a grupos detentores do capital o que rompe com uma ideia mítica de que tais avanços atingiram todas as esferas sociais. No seguir, o autor discorre a respeito do que chama de *Belle époque brasileira*. Para ele este período é marcado pela intensa difusão dos valores franceses através das crônicas publicadas nos jornais que informavam aos leitores as novidades do “velho mundo” tendo como síntese os valores franceses. Conclui que por mais que algumas capitais brasileiras tenham se empenhado no intercâmbio do modelo francês (Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Belém e Manaus) a experiência da *Belle époque* nesses locais foi fracionária e sensorial, sem grandes modificações na ordem social. In: MÉRIAN, Jean-Yves, *A Belle Époque francesa e seus reflexos no Brasil*. In: PINHEIRO, Luís da Cunha e RODRIGUES, Maria Manuel Marques (orgs). **A Belle Époque Brasileira**. CLEPUL, LISBOA, 2012. pp.135-162.

¹⁴⁴ O exemplo mais famoso do processo de “regeneração” foram as reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro no início do século XX com o objetivo dar a capital federal ares franceses. Tuteladas pelo presidente Rodrigues Alves as intervenções no aparelho urbano da capital federal teve como comissão técnica: o engenheiro Lauro Muller para as reformas do porto; o médico e sanitário Oswaldo Cruz para questões de saneamento e Pereira Passos para as demais intervenções com objetivo de transformar o aspecto urbano da cidade. Além da modernização do porto carioca, foram construídas as avenidas do Mangue, Rodrigues Alves e Central com objetivo de criar uma maior circulação de mercadorias e saneamento urbano. O remodelamento urbano da metrópole federal atingiu partes sensíveis do tecido urbano da metrópole federal. Ambas as intervenções se dirigiram aos casarões do centro da cidade espaço estigmatizado por imagens que relacionavam o local ao atraso, perigo e doenças. A violência dessa investida provocou a demolição dos casarões e deslocamento de inúmeras famílias para as encostas dos morros, mesmo com a resistência de grande parte da população. Para mais informações recomendo a consulta dos textos: BRENNAN, Giovanna Rosso Del. **O Rio de Janeiro de Pereira Passos**. Uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: index, 1985; SEVCENKO, Nicolau. *A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. In: **História da Vida Privada no Brasil: da Belle Époque à era do Rádio**/ coordenador-geral da coleção Fernando Novais; organizador do volume Nicolau Sevcenko. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte foram modelo e reflexo da política republicana. As capitais passaram por intervenções urbanas – Belo Horizonte foi projetada para ser a nova capital de Minas Gerais – com objetivo de abarcar essas novas funções administrativas e sociais. A “regeneração” trouxe a percepção de que o Brasil havia conquistado o progresso e a civilização.

O suposto era que a jovem República representava a modernidade que se instalava no país, tirando-o da “letargia da monarquia” ou da “barbárie da escravidão”. Uma verdadeira batalha simbólica foi travada quando nomes, símbolos, hinos, bandeira, heróis nacionais foram substituídos, com o intuito de impor novas versões mais coadunadas com os tempos modernos (SHWARCZ, 2012, p.44).

Esse discurso se encaixa em um movimento liderado por alguns intelectuais e políticos que visavam regenerar a República através dela. Para tanto, era preciso romper com a “velha ordem” em todas as suas instâncias, distanciar-se ao máximo das antigas concepções herdadas do período imperial. O movimento criou outro olhar sobre o país. Uma imagem de Brasil sedimentada no “novo”, em um “novo começo”, fincado em um ideal de que nação que se projetava para o futuro. Assim, o plano de construção exigiu certas contrapartidas. Era preciso sedimentar na mentalidade do brasileiro, ideais que estivessem de acordo ordem liberal burguesa adotada pela República¹⁴⁵.

Coube a literatura e rituais cívicos a missão de publicizar tais modelos em suas páginas e gestos. Basicamente, esse projeto de doutrinação era sintetizado em ideais voltados para o civismo, cientificismo, trabalho e riqueza material. Ao novo cidadão, era necessário conhecimento histórico e científico da terra. O amor à pátria se distanciava de uma concepção de filiação através do nascimento e se aproximava a uma ideia de que era necessário, antes de tudo, educar para que o sentimento pudesse surgir. A noção de pertencimento a partir de um conhecimento das coisas da terra resultaria na ação correta do homem por meio do trabalho.

Por conseguinte, a força do labor resultaria na produção de riquezas projetando o país para imagens e experiências próximas a realidade europeia sintetizada em três palavras-chaves: civilização, modernidade e progresso. Salienta-se que este modelo de novo cidadão tinha como objetivo atingir todas as esferas sociais. Entretanto, o que se viu foi uma experiência moderno-civilizacional marcada mais pela espetacularização desse modelo, do que por uma profunda mudança nas relações sociais.

¹⁴⁵A Primeira República é marcada por um intenso debate entorno de qual imagem de país se deveria adotar. Até aqueles que optaram pela ideia do “novo” caminharam por caminhos distintos. Apesar da pluralidade discursiva chegou-se a um consenso de que imagem de Brasil não deveria se associar, ligada ao subdesenvolvimento, atraso e inercia no campo das nações. O objetivo não seria silenciar os problemas, mas coloca-los na esfera das resoluções através de um projeto de nação que se destinava ao futuro. HANSEN, Patrícia Santos. **Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica na construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. Tese de doutorado em História. Universidade de São Paulo. 2007.

Portanto, é preciso entender que a experiência republicana foi percebida, sentida e vivida através de filtros. A prerrogativa indicava que o modelo proposto por mais que recorresse ao discurso de rompimento com a “velha ordem”, sinalizava para as permanências das relações sociais escravistas transversalizadas pelo discurso racial-científico que estigmatizou a população negra através da incorporação de imagens¹⁴⁶ diametralmente opostas as defendidas pelos idealizadores.

Hobsbawm trata da questão ao observar que em um mundo sedimentado por ideais de igualdade, as tradições inventadas reintroduziram, na esfera do contrato social, noções hierárquicas. Nesse sentido, a invenção de um “país novo”, animou o espírito “coletivo de superioridade das elites – especialmente quando estas precisavam ser recrutadas entre aqueles que não possuíam este sentido por nascimento ou atribuição – ao invés de inculcarem um sentido de obediência nos inferiores” (HOBBSAWN, 1997, p.18).

A ode e as conexões com a ideologia republicana através das comemorações de fundação da cidade de São Luís pelos franceses possibilitou compreender o protagonismo das *memórias construídas* na invenção ou fabricação de novos consensos¹⁴⁷ através do investimento em novas simbologias que estivessem de acordo com a política republicana. A invenção de um legado francês através da fundação de São Luís é um indício de tentativas de adaptações regionais ao discurso republicano do centro político-econômico do país

Até pela extensão territorial seria difícil uma confluência de ideias no que diz respeito às construções identitárias e simbolismos republicanos em todo o Brasil. Shwarcz fala inclusive de vários “Brasis” dentro do Brasil. Isso que, de certa forma, possibilitou adaptações ou visões particulares sobre o regime, que comumente chamamos de regionalismo, ou o que a historiografia maranhense denominou como singularidade.

No caso específico das comemorações de 1912, creio que as peculiaridades não estejam no centro do plano, apesar de ser um claro exemplo de ações que representaram a atuação dessa “geografia de sentidos”. Contudo, o esquema e o produto dessa política de memória estavam muito mais direcionados a uma confluência com a simbologia republicana

¹⁴⁶ Seriam elas um conjunto de estigmas ligados ao atraso, transmissão de doenças e perigo. Ao longo do período republicano tratou-se de eliminar esses estigmas, lê-se a população negra e pobre das cidades, de diversas formas através do apagamento físico e simbólico.

¹⁴⁷ No que tange as comemorações existem dois aspectos a serem problematizados. O primeiro refere-se a memória coletiva ou utilizando o termo mais apropriado memória social, através do sentido pedagógico das ritualizações. Já o segundo, está direcionado para questões que envolvem a memória histórica através da evocação de momentos paradigmáticos do passado. Em ambos os casos, fica claro que as ações mnemônicas das comemorações com o trabalho de memória, ou seja, de construção, invenção e seleção daquilo que deveria ser lembrado.

nacional do que criar uma particularidade dentro dela. Portanto, o rito é republicano e voltado para ela¹⁴⁸.

O teor político das comemorações nos inclina a considerar o aspecto manipulativo dessas ações. Levemos em conta que as ritualizações do tricentenário da capital maranhense ocorrem na administração Luís Domingues, sob a total tutela do governo do Estado. Lembremos então, dos usos e abusos da utilização dos ritos cívicos pelo governador como forma de externar seu poder simbólico. Se considerarmos que 1912 é o ápice da crise política no governo Domingues¹⁴⁹, torna-se mais relevante à investigação do processo de condução das práticas mnemônicas no certame.

As comemorações de 1912 se enquadraram nessas perspectivas. Seu propósito não seria somente comemorar o passado, mas, sobretudo depositar no presente a confiança necessária para projetar o futuro, ou expectativas sobre ele. Além disso, esperava-se que evocações pudessem estabelecer – via pretérito – conexões históricas e “espirituais” com aos ideais republicanos do período.

O caso nos reaproxima de uma discussão a respeito dos usos do passado ou da utilidade desse para as questões do presente. A comemoração, enquanto *metamemória*, opera através das ritualizações. Essa, por conseguinte, *performatiza*, *coreografa* e *estetiza* o fato narrado. Esse trabalho de manipulação ou controle da memória tem por função extrair, a partir do passado encenado, aspectos fundantes da identidade, solucionar os problemas do presente e azeitar esperanças para o futuro. Consequentemente, esse tipo de manifestação não estaria a serviço do uso do passado pelo passado, mais na utilização da sua *mais-valia simbólica*¹⁵⁰ como forma de legitimar ações postas no jogo cênico das ritualizações.

O tema vem sendo discutido por inúmeros autores que tratam da questão: Ricoeur (2012), Catroga (2015), Martins (2011). Em síntese, o conceito diz respeito ao presente, ou como em um determinado contexto, seus evocadores se relacionam com o passado. Para além

¹⁴⁸ Discorrei mais sobre o tema no decorrer do próximo capítulo.

¹⁴⁹ A Pacotilha, jornal ligado a Costa Rodrigues, acusa o governador de endividar o Estado através dos empréstimos cedidos por bancos franceses ao governo. Além disso, questionam a aplicação do montante contrariando os argumentos do governador. Segundo Luiz Domingues o dinheiro foi utilizado para sanar os cofres públicos e garantir a realização de obras importantes para o Estado. Parte dessa quantia, inclusive, foi aplicada em obras de saneamento básico da capital segundo o governador. Parte do dinheiro também teria patrocinado as comemorações do tricentenário de fundação da capital maranhense, mas sobre isso não há provas concretas. A investida do jornal continua no sentido de desmoralizar a figura de Domingues ao fazer um levantamento das contas públicas e constatar incongruências com o que foi argumentado pelo político. A crise política em 1912 reforça a tese de Reis de que após a morte de Benedito Leite as tensões políticas na região se intensificaram muito pela fragilidade do “acordão” entre as lideranças políticas da região.

¹⁵⁰ Para Ricoeur, o fenômeno da mais-valia centrada na produção de valores da economia mercantil seria um exemplo particular do fenômeno geral da mais-valia ligada ao exercício de poder.

de um mecanismo que auxilia na leitura do tempo social, o conceito se aplica a outras situações. Paul Ricoeur aprofunda ainda mais a questão ao conectar a *mais-valia simbólica* a *ideologia*. De forma clara, para o filósofo a ideologia de que trata em suas considerações se refere aquela que opera para justificar a ordem ou o poder de um determinado sistema político, social ou cultural¹⁵¹.

A ideologia acrescentaria uma espécie de mais de mais-valia à nossa crença espontânea, graças a qual está poderia satisfazer às demandas da autoridade. Nesse estágio, a função da ideologia seria preencher o fosso carismático (...) Ora, os tipos de crença constituem, cada um ao seu modo, razões para obedecer. Por sinal, é assim que se define a autoridade, como poder legítimo de se fazer obedecer. (RICOEUR, 2012, p.96)

Encaminhando as considerações de Ricoeur para ritualizações de 1912, pode-se argumentar que as simbologias inscritas transformaram a rememoração da fundação francesa de São Luís em mais-valia simbólica, agregando legitimidade à cênica da celebração. Entende-se, portanto, que os objetivos do certame não estariam somente a serviço de celebrar o passado sem que se pudesse estabelecer um continuísmo com o “legado francês”, mas, sobretudo, que este pudesse teatralizar a ordem política, econômica e social pelas vias do “dizer” – gestos, falas e cenário – da performance comemorativa.

Nesse sentido, a narrativa construída para as comemorações é de fundamental importância para compreensão das comemorações de 1912. Ricoeur salienta função da narrativa e sua relação com a memória e identidade. A ideologização da memória seria percebida através do trabalho de configuração da narrativa, ou seja, como os personagens estão postos no jogo cênico. Sobre o tema vieram algumas questões, elencadas a seguir:

Seria a comemoração da fundação da cidade pelos franceses uma analogia para o exercício de “fundação” dessas novas concepções republicanas no Maranhão? Seriam os franceses *arquétipos*¹⁵², um conjunto de valores simbólicos que modelariam a identidade maranhense? Teriam sido as comemorações um “ritual de máscaras”¹⁵³, ou seja, o investimento

¹⁵¹ Para Paul Ricoeur, ideologia gira entorno do poder. A ideologiatéria por objetivo dar legitimidade a ordem e o poder. O filósofo francês bebe da orientação weberiana de poder.

¹⁵² Seu significado está de acordo com o que Mircea Eliade define como “modelo exemplar ou “paradigma” em um sentido agostiniano. Seriam uma espécie de modelo ou categorias de comportamento que foram reveladas no indicio dos tempos ou da origem da humanidade. Nesse sentido, o termo nada tem a ver com os arquétipos definidos por Jung como mecanismos do inconsciente coletivo. In: ELIADE, Mircea. **Mito do eterno retorno**. São Paulo: Mercury, 1992.

¹⁵³ Duvignaud cita o exemplo do ritual dos índios Pueblo para a obtenção de boas colheitas. Os manifestantes utilizam máscaras se disfarçando de suas divindades. A população sabe que não se trata de deuses verdadeiros, que os evocadores estão fantasiados, mas o caráter cênico do rito garante a legitimidade da celebração. Penso que em todo ritual existe uma dimensão que se assemelha com as experiências da comunidade de Pueblo. As máscaras seriam um dispositivo lúdico, o não real. Se direcionarmos essas reflexões para as comemorações de 1912, acredito que o repertório escolhido também apelou para o disfarce no sentido de invocar os *heróis fundadores* e

em uma espécie de dissimulação por parte dos evocadores promovendo a suspensão do tempo e espaço; que os aproximaria por meio da encenação dos simbolismos desejados? Essas questões serão refletidas no próximo capítulo onde aprofundaremos a discussão do ritual em si.

Antes que prossigamos, na tentativa de responder as questões apresentadas, é preciso discutir o papel da cidade em todo esse processo. Apesar do ritual se direcionar a comemorar a fundação de São Luís, a menção ao Maranhão foi recorrente no discurso ritualístico. Então, que simbologia teria São Luís nas ritualizações de fundação da cidade pelos franceses? Qual seria o papel de São Luís nas comemorações?

A capital maranhense seria uma síntese do progresso histórico do Estado. Nesse sentido, sua representatividade não estaria construída através do viés histórico como primeira área a ser colonizada na região. Sua função como cidade-ventre, estaria também no presente, na confirmação dos ideais republicanos de progresso e civilização localizados em suas vias, monumentos e rituais cívicos. Isso, de certa forma, reforça a ideia de que a memória francesa seria uma cobertura para projetar o Maranhão e seu povo aos percursos identitários republicanos¹⁵⁴.

No seguir, analisaremos as ritualizações de 1912 através de suas práticas de incorporação e inscrição. O repertório e o arquivo foram armas importantes na composição cênica das comemorações. Até aqui, nossa proposta foi apresentar um olhar sobre o objeto através de uma perspectiva histórica, ou seja, uma leitura que priorizou o contexto em que se inseriram as comemorações, mas que aproveitou para dar algumas deixas do que virá posteriormente no capítulo.

Sobre a questão, adianto que a narrativa comemorativa é a conjunção de dois roteiros: o primeiro, trata de apresentar a memória da fundação, seus personagens e legado; o segundo, tem por base os roteiros das Exposições Universais. No caso das Exposições regionais de 1912, seu roteiro segue a risca o exemplo das Exposições Nacionais de 1908, ocorridas no Rio de Janeiro em comemoração ao centenário de Abertura dos Portos.

toda a sua bagagem simbólica. In: DUVIGNAUD, Jean. **Festas e Civilizações**. Universidade Federal do Ceara, Rio de Janeiro: Tempo brasileiro. 1983.

¹⁵⁴Contudo, deve-se salientar que construção histórica do Maranhão e do maranhense sempre perpassou por acontecimentos ou personalidades ligadas a cidade. Portanto, durante muito tempo costumou-se pensar o Maranhão através dos constructos identitários da capital maranhense

4. UM RITO REPUBLICANO

Lembrar e comemorar faz parte de um escopo de orientação do tempo histórico que um determinado indivíduo ou grupo social constrói e externa. O passado como continuidade ou descontinuidade tem constituído um desafio para os sujeitos e grupos. Nesse sentido, recorreu-se à linguagem para a qual esse passado é, de alguma forma, domesticado ou conjurado. Assim, assenhorear-se da memória significa controle e agenciamento tanto do passado e do presente, como das perspectivas de futuro.

Determinar o que deve ser comemorado ou não, faz parte de uma relação de pertencimento com uma determinada lembrança contida na memória individual ou social. Esses elementos são substancias, funcionam marcadores identitários de uma comunidade ou indivíduo. Para tanto, a relação com o passado e sua evocação através das ritualizações é transversalizado pelo tempo social, ou pela forma como esses grupos entendem e definem como um determinado fato e personagem devem ser lembrados. Em suma, as comemorações tratam daquilo que Ankermit (2002) estabelece como uma relação que devemos ter ou deveríamos ter com o passado.

Comemorar, nesse sentido, não trata somente do passado evocado, mas, sobretudo, como o tempo social articula o passado e o presente nesses eventos. Talvez o grande problema de alguns trabalhos que elencam as comemorações como objeto seja a busca de um sentido para esses eventos somente no passado evocado. Argumento que para se entender melhor o tema deveria estar no entremeio entre o “como” e o “porque” comemoram desta ou daquela forma.

Vimos no capítulo anterior, que a leitura do contexto social e político é de fundamental importância para o entendimento do certame de 1912. Especialmente porque ele trata de um período de revisionismos e invenção de tradições com o intuito de conectar os indivíduos a imagens mais próximas das propagandeadas pelo regime republicano. Pois bem, os rastros ou as pistas foram apresentadas nas páginas anteriores. A lembrança da França Equinocial, enquanto marco fundacional, articula-se a uma série de imagens ligadas a noções como trabalho, civilização, progresso e modernidade.

Diante disso, o caráter seletivo das comemorações refletiu na articulação entre memória e identidade. Encenar e ensinar a história da cidade através das ritualizações, tendo como proposta principal, a realização de exposições estaduais no Palácio do Governo constituiu *frames* e fatores para assunção de uma nova ideia-imagem da cidade, onde se construiu, transmitiu e legitimou uma nova identidade. Contudo, para que fique mais claro, as comemorações enquanto metamemória – exercício de representação memmônica no campo

social ou das coletividades – baseou-se na transmissão de um conhecimento sobre o passado, e não, uma lembrança dele.

Mas como tais concepções foram traduzidas para a narrativa comemorativa de 1912? Como a lembrança francesa foi articulada como a memória coletiva local? Que imagens são externadas nas ritualizações? Primeiro, discorreremos acerca da montagem do certame através da formação da comissão organizadora. Direcionaremos nosso olhar, principalmente, a respeito dos papéis sociais exercidos por Ribeiro do Amaral e Justo Jansen e seus respectivos produtos: Fundação do Maranhão e as três Cartas Geográficas. Compreendemos o envolvimento desses dois intelectuais como a tentativa de adicionar ao certame ares de cientificismo através de suas obras.

Em seguida, apresentaremos as primeiras ritualizações do certame. Elas tinham como objetivo tornar contemporâneos os homens de 1612 aos de 1912. E, por último, apresento algumas considerações acerca das Exposições apoiado no relatório das Exposições de Domingos Perdigão. De maneira geral, o certame seguiu o roteiro das Exposições Nacionais de 1908.

4.1. **Ficções científicas:** A comissão, o historiador e o geógrafo.

Tratamos no capítulo anterior das primeiras manifestações acerca da realização das comemorações de fundação de São Luís em 1912. Pois bem, as incertezas quanto à realização da celebração chegaram ao fim com o anúncio de que a agremiação, Festa Popular do Trabalho iria promover Exposições estaduais¹⁵⁵ como forma de comemorar o tricentenário de fundação dos franceses em 1912.

A Agremiação fundada em 1871 tinha como objetivo organizar exposições de produtos agrícolas, industriais e artísticos do Maranhão. As duas primeiras exposições ocorreram nos anos de 1871 e 1872. Após a institucionalização do novo regime, a agremiação retomou as atividades com algumas adequações diante do contexto apresentado. De forma perspicaz, apoiou seus festejos na simbologia do trabalho tendo realizado novas Exposições em 1906 entre os dias 1º de maio (dia do trabalho) e 13 de maio (dia da fraternidade). Em 1911

¹⁵⁵Dediquei espaço para abordar essa temática em um tópico da minha monografia intitulado: EXPOSIÇÕES: ESPETÁCULO DO MODERNO LUDOVICENSE. Para mais informações ver em SOUSA, Wendell Emmanuel Brito de. **LUZ E SOMBRA DAS PROJEÇÕES:** O cinema na São Luís moderna (1897-1914). Trabalho de Conclusão de Curso (História Licenciatura). Universidade Estadual do Maranhão. 2012.

foram promovidas eleições para o corpo administrativo, o que efetivou Domingos Perdigão como presidente da instituição.

Domingos Perdigão, naquele momento, já era velho conhecido dos quadros sociais e políticos da capital. Deixou a cidade de Pinheiro, na Baixada Maranhense, ainda jovem para ocupar cargos na administração do Estado. Foi um dos idealizadores do retorno das atividades da Sociedade Festa Popular do Trabalho, que no século anterior foi comandada por seu pai Domingos Tomaz Perdigão. As primeiras exposições, ocorridas em 1906, seriam uma espécie de balão de ensaio para a participação maranhense na Exposição Nacional em homenagem ao centenário de abertura dos portos em 1908.

Perdigão foi nomeado, pelo governador Benedito Leite, chefe da comissão responsável pela organização da sessão maranhense no certame com o título de Comissário do Governo do Estado. Com Luiz Domingues no governo, Perdigão continuou pertencendo aos quadros administrativos do Estado. No final do governo de Domingues, assume o posto de diretor da Biblioteca Pública do Estado, cargo que antes era ocupado por Ribeiro do Amaral. No entanto, sua atuação na administração Domingues é lembrada pela organização das comemorações ao tricentenário da capital maranhense em 1912.

Em seu relatório expositivo onde descreve de forma sintética as atividades realizadas nas comemorações do tricentenário, Domingos Perdigão relata que plano inicial dirigiria as exposições para objetivo fundante da agremiação: celebrar o dia do trabalho no primeiro de maio, contudo, em reunião promovida entre os seus membros, ficou decidido que haveria um deslocamento para oito de setembro como forma de celebrar a fundação da capital pelos franceses.

Não sendo possível a realização da exposição anual do dia 1º de Maio, como preceitua o nosso Regulamento, e como o Governo do Estado cogitava em festejar o terceiro centenário da fundação da nossa Capital, no anno de 1912, resolvemos transferir a exposição para a época desses festejos, afim de a elles nos associarmos (PERDIGÃO, 1912, p.15).

A agremiação prontamente recorreu ao governo do Estado para que este encaminhasse o pedido de auxílio ao Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio para a realização do certame. Sem a resposta positiva, coube ao governo estadual o financiamento total das comemorações. Com a iniciativa de Luiz Domingues em cobrir as despesas da celebração a Sociedade Festa Popular do Trabalho o nomeou presidente honorário da agremiação.

Com o patrocínio governamental, a estrutura do certame tomou outros rumos. A Exposição estadual incorporou outros elementos com as deliberações de Luiz Domingues. É do governador a ideia da realização do certame no Palácio do Governo ficando, também, a cargo do mesmo a responsabilidade pela nomeação dos membros do júri, das recompensas e prêmios aos expositores.

Enquanto isso, a agremiação tratou de fazer a divulgação do evento distribuindo por todo o Estado circulares e convites aos produtores da região. Perdigão afirma que apesar da ampla divulgação algumas dificuldades foram encontradas devido à falta de instrumentos de comunicação e descaso por parte de alguns produtores.

O governador Luiz Domingues nomeou como membros da comissão organizadora Justo Jansen, geógrafo e professor da disciplina no Liceu Maranhense e; Ribeiro do Amaral, historiador e diretor da Biblioteca Pública. Os dois se juntaram a Domingos Perdigão, oficial da secretaria do Governo e Presidente da Sociedade Festa Popular do Trabalho com a missão de organizar as comemorações do terceiro centenário de fundação de São Luís.

Esta comissão, que era presidida pelo Dr. Justo Jansen Ferreira, fez sua reunião no Palácio do Governo, ficando resolvido que a comemoração se estendesse do dia 8 de Setembro, data em que foi implantada, em 1612, a primeira cruz, no lugar onde é hoje a Avenida Maranhense, até o dia 1 de Novembro, quando foi celebrada a incorporação dos indígenas da Ilha à civilização do Occidente pelo compromisso de obediência à França. (ALBUM DO TRICENTENARIO, 1913, p.2)

A escolha pelo acréscimo de Justo Jansen e Ribeiro do Amaral como membros da comissão tem relação com que parte da historiografia chama de uma interação de longa data entre ciência e Exposições Universais. Kuhlmann Jr.(2010) afirma que o *feedback* ocorreu a partir das Exposições de Londres em 1851. Esses momentos avançaram pelo século XX e puderam ser percebidos nas Exposições de 1922 ocorridas no Brasil em homenagem ao Centenário da Independência.

Marta de Almeida em artigo a respeito dos Congressos e Exposições Internacionais observa que apesar de ser um componente importante nas Exposições enquanto “vitrine do progresso”, a ciência é um tema pouco estudado pela historiografia que trata do tema. “O avanço da ciência aparece quase sempre de forma anônima e *espetacular* diante das inevitáveis demandas do progresso e da industrialização” (2010, p.189-190).

Sua atuação nas Exposições se dava de duas formas: como produto; e, como tema de reuniões, palestras e congressos realizados como parte da programação desses eventos. Lembremos que as Exposições Universais foram espaços de divulgação de muitos inventos científicos. Foram um dos primeiros locais onde os irmãos Lumiere fizeram exhibições com o

cinematógrafo. Eram também ocasiões para a divulgação de estudos científicos das mais variadas naturezas.

Nos congressos e exposições internacionais, além da competição entre nações, havia o confronto de diferentes influências, saberes, interesses e temas. Ao postular a primazia da sua especificidade, nenhuma das forças concorrentes pretendia destruir as outras, mas compor com elas na construção da vida civilizada (KUHLMANN JR, 2010, p.293).

As considerações de Kuhlmann Jr podem ser transportadas para pensarmos o papel de cada membro da comissão. Jansen, Amaral e Perdigão tiveram funções diferentes na organização das comemorações, mas estavam enquadrados dentro da lógica representativa desses eventos: civilização e progresso. Polígrafos, sentiram-se aptos a assumirem papéis múltiplos em campos disciplinares distintos. Produziram estudos, publicaram livros e escreveram em jornais. Estavam entre a produção de bens duradouros e “efêmeros” como afirma Ângela de Castro Gomes. Sob a legitimidade do trabalho científico, “investiam na construção de um Brasil civilizado” (GOMES, 2010, p.12).

Sobretudo os dois primeiros, Ribeiro do Amaral e Justo Jansen, publicaram inúmeros livros com a temática Maranhão. Ambos, como havíamos discorrido no capítulo anterior, haviam anunciado estudos em homenagem ao tricentenário de fundação de São Luís. As obras podem ser indício do que teria motivado a entrada dos polígrafos como membros da comissão organizadora. Como produtores de bens culturais, sua atuação ocorreu por duas vias nas Exposições Estaduais: produção de conhecimento com o lançamento de estudos interligados as comemorações¹⁵⁶ e, no caso específico de Jansen, sua palestra de encerramento que lembra a estrutura dos congressos, reuniões e mesas científicas, os famosos foros presentes nas Exposições Universais.

4.1.1. Ribeiro do Amaral: o historiador

A comemoração do tricentenário de fundação da capital maranhense foi o momento em que a obra mais famosa de Ribeiro do Amaral foi lançada. Na cerimônia de encerramento foram distribuídos diversos exemplares de *Fundação do Maranhão* para os presentes. Ao longo da vida, Amaral ocupou diversos cargos de confiança, como: diretor da Biblioteca Pública (1910-1912), Diretor da Imprensa Oficial, colaborador do Diário Oficial do Estado (1911-1912)

¹⁵⁶Refiro-me a obra *Fundação do Maranhão* (1912) de Ribeiro do Amaral e *As cartas geográficas* de Justo Jansen. As obras foram importantes legitimadores das comemorações do tricentenário de fundação de São Luís pelos franceses.

e Auxiliar do chefe de gabinete do diretor do Arquivo Nacional. Foi, também, professor das disciplinas de História e Geografia no Liceu Maranhense.

Muito dessa proximidade do “homem da sciencia” com o Estado deveu-se ao seu fazer científico. Reconhecido como historiador, Ribeiro do Amaral publicou diversas obras de cunho histórico: *O Estado do Maranhão em 1896*; A trilogia *Apontamentos para a história da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão*; *A fundação de Belém*; *Ligeira resposta ao estudo histórico do Sr. Cândido Costa*; *Limites do Maranhão com o Piauí ou a questão de Tutóia*; *As revoluções no Segundo Império e a obra pacificadora de Caxias*; e, *Efemérides maranhenses*.

As atividades de Amaral, enquanto historiador, inseriram-se em um contexto importante para análise acerca da produção historiográfica a respeito do Brasil. Nesse sentido, segundo Gomes: “A Primeira República constitui-se, portanto, em um período rico para os estudos sobre a história da história no Brasil, bem como a delimitação do perfil do historiador, o que envolvia, por tabela, uma discussão sobre ciência e cientificidade” (2010, p.12).

A investida por parte desses intelectuais no campo da história buscou responder questionamentos ligados à identidade do país e do povo brasileiro em um momento de revisionismo proposto pelo novo regime. Assim como, enquanto campo científico, a história e os “novos” historiadores buscaram seguir certos critérios, hierarquias e normas no processo de construção da narrativa historiográfica. Em certo sentido, esses filtros garantiriam a legitimidade do escrito. Foram estratégias utilizadas não somente enquanto método, mas como forma de reconhecimento e poder.

Em uma breve análise acerca da obra do intelectual maranhense percebemos que seus textos se enquadram dentro dessa perspectiva. Tinham como objetivo propor conhecimento no diz respeito à história do Maranhão com a assunção de novos objetos acrescidos de certo revisionismo. Homem do seu tempo, Amaral abraçou o projeto republicano no qual via a história como componente fundamental para a confirmação de um presente-futuro para a pátria.

O intelectual escreveu *Fundação do Maranhão* em um contexto no qual seu papel enquanto historiador ganhou maior prestígio no campo social na região. Lembremos que no governo Domingues sua presença tornou-se constante nas comemorações cívicas da cidade quando o mesmo atuou como uma espécie de consultor para as celebrações destinadas a fatos e personagens históricos na capital. Ademais, foi nesse período que assumiu a direção da Biblioteca Pública. Sobre a obra fez algumas considerações explicando suas escolhas e o método utilizado na condução de sua narrativa.

Investigar o passado, procurando conhecer as origens e definir ou fixar o presente é de todos os tempos, de todos os povos, desde que atingem estes a um certo grau de cultura na escala da civilização.

Assim pensando, escrevemos este livro, que aspiração outra não tem, nem pretensão qualquer alimenta, senão a de comemorar o Tricentenário do estabelecimento dos franceses no Maranhão, em 1612.

Vasto repositório do mais súbito valor para o estudo da história dos primeiros dias da nossa vida colonial, ou, antes, da ocupação francesa, as obras de Cláudio d' Abbeville, Ivo d'Évreux e Diogo Campos, forma essas as principais fontes a que nos socorremos, onde formos buscar os melhores e quase únicos subsídios para a organização desta Memória (AMARAL, 2012, p.25).

O trecho retirado da introdução da obra é relevante, pois indica algumas concepções que orientam a compreensão do estudo, da escrita e do próprio Ribeiro do Amaral enquanto historiador. Inicialmente, considera a História como um divisor social. O conhecimento do passado pertenceria somente às sociedades em estágios avançados de civilização, o que remete a concepções que promoveram a divisão entre as sociedades com escrita (sociedades com história) e sem escrita (sociedades sem história).

Para Ângela de Castro Gomes (2010) história, ciência, modernidade e progresso faziam parte da mesma equação nas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, a ciência histórica seria um dos indicadores do progresso e da civilização de uma sociedade. Ao mesmo tempo em que, do ponto de vista regional, coloca o Maranhão no mapa civilizacional, a citação foi um recurso discursivo utilizado pelo autor para legitimar seu ofício e obra.

Para tanto, enquanto ciência, a História se apegou a certos critérios. As “fontes” assumiram o papel de dirigentes da narrativa. Amaral apresenta as suas. Elas eram, segundo o autor, repositórios para o estudo da história colonial da região. As obras de Cláudio d'Abbeville, Ivo d'Évreux e Diogo Campos não somente são importantes porque correspondem a um dos poucos relatos sobre esse período, mas assumem seu grau de importância, pois os cronistas foram “testemunhas oculares” dos fatos ocorridos. Tiveram relação direta com os acontecimentos.

A justificativa do uso e escolha da documentação são indícios das concepções de história seguidas por Amaral. Tal concepção está imbricada com os pressupostos da escola positivista do século XIX; do documento enquanto verdade absoluta, sem nenhuma problematização por parte do material analisado. Talvez esse seja o aspecto que levou a obra de Amaral a ser pouco estudada. Muitos consideram *Fundação do Maranhão* uma síntese das fontes utilizadas pelo historiador, uma obra carente de problematização.

Contudo, segue à risca sua proposta inicial, a utilização das “fontes” para a construção de sua narrativa. Como texto filho do seu tempo, *Fundação do Maranhão* seguiu os padrões de construção científica em que estava inserido o ofício historiográfico do período.

Sua perspectiva se encaixa dentro daquilo que a historiografia da Primeira República denominou como uma obra escrita por um “historiador moderno”.

Segundo Silva (2015), diferente dos historiadores antigos, a história moderna investiu em narrativas com o objetivo de expor o sucesso das “grandes” e “ilustradíssimas” nações, orientadas pela noção de civilização e “espírito”. Na obra do historiador maranhense, esse investimento fica exposto ao dedicar o estudo ao “espírito superior” da missão francesa. Essa “visão” de história compreendeu os acontecimentos como processos e escalas. Uma visão mais generalizada dos fatos.

Observa-se que para além dos critérios de cientificidade, a escrita desse período emulou concepções ligadas a escalas de valores. A história *magistra vitae*, ou seja, a história fornecedora de exemplos, mostrava ser um modelo de grande serventia para o período. Não esqueçamos também, que nesse mesmo período muitos historiadores e seus escritos correspondiam a um projeto de nação. Tornaram-se braços do Estado na construção da identidade e da “memória coletiva”. Nesse sentido, o “espírito” da missão francesa era um exemplo da tentativa de instalação de um projeto que levaria civilização e progresso para a então colônia.

Em um contexto local, *Fundação do Maranhão* enquadrou-se em um período de revisionismo no campo simbólico a partir do governo Luiz Domingues. Nesse sentido, o “espírito” da missão francesa lembrava aos leitores exemplos de civilização e progresso. Esses modelos exemplares estiveram presentes nas comemorações através da invenção de uma tradição para o Maranhão mais próxima da ideologia republicana do centro país. A presença de Amaral na organização certame, além de legitimadora, por ocupar o papel social de historiador, remete à questão da memória.

O próprio Ribeiro do Amaral considera seu escrito uma “Memória”. Seu único objetivo, que justifica a existência do escrito, era o de comemorar o terceiro centenário de fundação da cidade. O uso do termo “Memória” explica-se, segundo o autor, pelo raríssimo conteúdo escrito direcionado a história do Maranhão, portanto, funcionava como um produto para as futuras gerações. Assim, o escrito gerenciava duas perspectivas de lembrança: a da missão francesa na região defendida como o ponto fundante da cidade de São Luís e da própria comemoração do evento em si.

4.1.2. *Justo Jansen: o geógrafo*

Justo Jansen, além de membro foi presidente da comissão organizadora das comemorações do terceiro centenário de fundação de São Luís pelos franceses. Era professor de Geografia do Liceu Maranhense e médico de formação. De todos os membros da comissão, era reconhecido como um homem da ciência, um cientista. Além da formação como médico estudou astronomia na França.

O conhecimento na área fez com lecionasse Física, Matemática, Química e Mineralogia na Escola Normal. Foi membro de diversas entidades científicas: Sociedade de Geografia, Sociedade de Medicina e Cirurgia, Sociedade de Geografia de Lisboa e Sociedade de Astronomia de Paris. Além disso, foi o primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM).

Enquanto médico, foi representante do Maranhão nos congressos científicos referentes à higiene e saúde pública ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, participou inclusive do mais famoso dentre eles, o 4º Congresso Médico Latino Americano (1909) considerado um dos mais importantes congressos realizados na América Latina no período. Realizado no bairro da Urca (Rio de Janeiro), o evento foi sediado no mesmo local onde ocorreram as comemorações do 1º centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas. Segundo estimativas do evento, o certame recebeu 396 expositores vindos da Europa e América do Sul e do Norte além dos brasileiros¹⁵⁷.

Como geógrafo produziu algumas obras a respeito do tema: *A Barra de Tutoia; Geografia Médica e Climatológica do Maranhão; Contribuição para a História e Geografia do Estado do Maranhão: Ainda a Barra de Tutoia e A divisória pelo Parnaíba*. Participou como representante das Escolas Normal e Modelo do Primeiro Congresso brasileiro de Geografia ocorrido no Rio de Janeiro em 1909. Era um intelectual de muitas conexões, viajou constantemente para a capital federal, Europa e algumas outras regiões do Brasil. Sem dúvidas, dos membros da comissão, Justo Jansen era o mais conhecido e respeitado intelectual fora do estado. Acredito este fator tenha sido de grande relevância para escolha do geógrafo como presidente da comissão organizadora.

¹⁵⁷ Justo Jansen apresentou algumas medidas sanitárias para a cidade de São Luís no Congresso como: O estabelecimento de esgotos e o fim das fossas fixas; continuação do caes para o estrito do Bacanga; incineração do lixo e reformulação do sistema de coletas; proibição dos cortiços e de outras habitações que tenham a mesma função; completa reformulação do sistema de abatimento do gado, distribuição e conservação da carne. Pacotilha 09/10/1909.

Além de presidente, nas comemorações Jansen foi membro da comissão julgadora da sessão de produtos naturais, proferiu o discurso de encerramento e expôs seu mais recente trabalho: as cartas geográficas em comemoração ao tricentenário de fundação de São Luís. O material ofertado às Exposições estaduais foi composto por três mapas: A planta da cidade de São Luís, A carta geográfica da ilha de São Luís e A carta geográfica do Estado do Maranhão.



Figura 9. Cartas Geográficas exibidas nas Exposições Estaduais (1912).

Analisando as notícias nos jornais locais, suponho que os mapas tenham sido feitos anteriormente a data de divulgação, creio que possivelmente no ano anterior. Notas referentes ao material passaram a ser publicadas nos jornais da capital no início de 1912, o próprio Jansen acrescenta mais informações a respeito do processo de feitura das obras ao indicar que foram produzidos em Paris sob sua direção. Durante o início do ano de 1912, o geógrafo envia alguns exemplares para autoridades, intelectuais e agremiações, assim como a alguns jornais locais. A Pacotilha deu seu parecer sobre o estudo.

AS PUBLICAÇÕES

O dr. Justo Jansen Ferreira, que se dedica, há anos, aos estudos corográficos e cartográficos do Maranhão, fez dezenhar e imprimir, durante a sua estadia em Paris, uma carta deste Estado, outra da ilha de S. Luiz e a planta desta capital.

E' fora de duvida que os novos trabalhos do erudito autor d' *A barra da Tutoia*, dada a falta de elementos seguros, prá elaboração do mapa estadual, concorrem imenso pro aperfeiçoamento da cartografia maranhense.

Só temos que felicitar o ilustre professor, cujo esforço, em prol da instrução jeográfica da sua terra, julguemos deveras louvável, e agradecer, de passo, os exemplares que nos enviou (PACOTILHA, 01/05/1912)

O gesto de feitura da obra foi tomado pelos jornais como uma manifestação de civismo para com o Maranhão e seu povo. Jansen também soube se utilizar do clima comemorativo que já se instava na cidade para divulgar os mapas. Ao associar sua produção as comemorações elevou o grau de importância dos mapas ao conectá-los com as ritualizações. Lembremos que comemorar era considerado um dever moral-cívico. Ofertar o trabalho a tão importante momento foi visto como manifestação de zelo as “coisas da terra”.

Os mapas, também, nasceram em um contexto de reaproximação da geografia com o poder público federal através do soerguimento da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Como produto desse reencontro surgiu a ideia de realização do famoso Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia, no qual o intelectual maranhense participou, em 1909, na capital federal. Sobre o evento Nunes afirma que a reunião dos geógrafos brasileiros contou com auxílio do governo federal para a realização do evento. Ainda conduzindo algumas considerações a respeito das atividades o autor conclui:

Conciliando formulas antigas e novas, o evento desenrolou-se em clima de grande ao otimismo, graças à conjuntura particularmente favorável em que foi realizado. Vale evocar, nesse sentido, algumas características e fatos relevantes do período 1900-1909 (...) Não por acaso, portanto, encontram-se referências ufanistas ao *boom* da borracha e desfechos de questões de limites, contrabalanceadas por preocupações quanto à colonização do interior do país num contexto já de questionamentos à imigração estrangeira (...)O primeiro congresso de geografia em solo brasileiro iria realizar-se numa capital recém-remodelada pela Reforma Pereira Passos. O Brasil, segundo se acreditava, mostrava capacidade de pensar a si próprio, pois não lhe faltava inteligência e força moral para tanto” (NUNES, 2010, p.158-159).

Os geógrafos compreendiam o momento como de grande serviço para a Ciência Universal e a Pátria. Alguns oradores conduziram seu discurso para o contexto em que se refletia a reaproximação com o a instancia federal. O saber geográfico seria uma manifestação do valor cívico e moderno do Brasil. Contudo, segundo Nunes, grande parte sabia que o país ainda possuía uma vasta região não atingida pelos ideais de progresso e civilização. A questão foi levada em conta pelos próprios organizadores do evento. Muitos se manifestaram a respeito, entendiam que o Brasil não poderia recuar. Para tanto, seria necessário implementar o projeto de explorações no vasto território. Conhecer o país seria necessário, antes de tudo, para alcançar a civilização.

A missão dos geógrafos e da própria geografia era fornecer esse conhecimento à pátria. Em especial, um estudo científico acerca da vasta região do Oeste brasileiro. Descobrir

suas riquezas naturais levaria a ocupação do território e, conseqüentemente, o projeto de civilização para essas regiões ainda desconhecidas. Esse discurso colaborava para uma ideia mítica dessas regiões do Brasil ainda pouco conhecidas pelo centro político do país. Compreendiam esses espaços como o Novo Éden, algo bem similar ao que ocorre no Maranhão na Primeira República, como região de riquezas naturais ainda inexploradas. Entretanto, deve-se ressaltar que essa visão nada tem a ver com a ideia de natureza idílica do século XIX. Está mais baseada em uma conversão dessas potencialidades naturais em riquezas instituídas pela ideia de progresso, civilização e trabalho através da ação humana.

Nesse mesmo período, em que retomava aliança entre a geografia e uma política de Estado por parte do governo federal, Justo Jansen publicou seu primeiro estudo geográfico intitulado *Barra de Tutoia* (1908). O estudo era uma resposta à antiga disputa entre maranhenses e piauienses acerca da demarcação das divisas entre os dois estados. A questão envolvia a região do Delta do Rio Parnaíba, os piauienses defendiam a manutenção de grande parte da região com pertencente ao estado.

Na capital Teresina, Antônio Freire publica um estudo intitulado *Limite entre os Estados do Piauí e Maranhão e Questões Territoriais e, Limites do Piauí: contribuição para o estudo de suas questões territoriais com o Maranhão* (1907). Nele advoga a favor do seu estado. Faz-se relevante lembrar a importância do Rio Parnaíba para o Piauí.

Teresina era uma das poucas capitais nordestinas localizadas no interior do Estado. Sua construção deveu-se ao deslocamento do comércio fluvial do Rio Itapecuru (MA) para o Rio Parnaíba, o que reduziu em larga escala as atividades do porto de Caxias, cidade mais importante do interior maranhense no período, e realojou o comércio fluvial da região para a capital piauiense. Com uma faixa litorânea pequena, o Piauí dependia muito dos seus rios. A região do delta era uma das poucas ligações entre o mar e o principal rio do Estado. Portanto, assegurar as fronteiras do Delta a favor da causa piauiense era uma das prioridades do Estado e daqueles que advogavam a favor dele.

Anteriormente, a defesa do caso pelos maranhenses foi advogada por Barros e Vasconcelos e Ribeiro do Amaral. Com o retorno da geografia aos quadros científicos e pátrios, o único que possuía autoridade suficiente para escrever sobre o tema era Justo Jansen. O assunto tomaria novamente suas reflexões com mais outras duas obras exclusivas sobre o tema, inclusive a carta do Estado do Maranhão de 1912, fez um destaque especial às divisas entre os dois estados na região.



Figura 10. Divisa entre Maranhão e Piauí (Região do Delta do Parnaíba)
 Fonte: Carta geográfica do estado do Maranhão (1912)

Em uma perspectiva mais local, o contexto de produção do mapa se insere também no contexto das políticas de Estado do governo Luiz Domingues. Vimos no capítulo anterior, as inúmeras medidas adotadas pelo governador com objetivo de reordenar do ponto de vista político, econômico, social e cultural o Maranhão, a ideologia republicana em âmbito federal como: povoamento das terras devolutas, melhoria dos transportes, navegabilidade dos rios, estudos para a exploração das riquezas locais. Essas medidas do governo estavam presentes nos debates da comunidade geográfica do período, assim como, das políticas republicanas do centro político do país.

De maneira geral, a composição dos mapas produzidos por Justo Jansen em comemoração ao tricentenário de fundação de São Luís primava pela forma pedagógica, representava, respectivamente, o Estado, a ilha e a cidade de São Luís. Isso porque suas obras eram destinadas e adaptadas ao ensino escolar. Nunes comenta que apesar do retorno da Geografia aos quadros da política federal como um conhecimento fundamental para civilização e progresso brasileiro poucos dos seus quadros experienciaram, de fato, a vida como homens da ciência. Em sua maioria a produção da área estava destinada para a educação. Os geógrafos estavam nas escolas atuando como professores da disciplina, ou seja, poucos conseguiam viver

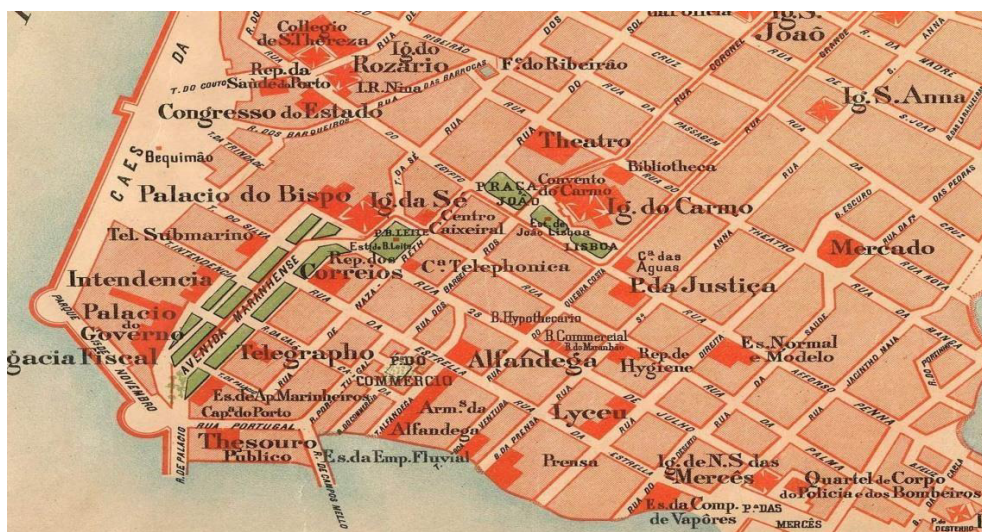
somente da produção de conhecimento científico. Portanto, o que ocorreu, na maioria dos casos, foi um direcionamento a produção desses intelectuais para o campo da educação.

Nesse sentido, a obra tem por finalidade orientar e educar de forma didática os estudantes maranhenses. Por outro lado, na esfera comemorativa, a obra assumiu status de produção científica. Os mapas seriam *símbolos* do progresso, modernidade e civilização da região; fruto do dever cívico de Justo Jansen. Eram eles, simbolicamente, representações em escalas desses ideais republicanos, tendo São Luís como exemplo maior do progresso e civilização através da República.

Marcello Martinelli (2005), ao propor uma reflexão acerca da história social da cartografia afirma que os mapas sempre estiveram associados a geografia. Eles representariam a geografia, mas que uma ação decorrente do ofício, seriam sinônimo da própria geografia, portanto, representações do ofício. Por ser uma representação, os mapas não estão livres das concepções daqueles que orientavam os caminhos da disciplina. Os mapas não estariam isentos dessas interferências externas. Não é o real representado, mas uma representação, um olhar sobre como se imagina o real.

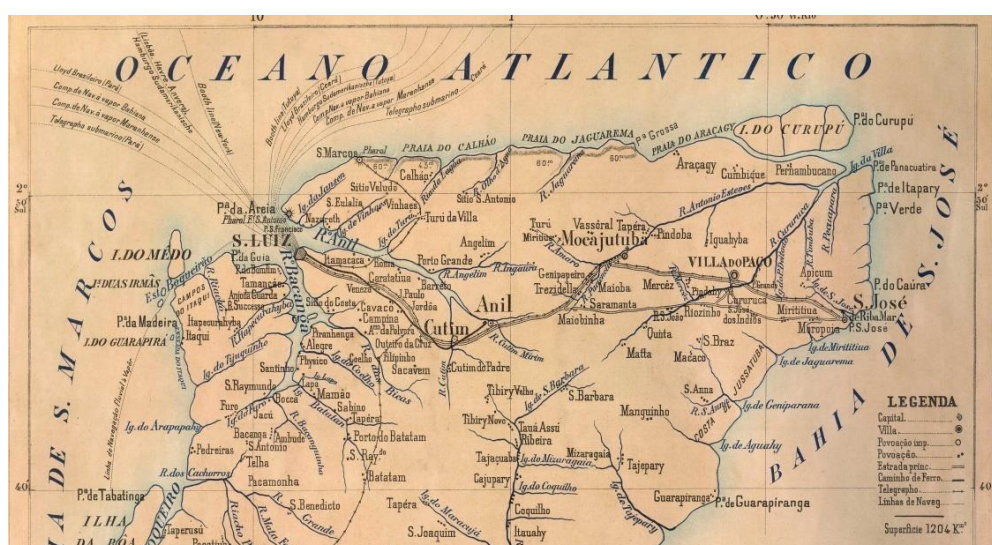
Seguindo as colocações de Martinelli, nossa proposta é fazer uma breve leitura dos mapas a fim de expor algumas considerações sobre essas representações cartográficas feitas por Justo Jansen e expostas nas comemorações do tricentenário de fundação de São Luís, em 1912. Optei por fazer alguns recortes com o objetivo de ampliar a escala dos mapas para melhor visualização do documento. Este recurso, sintonizará nossas considerações com os objetos expostos.

- **Planta da cidade de São Luís**



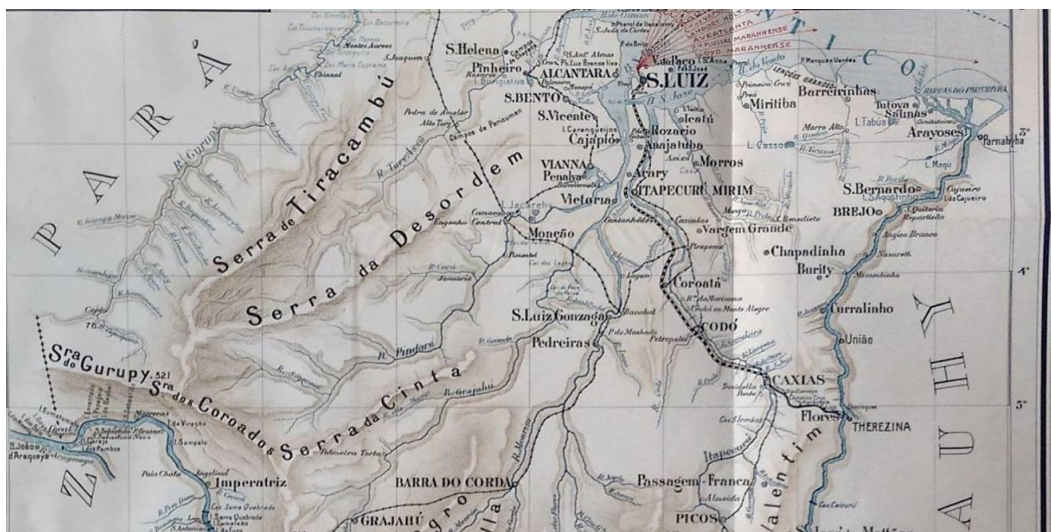
Com uma escala de menor as demais obras cartográficas. A planta da cidade de São Luís é muito mais descritiva em termos de informação do que os outros dois mapas, ou seja, o documento apresenta múltiplos elementos de representação, símbolos que fazem referência a diversos objetos topográficos. De maneira geral, o centro urbano é representado através dos bairros sendo a área edificada de rosa. Os símbolos em laranja representam instituições: igrejas, órgãos do Estado, mercados e escolas. São elementos de notável edificação para local. É possível perceber a simbologia da cruz que faz menção a localização das igrejas. As linhas em laranja no meio das ruas fazem referência as linhas de transporte (os bondes). As áreas de cor verde representam espaços como as praças da capital. Existe uma orientação aos monumentos como o de Bequimão localizado no Cais da Sagração. Para dar maior destaque a algumas instituições o autor utilizou o recurso da fonte nas letras, sendo possível observar esses recursos aplicados nos nomes das igrejas nos principais órgãos administrativos.

- **Mapa da ilha de São Luís**



Em uma tonalidade menos forte do que a da planta da cidade de São Luís o mapa da ilha centra-se na distinção da capital, São Luís, com os demais locais de povoamento da ilha. O mapa de Jansen estabelece uma hierarquia entre eles através de elementos de representação que simbolizam o grau de importância através do fator populacional. Primeiro a capital, segundo a vila (Villa do Paço), terceiro povoação importante (Anil, Cutim) e povoação (Angelim, Tapéra). Além disso, o mapa privilegia a questão dos transportes indicando as linhas de navegação que saíam da capital e as estradas de ferro que ligavam São Luís aos subúrbios industriais do Cutim e Anil e uma estrada que ligava a capital ao a Villa do Paço e São José.

- **Mapa do estado do Maranhão**



Com a maior escala, se compararmos com os outros mapas, o mapa do Estado do Maranhão privilegia através de elementos de representação uma geografia ligada à natureza: Serras e rios são elementos de destaque no mapa. Além disso, a representação se preocupa com as fronteiras do estado utilizando como orientação uma linha preta com traços na horizontal. As cidades novamente são representadas através da hierarquia populacional com a utilização do recurso do tamanho da fonte das letras. Jansen, também, se preocupa em ilustrar elementos que representariam as comunicações e o transporte. Como as linhas dos telégrafos e a estrada de ferro São Luís-Caxias, ainda em processo de finalização.

Lucia Lippi (2010), em artigo que trata de reflexões acerca do conceito de nação e região a partir da Geografia enquanto ideologia e campo disciplinar, afirma que tanto nação quanto região são representações socialmente construídas. São padrões que remetem a identidade, coesão e tensão. Essas mesmas questões estão explícitas no campo simbólico. Sendo assim, através do uso da escala, os mapas de Justo Jansen se enquadraram dentro dessa perspectiva, pois apresentam uma visão particular do território maranhense.

Analisando os mapas em conjunto, percebemos que ambos privilegiaram a capital São Luís. Além da planta, que obviamente, presta esse serviço. Os outros dois mapas (ilha e Estado) se utilizaram de elementos representativos que destacaram a cidade. A planta da cidade representa a capital através de seus órgãos administrativos, igrejas, praças, indústrias, escolas e vias, elementos urbanísticos símbolos que eram sinônimos de civilização e progresso. Os outros dois mapas privilegiam as conexões da cidade através da comunicação e transporte com o mar, interior da ilha e o continente. O que, de certa forma, rompe com a ideia de isolamento, decadência e atraso presente na mentalidade das elites locais.

Os mapas, também, apresentariam outros reflexos coadunados a uma visão republicana a respeito da região, através da questão fronteiriça entre Maranhão e Piauí. O transporte com o interior, linhas férreas, símbolos do progresso. Em suma, os elementos representativos utilizados por Justo Jansen foram orientados por concepções republicanas da

época, tais concepções privilegiam certos elementos considerados marcas do avanço econômico, político e social de uma região.

Sua participação nas comemorações, assim como a de Ribeiro do Amaral como membros da comissão, foram indicativos de uma tentativa por parte do poder público, personificado na figura de Luiz Domingues, de construir em torno do certame, aspectos ligados ao cientificismo, algo recorrente nas grandes exposições. Tais dimensões foram representadas tanto pela imagem que ambos representavam como “homens da ciência”, quanto com as obras expostas e lançadas no evento.

Ao assumirem esse papel, contribuíram para a legitimação do evento, assim como foram legitimados pela proximidade e compromisso que assumiram ao se coligarem aos ideais e simbologias do certame. Aproveitaram o momento para manifestar seu “dever” cívico para com as coisas da terra, cada um em sua área. *Fundação do Maranhão* e *As cartas geográficas* tornaram-se produtos ou exemplos do progresso e civilização na região.

Afinal o cientificismo era considerado indicador do avanço ou atraso de uma civilização. As obras sinalizam também para o momento em que os respectivos ofícios passaram a fazer parte do projeto republicano nacional, mas também local de forma mais intensa com o governo Domingues. Além mais, funcionam como dispositivos mnemônicos, provocam a lembrança não somente da missão francesa, mas sobretudo, lembram do certame ocorrido em 1912. Indícios de tempo que refletiu sobre outro.

4.2. **Jogo e Cena:** incorporando os fundadores

Vimos no tópico anterior que Luiz Domingues, Justo Jansen, Ribeiro do Amaral e Domingos Perdigão formaram a comissão organizadora das comemorações do tricentenário de fundação da capital maranhense. Perdigão, assim como os demais membros da comissão, empenhou-se em uma campanha por todo o estado em prol da conscientização da realização e a mobilização de todos para a participação do certame, tendo em vista a dimensão regional que as comemorações abraçaram.

O sucesso do certame tornou-se ainda mais importante para o governo Luiz Domingues, tendo em vista que o acordo de paz dos primeiros anos de seu governo chegou ao fim, o primeiro a romper com o governador foi José Euzebio ainda em 1911. No final do mesmo ano e nos primeiros meses de 1912 foi à vez de Costa Rodrigues.

O fator para o rompimento com o político deveu-se, segundo os periódicos locais, a aquisição de empréstimos feitos pelo governo do Estado com um banco francês. Segundo Mendonça (2010), o governo recebeu uma quantia de 20 milhões de francos dos banqueiros Mayer Freres & Cia., com a mediação de banco franco-argentino. Os dissidentes alegaram que não havia motivos reais para aquisição de tão grande quantia aos bancos internacionais. Além disso, o pagamento dos juros e parcelas do empréstimo representariam mais uma dívida futura aos cofres públicos.

Em 1912, com a saída de Costa Rodrigues do *front* situacionista, *Pacotilha* lança uma série de acusações ao governo. Além de considerarem os empréstimos um equívoco, acusaram o governador de improbidade administrativa. As suspeitas levantadas pelo jornal sugerem que o governador não teria aplicado a quantia referida nas tais reformas e auxílio a setores econômicos sensíveis. Em resposta as acusações, o governador publicou as famosas *Monografias*, reunidas em um livreto chamado *Dois anos de governo (1910-1912)*.

Os textos apresentam uma síntese das ações por parte do governo em diversos campos: educação, economia, higiene e infraestrutura. Domingues estrutura sua defesa utilizando citações dos mesmos jornais que naquele momento acusavam sua gestão. A investida maior sem dúvida é com a *Pacotilha*. Domingues utiliza vários trechos de matérias publicadas no jornal que rasgam elogios ao governo e sua administração, como também, trechos de elogios pessoais a sua personalidade, educação e inteligência.

Segundo Domingues (1912), os famosos empréstimos foram necessários para reestruturar a economia, promover a reforma e saneamento da capital, além de obras de infraestrutura no porto e melhoramentos do transporte entre a capital e o interior. Sobre o tema o governador ainda utiliza de trechos onde a *Pacotilha* apoiava a aquisição da quantia com os estrangeiros.

Pois bem, a questão ao que me parece não incide sob os empréstimos feitos pelo governador, tudo indica que tenha relação com as disputas políticas entre as oligarquias locais. Lembremos que o acordo de paz entre os oligarcas foi afiançado por Nilo Peçanha. O então presidente articulava o pleito das próximas eleições presidenciais, mas para tanto, precisaria do apoio de ampla maioria. A costura do acordo com os maranhenses ajudaria o então presidente na eleição de seu candidato.

Hermes da Fonseca venceu com o apoio de Peçanha e da bancada maranhense que através dos jornais propagandeou a candidatura *hermista*. Se a esfera federal favorecia a continuidade do acordo, do ponto de vista regional o personalismo instituído por Domingues no seu governo preocupava os demais coronéis no jogo político de forças.

Nesse sentido, as comemorações do tricentenário de fundação da capital maranhense ocorrem em um contexto de intensa disputa política entre os defensores de Luiz Domingues e as oposições, com destaque para Pacotilha e o Diário do Maranhão, sob influência dos políticos Costa Rodrigues e José Euzébio. Essas disputas na esfera política respingaram no certame. Se, de um lado, o Diário Oficial do Estado do Maranhão lançou notas entusiasmadas a respeito do evento, *A Pacotilha*, pelo contrário, empobrecia e desmerecia as informações a respeito das celebrações. Inclusive evitou, na maioria dos casos, a utilização da palavra comemoração. O jornal optou por utilizar a palavra *Exposições* para qualquer informação que pudesse divulgar a respeito do certame¹⁵⁸.

As comemorações, portanto, foram de fundamental importância para o governo Domingues. O evento poderia abafar as acusações dos jornais, restaurar o clima de paz e confiança no governo, ou seja, um instrumento que poderia garantir a governabilidade nos próximos anos. Não foi o que se viu, mas a programação seguiu em frente com o objetivo de celebrar a fundação da cidade. De maneira geral, as comemorações do III Centenário seguiram os padrões das demais celebrações como sinaliza Lucia Lippi a respeito dos roteiros comemorativos:

As comemorações de datas nacionais seguem, grosso modo, uma mesma trajetória: organização de comissões executivas nacionais, campanhas de esclarecimento patriótico, organização de eventos cívicos, cortejos fluviais e marítimos, montagem de exposições, inauguração de monumentos, confecção de selos, medalhas, bandeiras e hinos (2000, p.185-186).

Esses roteiros comemorativos funcionam como uma espécie de sumário, orientam ações e informam sobre situações ou determinados acontecimentos. Além disso, também funcionam “como paradigmas para a construção de sentidos que estruturam os ambientes sociais, comportamentos e consequências potenciais” (TURNER, 2010, p.60). Além disso, esse dispositivo estrutura nossa visão e orienta para certas questões. As práticas também funcionam como dispositivos que se silenciam para determinados assuntos, orientam para que certos questionamentos desapareçam de sua agenda. Em suma, elas buscam eliminar o conflito e o resolver dissensos.

Para as comemorações, é fundamental que isso ocorra, principalmente para as ritualizações que se dirigem a recordar elementos fundantes, pois reduzem toda a dimensão da

¹⁵⁸Tais opções fazem parte do jogo discursivo instituído pelos jornais. A palavra comemoração remetia a uma atmosfera de festa, comunhão e celebração, algo que a Pacotilha optou por silenciar qualquer clima de festa na capital, assim como qualquer ponto positivo da administração Domingues. Os jornais criaram em suas matérias, um clima de insatisfação popular entorno do governo. Trataram de arruinar a imagem que Luiz Domingues se orgulhava em promover: a de homem do povo.

violência, a hierarquia social, a desigualdade, esquecimento ou qualquer outra questão que possa suspender os ideais de igualdade, fraternidade e comunhão que as comemorações aspiram.

Por fazerem parte das tradições inventadas, a formatação das comemorações baseou-se naquilo que Hobsbawm define como práticas inventadas. Um conjunto de simbologias associativas que possuíam um significado vago e amplo. De maneira geral estavam atrelados a um conjunto de qualidades, direitos e deveres cuja função era introjetar e extrojetar certas concepções aos participantes: fraternidade, progresso, civilização, espírito, cultura e identidade.

As práticas inventadas também denotam ação, principalmente, quando associadas a símbolos. Elas correspondem a uma série de posturas ou condutas que os grupos devem apresentar¹⁵⁹. As comemorações dialogam com a questão, pois investem em simbologias associativas que determinam e lembram a um grupo padrões comportamentais e papéis sociais.

Nesse sentido, Connerton afirma que as comemorações investem no formalismo e na performatividade. Além disso, são cerimoniais destinados a lembrar de pessoas e acontecimentos considerados protótipos, evocados a partir de concepções históricas ou míticas.

Segundo o autor, esses rituais orientam uma determinada comunidade ou grupo a recordar aspectos da sua identidade que é reapresentada e contada através de uma *metanarrativa*¹⁶⁰. O termo seria uma variante da memória pessoal, ou uma forma de dar sentido ao passado “coletivo” através do que chama de *autobiografia coletiva*. Basicamente esse campo abriria espaço para a investigação da performance nesses cerimoniais.

Um ritual não é um diário, ou uma biografia. A sua metanarrativa é mais do que uma história que se conta e se reflecte, é um culto encenado. Uma imagem do passado, mesmo sob a forma de metanarrativa, é transmitida e conservada por performances rituais. E isto significa que aquilo que é recordado nas cerimónias comemorativas é algo mais que uma variante colectivamente organizada da memória pessoal e cognitiva, pois, se as cerimónias devem funcionar para o que nelas participam, se devem ser persuasivas para eles, então esses participantes não devem ser apenas cognitivamente competentes para executar a performance: devem estar a elas habituados, e esta habituação deve ser localizada (...) (CONNERTON, 1999, p.81).

¹⁵⁹Hobsbawm afirma que a invenção de sinais associativos instigam a certas condutas e práticas. Como ouvir e cantar o hino de pé, prestar continência a bandeiras. Para o historiador tais práticas evidenciam o investimento em uma carga simbólica emocional do que o estabelecimento de estatutos e objetos de associação direcionados a uma determinada comunidade.

¹⁶⁰ O conceito de metanarrativa apresentado pelo historiador Paul Connerton é bem similar ao que Candau constrói para refletir acerca das memórias “coletivas” ou sociais, a metamemória. Ambos os conceitos tratam da memória dos grupos enquanto representação ou construção. A única diferença é que Candau pouco aprofunda a questão para o campo das comemorações. Já Connerton reitera o caráter de importância das comemorações enquanto objeto para análise do que chama de memória social do corpo (performance).

Nesse sentido, mais que uma simples recordação de um passado fundacional através da passagem dos franceses pela região, os dispositivos mnemônicos, através da ação da metamemória constituíram, no campo da performance, representações de arquétipos ligados a o tempo social em que as ritualizações foram realizadas. Connerton sinaliza para essa questão ao tratar do hábito, mais precisamente da memória do hábito e o tempo. Portanto, não se tratava de uma encenação fiel dos acontecimentos de 1612, mas que a lembrança evocada estivesse articulada com um conjunto de posturas e simbologias presentes no tempo social dos evocadores. Não é coincidência alguma que a organização do III Centenário tenha investido em um arsenal simbólico republicano: hinos, bandeiras, mapas e exposições.

Portanto, pode-se argumentar que o legado fundacional francês só seria efetivado enquanto legado, através do seu alinhamento com as simbologias republicanas do período. Sendo assim, o evento tornou-se um exemplo, um acontecimento protótipo, pois emulou um conjunto de qualidades e padrões comportamentais aos participantes do evento.

Dadas estas reflexões gerais a respeito do certame, partiremos agora para a descrição e análise mais direta das ritualizações. Primeiramente, é importante ressaltar a importância da calendarização do certame enquanto marcações no tempo e orientação para o mesmo. A comissão decidiu pela realização das exposições regionais entre os dias 8 de setembro e 1º de novembro. Ambas as datas provocavam a lembrança de acontecimentos importantes: o 8 de setembro simbolizava a implantação da cruz pelos franceses e o 1º de novembro fazia menção à incorporação dos indígenas a civilização ocidental. Como afirma Bosi, datas são pontas de iceberg, tem muito a dizer! De fato, têm!

As duas pontas de iceberg (8 de setembro e 1º de novembro) contam uma história, uma história com início e fim. Elas também possibilitam que a história seja contada e performatizada. Como produtos das tradições inventadas sinalizam para obrigação, dever, reflexão e comunhão. Elas subsidiam práticas inventadas através da transferência do tempo-cotidiano para tempo-sacralizado. Nesse sentido, a calendarização torna-se importante para qualquer cerimônia comemorativa, pois sua função não é somente lembrar de certo acontecimento ou fato, mas instigar os participantes a celebração.

Explico, o tempo quantitativo refere-se ao tempo que pode ser medido ou representado através da contagem dos dias. Já o qualitativo, trata da suspensão do tempo medido pela contagem dos dias para o tempo em que se celebra a memória de acontecimentos considerados importantes para um grupo ou comunidade. Essas duas perspectivas de calendário estão justapostas, já que o tempo qualitativo se apropria do tempo quantitativo para fazer suas marcações.

(...) os intervalos que estão enquadrados por certas datas críticas que ocupam anualmente a mesma posição relativa no calendário são considerados qualitativamente semelhantes (...). As mesmas festas são celebradas nas mesmas datas. Em cada festividade periódica os participantes como que se encontram, deste modo, no mesmo tempo, o mesmo que manifestara nas festividades do ano anterior, ou do século anterior, ou de cinco séculos atrás (CONNERTON, 1999, p.76).

Referem-se ainda a acontecimentos e instigam obrigações, deveres ou a celebração de maneira geral. As datas cívicas ou comemorativas se referem também aos lugares. Para funcionarem como dispositivos mnemônicos, recontar ou re(a)presentificar um determinado acontecimento as comemorações necessitam invocar um local físico. A escolha do local possibilita a leitura das estratégias utilizadas. O espaço ritualizado se refere a “um ambiente altamente codificado que dá aos espectadores informações pertinentes – por exemplo, sobre a classe ou o período histórico” (TURNER, 2010, p.62).

Os primeiros atos cerimoniais das comemorações de 1912 voltaram-se à sacralização da Avenida Maranhense, local que abrigava instituições importantes como o Palácio do Governo, Palácio do Bispo, Igreja da Sé, Intendência Municipal, Telégrafo e a Repartição dos Correios.

O antigo Largo do Palácio recebeu este nome após algumas reformas urbanísticas que transformou a avenida em um espaço com canteiros e passeios em 1904. O objetivo era aproximar a cidade das novas concepções urbanistas implementadas no país seguindo o exemplo das intervenções ocorridas na capital federal. Para além do aformoseamento do espaço seria necessária a utilização do mesmo, assim como ocorreu com a Avenida Central. Para tanto, foram organizados diversos passeios públicos no local.



Figura 11. Avenida Maranhense
 Fonte: Álbum do Tricentenário (1913)

A fotografia acima, extraída do Álbum do Tricentenário¹⁶¹, é a primeira imagem da cidade de São Luís na obra. Por conseguinte, dentre as 59 fotografias do Álbum, é a única referente a uma avenida ou rua. A intenção da fotografia foi sem dúvida conectar a lembrança ao espaço, de forma associativa, transformá-lo em um lugar de memória. O lugar lembra onde tudo começou, como informa Domingos Vieira Filho ao se referir ao local em Breve História das Ruas e Praças de São Luís: “o velho Largo do Palácio, chão histórico da cidade (...) São Luís, portanto, começa historicamente nessa praça” (1971, p.151).

Em outro momento, outro texto a respeito do local surge, mais precisamente, na reedição da obra Fundação do Maranhão publicada em 2012 pela Academia Maranhense de Letras sob a supervisão de Jomar Moraes em ocasião das comemorações do VI Centenário de fundação da de São Luís. O editor acrescenta o texto escrito por Ribeiro do Amaral no ano de 1912. O texto, cuja, titulação foi acrescida por Moraes, chama-se *Evocação*.

¹⁶¹ O Álbum do Tricentenário, é uma coleção com cinquenta e seis fotografias e um conjunto de textos a respeito do certame de 1912. Além de ser o registro das celebrações o Álbum também enfoca nas instituições locais, indústrias e registros fotográficos de outros municípios sempre com o objetivo de representar a região como seguido dos valores republicanos. A obra é acompanhada do relatório feito por Domingos Perdigão onde o mesmo oferece algumas informações específicas sobre os produtos expostos no Palácio. O Álbum ficou pronto em 1913, foram entregues duas cópias as Biblioteca Pública e outras tantas foram distribuídas e instituições e Bibliotecas públicas de outros Estados.

No texto, Amaral inicia sua exposição apresentando a cidade do seu tempo, a São Luís de 1912. O autor recorre a alguns dados expositivos acerca da *urbe*: número de habitantes, limites geográficos, praças, monumentos, igrejas, aspectos arquitetônicos e outras instituições. Após a breve introdução, dedicou as páginas seguintes a apresentar a Avenida Maranhense sob aspectos urbanísticos e institucionais, mas também sob questões ligadas a história local.

– A antiga praça, de que nos fala Cláudio d’Abbeville, primitivo assento da fundação francesa, é, inda hoje, em si, aparte as transformações nela operadas durante três séculos, a mesma dos dias de Ravardiêre. As primitivas habitações foram, é certo, sucessivamente, sendo substituídas por outras melhores, de acordo com o engrandecimento e progresso que foi tendo a cidade, mas a praça, essa conservou sempre os seus primeiros lineamentos.

Evocando o passado, como nos parece ver nesse momento, bem no centro dela, aquele majestoso madeireiro, precioso símbolo da Redenção, erigido pela piedade dos missionários franceses (...)

São decorridos alguns anos a mais. Achamos no último quartel do século XVII.

A colônia tem se desenvolvido, prosperado tem; outro é já o aspecto que apresenta a praça. Aquele edifício que, fronteiro à cruz, ali se vê, é o Senado da Câmara; e aquela figura que assoma a uma de suas janelas é o Bequimão, que vem falar ao povo de São Luís (...)

Aqueles dois outros edifícios, que, um pouco mais adiante se veem, voltados para o poente, são: o Colégio dos Jesuítas e a Capela de Nossa Senhora da Luz.

Tem esta suas portas abertas (...)

Entremos. Sobe um religioso ao púlpito (...). Começa a falar. Quem é? É o padre Antônio Vieira (...)

– Naquela praça, hoje, é tudo uma evocação do passado.

Nela desenrolaram-se muitos dos mais memoráveis acontecimentos de nossa vida colonial e de povo livre. Cada casa, ali, do Palácio às mais modestas habitações, é uma história viva.

(...)Falar do Palácio é relembrar nossa Independência, que, ali, foi solenemente jurada; é rememorar a República, que dali foi proclamada.

(...)E nesse “foi ai” interminável, como o bicentenário de Ouro Preto já disse a alguém, bem poderíamos ir recordando toda essa história brilhante, profundamente emotiva, que é o passado de São Luís (...) (AMARAL, 2012, P.103-104-105-106-108).

O texto evocativo de Amaral posiciona, do ponto de vista simbólico, a Avenida Maranhense não somente como um lugar de memória como tantos outros pontos da cidade, mais como centro e gênese da evolução física e histórica da cidade. Essa avenida seria um lugar-referência, onde personagens transitavam e fatos aconteciam. Um lugar que instiga a lembrança, uma síntese-espacial do passado da cidade. Uma história ao plural, onde se é possível rememorar inúmeras outras histórias em um mesmo lugar.

A arqueologia do local através de uma síntese evolutiva e progressiva do tempo da cidade selecionou fatos e personagens de relevância para a história da *urbe*. Amaral atribui uma escala de valores a cada personagem citado, sua contribuição para que engrenagem progressiva e histórica da urbe pudesse funcionar. Além disso, existe um jogo de causa e consequência no discurso do historiador. Cada acontecimento elencado contribuiu para o progresso da cidade e de seu povo. Por ser uma seleção ficaram de fora do texto personagens e fatos tidos como não

capazes de traduzir as glórias da cidade na visão do historiador, sintetizada na evocação do espaço. Daniel de La Touche, Bequimão e Antônio Vieira, assim como tantas outras figuras políticas, teriam percorrido o local.

É significativo observar que no itinerário construído pelo autor, o passado de São Luís, mesmo *profundamente emotivo*, não se prende a uma ideia nostálgica do ponto de vista negativo, ou seja, que subjuga o presente ao passado. A construção da narrativa enquanto um mecanismo mnemônico emula uma prazerosa viagem ao tempo, tempo este que, transcorrido por ações e responsável pelo que a cidade é no momento em que escreveu o texto. Em suma, a narrativa de Amaral não inferioriza o presente em relação ao passado, pelo contrário, ele seria resultado das ações pretéritas. Uma ideia de tempo-flecha, mas como enfatiza o autor em sua obra, tudo começou com La Ravardeire e seus “blue caps” e o famoso ato de implantação da cruz.



Figura 12. Implantação da Cruz

Fonte: Álbum do Tricentenário (1913)

A imagem da “fundação” é realmente teatral. Os exploradores performatizam o ato fundacional, fincam a cruz no chão. A encenação pública também abre espaço à participação dos indígenas. Estão todos ajoelhados, eles e os franceses. Em transe, comungam através da fé o que parece ser um ritual de posse da terra. A cena parece eliminar qualquer conflito e contradição aparente. Contudo, se olharmos mais atentamente para os campos de profundidade da imagem perceberemos uma ordem hierárquica em destaque.

No primeiro campo, os conquistadores representados pelos frades e outros membros da missão. Homens bem vestidos, brancos e católicos. Eram eles, a representação da civilização. No segundo plano, os “indígenas” sem roupa, sem religião, sem cor, sem civilização. Eram eles, “peças” decorativas homogêneas, parte de um conjunto de representações que reforçam hierarquias, contradições e violência postas dentro de um quadro. Fora da moldura, estavam os admiradores da imagem, a quem, de fato, endereçava a “encenação”. Na maioria dos casos, essas representações performáticas estavam endereçadas aos reis, contudo, o vetor transmissivo permitiu que essas imagens pudessem chegar às futuras gerações.

Exceto pelos bons ventos que chegam à ilha no mês de setembro, a gravura pertencente à publicação de Abbeville, replicada na obra de Ribeiro do Amaral e em tantas outras que se referiram à história da cidade, é uma representação performática similar a muitos outros roteiros de posse ou “descobrimento”. Se não fosse pela legenda abaixo da gravura, poderíamos atribuir a imagem a qualquer outro roteiro de posse. Os franceses poderiam ser portugueses ou espanhóis por exemplo. Os indígenas poderiam pertencer a qualquer lugar dentro ou fora do continente americano.

O que isso quer nos dizer? A imagem que simboliza a fundação da cidade representa uma ação performática, ela, por conseguinte, tornou-se um padrão, não somente porque legitimou-se como um ato fundacional, mas também porque reportava a uma tradição ritualística. Antes dos franceses inúmeros outros exploradores a serviço da coroa investiam no roteiro da posse. Apesar do fator “novo” que remete ao encontro entre grupos distintos, o roteiro de posse da terra pelos franceses seguiu certos padrões ritualísticos: a cruz, missa e os estandartes.

Em estudo acerca dos rituais de posse da terra, Turner afirma que a performance estava destinada a um público autorizado fora do quadro: reis e rainhas. Portanto, as ritualizações de posse projetavam suas ações para o futuro, estavam destinadas a transmissão para o arquivo. A partir de então, produz-se um conjunto de relatos e gravuras que circularam pela Europa durante os séculos XV e XVI. A gravura em questão é um exemplo desse poder de circulação e transmissão do repertório para o arquivo.

Não à toa Ribeiro do Amaral recorre a obra de Abbeville, *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão a terras circunvinhas* (1614), para compor sua narrativa. Já discorreremos sobre a justificativa apresentada pelo autor na utilização da obra como documentação por considerar o capuchinho uma testemunha ocular dos fatos ocorridos em 1612. As citações utilizadas por Amaral parecem muito mais uma narrativa da performance que se voltou para o “lá” (França) do que para o “cá” (América/Brasil/Maranhão). Algo bem peculiar das performances e de seus roteiros que é a extrojeção de ideias, comportamentos e normas.

Trezentos anos depois, foi a vez de Luiz Domingues e companhia promoverem sua performance. O roteiro das comemorações investiu em uma pequena, mas simbólica ritualização destinada à re/presentificação das origens. As primeiras horas da manhã do 8 de setembro estavam destinadas a evocar os fundadores. Para tanto, ocorreu um investimento simbólico no espaço (Avenida Maranhense), transformado em lugar. Passou o espaço do abstrato ao específico. Como diria Certeau (1994), o espaço só existe quando ele é praticado. Portanto, não existe lugar que não esteja passivo da ação da história ou da prática social, para o nosso caso, das práticas inventadas (TURNER, 2010). Os primeiros frames ritualísticos percorreram o campo do formalismo e da performance. Nesse sentido, a Avenida Maranhense tornou-se mais que um local onde a lembrança era instigada, as ritualizações possibilitaram o surgimento de uma *encenação construída*.

Ao Palácio do Governo chegou logo o exm. Sr. Dr Luiz Domingues, honrado governador do Estado, acompanhado de seus secretários civil e militar.

As bandas de musica tocaram o Hymno Maranhense.

S. exc. E as pessoas que ali se achavam, dentre as quaes as principaes autoridades civis e militares, seguiram para o Palacio Episcopal, onde se reuniram ao exm. Sr. Dr. Francisco de Paula e Silva, bispo diocesano, voltando ao lugar em que foi implandada a cruz da fundação da cidade pelos francezes.

Enorme multidão enchia a Avenida.

O benemérito chefe de Estado assistiu ao desfraldar do Pavilhão Brasileiro, em poste, especial, pelas normalistas Esmeralda Martins e Evilra Fontenelle, bem como ao das bandeiras da França e do Maranhão, pelas meninas Dionea Lisboa, Cotinha Leda, XandorcaBottentuit, Amanda Mattos, Altiva Smith, Cotinha Lima e prof normalista Zila Paes.

Ouviram-se entuziasticas salva de palmas partidas dos assistentes.

As bandas de musica tocaram o Hymno Nacional, a Marselhesa e o Hymno Maranhense.

O Corpo Militar, sob o comando do tenente-coronel Fernando Guapindaia, prestou continências aos citados pavilhões, havendo por esta ocasião uma salva de 21 tiros (ÁLBUM DO TRICENTENÁRIO, P.6).

O pequeno ritual na Avenida Maranhense fazia referência ao ato fundacional. Lembrava, contava e re/a/presentava o ato fundacional de 1612. Transfigurados pelo rito os acontecimentos se tornaram sagrados. Como um culto encenado, o propósito desses rituais era

mais que contar uma história, afinal, ela não era contada no passado mais em um tempo suspenso. Sendo assim, os primeiros atos performáticos das comemorações de 1912 re(a)presentava aos participantes de forma corporizada a cena da fundação tornando-os contemporâneos do acontecimento encenado (CONNERTON, 1999).

Por ser um culto encenado, não significa que os *performers* estavam vestidos de conquistadores, nem muitos menos queriam sê-los. Eram eles “atores sociais assumindo padrões regulados de comportamento apropriado” (TURNER, 2010, p.63). A cena investiu em uma codificação que pudesse oferecer informações aos espectadores. Os *performers* do pequeno ritual na Avenida Maranhense eram em sua maioria homens, brancos e bem vestidos; essa era uma das exigências para a participação do certame. Representavam uma hierarquia em escalas: gênero, cor e posição social.

Luiz Domingues e companhia performatizavam o encontro com os fundadores. Era o encontro entre os heróis do passado com os do presente. O tempo social dos evocadores (presente) articulou o passado evocado, realizou sua mais-valia simbólica. Extraiu da evocação um conjunto de valores constituintes da identidade pretendida. Projetaram-se como republicanos de fato, não somente através da introjeção, mas, sobretudo, através da extrojeção de valores: normas e padrões característicos dos rituais cívicos republicanos aos espectadores autorizados.

A linguagem formalizada possibilitou aos *performers* uma interação com a cena construída. A cada ação, um elemento cênico era animado. O hino e a bandeira apareciam como elementos simbólicos fundamentais para a ativação do espaço. Exemplo, o governador chegou ao Palácio do Governo, o hino maranhense é tocado anunciando a presença do chefe de Estado. A trilha em conjunto com a cena (audiovisão) potencializou a imagem do governante, atribuiu-lhe poder e autoridade. Da mesma forma os pavilhões. Se a cruz era a representação onisciente da presença da coroa francesa, as bandeiras brasileira, francesa e maranhense criaram esse efeito de presença. Além disso, investiam em uma ideia de unidade e comunhão entre as nações e território. Todos esses elementos se enquadram naquilo que Hobsbawm define como *sinais de associação*, dispositivos que investiam em uma carga emocional e simbólica aos praticantes do ato.

O desfraldar dos pavilhões, ação que foi praticada por mulheres, remetia ao imaginário republicano através da figura feminina¹⁶². As crianças, todas meninas, faziam

¹⁶² Sobre a questão, o corpo feminino foi utilizado com representação de grandes valores. Os símbolos idealizados pela Revolução francesa como de igualdade, fraternidade e liberdade foram simbolizados pela figura feminina. Da mesma forma a República brasileira se apropriou do corpo feminino para se auto-representar, como mãe-pátria,

menção também ao futuro e eram elas representações das próximas gerações. Em seguida, palmas foram ouvidas do público, o que demonstrou uma interação emocional com a cena. Como último ato, os militares prestaram continência aos pavilhões e foram disparados 21 tiros.

A cerimônia realizada nas primeiras horas da manhã de oito de setembro de 1912 articulou a lembrança da “fundação” a simbologias que remetiam as ritualizações do tempo social dos evocadores, o investimento possibilitou a criação de um passado protótipo para a cidade e, ao mesmo tempo, permitiu que esse conjunto de valores pudesse ser espelhado. A domesticação desse passado possibilitou aos evocadores a conexão com ideologia republicana: ideais ligados ao patriotismo, fraternidade e civilização. Tais sentidos, vagos e gerais, tornaram-se mais claros com os discursos de abertura das Exposições promovidos por Domingos Perdigão e Luiz Domingues.

Após o encerramento dos ritos na Avenida Maranhense, o governador, acompanhado do corpo civil e militar, retornou ao Palácio do Governo. A partir do meio dia, o Palácio começou a receber seus primeiros convidados. Por volta das 13 horas o local encontrava-se cheio, segundo o Diário Oficial do Estado. O governador Luiz Domingues tomou assento na mesa diretora que inaugurou as Exposições. Ao lado do governador, como componentes da mesa estavam Domingos Perdigão, Justo Jansen, José Maria Lima, coronel Vieira Lima, Ricardo Barbosa, Ribeiro do Amaral e Raimundo Campos.

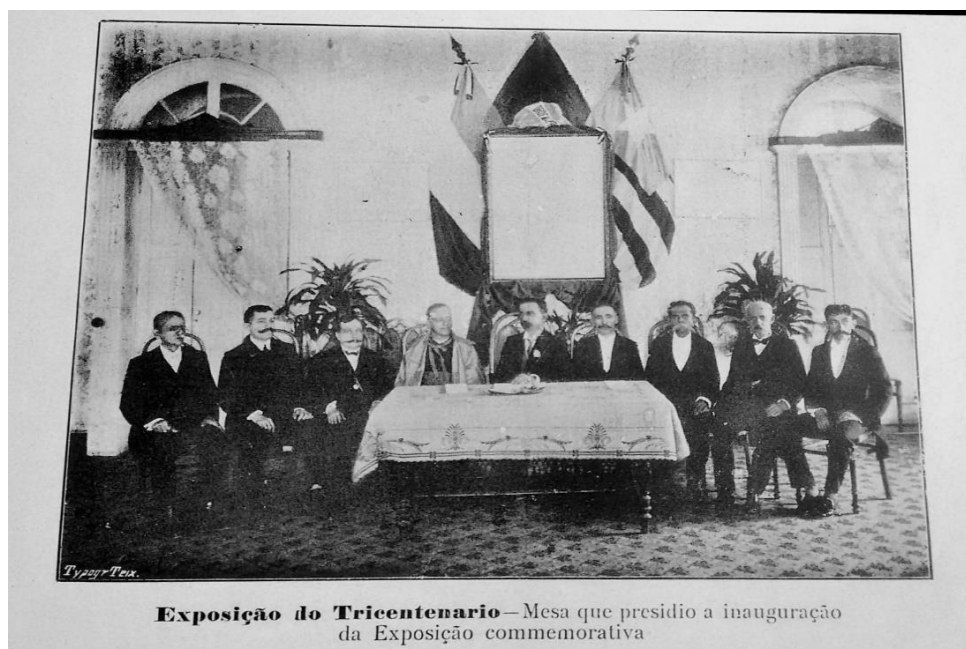


Figura 13. Mesa que presidiu a inauguração da Exposição comemorativa
Fonte: Álbum do Tricentenário (1913)

A imagem da sessão de inauguração das Exposições é bem peculiar, não somente pela composição dos membros da mesa. Claro, ela representou uma ordem hierárquica em escalas de poder. O governador, posto no centro, seria a conjunção simbólica desses “poderes” representados na sessão de abertura. Contudo, seria interessante explorar a leitura do fundo da imagem, pois elas nos servem como pistas para a compreensão do imaginário construído acerca do certame.

Os salões de Palacio ostentavam uma belíssima decoração. Em todos os seus departamentos notava-se imenso gosto esthetico. No salão nobre realçam as bandeiras nacional, maranhense e franceza. Estava armada, numa das paredes, em quadro, a carta geographica do nosso Estado, trabalho do dr. Justo Jansen Ferreira, ladeada pelas bandeiras do Estado, da República e da França (ÁLBUM DO TRICENTENÁRIO, 1913, p.9)

Tais símbolos de associação, componentes da cena, criaram uma atmosfera que autorizava ação formal e performática dos membros. Por outro lado, a união dos símbolos (bandeiras e mapa) apresentava um conjunto de ideias que correspondiam ao imaginário a respeito do Maranhão e o do certame em si. É interessante observar o posicionamento das bandeiras, sobretudo, a brasileira. O símbolo nacional, nomeado por Perdigão de bandeira da República, parece ser o mediador das relações entre os outros dois símbolos (bandeira francesa e maranhense).

Seria a república brasileira e os seus ideais o mediador do encontro entre a França e o Maranhão? Os pavilhões significariam, um conjunto de qualidades, ainda presente, responsáveis pela formação do território maranhense representado pelo mapa de Justo Jansen? Tais símbolos transmitiram essas qualidades aos membros da solenidade de abertura? Certamente a resposta seria positiva para muitas dessas hipóteses, sobretudo, porque podem ser confirmadas através da análise dos discursos proferidos na solenidade de abertura do certame. O primeiro a tomar a palavra foi Domingos Perdigão:

Trezentos annos são passados que a gloriosa França fundou esta formosa cidade, em que habitamos. Eram poucos os que vieram; porém, arrastaram todos os perigos da travessia quase desconhecida, e outros ainda maiores nesta terra, até então, só habitada por selvagens, tudo fizeram em prol do engrandecimento da sua pátria e da civilização. Mas era um povo forte, acostumado a andar na vanguarda de todos os grandes idéas da humanidade, e foi pôr isso que aqui veio, e tudo soube conseguir dos valentes possuidores da terra e, como para dar-lhes um exemplo da civilização européa, fundou a cidade de São Luiz, aqui, justamente no lugar onde existe a gloriosa Athenas Brasileira, formosa Capital do Estado do Maranhão. E isto há trezentos annos, precisamente no dia 8 de Setembro de 1612. Eram poucos, disse eu; poucos também somos nós os membros da Sociedade “Festa Popular do Trabalho”, e temos que lutar contra o indifferentismo, a falta de compreensão do nosso ideal e a despreocupação do povo pelo progresso desta terra. E se elles conseguiram mostrar aso indígenas como se principiava a edificar uma cidade, nós queremos ter a vaidade de continuar a

desbravar o caminho do progresso, que foi iniciado pelos fundadores da sociedade promotora da exposição que hoje se inaugura.

O que se tem feito durante trezentos anos na cidade de São Luiz do Maranhão?

Ella própria responderá: -- Eu sou a Capital de um dos Estados da gigantesca Republica Brasileira.

É só esta resposta, synthetisa perfeitamente toda evolução histórica e mostra que longe e separada de seus fundadores, acompanha e aplaude sempre todo o progresso da poderosa e culta Republica Franceza (ÁLBUM DO TRICENTENÁRIO, 1913, p.5-6).

Perdigão estabelece um comparativo entre a missão francesa e da instituição que preside através dos ideais de progresso e civilização. Sua fala é um enunciado performático. É uma ação que denota uma promessa ou voto com o legado francês. O enunciado do organizador das Exposições também se utiliza de estereótipos, com o objetivo de estabelecer e se posicionar de forma distinta dos demais. Para tanto, o uso “nós” na fala de Perdigão é bem restritivo, existe um nós, mas também existe um eles. Aqueles que tratam com indiferença os ideais de sua instituição. O caráter restritivo dos ideais de progresso e civilização através do indiferentismo de muitos fortalece e legitima as ações Sociedade Festa Popular do Trabalho, consequentemente, posiciona seus membros com guardiões de valores tão caros ao novo regime.

Por falar no regime, a República seria o elo de continuidade entre franceses e maranhenses. O discurso de Perdigão explora a ideia de evolução histórica da cidade e do seu povo referenciados pela República francesa. O enunciado de Perdigão é inspirado em inúmeros outros textos cívicos, que defendem o novo regime como estágio máximo da evolução de uma sociedade. Segundo Hansen, a literatura cívica associa a República a inúmeros benefícios como o saneamento das cidades, acúmulo material e meritocracia através do trabalho e estudo.

Após a fala de Perdigão, tomou a palavra o governador Luiz Domingues. Seu enunciado segue os mesmos padrões da exposição de Perdigão o enfoque é estabelecer um continuísmo com o legado francês. Vamos às considerações:

E' o estabelecimento de nossa Capital o motivo d' esta solenidade e por ele mais me apraz falar-vos como cidadão maranhense que na acidental qualidade de governador do Estado.

Tres séculos marca hoje o tempo do dia em que o patriotismo dos homens, assistido da Cruz de Christo, fundou a Cidade que os Maranhenses, pelo nosso orgulho; e a Pátria, pela sua honra, temos hoje como a Capital de um dos Estados do Brazil.

E não só a fundação da Cidade, aos Francezes lhe devemos, sinão ainda a humanidade e a lealdade de seu convívio com os indígenas; o empenho persistente no cultivo do solo; a fidalguia do trato com os Portuguezes, ainda no revéz das armas; e pelo tempo adiante formação do nosso espirito ao molde do seu, no sentimento do Patriotismo e do Direito.

(...) esta Exposição, em que, três séculos depois, afirmamos á França, sempreterno gloriosa, que somos um povo ennobrecido pelo trabalho e engrandecido pelas letras, pelas sciencias e pelas artes e que, vaidosos embora da descendência dos Portuguezes, guardamos como gloria a fundação de nossa Capital pelos Francezes.

Assim, minhas Senhoras e meus Senhores, todos de pé e a alma em toda a mostra de alegria: a – Viva o Maranhão! Viva a França! Viva o Brasil! Viva a Republica na França e no Brazil!(ÁLBUM DO TRICENTENÁRIO, 1913, p.7).

É relevante acompanhar o percurso narrativo de Domingues. Ele se constrói através de padrões já expostos na fala de seu antecessor. Há muitas concepções e ideias de república em sua fala. Contudo, ao contrário de Perdigão, Domingues parece preocupado em se despir de qualquer posição de destaque ao se dirigir aos demais como um cidadão, e não como um chefe de Estado. A ação discursiva é característica da oratória republicana, cujo objetivo é construir uma atmosfera de igualdade de direitos, sem hierarquias e privilégios visíveis. O discurso se aproxima muito daquilo que Connerton define como *personalidade coletiva*. Um recurso onde o orador fala em nome dos demais.

O enunciado de Domingues é construído através da gratidão com as inúmeras ações e exemplos deixados pelos franceses. Aspectos que tratam não somente do ato fundacional mais um conjunto de ações, padrões comportamentais em relação a outro e a própria terra. Silva em um estudo acerca das visões da História na Primeira República afirma que esta optou pelo culto aos heróis de paz e a outros exemplos:

(...) que de alguma forma melhoraram as condições dos homens principalmente através de esforços e do trabalho moral; descrevem as histórias dos povos; elencam como objeto de análise as conquistas das indústrias; a confraternização dos povos e o triunfo de seus costumes (SILVA, 2015, p.23).

Em seguida, Domingues tratou da influência da República francesa na modelagem das concepções do espírito republicano brasileiro e por fim ressalta o valor da exposição como exemplo e confirmação de que os ideais de trabalho, artes, letras e ciências vão ao encontro dos valores praticados por seus fundadores. Como último ato o governador conclama a todos a uma salva à República.

O atual regime parece ser o elo entre França e Maranhão. Sobretudo pelas imagens que são emuladas através dessa ligação. Mais que uma recordação do passado, um conjunto de valores e qualidades foram evocadas nas primeiras ritualizações. Elas alinham a identidade maranhense, através da fundação francesa, aos padrões republicanos brasileiros. Progresso e civilização seriam sinônimos de trabalho, ciência, arte e civismo. Sobre a questão Rossi afirma que não existe recapitulação de tipos ancestrais, mas sim, a recapitulação de caracteres singulares e percursos de desenvolvimento (2010, p.160).

Após a fala do governador, as galerias foram abertas ao público. Foram também distribuídos exemplares da carta geográfica do Estado do Maranhão de autoria de Justo Jansen,

carteiras de cigarro e trabalhos de desenho feitos pela Escola Normal como a miniatura da Pirâmide de Bequimão.

4.3. **A retórica das Exposições:** Um presente para o futuro

Comemorar a fundação da cidade a partir da realização de Exposições regionais não foi caso particular das ritualizações maranhenses. Pelo contrário, se enquadrou em uma das características dessas manifestações ao associar-se a momentos de glorificação ao passado. A tônica dessa relação tinha como objetivo comemorar acontecimentos históricos com a finalidade de estabelecer um continuísmo com determinado fato celebrado. Tais acontecimentos estavam passíveis da interpretação de seus evocadores: grupos ou instituições. Em geral, esses fatos celebrados eram vistos como pontos de ruptura (independências e revoluções) ou marcos definidores (fundações).

Essa proposta se enquadra em uma das características do positivismo. O apelo histórico relacionado com as Exposições tinha por objetivo associar símbolos do progresso, a partir do que era exposto, com a memória evocada através das celebrações. Como exemplos de Exposições Universais, podemos citar as da Filadélfia 1876, que comemorou o centenário dos Estados Unidos, Paris que celebrou o centenário da Revolução Francesa em 1889 e a de Chicago 1893, em celebração ao “descobrimento” do Novo Mundo.

(...) no quadro de curto prazo das exposições se inserem três das múltiplas dimensões da cultura histórica: a política, a científica e a estética. Ou seja: o poder, a verdade e a beleza, indispensáveis à qualificação social de histórias que tenham por escopo constituir-se como referência na realidade concreta dos agentes. Ver a história, exprimiria, assim, a sintonia suposta (e esperada) entre o mostrado (ou escrito) e o observador (ou leitor), na medida em que essas três dimensões encontrariam, na exposição e na compreensão, inteligência comum. (MARTINS, 2011, p. 23)

O Brasil acompanhou de perto a onda das Exposições Universais ainda no Império. Como exibidor o país participou das Exposições de Londres (1862), Paris (1867), Viena (1873), Filadélfia (1873) e Paris (1889). Vale acrescentar a participação em Exposições de caráter mais restrito como a de Buenos Aires (1882) e de São Petersburgo (1884). Como sede o Brasil organizou Exposições Nacionais em 1861, 1866, 1873, 1875 e 1889. Todas como preparação para as Exposições Universais.

Ao realizar um exame sobre a documentação e outros materiais a respeito do tema, Hardman afirma que a inserção do Brasil no universo das exposições apresentou algumas peculiaridades e perspectivas ainda pouco conhecidas. O autor considera que as exposições em

solo brasileiro fugiam do esoterismo absoluto, presente em algumas avaliações historiográficas, e poderiam ser enquadradas dentro da plataforma exibicionista burguesa. “Assim, do interior mais remoto das regiões agrárias às metrópoles mais representativas do cosmopolismo articula-se um amplo mosaico enfeixado pela onipresença da mercadoria ou pelo menos como promessa” (HARDMAN, 2005, p.84).

Com o advento do regime republicano a configuração das exposições sofreu algumas mudanças. Primeiro, elas não estavam mais subordinadas às exposições internacionais. Segundo, elas se justificaram ao estabelecerem conexões com momentos históricos visto como definidores das condições atuais em que o país se encontrava. Eram também esses momentos espaços para afirmação da soberania nacional.

A Exposição de 1908 tratou de mobilizar o sentimento nacional das comemorações do centenário de “abertura dos portos”. Ocasão vista como momento de independência econômica brasileira em relação a Portugal. Já as Exposições de 1922 comemoraram o centenário da proclamação da independência brasileira em um momento onde esse tipo de manifestação já se encontrava em desuso.

De fato, o modelo escolhido pelos organizadores teve um papel fundamental na construção dessa memória “controlada”. Contudo, além do fator didático-histórico usado na transmissão de informações, a lógica das exposições abraçava símbolos de modernidade, progresso e civilidade. Seria uma possibilidade para exibidores e proponentes do certame externarem seus valores e concepções através da visualização do progresso materializado nos objetos exibidos. Criou-se o fetiche ou feitiço pela mercadoria. Multidões eram atraídas a experimentar o lúdico e o que de mais moderno era exibido.

O apelo às sensações fez o público sonhar com tempos melhores¹⁶³. Há inúmeros relatos acerca do contato do homem com os novos objetos vindos das fábricas. Muitos deles se remetiam a experiências com as novas invenções, lembremo-nos: *o cinematógrafo, energia elétrica, telefone, trem a vapor e o avião*. Outros se debruçavam sobre as construções, arquitetura e monumentos construídos em celebração ao evento: *Palácio de Cristal, Torre Eiffel e a Estátua da Liberdade*. Todos esses produtos traduziam a mentalidade do período,

¹⁶³Ao longo do século XIX, o contato com esses novos experimentos nem sempre ocorreu de forma positiva. Os depoimentos a respeito das primeiras impressões registraram assombro, medo e confusão. As primeiras exhibições do cinematógrafo, por exemplo, tornaram-se caso de polícia. O medo da locomotiva a vapor que avançava diante da tela fez com que as primeiras exhibições fossem interrompidas. O primeiro cinema, ainda se utilizou do *explicador*, pessoa responsável por explicar aos espectadores cena por cena. A dificuldade de conectar com as “novas” cidades também foi ou sintoma desse período. Inúmeras obras literárias abordam personagens perdidos, desorientados, desmemoriados diante das reformas urbanas que modificaram o cotidiano dos habitantes das grandes cidades.

simbolizavam o controle humano sobre a produção. Um esquema de pensamento bem peculiar da ideologia progressista do XIX aliada ao positivismo. Afinal eram tempos que “aspiravam a racionalização do homem perante o mundo” (SOUSA, 2012, p.38).

As exposições universais da segunda metade do século XIX e princípios do XX constituem certamente um dos veios mais férteis para o estudo da ideologia articulada à imagem da “riqueza das nações”. Os catálogos e relatórios desses eventos iluminam de forma impar vários aspectos do otimismo progressista que impregnava a atmosfera da sociedade burguesa em formação. Encontra-se ali expostos o ideal obsessivo do saber enciclopédico e não menos conhecido europocentrismo, garbosamente fantasiado de cosmopolismo liberal e altruísta (HARDMAN, 2005, p.63).

Como local do *otimismo progressista*, as Exposições receberam muitos nomes como “Lições das Coisas, Festas do Progresso, Arenas Pacíficas, Lugares de Peregrinação ao Fetiche Mercadoria, Vitrines do Progresso, Festas do Trabalho, entre outras expressões consagradas por diferentes analistas” (HEIZER, 2008, p.15). Eram esses momentos síntese para a dramatização do mundo moderno, das qualidades de cada nação e exaltação de um conjunto de valores (civilização, trabalho, progresso, paz) materializados e inventariados em seus pavilhões e galerias.

Do ponto de vista organizacional, as Exposições Estaduais tiveram como referencial as Exposições Nacionais de 1908, ocorridas no Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário de abertura dos portos às nações. O certame foi inaugurado por Afonso Pena e recebeu um número considerável de expositores e visitantes. O atual bairro da Urca abrigou o evento, próximo à praia vermelha. Uma região ainda era pouco conhecida por parte dos moradores da cidade.

O local foi escolhido por respeitar as condições de higiene e saúde pública. Para tanto, a região sofreu algumas intervenções urbanísticas como a construção de um cais para chegada de visitantes e a construção de prédios (pavilhões) para receber os produtos. Todos os estados brasileiros foram convidados a participar do certame exibindo seus produtos regionais. Alguns, inclusive, foram agraciados com um pavilhão próprio como São Paulo, Minas Gerais e Bahia. O Governo Federal e municipalidade investiram na exposição que tratasse da evolução do Portugal, país convidado pelos organizadores, também recebeu um prédio onde poderia expor seus produtos.

A realização da Exposição Nacional de 1908 e as comemorações do primeiro centenário de abertura dos portos do país ao livre comércio foi um momento forte nesse processo. O evento pode ser considerado como um *grand finale* de um primeiro tempo de interações econômicas e culturais do Brasil com um mundo cada vez mais urbano e cosmopolita, que teve as reformas do Rio de Janeiro entre 1903 e 1906, uma de suas maiores expressões. No início do século XX as autoridades municipais e

federais, ainda mais confiantes com as potencialidades do país, não restringiram o programa de transformação a modernidade da imagem nacional à arquitetura ao urbanismo e ao paisagismo na Capital Federal. Em 1908 o desafio seria mais ambicioso: celebrar o próprio comércio e o desenvolvimento do país, realizando ao mesmo tempo, um “inventário” do Brasil para os próprios brasileiros (PEREIRA, p.7).

Contudo, o evento também se caracteriza por uma inflexão dos esquemas de representação voltados para fora do país. Havia um questionamento inicial as escolhas dos países vistos como “periféricos” em se autoproclamarem como herdeiros de concepções culturais eurocêntricas. Em certo sentido, as Exposições de 1908 refletiram um momento no qual o Brasil passou a fazer uma autoavaliação de si a partir de uma celebração voltada para seus habitantes.

É interessante observar que esse movimento para “dentro”, um Brasil que tenta conhecer o Brasil, decorreu em clima de otimismo a partir do sucesso de alguns expositores brasileiros em Exposições Internacionais no final do Oitocentos. A entrada do novo século representou uma carga de otimismo em relação ao futuro do país. O “aparar as arestas” com a famosa regeneração na capital federal tornou-se o ápice desse sentimento de que o Brasil modificara suas instituições e a mentalidade dos seus habitantes.

É significativo perceber que esse otimismo surgido de fora pra dentro tenha construído discursos acerca da soberania nacional localizados em questões, digamos mais “brasileiras”. Sobretudo, se olharmos as intervenções urbanas do Rio de Janeiro como manifestações de concepções urbanísticas europeias. Contudo, 1908 passou a sinalizar que o país, após ter adentrado a civilização, buscava trilhar seus próprios caminhos.

A participação maranhense no certame foi coordenada por Domingos Perdigão. O então Chefe de Secretaria do Governo recebeu a incumbência de organizar a participação maranhense a partir do convite ofertado por Benedito Leite. Após o envio de comissários para algumas cidades do Estado e o recolhimento dos produtos em um prédio localizado na Rua da Estrela, Perdigão parte no dia 22 de maio no vapor Olinda, chegando a baía de Guanabara em 4 de julho.

No relatório onde descreve a participação maranhense no evento, o coordenador afirma que não gostou do local que foi destinado aos produtos maranhenses no Palácio dos Estados. A sala pequena não comportaria todos os produtos coletados para o evento. Ao comunicar o coordenador geral do problema, conseguiu outra sala para abrigar o restante da coleção.

Na capital federal, Perdigão procurou manter contato com a comunidade política maranhense para o auxílio de qualquer despesa extra. A ornamentação e qualquer outra

intervenção nas alas eram de responsabilidade do referido Estado. Além disso, buscou dialogar com os maranhenses residentes na capital federal como Arthur Azevedo e Graça Aranha. Eles, inclusive, participaram como membros do júri. Com o falecimento do teatrólogo, Perdigão decretou luto fechando a sessão maranhense por três dias.

A parte final do relatório é dedicada a algumas considerações a respeito do desempenho maranhense nas Exposições. Segundo Perdigão, alguns produtos e objetos exibidos foram bem avaliados pelos visitantes. O Álbum do Maranhão, uma coleção de 292 fotografias feitas por Gaudêncio Cunha, foi o mais elogiado. Segundo conta no relatório, Arthur Azevedo retornava a ala maranhense diversas vezes com o intuito de contemplar as fotografias. Perdigão destaca um comentário feito pelo intelectual a respeito da coleção: “Cheguei agora do Maranhão. Está muito melhorada a minha terra, mas eu ainda a conheço bem” (1908, p.23).

O pavilhão de São Paulo foi o maior premiado das quatro sessões com 1.035 prêmios recebidos. Seus diversos objetos e produtos tiveram que ser alojados em diferentes prédios. Uma fotografia panorâmica da cidade com onze metros de comprimento chamava atenção dos visitantes. O prédio paulista já chamava a atenção, era o maior pavilhão, superando até do Distrito Federal. O Maranhão no quadro geral ficou em décimo primeiro lugar.

Em 1912, como dissemos, Perdigão parece respeitar a estrutura do evento anterior. Para além do ponto de vista estrutural, a ornamentação do evento também faz menção as Exposições de 1908. Afinal, o Arco do Triunfo, uma espécie de portal, por onde os visitantes adentravam no Palácio do Governo fazia uma clara menção a Porta Monumental, o famoso cartão postal do evento de 1908.



Figura 14. Entrada principal da Exposição
Fonte: Álbum do Tricentenário

Além das galerias com os produtos maranhenses, distribuídos em cinco grandes salões. O certame agraciou o público com um jardim de entrada e um Jardim Zoológico. Sobre o último, sua existência foi instituída pelo governador no ano anterior. Algumas notas soltas indicam que o Zoológico foi abastecido por animais vindos do interior do Estado, o número de doações aumentou com a proximidade da realização do certame em 1912. Além dos animais, foram instalados pequenos trapézios para o divertimento infantil.

A casa Macieira ficou responsável pela decoração do Palácio. O fotógrafo Abdon Coelho, proprietário da Fotografia popular, tirou diversas fotografias do evento: as galerias, parte externa, visitantes e o governador foram os principais alvos do fotógrafo. A loja maçônica 17 de Outubro enviou dois representantes para o evento. Além disso, o certame recebeu a visita de algumas escolas, como o Internato de Aprendizes e Artífices do Estado.

Após a abertura do evento as galerias foram tomadas pelo público. Segundo a Pacotilha, estavam “prezentes as altas autoridades civis e militares, tanto federais como estaduais e municipais, representantes do comercio, da indústria, do clero, da imprensa, etc” (PACOTILHA, 09/09/1912). Apesar da entrada franca, só seria permitida a entrada de pessoas

bem vestidas no evento, seguindo as mesmas regras da Exposição da praia Vermelha. O vestuário é um conjunto informações que se referem à condição social da pessoa. Se as Exposições de 1912 aspiravam ideias de progresso e civilização era importante que esses ideais se manifestassem nos corpos dos ali circularam.



Figura 15. Grupo de Visitantes
Fonte: Álbum do Tricentenário

Essa norma tratava de lembrar aos participantes, o que seria um comportamento correto. Como deveriam se portar diante de certas ocasiões. A fotografia do Álbum do Tricentenário projeta através da circulação da imagem esse conjunto de valores representando os habitantes como sujeitos civilizados. Para Certeau, a vestimenta é um poderoso código ritualístico. “Ela classifica, separa, hierarquiza, ratifica os contratos secretos do grupo. Mantém as distinções sociais, as condições culturais e as distancias entre as classes” (CERTEAU, 2012, p.48).

As exposições foram divididas em cinco sessões – *Agricultura, Produtos Naturais, Indústria Pastoril, Varias Indústrias e Artes Liberais*. De maneira geral, o que se viu foi a exibição de *objetos simbólicos*. Segundo Connerton os objetos são considerados simbólicos quando representam as qualidades de seu possuidor. Além disso, são dispositivos que remetem a uma qualidade necessária para a sua obtenção. Nesse sentido, a galerias faziam menção as condições de trabalho, as habilidades necessárias para a produção de um determinado objeto

exposto. O objetivo era demonstrar o estágio civilizacional da sociedade maranhense. Sobre A Exposição, Perdigão escreve:

A alegria se estampava em todos os semblantes e eu vos digo com toda sinceridade de minha alma, me sentia feliz, e muito feliz por mais esta victoria alcançada pelo Sociedade Festa Popular do Trabalho, feliz pelo progresso da nosso terra alli demonstrado, feliz pela civilização do povo, que já afflue ás exposições porque lhes conhece o valor moral, e, finalmente, feliz por ver realizado um dos meus ardentes idéaes (ÁLBUM DO TRICENTENÁRIO, 1913, p.16).

Para Perdigão, as Exposições seriam um exemplo claro do progresso maranhense. A celebração do acúmulo material e transformação dos recursos em riquezas representaria o apressado do povo a essas concepções, entendidas pelo organizador como exemplo de civilização. Um povo civilizado seria aquele dedicado aos ideais de modernização das condições de trabalho além de apreciador dessas qualidades. As exposições, através de suas galerias indicariam o estágio civilizacional de uma sociedade.

No seguimento de suas considerações, Perdigão teceu alguns comentários específicos a cada uma das sessões. É interessante observar suas considerações a respeito do que foi exposto. Se o estágio de civilização e progresso ainda não estava completo, as Exposições deveriam ensinar ao público como reverter esse quadro, apresentar novas técnicas e experimentos com o intuito de resolver antigos problemas. Foi assim o que se demonstrou a partir das considerações feitas a respeito da sessão destinada a *Agricultura*.

Muito vacilante e trôpega como um coalescente de antiga enfermidade receioso de uma recaída, apresentou-se a nossa renascente agricultura no certâmen comemorativo amparada na uberidade do nosso privilegiado solo e nos ensinamentos da InspectoriaAgricola deste districto.

E já que me referi a esta útil repartição do Ministério da Agricultura, devo salientar a figura brilhante que fez na nossa exposição, augmentando consideravelmente a secção de agricultura.

Mandou-nos os aparelhos de lavoura, mais modernos e aperfeiçoados, para que os nossos visitantes tivessem ocasião de vel-os, conhecer as suas utilidades e maneira de empregar-os; mandou-nos amostras de productos agrícolas obtidos em diversos pontos deste Estado e, finalmente, os productos do seu campo de experiências, que agradaram geralmente aos visitantes e incentivaram os lavradores (ÁLBUM DO TRICENTENÁRIO, 1913, p.17).

A citação remete ao velho discurso de decência da lavoura maranhense. Nela, Perdigão trata a questão agrícola ainda em estágio de recuperação. Simultaneamente, entende que a questão possa ser resolvida com a modernização da produção através da introdução dos mais aperfeiçoados aparelhos. Coube as Exposições apresentar esse novo maquinário aos visitantes com objetivo de ensiná-los novas técnicas de produção. Nesse sentido, o evento

funcionaria como um espaço de extrojeção de valores. Se a civilização não se concretizava com aquilo era exposto, pelo menos deveria apresentar-se enquanto promessa.



Figura 16. Sessão de Agricultura
Fonte: Álbum do Tricentenário (1913)

Além do maquinário exposto, os produtos exibidos na sessão como Açúcar, Mandioca, Algodão, Arroz, Araruta, Cacau, Fumo, Feijão e Milho seriam exemplos do resultado da aplicação de modernas técnicas de produção. Os demais produtores deveriam seguir o exemplo dos expositores, dessa forma, alguns problemas quanto a produção seriam solucionados. Ao final dos comentários que foram dirigidos à sessão, Perdigão levanta algumas questões a respeito da lavoura maranhense:

Dotado de um solo fertilíssimo, o Maranhão poderia ser um dos primeiros Estados da União Brasileira pelo valor da sua agricultura; grandes obstáculos lhe antolham os passos no caminho do progresso e são: a falta de braços para o serviço da lavoura, a falta de capital e falta de viação.

Aufmente-se-lhe a população, formem-se grandes empresas para a cultura do algodão e do arroz, deem-se-lhe caminhos de ferros e boas estradas de rodagem, e vereis brotar das entranhas desta abençoada terra riquezas tão formidáveis (...) o Maranhão ressurgirá como que brotando do seu próprio solo, forte, florescente, rico e feliz.

E' necessário que tratemos todos primeiramente da agricultura, porque, depois d'ella bem desenvolvida, virão naturalmente surgindo, apoiada em bases solidas, as industrias e as artes (ÁLBUM DO TRICENTENÁRIO, 1913, p.19).

Assim como outra sessão, *Industria Pastoral*¹⁶⁴, a Agricultura era a atividade que necessitava de maiores investimentos. A noção de progresso defendida por Perdigão sinalizava para: povoamento, modernização e transporte, um discurso recorrente na retórica republicana. Considerava ainda que esse estágio inicial da atividade humana era essencial para o desenvolvimento de outras atividades como a indústria e as artes. Tal concepção apresentada remetia a uma escala evolutiva da sociedade maranhense.

Outra sessão, a de Produtos Naturais mostrou aos visitantes madeiras e produtos resultantes da extração dos recursos naturais locais. Segundo Perdigão na sessão foi possível encontrar:

Ricas madeiras extrahidas nas nossas gigantescas mattas, amostras dos mineraes das nossas valiosíssimas minas, ainda não exploradas, magníficos especimens das nossas borrachas de seringueira e maniçoba, das nossas innumeráveis fibras têxtis, plantas medicinaes e grande variedade de outros productos da nossa exuberante natureza (...) e se tornaram objeto de exame e estudo para muitos visitantes do certâmen commemorativo (ÁLBUM DO TRICENTENÁRIO, 1913, p.19).

Assim como nas sessões anteriores, Perdigão buscou criar uma atmosfera civilizadora em torno daquilo que era exposto, como o objetivo de fugir de qualquer outra interpretação negativa ou desviante. Para tanto, sua retórica encaixou os produtos expostos como objetos de conhecimento técnico-científico voltados para o estudo e análise dos visitantes. Os minerais, as madeiras e os produtos exibidos faziam referência ao valor econômico, ainda não explorado, da vasta natureza maranhense. Se compararmos com século XIX, o discurso de Perdigão rompe com a ideia de natureza idílica e versa sobre seu potencial econômico.

Segundo Hansen o enfoque nos recursos naturais de um determinado território apresenta uma característica ufanista e, além mais, são conhecimentos estratégicos dirigidos ao progresso e a civilização do país. No caso maranhense, o ufanismo de Perdigão aponta para as riquezas naturais como pontos estratégicos para o desenvolvimento do Estado. Em suma, esses textos tinham como objetivo a “exaltação da terra pujante e incomparável, a visão utilitária (...) fazia a ligação entre a natureza bruta, inexplorada em seus recursos potenciais ilimitados, e o progresso e as riquezas futuras” (HANSEN, 2007, p.154).

Ao comentar outra sessão, a de Artes Liberais, Perdigão ressalta o gosto do maranhense pelas artes e pelas letras. “A nossa Secção de Artes Liberaes foi a mais perfeita afirmação de que continuamos a ser um povo culto e intelectual” (ÁLBUM DO

¹⁶⁴ Perdigão constrói um discurso muito similar as condições de criação de animais feitas pelos criadores maranhenses. Considera que a modernização dos criadouros. Mesmo com o auxílio do poder público e a iniciativa dos próprios criadores.

TRICENTENÁRIO, 1913, p.21). O relator se considera inapto a qualquer comentário profundo sobre a qualidade do material exposto, confessando ter gostado de tudo que viu.

Entretanto, direciona sua exposição da sessão aos materiais que chamaram mais atenção do público. Em primeiro plano destaca as *cartas geográficas da Ilha e do Estado e a planta da cidade de São Luís*, de Justo Jansen. Perdigão ressalta o valor científico da obra e a execução do trabalho feito pelo geógrafo. Os membros do júri, inclusive, criaram um prêmio especial para as obras – prêmio Cândido Mendes – para Justo Jansen.

Ao ressaltar a atenção do público para com a obra, Perdigão afirma o compromisso do público com o engrandecimento do território, afinal, o conhecimento geográfico seria de fundamental importância para o aproveitamento dos recursos. O uso utilitário do território, sua exploração máxima era uma visão republicana a respeito do espaço. Além disso, o cientificismo é outra bandeira do regime, sendo um vetor fundamental para o progresso e civilização da nação.

Em segundo plano, encontrou-se a coleção de Arthur Azevedo. Adquirida pelo governo do Estado em 1910, corresponde a uma vasta coleção de estampas, desenhos, quadros, peças teatrais, livros, bustos e litografias.



Figura 17. Coleção de Arthur Azevedo
Fonte: Álbum do Tricentenário

Para Perdigão, além das funções que o tornou famoso, teatrólogo, jornalista e escritor, Azevedo atuou ainda como colecionador, o que deixou uma vasta coleção artística pertencente ao governo do Estado. Mais uma vez Perdigão atribui um valor civilizacional para as obras expostas. Segundo o relator, as gravuras são a parte mais importante da coleção. Isso porque resultam de um trabalho gráfico de muito requinte, tornando-as obras de imenso valor de mercado.

Outro ponto da coleção que merece destaque são os desenhos. Reproduções de grandes obras de artes. Segundo Perdigão são obras importantíssimas para quem busca estudar arte. Em seguida as peças teatrais de escritores nacionais e estrangeiros adquiridos pelo famoso teatrólogo. As dedicatórias nas obras são a obra da estima que Azevedo construiu com seus pares.

Perdigão vê a arte como um dos estágios mais avançados de civilização e progresso de uma sociedade. A exposição liderada pelas cartas de Justo Jansen e a coleção de Arthur Azevedo seriam um reflexo positivo e refletiriam no apreço do maranhense pelas ciências e artes. É interessante notar que o discurso de Perdigão sempre busca extrair um significado pedagógico ou educacional ao que foi exposto. Ambas as obras seriam importantes, pois são fontes de conhecimento. A primeira versa sobre as fronteiras, principais cidades, linhas férreas e questões geográficas em geral, um conhecimento indispensável para o novo cidadão. A segunda, seria um laboratório para o conhecimento dos valores artísticos.

De forma geral, a retórica das comemorações abraçou a retórica republicana através das Exposições. Se em 1908 as Exposições Nacionais serviram para apresentar aos brasileiros o Brasil, de certa forma as Exposições de 1912 buscaram apresentar ao maranhense o Maranhão, principalmente, a um público específico, o ludovicense historicamente mais ligado as questões do além-mar. Se as conexões com o interior do Estado ainda eram precárias, as Exposições auxiliaram no rompimento das fronteiras físicas e simbólicas entre as regiões através de uma atmosfera de fraternidade e comunitarismo da celebração.

Tal movimento de redirecionamento do olhar para o interior, também está diretamente ligado às políticas de Estado instituídas por Luiz Domingues. Nesse sentido, para além da questão cidade, as comemorações fizeram algumas reflexões acerca do estágio civilizacional da sociedade maranhense como um todo. Se esse estágio ainda era insatisfatório, Perdigão o via como uma promessa de que as coisas iriam caminhar para os rumos do progresso. Foi o que ocorreu com as sessões da Agricultura e Indústria Pastoril.

Se as Exposições foram um mecanismo avaliativo das condições de progresso referentes às atividades econômicas locais, por outro lado, as celebrações também funcionaram como um lembrete da importância da capital para as demais regiões, seja pela via histórica (fundação), política (poder) ou econômica (produtos exibidos).

São Luís é representada nas Exposições como uma cidade em uma escala superior das demais regiões do Estado em termos civilizacionais. De forma pedagógica, as sessões foram montadas a partir de um critério progressivo, hierárquico e evolutivo. Analisando a distribuição dos produtos ludovisenses pelas sessões, podemos observá-los distribuídos entre as duas principais sessões: *Várias Industrias e Artes Liberais*.

Essas duas sessões representariam a evolução máxima de uma sociedade. Essa concepção se refletiria nas premiações. De maneira geral, a maioria dos expositores forma premiados, contudo, existia uma escala que iria do máximo – Prêmio Cândido Mendes – ao mínimo – Menções Honrosas. O Mapa Geral dos prêmios concedidos pela Exposição do Tricentenário evidencia essa hierarquia quanto as premiações.

CATEGORIA DOS PREMIO	Secção de Agricultura	Secção de Productos Naturaux	Secção de Industria Pastoral	Secção de Várias Industrias	Secção de Artes Liberaes	Total dos premios
Premio especial—Cândido Mendes					1	1
Grandes Premios—Tricentenário	1	2	1	3	10	17
Primeiros Premios	20	3	11	19	32	85
Segundos Premios	9	3	4	21	14	51
Terceiros Premios	2			8	13	23
Quartos Premios	2	2		2	8	14
Menções Honrosas	9	3		8	6	26
	43	13	16	61	84	217

Figura 18. Mapa Geral das premiações da Exposição do III Centenário
Fonte: Álbum do Tricentenário (1913)

O quadro expositivo dos prêmios concedidos pela Exposição do III Centenário da Fundação da cidade de São Luís evidencia uma hierarquia na distribuição das honrarias aos

expositores. Basicamente os principais prêmios – Candido Mendes, Grandes Prêmios e Primeiros Prêmios – foram distribuídos entre as duas principais sessões: Várias Indústrias e Artes Liberais. A última, destaque-se, foi a mais premiada contabilizando 104 premiações. Foram a essas sessões que se dirigiram os expositores ludovicenses.

Curiosamente, ou não, a sessão de Agricultura foi a que recebeu mais Menções Honrosas, 9 no total. A distribuição indica as escalas hierárquicas e as concepções de progresso e civilização do júri. Além disso, reforçaram velhos estereótipos e polaridades como campo x cidade. Esta última como o espaço destinado às atividades econômicas, sociais e culturais mais evoluídas. As exposições regionais, por mais que objetivassem criar uma atmosfera de fraternidade e união entre os demais, além da valoração de toda e qualquer atividade econômica, acabaram por representar hierarquias econômicas e sociais ao posicionar São Luís em uma escala civilizacional acima das demais regiões. A cidade seria o espaço para as atividades econômicas modernas, leia-se indústria, comércio e produção intelectual, responsável pela produção científica e artística da região. Enquanto as demais ficariam com um trabalho mais manual.

Bom, falamos que os ritos de fundação ou posse da terra na era dos descobrimentos estavam muito mais voltados a um público além-mar do que os grupos sociais com quem os exploradores mantiveram contato. Acredito que da mesma forma ocorreu em 1912. Além do caráter interno, já debatido, as exposições, os rituais e o próprio relatório de Perdigão parecem, também, estar direcionados a um público fora do quadro.

Para tanto, a transmissão da performance para o arquivo, através do Álbum do Tricentenário, parece estar direcionada a um público para além da dimensão regional. Não é coincidência alguma que depois de pronto, o álbum foi distribuído para inúmeras instituições Brasil a fora. Mais que uma lembrança, a ação visou externar ideias e imagens que comprovassem as conexões entre São Luís- Maranhão com a ideologia republicana brasileira via pretérito.

5. Considerações Finais – Cidade entre a memória e o esquecimento

As comemorações chegaram ao fim com uma palestra de encerramento ofertada por Justo Jansen, presidente da comissão organizadora do evento, no auditório do Palácio do Governo. A pequena cerimônia contou com a participação do governador Luís Domingues, do Bispo Diocesano e dos membros da Sociedade Festa Popular do Trabalho. Após a leitura dos prêmios feita por Domingos Perdigão, o geógrafo inicia sua exposição agradecendo ao governador e demais autoridades presentes. O orador lembra que a passagem dos franceses pela região foi tema discutido pela historiografia local por nomes como João Lisboa e Ribeiro do Amaral.

Em seguida, Jansen lembrou dos episódios que marcaram a fundação da cidade, em especial os acontecimentos do 1º de novembro de 1612. A adesão dos povos indígenas à religião católica, a celebração cortejo formado por franceses e nativos e o estabelecimento das leis locais. Jansen, como tantos outros demais oradores, ressaltou a evolução física da cidade. Segue o trecho:

Que era então nossa formosa capital, hoje de perspectiva encantadora, espelhando-se nas águas do Anil e do Bacanga, enfeitada de praças ajardinadas, onde amanhã arvoredo detém agradavelmente a atenção dos viajantes; possuindo vastos templos, excelentes edifícios e institutos que lhe atestam o valor intelectual; ornada de monumentos erguidos em homenagem aos grandes homens que lhe grangearam o nome de Athenas Brasileira; contendo estabelecimentos industriais que lhe salientam a importância nesse ramo da atividade humana?
Simples, esplanada dominada pela Cruz e o estandarte transportado de França!
(ÁLBUM DO TRICENTENÁRIO, 1913, p.11).

No seguir do discurso, Jansen enfoca o valor dos indígenas nos povoamentos do Brasil, as riquezas naturais do solo brasileiro, a chegada dos europeus acompanhados da civilização e a constituição da família teriam criado um sentimento para com a terra. Segundo Jansen esses fatores são determinantes para os futuros levantes em prol da independência.

A facilidade com que o estrangeiro, entre nós, obedecendo as leis mesológicas, rapidamente se convertiam em fervorosos defensores da terra com que se identificavam, confirma a verdade que chego de avançar.
E, para mais accentual-a, não preciso procurar exemplos fora da História do Maranhão, é bastante o nome de Bequimão.
Apesar de preso, traído, e abandonado, orgulhava-se na hora extrema, morrendo pelo povo maranhense.
Que melhor exemplo poderia eu apresentar excedente a esse bello, gesto!
E, por saber que a História do Brazil está cheia de episódios em que os habitantes – índios, negros e europeus o defendiam com heroísmo enexcedível, foi que lhe afirmei a inevitável independência (ÁLBUM DO TRICENTENÁRIO, 1913, P.11-12).

Para Jansen, o enraizamento do homem a terra é fator primordial ao nascimento do sentimento nacional e as aspirações de liberdade e independência. Na defesa de sua tese,

discorda da ideia defendida por João Francisco Lisboa, segundo a qual, se os franceses tivessem permanecido na região os rumos desenvolvimentistas do Maranhão seriam outros. Jansen contra-argumenta tecendo alguns elogios aos portugueses.

(...) a independência estava no caráter nacional, e não nas condições de maior ou menor prosperidade da nação colonizadora, o ensinar a História que nenhuma possessão portuguesa da Ásia, da África ou da Oceania se tornou livre.

Avulta ainda em apoio do mesmo pensamento, a emancipação dos Estados Unidos da América do Norte, realizar-se, a despeito de lutar contra a Inglaterra, que já era potência de primeira ordem.

Finalmente, a prova de que uma colônia francesa poderia libertar-se está na própria América, onde a ilha de Haiti, pertencente em parte à França, apesar de pequena, de dispor de escassos elementos, resistiu forte e tenazmente, conseguindo por fim a glória de ser a primeira ilha do Novo Mundo que se constituiu em país autônomo.

Assim pois, a independência do Brasil como a dos Estados da América do Norte, seria indubitável, fosse qual fosse a nação colonizadora (ÁLBUM DO TRICENTENÁRIO, 1912, P.12).

Independente de qual nação fosse colonizada o enraizamento dos homens a terra seria o fator definidor do caráter nacional. A independência para Jansen era algo inevitável. Seu discurso progressista e evolutivo através da modificação do homem em consonância com espaço habitado reitera valores típicos do regime em vigor: patriotismo, lealdade, fraternidade e progresso, assim como a relação homem e local através dos vínculos afetivos.

O orador finaliza rememorando a partida dos franceses do porto de Canele, o entusiasmo de Ravardière e seus companheiros em fundar a França Equinocial e das primeiras descrições do solo brasileiro, em especial, os lençóis maranhenses.

Relembrando-me desse passado, tributo homenagem à França, que, mantendo-se grande entre as grandes nações do mundo, mais uma vez, assegura o valor da raça latina.

Sejam minhas últimas palavras aglorificação de Daniel de la Touche, senhor de la Racardière, e dos seus arrojados companheiros que, se deixaram esta ilha, com a esperança desvanecida de fundar a França Equinocial, em compensação, formaram os primórdios desta cidade, cuja população, 300 anos depois, hoje aqui distintamente representada, rememora seus nomes, conservando-os entre os valerosos que da lei da morte se libertaram (ÁLBUM DO TRICENTENÁRIO, 1913, p.13).

Após o fim das exposições do geógrafo, o Hino do Maranhão foi tocado e exemplares do livro Fundação do Maranhão de Ribeiro do Amaral foram distribuídos para os presentes. O discurso de Justo Jansen é relevante, pois trata de um contexto no qual as concepções tempo, território e homem estavam atreladas a ideologia republicana. Mais que uma recordação da missão francesa, o discurso de Justo Jansen é uma panorâmica por todo o percurso evolutivo da cidade intercalado por uma ideia de caráter nacional intrínseco ao processo evolutivo das regiões do novo mundo.

A França continuaria a ser uma bandeira que inspirava as jovens nações, mas elas em sua escala evolutiva tornar-se-iam independentes seja qual fosse a metrópole. Embebido de patriotismo a fala do geógrafo sinaliza para o contexto em que a República era compreendida como escala máxima das aspirações sociais. Portanto, mais que uma ode ao passado, o discurso de Jansen vagueia por questões muito mais profundas voltadas para estágio atual das novas nações do Novo Mundo.

Pois bem, ao longo deste trabalho refletimos sobre questões voltadas para os rituais cívicos, concepções de república e memória social. Discorremos também sobre o processo de transição dessas concepções que modificaram essas ritualizações e, por conseguinte, a imagem da cidade, da cidade que lembrava das suas glórias literárias para a cidade que reafirmava seu contrato sentimental com a República através da fundação francesa. Da decadência do presente, para a confiança no mesmo mediante aos ideais de civilização do novo regime através de uma noção de tempo progressivo.

Nenhuma imagem de certa forma anulou a outra, mas foram lidas de forma semelhante durante muito tempo. Uma muito mais aristocrática, saudosista e de vanguarda. A outra mais burguesa, progressista e materialista. Frutos do seu tempo, essas invenções seguiram por rumos simbólicos distintos. Mas o que elas têm em comum? Evocavam uma imagem homogênea da memória, ou como Pollak (1989) as define, elas foram enquadradas. A imagem modelada por esse tipo de evocação possui seus limites, não pertence ao domínio coletivo como apresentam ser.

Ricoeur afirma que este tipo de mecanismo mnemônico é marcado de um lado pelos *excessos* da memória e, de outro, pela *ausência* dela. Tendo em vista que aquilo que celebramos como um evento fundador é, essencialmente, marcado como um ato de violência. O que é celebrado como glória para determinados grupos, para outros, significa esquecimento.

Nesse nível aparente, a memória imposta está armada por uma história ela mesma “autorizada”, a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente. De fato, uma memória exercitada é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tidas como acontecimentos fundadores da identidade comum. O fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade. História ensinada, história aprendida, mas também história celebrada. À memorização forçada soma-se as comemorações convencionadas. Um pacto temível se estabelece assim entre rememoração, memorização e comemoração (RICOEUR, 2007, p. 98)

As considerações de Ricoeur a respeito da memória e sua relação com a identidade são importantes para entendermos a lógica associativa entre uma e outra. Se a memória evocada,

por um lado, representa a maneira como um determinado grupo articula suas visões acerca do pretérito, o papel da narrativa é fundamental nesse processo de construção da identidade. Nesse sentido, a identidade foge de qualquer conceito essencialista, que remeta a natureza, elas são estratégias. A identidade, no qual estamos tratando, não se insere em um núcleo estável, sem precedente a mudança histórica. Sobre a questão, Hall tem muito a dizer:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão de uma unidade idêntica, naturalmente constituída (...) (HALL, 2000, p.109).

De maneira geral, a identidade evocada através desse tipo de ritualização e que modelou São Luís e o ludovicense emulou imagens de progresso e civilização, através de um conteúdo semântico específico. Tomando como exemplo as comemorações do terceiro centenário de fundação de São Luís pelos franceses, os heróis cultuados e os espaços sacralizados têm forte relação com essa construção identitária. A identidade construída através da evocação do ato fundacional galês se aproximava das concepções identitárias republicanas do centro político do país. Nesse sentido, civilização e progresso possuem um conteúdo semântico relacionado à posituação do trabalho, cientificismo, patriotismo, modernidade e riqueza material.

Essa identidade também tinha cor, gênero e classe social. Não foi por acaso que a organização exigiu que os visitantes estivessem bem vestidos. Eram também parte integrante das ritualizações, performatizaram o continuísmo e o legado dos seus fundadores ou será que esses mesmos visitantes estavam secretamente se conectando com a República através da origem francesa? Acredito que a resposta possa ser positiva para segunda questão.

Se a indumentária era parte essencial para a performance comemorativa, ela também funcionou como um dispositivo de diferenciação e restrição, à medida que dificultava o acesso das camadas mais populares ao evento. A partir desse caso, em específico, passei a desconfiar da amplitude do conteúdo semântico de algumas expressões comumente utilizadas nos textos que tive acesso: expressões como *festas populares*, *festejos populares* ou *povo* foram utilizadas com recorrência em inúmeros textos que descreviam a participação dos habitantes da cidade nessas celebrações. Acredito que a fotografia abaixo possa auxiliar nas reflexões.

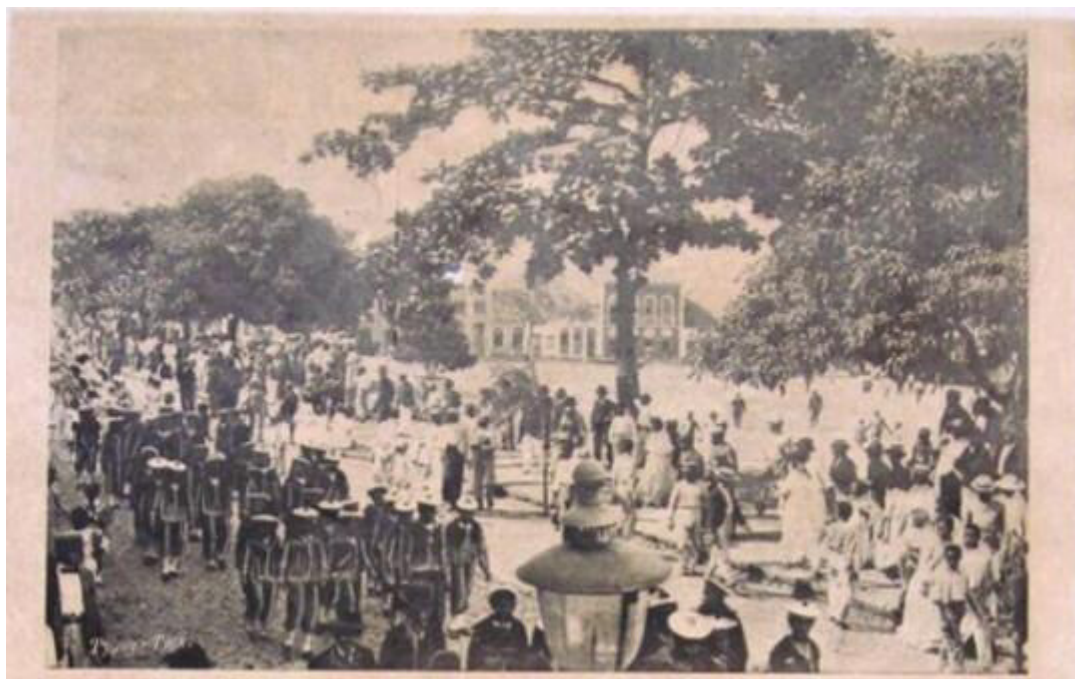


Figura 19. Glorificação a Gonçalves Dias
Fonte: Revista do Norte (1904)

A fotografia é um registro da Glorificação a Gonçalves Dias, celebração que fizemos uma análise no primeiro capítulo. A comemoração ocorreu em 1904 e foi considerada uma das maiores ritualizações em homenagem ao poeta. A imagem registrou a passagem do cortejo pela Praça Deodoro. Peço primeiramente atenção para o canto esquerdo da imagem. Vemos a rua tomada pela romaria, nela é possível ver crianças uniformizadas, possivelmente alunos da Escola Modelo ou Liceu. Vimos que a participação de crianças era muito comum nas romarias cívicas.

No canto direito, acima, vemos um amontado de pessoas nas calçadas da rua em frente a praça observando o seguimento do cortejo. Homens, mulheres e crianças vestidos de branco. Apesar da pouca qualidade da imagem é possível perceber que são todos negros. Eles não participam das ritualizações, mas apenas observam com curiosidade o desenrolar das ações. Não estão autorizados a performance, mas parecem estar autorizados a assistir o espetáculo.

No artigo em que estabelece um diálogo com a historiografia republicana, Guimarães (2011) reflete sobre a questão da identidade nacional salientando dois eixos para sua análise: a Abolição (1888) e a Proclamação da República (1889). Segundo sua tese, a formação nacional (República) reduziu a conquista dos direitos com a liberdade alcançada através da Abolição no ano seguinte. Para o autor, a partir das concepções herdadas da Revolução Francesa a República brasileira estaria instituída através dessas concepções: *a liberdade é negra, a igualdade é branca, e a fraternidade é mestiça* (2011, p.31).

Para o autor, a Abolição representou a liberdade dos negros e a República representou a liberdade dos brancos. A liberdade enquanto cidadania estava limitada pelos limites das classes e da posição social. Nesse sentido, a República seria um reflexo daquilo que Spitzer define como *embaraço da exclusão*, quando um longo período de conquistas sociais e ideais de liberdade e igualdade é suplantado por novas formas de diferenciação social.

Concordo com o autor quando afirma que enquanto os brancos, sejam eles pertencentes à elite urbana ou agrária, circulavam em torno de ideais de igualdade política e social, os negros interagiam através de ideias ligadas a ascensão da liberdade e direitos individuais. Portanto, as comemorações em São Luís refletiram essas aspirações dos brancos de igualdade política, social e cultural. Apesar de sinais associativos que se coligaram a ideia de fraternidade racial, como a bandeira do Estado, as comemorações em São Luís, exceto em alguns casos, se restringiram a personagens, datas e fatos ligados a uma elite que pensou-se e coligou-se a referências europeus.

Portanto, foram vias utilizadas seja por grupos ou pelo Estado como forma de diferenciação social. Vimos, sobretudo através das políticas mnemônicas produzidas a partir das comemorações de 1912, uma ideia de tempo progressivo e evolução social do ludovicense/maranhense através da fundação francesa da capital São Luís. Essa espécie de recapitulação, uma reconstrução ou revitalização das experiências e das atividades dos antepassados, buscou inventariar as faculdades econômicas, sociais e culturais, por externarem concepções simbólicas de sanha europeia.

As elites locais se pensavam em ideais de branquidade em uma região povoada por uma densa população negra. Isso deveu-se a uma compreensão também racial da escala evolutiva tendo como ápice o homem caucasiano (europeu). Mas se os negros estavam literalmente à margem das ritualizações cívicas, foram apagados e esquecidos do processo de sacralização do tempo e espaço, além mais, do fechamento identitário, onde podemos encontrá-los?

Nas páginas policiais, nas práticas de delitos impressos nas colunas dos jornais onde são representados em momentos de fúria, vingança, crueldade e preguiça. Para construção da imagem de civilizados as elites investiram em políticas de depreciação da imagem dos negros e pobres da cidade. Quando estes não estavam nas páginas policiais, eram representados como figuras exóticas como na figura a seguir.



Figura 20. “Popular maranhense “

Fonte: Revista do Norte (1902)

O “popular maranhense” vivia no interior da ilha e foi apresentado em um estágio inferior do processo civilizacional. Não vive na cidade, mas no interior da ilha; não possui estudo algum e seus hábitos nada condizem com as normas comportamentais. Nesse sentido, o conteúdo semântico da palavra popular foi utilizado em sentido depreciativo, de construir hierarquias e abismo sociais. É interessante observar que a imagem foi publicada pela Revista do Norte, folheto sob a direção de alguns intelectuais locais com uma vasta coleção de fotografias sobre inúmeras capitais como: Belém, Fortaleza e Recife. Seu conteúdo visou divulgar os padrões republicanos do período. Cidades higienizadas, monumentos, personalidades e vestimentas. O uso depreciativo da imagem acima pela revista reforçava os valores defendidos pelo folheto.

As reflexões feitas aqui objetivaram apresentar uma perspectiva levantada por Candau: a investigação do que as comemorações não celebram. Compreendendo os rituais cívicos em uma esfera macro percebemos que as comemorações silenciaram e apagaram os negros e sua cultura do plano simbólico. Quando não, estes eram representados através da depreciação. Contudo, tais formas de preconceito não foram suficientes para retirá-los do mapa simbólico. Em 1962, as comemorações dos 350 anos de fundação incorporariam elementos da

cultura afro-maranhense. Tal assimilação seria um reflexo dessa resistência, inclusive através da ação performática dos seus ritos. Mas esta seria outra história de políticas da memória.

DOCUMENTAÇÃO

1. Periódicos

- Pacotilha – 30/07/1900; 03/11/1900; 06/05/1901; 06/05/1901; 30/07/1901; 30/07/1901; 31/10/1904; 01/11/1904; 03/11/1904; 04/11/1904; 15/11/1904; 13/10/1909; 07/01/1910; 19/02/1910; 07/03/1910; 19/03/1910; 21/04/1910; 02/05/1910; 13/06/1910; 01/08/1910; 01/08/1910; 14/10/1910; 01/11/1910; 25/04/1911; 27/04/1911; 08/05/1911; 29/07/1911; 01/05/1912; 09/09/1912; 12/07/1918.
- Diário do Maranhão – 25/04/1911; 29/07/1911.
- Diário Oficial – 1910-1912
- Revista do Norte – 1902-1905

2. Relatórios, exposições e mensagens

Glorificação a Gonçalves Dias (1904), A estátua de João Lisboa (1918), Glorificação a Odorico Mendes (1913), Luiz Domingues Dois Anos de Governo (1912).

3. Leis, decretos e regulamento

Código de Postura: 1893-1936

4. Cartas e mapas

Carta geográfica da cidade de São Luís (1912) – Justo Jansen

Mapa da Ilha de São Luís e do Estado do Maranhão (1912) – Justo Jansen

5. Outros

GODOIS, Barbosa. **Instrução Cívica**, 1900.

ÀLBUM DO TRICENTENÁRIO. Typografia Teixeira, 1913.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. “O que documenta a fonte oral: a ação da memória” In: **Ouvir e contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004, p33-43.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado.** Bauru: Edusc. 2007.
- ALMEIDA, Marta de. Congresso e Exposições científicas: tema e fontes para história. In: HEIZER, Alda (org); VIEIRA, Antônio Augusto Passos (org). **Ciência, Civilização e República nos trópicos.** – Rio de Janeiro: Faperj, 2010.
- ALVES, Munís Pedro. **O Social em Foco:** notas introdutórias sobre a história social. **Site NetHistória.** Brasília, fev. 2013. Sessão Artigos. Disponível em: <http://www.nethistoria.com.br/seca/artigos/1163/o_social_em_foco_notas_introdutorias_sobre_a_historia_social/>. Acesso em: 15 fev. 2013.
- AMARAL, José Ribeiro do. **Fundação do Maranhão:** [memória histórica]. 3 ed. São Luís: Edições AML, 2012.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANKERSMIT, Frank R. Commemoration and National Identity. IN: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **Memória, Identidade e Historiografia.** Textos de História 10 (2002), p. 15-40.
- ARAÚJO, Adriana Gama de. **Em nome da cidade vencida:** A São Luís republicana em José Nascimento de Moraes. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2011.
- BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: Leach, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem.** Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Editora HUCITEC, 2002, p. 32.
- BARROS, Antonio Evaldo Almeida. **As faces de John Dube: Memória, História e Nação na África do Sul.** 2012.205f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- _____. **Pantheon Encantado:** culturas e heranças Étnicas na Formação de Identidades Maranhenses (1937- 1965). Dissertação (Mestrado em estudos Étnicos e Africanos) – Bahia, Universidade Federal da Bahia, 2007.

- BARROS, Valdenira. **Imagens do moderno em São Luís**. São Luís: UNIGRAF, 2001.
- BERNARDET, Jean-Claude. **Cinema brasileiro**: propostas para uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BITENCOURT, João Batista. Um agitador nos trópicos – Fran Pacheco e o Maranhão: subsídios históricos e geográficos. BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche. **Historiografia Maranhense**: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014.
- BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e Céu da Nostalgia**. São Luís: Editora Café e Lápis, FAPEMA, 2010.
- BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.) **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 19-32.
- BRENNA, Giovanna Rosso Del. **O Rio de Janeiro de Pereira Passos**. Uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: index, 1985
- BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CARDOSO, Patricia Raquel Lobato Durans. **LOBO X NASCIMENTO NA “NOVA ATENAS”**: literatura, história e polêmicas dos intelectuais maranhenses na Primeira República. . Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal do Maranhão. 2013
- CARVALHO, José Murilo. **Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CATROGA, Fernando. **ENTRE DEUSES E CÉSARES- SECULARIZAÇÃO, LAICIDADE E RELIGIÃO CIVIL**. Coimbra: Almedina, 2010.
- _____. **Memória, História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- _____. **Nação, Mito e Rito**: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Edições NUDOC/ Museu do Ceará, 2005.
- _____. O culto aos mortos como uma poética da ausência. *ArtCultura*, Urberlândia, v.12, n.20, p. 163-182. 2010b.

- _____. **OS PASSOS DO HOMEM COMO RESTOLHO DO TEMPO/ MEMÓRIA E O FIM DO FIM DA HISTÓRIA**. Coimbra: Almedina, 2009.
- CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 2012.
- _____. **A escrita da história**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- _____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Oeiras: Celta Editora. 1999.
- COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas. 2001.
- DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. SP: Ed. 34, 2012.
- DETIENE, Marcel. **Identidade nacional, um enigma**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- DIAS, Reginaldo Benedito. A HISTÓRIA ALÉM DAS PLACAS: OS NOMES DE RUAS DE MARINGÁ (PR) E A MEMÓRIA HISTÓRICA. **Hist. Ensino, Londrina**, v. 6, p. 103-120, out. 2000.
- DUVIGNAUD, Jean. **FESTAS E CIVILIZAÇÕES**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1983.
- ELIADE, Mircea. **Mito do eterno retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1992.
- FERRARA, Lucrécia D'Alessio. Cidade, imagem e imaginário. In: **Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano/SOUZA, Célia Ferraz de (org.)**. PESAVENTO, Sandra Jatahy. – 2.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. Curitiba anos 90: a imagem urbana revisitada. In: **Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano/SOUZA, Célia Ferraz de (org.)**. PESAVENTO, Sandra Jatahy. – 2.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- GINZBURG, Carlo. “Introdução”. In: **Relações de Força**. História, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2008
- GOMES, Ângela Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda (org); VIEIRA, Antônio Augusto Passos (org). **Ciência, Civilização e República nos trópicos**. – Rio de Janeiro: Faperj, 2010.
- _____. A república, a história e o IHGB. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- _____. República, educação cívica e história da pátria: Brasil e Portugal. **ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Fortaleza, 2009.
- GONÇALVES, João Felipe. “Enterrando Rui Barboza: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. **Estudos Históricos**, v.14, n.25, p.135-161.
- GUEDES JR, Antônio Fernando Cordeiro. ENTRE O TEMPO E O ESPAÇO: CIDADE E MEMÓRIA SOCIAL. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011.

- GUIMARÃES, A. S. A. 2011. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça). *Contemporânea*, Dossiê Relações Raciais e Ação Afirmativa, n. 2, jul-dez. 2011, p. 17-36.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: CENTAURO, 2004.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: **IDENTIDADE E DIFERENÇA: A perspectivas dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p.110.
- HANSEN, Patrícia Santos. **Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica na construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. Tese de doutorado em História. Universidade de São Paulo. 2007.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a ferrovia Madeireira-Mamoré e a modernidade na selva**. 2. Ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2005.
- HARTOG, François. **Evidência da História, o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- _____. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- HEIDEGGER, Martin. **O Ser e Tempo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- HEIZER, Alda. A Exposição Nacional de 1908: entre comemorações. IN: **Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro**. Edição 200 anos da chegada da Família Real. 2008.
- HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.
- HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos e mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- KNUSS, Paulo (coord.). **Cidade Vaidosa: Imagens urbanas do Rio de Janeiro**. Sette Letras, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos modernos**. Trad. Wilma Patricia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, ED. PUCRJ, 2006.
- KOVÁCS, Maria Júlia. **Educação para morte: temas e reflexões**. São Paulo: Casa do Psicólogo: Fapesp, 2003.
- KUHLMANN JR., Moysés. Congressos profissionais no final do século XIX e início do século XX: ciência e política. In: HEIZER, Alda (org); VIEIRA, Antônio Augusto Passos (org). **Ciência, Civilização e República nos trópicos**. – Rio de Janeiro: Faperj, 2010.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: Editora UEMA, 2008.

- LEAL, Ernesto Castro. A ética positivista de Teófilo Braga: virtude moral e dever cívico dos centenários. In: **Revista Estudos Filosóficos** nº11. 2013.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LICAR, Ana Caroline N. C. Barbosa de Godóis: A Escripta rudimentar. In: BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche. **Historiografia Maranhense**: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014
- LOFEGO, Silvio Luiz. **IV Centenário da Cidade de São Paulo**: uma cidade entre o passado e o futuro. São Paulo: Annablume, 2004.
- LOSADA, Manuel. IMAGINÁRIO RADICAL: a proposta de Castoriadis à atual crise dos paradigmas no campo das ciências naturais e sociais. **Boletim Interfaces da Psicologia da UFRural/RJ**, 2009.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**. São Paulo: n 17, 63-148. Novembro de 1998.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Advertência. In: **Obra Completa de Machado de Assis**, vol. II, Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1994.
- MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Operários da saudade**: Os novos atenienses e a invenção do Maranhão. Edufma: São Luís, 2006.
- MARTINS. Estevão C. de Rezende. Experiência vivida, experiência refletida: a memória no tempo da história. In RAMOS, Francisco Régis Lopes, FILHO, Antonio Luiz Macêdo e Silva. **Cultura e Memória: Os usos do passado na escrita da História**. Fortaleza, Núcleo de Documentação Cultural – UFC, 2011.
- MARTINELLI, Marcello. **OS MAPAS DA GEOGRAFIA**. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/girardi/Cartografia%20PPGG%202015/TEXTO%2001.pdf>. Acesso em 20/08/2016.
- MATA, Sérgio da. Passado e Presente da Religião Civil. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, nº 23, Jul/00, p.180-20.
- MEIRELLES, Mário Martins. **SÍMBOLOS NACIONAIS DO BRASIL E ESTADUAIS DO MARANHÃO**. Rio de Janeiro: COMPANHIA EDITORA AMERICANA. 1972.
- MENDONÇA, Ednamária Conceição. **IMAGEM ESPETACULAR**: Visões do Maranhense no discurso do Álbum Comemorativo do Tricentenário de São Luís. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2010.
- MÉRIAN, Jean-Yves, A Belle Époque francesa e seus reflexos no Brasil. In: PINHEIRO, Luís da Cunha e RODRIGUES, Maria Manuel Marques (orgs). **A Belle Époque Brasileira**. CLEPUL, LISBOA, 2012. pp.135-162.

MOURA, Daniella de Almeida. **A REPÚBLICA PARAENSE EM FESTA (1890-1911)**.

Dissertação de mestrado em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará. 2008.

NASCIMENTO, Dorval do. Antônio Lobo, de Babilônia a Atenas: As estratégias de construção da Nova Atenas em Os Novos Ateniense. BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche (orgs). **Historiografia Maranhense: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2014.

_____. Estratégias de consagração intelectual maranhense na Primeira República.

Dimensões, vol. 26, 2011, p. 239-254.

_____. Nosso céu não tem estrelas: O campo intelectual maranhense na Primeira República.

Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, julho 2011(a).

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo, 1993, n.10.

NUNES, Sergio. I Congresso Brasileiro de Geografia (1909): um “festival científico” no início do século XX. In: HEIZER, Alda (org); VIEIRA, Antônio Augusto Passos (org). **Ciência, Civilização e República nos trópicos**. – Rio de Janeiro: Faperj, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.14, n.26, 2000.

_____. Nação, região e geografia. In: HEIZER, Alda (org); VIEIRA, Antônio Augusto Passos (org). **Ciência, Civilização e República nos trópicos**. – Rio de Janeiro: Faperj, 2010.

PÊCHEUX, Michael. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Traduzido por EniPulcinelli Orlandi, Lorenço Chacon J. filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani, 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PECHMAN, Robert Moses; KUSTER, Eliana. **Maldita Rua** __. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12., 2007, Belém. Anais... Belém: ANPUR, 2007.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória** – Antropologia, Escala e Memória. Lisboa. Nº 2, (nova série), pp 4-23, 2007.

PEREIRA, Margareth da Silva. A EXPOSIÇÃO DE 1908 OU O BRASIL VISTO POR DENTRO. **ARQTEXTOS/16**. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_16/01_MSP.pdf. Acesso em: 14/09/2016.

PESAVENTO, Sandra Jathay. CIDADE, ESPAÇO E TEMPO: REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO URBANO. **Cadernos do LEPAARQ** – Textos de

Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. V. II, nº4. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez 2005.

PIERCE, Charles. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, 1989. reimpressão. Brasília: Editora UNB, 2010.

RAMALHO, Daniel Felipe Quinzerreis. **COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL: POLÍTICA E MEMÓRIA (1975-1986)**. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea – Universidade de Lisboa. 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**. São Paulo: Editora Unesp. 2004.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estruturas Oligárquicas no Maranhão**. São Luís: [s.n.], 2013.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado**. Brasília: Editora UnB, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “**Drama cívico entre bolachas e cafezinhos**”. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 1. Nº 5. Novembro, 2005

_____. População e Sociedade. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz (Org.). **A abertura para o mundo: 1889-1930**, volume 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SELBACH, Jeferson Francisco. Mobilidade urbana nos Códigos de Postura de São Luís – MA. In: **Mobilidade urbana em São Luís/ ALCÂNTARA JR., José O.; SELBACH, Jeferson Francisco (orgs.). – São Luís – MA: EDUFMA, 2009.**

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: **História da Vida Privada no Brasil: da Belle Époque à era do Rádio / coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Nicolau Sevcenko. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.**

SILVA, Bárbara Winther da. **A escrita da história do IHGB no final do Império e Primeira República**. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2015.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “**Rememoração**”/Comemoração: utilizações sociais da memória. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 425-438, 2002.

SKINNER, Quentin. Motivos, intenciones e interpretación. **INGENIUM**. Revista de historia del pensamiento moderno. Nº 1, enero-junio, 2009, 77-92.

SOARES, Flávio José Silva. Prefácio. In: LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. 2. ed. rev. e ampliada. São Luís: LITHOGRAF, 2002.

SOUSA, Wendell Emmanuel Brito de. **LUZ E SOMBRAS NAS PROJEÇÕES**: O cinema na São Luís moderna (1897-1914). Monografia em História Licenciatura. Universidade Estadual do Maranhão, 2012.

SPITZER, Leo. **Vidas de entremeio: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental. 1780-1945**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

TAYLOR, Daina. **O arquivo e o repertório**: performance e memória cultural nas Américas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

VIEIRA FILHO, Domingos. **Breve história das ruas e praças de São Luís**. Maranhão: Gráfica Oficial do Estado, 1971.

WILLIAMS, Raymond. **Tragédia moderna**. São Paulo: Casac&Naify, 2002.

ANEXOS





